

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 19 • 2019

Sendo a revista propriedade do CEIS20, que define e concretiza a sua política editorial e todo o trabalho de redação e, considerando que este Centro se assume, desde a fundação, como uma unidade de investigação de natureza interdisciplinar, o presente número integra não só o dossiê temático “*História e Epistemologia das Ciências da Loucura, Psiquiatria e Saúde Mental*”, coordenado pelo seu Grupo de Investigação “História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia”, mas também um conjunto de textos que evidenciam uma forte interdisciplinaridade e um sentido de abertura que se tem pretendido aprofundar.

Neste número 19 incluem-se artigos que exprimem matrizes epistemológicas, identidades de discurso e de método muito diversificadas, deixando claro que o discurso científico das Humanidades e das Ciências Sociais é hoje muito eclético e pleno de hibridismos. Assim, reconhecendo a importância e acompanhando a dinâmica de internacionalização editorial das publicações científicas, a revista refuta qualquer tendência ou lógica padronizadora da escrita e metodologia científicas, consumando o rigor na diversidade e numa identidade própria, construída numa lógica multidisciplinar e a prática interdisciplinar (e mesmo transdisciplinar que encorpa as dinâmicas de trabalho do CEIS20, que assentam cada vez mais em redes e em projetos internacionais, que naturalmente se refletem na dinâmica editorial apresentada. A composição deste número traduz bem essa intersecção entre práticas científicas e resultados editoriais.

ESTUDOSDOSÉCULO

XX

número 19 • 2019

FUNDADOR

Luís Reis Torgal

DIRETOR

António M. Rochette Cordeiro

COORDENAÇÃO DO DOSSIER TEMÁTICO

João Rui Pita e Ana Leonor Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Ana Leonor Pereira (aleop@ci.uc.pt)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Ana Teresa Peixinho (apeixinho71@gmail.com)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Sampaio da Nóvoa (anovoa@ie.ulisboa.pt)
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Univ. de Lisboa

António Pedro Pita (appita@gmail.com)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Rafael Amaro (aamaro@fe.uc.pt)
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

António Rochette Cordeiro (rochettecordeiro@fl.uc.pt)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Carlos Camponez (c.camponez@sapo.pt)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Carlos E. Pacheco Amaral (Carlos.ep.amaral@uac.pt)
Universidade dos Açores

Didier Francfort (arrivefrancfort@aol.com)
Université Nancy 2

Eloy Fernández Clemente (efernan@unizar.es)
Universidad de Zaragoza

Estevão Chaves de Rezende Martins (ecrm@terra.com.br)
Universidade de Brasília

Fernando Matos Oliveira (fmatosoliveira.pt@gmail.com)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Joana Brites (brites.joanac@gmail.com)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Paulo Avelãs Nunes (jpavelas@fl.uc.pt)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Rui Pita (jrpita@ci.uc.pt)
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

Joaquim Ramos de Carvalho (joaquim@uc.pt)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Juan Antonio Rodríguez Sánchez (jarshm@usal.es)
Universidad de Salamanca

Luís Reis Torgal (lreistorgal@gmail.com)
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Maria Emília da Costa Prado (emiprado@gmail.com)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Maria Isabel Festas (ifestas@fpce.uc.pt)
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Maria Manuel Borges (mmborges@gmail.com)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Maria Manuela Tavares Ribeiro (mtribeiro7@gmail.com)
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra

Mariano Esteban de Vega (maes@usal.es)
Universidad de Salamanca

Mário Mesquita (mmesquita@escs.ipl.pt)
Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Sara Dias-Trindade (trindade.sara@gmail.com)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Sérgio Dias Branco (sdiasbranco@fl.uc.pt)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Sérgio Neto (sgdneto@gmail.com)
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra

AVALIADORES EXTERNOS

Carlota Boto - Universidade de São Paulo

Nicolas Werth - Université Paris 8

Kirsten Frandsen - University of Aarhus

Julio Pérez Serrano - Universidad de Cádiz

Manfred Thaller - University of Cologne

Dulce Pimentel - Universidade Nova de Lisboa

REDAÇÃO

Investigadores do CEIS20

A Revista Estudos do Século XX é uma Revista com arbitragem científica e disponível em *Open Access* (<http://impactum-journals.uc.pt/estudossecxx>)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Marlene Taveira

PROPRIEDADE E SEDE DA REDAÇÃO

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Rua Filipe Simões, n.º 33

3000-186 Coimbra

Telefone: + 351 239 708 870

Fax: + 351 239 708 871

E-mail: ceis20@ci.uc.pt

URL: <http://www.uc.pt/iii/ceis20>

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 19 • 2019

Ficha Técnica

Edição e Assinaturas

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha n.º 1
3000-214 Coimbra

E-mail: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Design
António Barros

Infografia da Capa
Imprensa da Universidade de Coimbra

Paginação
Leonel Brites

Preço deste Número
25 euros

Periodicidade
Anual

Assinaturas
Portugal 20 euros
(Estudantes 17.50 euros)

ISSN 1645-3530
ISSN DIGITAL 1647-8622
DOI https://doi.org/10.14195/1647-8622_19
Depósito Legal 252201/06

Esta revista encontra-se indexada e catalogada na Latindex (www.latindex.unam.mx), na International Bibliography of the Social Sciences (www.lse.ac.uk/collections/IBSS/) e na European Reference Index for the Humanities - ERIH (<https://www2.esf.org/asp/ERIH/Foreword/index.asp>).

A responsabilidade dos textos é dos autores.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

UID/HIS/00460/2019

ESTUDOSDOSÉCULO

XX

(Página deixada propositadamente em branco)

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA	11
DOSSIER TEMÁTICO	
João Rui Pita e Ana Leonor Pereira (coords.), Nota Introdutória.....	15
Rafael Huertas, <i>Entre la psicoterapia y la crítica manicomial en la España de la Transición: el papel de las publicaciones producidas en las instituciones psiquiátricas.....</i>	17
Ricardo Campos, <i>Psiquiatria, derecho y profilaxis del crimen. Apuntes sobre los casos de España, Francia y Bélgica (1920-1940)</i>	29
José Morgado Pereira, <i>A neurastenia em Portugal, apogeu e declínio.....</i>	43
German E. Berrios; Ivana S. Marková, <i>The Epistemology of Psychiatry</i>	59
Pedro Urbano, <i>Para uma conceptualização evolucionista de Saúde Mental</i>	71
DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES	
Dina Sebastião, <i>Sistema Político da UE: um contribuinte para a pós-democracia</i>	97
Betânia Leite Ramalho, <i>Inovação Pedagógica de Base Tecnológica e qualidade na gestão da Educação Básica: o SIGEduc/RN como plataforma de mudanças.....</i>	127
Daisy Cunha, <i>Atividade de Trabalho e valor: apontamentos éticos/políticos e questões epistemológicas</i>	143
ENSAIOS	
João Paulo Avelãs Nunes; Alexandre Franco de Sá; Maria da Conceição Lopes, <i>Nota de apresentação.....</i>	163
Juca Ferreira, <i>Políticas culturais para um Estado democrático</i>	165
RECENSÕES	175

(Página deixada propositadamente em branco)

Nota Introdutória

(Página deixada propositadamente em branco)

A edição do presente número da revista Estudos do Século XX, publicação periódica editada e distribuída pela Imprensa da Universidade de Coimbra, marca uma viragem importante no percurso da revista e nas dinâmicas da unidade de investigação a que pertence - o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20).

Sempre com os objetivos de acompanhar os tempos e as exigências académicas e científicas e de continuar a ser um periódico relevante na sua área, a revista *Estudos do Século XX* passa, a partir deste número, a apresentar uma periodicidade semestral, entrando assim num ritmo de produção mais exigente, mas certamente mais atrativo para todos os investigadores que se dedicam aos estudos no âmbito das Humanidades e Ciências Sociais.

No contexto desta lógica de inovação e crescimento da eficácia editorial, este número foi totalmente organizado através de plataforma digital e teve submissão de artigos permanentemente aberta. Logramos, assim, uma gestão mais eficiente da edição, bem como maior facilidade na comunicação com os autores e com os próprios avaliadores científicos.

Sendo a revista propriedade do CEIS20, que define e concretiza a sua política editorial e todo o trabalho de redação e, considerando que este Centro se assume, desde a fundação, como uma unidade de investigação de natureza interdisciplinar, o presente número integra não só o dossiê temático “*História e Epistemologia das Ciências da Loucura, Psiquiatria e Saúde Mental*”, coordenado pelo seu Grupo de Investigação “*História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia*”, mas também um conjunto de textos que evidenciam uma forte interdisciplinaridade e um sentido de abertura que se tem pretendido aprofundar.

Neste número 19 incluem-se artigos que exprimem matrizes epistemológicas, identidades de discurso e de método muito diversificadas, deixando claro que o discurso científico das Humanidades e das Ciências Sociais é hoje muito eclético e pleno de hibridismos. Assim, reconhecendo a importância e acompanhando a dinâmica de internacionalização editorial das publicações científicas, a revista refuta qualquer tendência ou lógica padronizadora da escrita e metodologia científicas, consumando o rigor na diversidade e numa identidade própria, construída numa lógica multidisciplinar e a prática interdisciplinar (e mesmo transdisciplinar que encorpa as dinâmicas de trabalho do CEIS20, que assentam cada vez mais em redes e em projetos internacionais, que naturalmente se refletem na dinâmica editorial apresentada. A composição deste número traduz bem essa intersecção entre práticas científicas e resultados editoriais.

Os coordenadores agradecem a extraordinária colaboração dos autores dos textos que aqui se publicam e o trabalho eficiente dos avaliadores.

(Página deixada propositadamente em branco)

DOSSIER TEMÁTICO

História e Epistemologia das Ciências da Loucura, Psiquiatria e Saúde Mental

(Página deixada propositadamente em branco)

O presente dossier temático da revista *Estudos do Século XX* intitulado “História e Epistemologia das Ciências da Loucura, Psiquiatria e Saúde Mental” integra-se numa área de elevada complexidade transdisciplinar da historiografia das ciências da saúde.

A partir de uma chamada aberta de colaboração direcionada para a problematização da cientificidade dos saberes em causa e para vertentes de história interna das disciplinas, de história institucional, jurídica e política, foi possível fazer uma ideia mais concreta do elevado interesse científico, cultural e político da temática do dossier, na atualidade.

Os estudos originais reunidos neste dossier *História e Epistemologia das Ciências da Loucura, Psiquiatria e Saúde Mental* foram selecionados em função da respetiva avaliação científica externa e abordam algumas facetas da geometria caleidoscópica da temática. Fazemos notar que este dossier se inclui no âmbito das investigações em curso do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, desde a fundação deste centro de pesquisa, em 1997, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT, a partir de 1998.

Com efeito, neste grupo de pesquisa, a história da loucura, psiquiatria e saúde mental constitui um dos campos centrais da investigação nele realizada, tendo sido levados a bom termo alguns estudos conducentes a diferentes trabalhos académicos, como sejam teses de doutoramento. Além de diferentes estudos publicados, assinala-se a organização anual do Congresso Internacional de História da Loucura, Psiquiatria e Saúde Mental que em 2019 teve a sua décima edição. Este evento internacional, especializado e interdisciplinar, reúne todos os anos participantes de diferentes países. Após avaliação científica externa, em cada ano tem-se publicado o volume de originais do ano anterior.

Em diferentes cursos de doutoramento da UC, onde lecionamos, na Faculdade de Letras, na Faculdade de Farmácia, no curso de doutoramento em História das Ciências e Educação Científica e no curso de doutoramento em Estudos Contemporâneos, especialmente nos dois últimos, o campo da história da loucura, psiquiatria e saúde mental tem sido alvo do interesse científico de alguns alunos.

Este dossier temático corresponde à mais recente oportunidade no âmbito da revista *Estudos do Século XX*. Já havíamos coordenado o número 5, em 2005, e o número 12, em 2012. O primeiro foi inteiramente dedicado ao tema *Ciência, Saúde e Poder* e o outro número ao tema *Histórias da saúde: privada, pública e social*. Atualmente a revista *Estudos do Século XX* substituiu os números temáticos por dossiers temáticos. O que liga os dois números temáticos referidos a este dossier temático é um longo trajeto e programa de investigação iniciado há vinte anos, com objetivos bem definidos e que temos o privilégio de continuar a percorrer na companhia de colegas portugueses e estrangeiros e de colaboradores mais novos que prosseguem a sua formação científica, sob a nossa orientação.

Este dossier conta com a colaboração de diferentes autores de gerações distintas com formações base diversificadas, garantindo-se assim um dossier de elevada qualidade em função da matriz interdisciplinar que tem definido o perfil do grupo de investigação de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do CEIS20. Além dos autores portugueses José Morgado Pereira e Pedro Urbano, ambos da Universidade de Coimbra, investigadores credenciados nas temáticas analisadas, sublinhamos os estudos apresentados pelo internacionalmente reconhecido German E. Berrios (da Universidade de Cambridge) em colaboração com Ivana S. Marková, bem como os artigos dos conhecidos autores espanhóis Rafael Huertas e Ricardo Campos, ambos do CSIC. German E. Berrios é considerado

pela comunidade científica o principal referente mundial da epistemologia da psiquiatria. Rafael Huertas e Ricardo Campos são eminentes historiadores da psiquiatria de Espanha, consagrados internacionalmente, também eles referentes mundiais na história da psiquiatria, tal como Ivana S. Marková.

A todos os autores, que nos honram com a sua colaboração neste dossier, apresentamos os nossos agradecimentos. É um privilégio ter reunido este grupo de investigadores que, com os seus estudos originais, contribuem para a valorização desta área multidisciplinar e para a afirmação científica da revista *Estudos do Século XX*.

João Rui Pita
Ana Leonor Pereira
Professores da Universidade de Coimbra
Coordenadores Científicos do Grupo de História e Sociologia
da Ciência e da Tecnologia do CEIS20

Entre la psicoterapia y la crítica
manicomial en la España de la Transición:
el papel de las publicaciones producidas
en las instituciones psiquiátricas¹

Between psychotherapy and critiques
of madhouses in Transition-era Spain:
the role of publications produced
in psychiatric institutions

Rafael Huertas

Rafael Huertas, Doutor em Medicina pela Universidad Complutense de Madrid. Profesor de investigação do Instituto de Historia (IH) del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) de España. E-mail: rafael.huertas@cchs.csic.es

https://doi.org/10.14195/1647-8622_19_1

¹Trabajo realizado en el marco del Proyecto de Investigación HAR2015-66374-R (MINECO/FEDER)

ENTRE A PSICOTERAPIA
E A CRÍTICA MANICO-
MIAL NA TRANSIÇÃO
ESPANHOLA: O PAPEL DAS
PUBLICAÇÕES PRODUZIDAS
EM INSTITUIÇÕES
PSIQUIÁTRICAS

As revistas, os periódicos, boletins, entre outros, elaborados por pacientes internados em estabelecimentos psiquiátricos são uma fonte histórica pouco explorada que oferece pistas sobre o funcionamento destas instituições, sobre como decorria o dia-a-dia no seu interior e sobre as experiências vividas pelos pacientes e pessoal. Este artigo tem por objetivo analisar o papel de algumas destas publicações nos processos de mudança da assistência prestada em Espanha na fase final do franquismo e durante a época de transição. Algumas publicações editadas por hospitais psiquiátricos espanhóis foram analisadas parcialmente e em separado. Com base nestes trabalhos prévios, procurou-se obter uma visão de conjunto que nos permita identificar, claramente, duas grandes influências oriundas da psicoterapia institucional francesa e do movimento anti-institucional italiano. O artigo termina com uma breve reflexão sobre a importância historiográfica destas fontes para o estudo da história da psiquiatria do ponto de vista do paciente e do ativismo da saúde mental, tanto dos profissionais como dos diretamente envolvidos.

Palavras-chave: psicoterapia institucional; revistas manicomiais; reforma psiquiátrica; Espanha.

BETWEEN PSYCHOTHERAPY AND CRITIQUES OF
MADHOUSES IN TRANSITION-ERA SPAIN: THE
ROLE OF PUBLICATIONS
PRODUCED IN PSYCHIATRIC
INSTITUTIONS

The magazines, newspapers, periodicals, etc. produced by patients inside psychiatric facilities constitute a historical source which has been little explored. They offer key insights into the functioning of the institutions, into daily life inside them and into the experiences of patients and staff. The aim of this article is to analyse the role which some of these publications played in the processes of change in care in Spain during the late Franco regime and the Transition. Some of the magazines published in Spanish psychiatric hospitals have been studied partially and individually. Based on this earlier work, we seek to provide an overview which makes it possible to clearly identify two major influences originating in French institutional psychotherapy and the Italian anti-institutional movement. The paper concludes with a brief assessment of the historiographical importance of these sources for the study of the history of psychiatry from the perspective of the patient and mental health activism, both professional and in the first person.

Keywords: institutional psychotherapy; psychiatric hospital magazines; psychiatric reform; Spain.

ENTRE PSYCHOTHÉRAPIE
ET CRITIQUE MANICOMIALE
DANS L'ESPAGNE
DE LA TRANSITION : LE
RÔLE DES PUBLICATIONS
DANS LES INSTITUTIONS
PSYCHIATRIQUES

Les magazines, journaux, bulletins, etc., préparés par les patients dans les établissements psychiatriques constituent une source historique peu exploitée, qui offre des clés sur le fonctionnement des institutions, sur la vie quotidienne dans ces établissements et sur les expériences vécues des patients et du personnel. L'objectif de cet article est d'analyser le rôle que certaines de ces publications ont eu dans les processus de changement des soins de santé dans l'Espagne de la fin du franquisme et de la Transition. Certaines revues publiées dans des hôpitaux psychiatriques espagnols ont été étudiées partiellement et séparément. Sur la base de ces travaux antérieurs, nous proposons une vision globale qui permet d'identifier clairement deux influences majeures provenant de la psychothérapie institutionnelle française et du mouvement anti-institutionnel italien. Cet article s'achève par une brève réflexion sur l'importance historiographique de ces sources pour l'étude de l'histoire de la psychiatrie du point de vue du patient et de l'activisme dans la santé mentale, à la fois professionnel et personnel.

Mots-clés: Psychothérapie institutionnelle ; Magazines manicomiaux

Introducción

Las revistas, periódicos, boletines, etc., elaborados por los pacientes en el interior de los establecimientos psiquiátricos tienen una larga tradición. La primera publicación de este estilo data de 1837, se tituló *Retreat Gazette* y su principal impulsor fue el editor Barbour Badger, que en aquel momento estaba ingresado en el Hartford Retreat for de Insane, en Connecticut, uno de los establecimientos estadounidenses pioneros en el tratamiento moral (CLOUETTE y DESLANDES, 1997). Esta gaceta apareció tan solo tres años más tarde que la que se considera la primera revista psiquiátrica en lengua inglesa (SHEPHERD, 1992), *The American Journal of Insanity*, por lo que podemos afirmar que ambos productos –las revistas profesionales y las elaboradas por los pacientes– surgen de manera casi simultánea. Es evidente que el futuro y la consideración de unas y otras han sido muy diferentes.

Los periódicos escritos y editados en el interior de los manicomios han sido tradicionalmente considerados subproductos institucionales con un interés, como mucho, en el ámbito de la laborterapia. Sin embargo, este tipo de publicaciones (revistas, fanzines, murales impresos, hojas escritas a mano o impresas, etc.) constituyen una fuente histórica importante, aunque poco explorada, en la que poder recabar información sobre aspectos muy variados de las instituciones, de la vida cotidiana en las mismas o de la propia experiencia de los internos (MARTÍNEZ AZUMENDI, 2016). Fuentes que deben tratarse con cautela y han de ser contrastadas con otras pues, aunque en algunos casos los pacientes pudieron tener más iniciativa, en general cabe pensar que la mayoría de las veces debieron ser actividades tuteladas y sujetas a la censura de los responsables de la institución, cuando no a la propia autocensura de los propios pacientes-redactores.

En España se están empezando a trabajar estas fuentes gracias a la iniciativa de Oscar Martínez Azumendi, quien ha propuesto una clasificación de las mismas identificando una serie de etapas y analizando su evolución conceptual a lo largo de los siglos XIX y XX (MARTÍNEZ AZUMENDI, 2016). Es, sin embargo, tras la Segunda Guerra Mundial cuando pueden identificarse publicaciones que, además de una función terapéutica, comienzan a desempeñar un papel en los intentos de transformación institucional. Tomando como referentes las experiencias que, en este sentido, desarrollaron la psicoterapia institucional francesa o la orientación anti-institucional italiana, diversos establecimientos psiquiátricos españoles pusieron en marcha, en la época del tardofranquismo y la transición democrática (la década de los setenta fundamentalmente), proyectos de edición de revistas “manicomiales”, que deben entenderse en el marco del cambio socio-cultural y político que se estaba viviendo en el país. Mi objetivo en las páginas que siguen es analizar el papel que algunas de estas publicaciones tuvieron en estos procesos de cambio, así como qué tradiciones e influencias recogieron y qué caminos abrieron en la construcción de una nueva cultura *psi* en España.

La influencia de la psicoterapia institucional

La psicoterapia institucional, término propuesto por Daumezon y Koechlin en 1952, pretendía ser un conjunto de conductas regladas con intención psicoterapéutica que reproducían las condiciones del medio en que vivían los pacientes (DAUMEZON y KOECHLIN,

1952). Una primera época tendría su comienzo durante la Ocupación, en algunos asilos de la llamada Francia “libre”, como el de Saint-Alban, experiencia impulsada por Lucien Bonnafé y Francesc Tosquelles, o el de Fleury-les-Aubrais, dirigido por Daumezon. Se trataba de psiquiatras, marxistas en su ideología, eclécticos en su ejercicio profesional y muy críticos con la asistencia psiquiátrica tradicional. Se anticipan al concepto goffmaniano de institución total (GOFFMAN, 1961), pero siguen convencidos de que una vez corregidos sus defectos, el asilo podría recuperar su función terapéutica. En definitiva, pretenden “en los hospitales actividades donde enfermos y personal colaboren abiertamente en un proyecto útil (...) En la medida en que la curación no puede pasar más que por la restauración de comunicaciones y de relaciones auténticas, se trataría de crear zonas de actividad, lugares de relación aislados del tejido de las instituciones” (BLEANDONU, 1976: 247). Una de estas actividades de colaboración fue, sin duda, la elaboración de los referidos periódicos, entre los que merece la pena citar *L’Echo des Bruyères*, considerado el primer semanario de estas características, aparecido en 1947 en el hospital de Fleury-les-Aubrais (DAUMÉZON, 1948), así como *Trait d’Union*, editado en Saint-Alban entre 1950 y 1981 (TOSQUELLES, 2015). Tampoco debemos olvidar *Le Tremplin*, el periódico de Ville-Evrard aparecido en 1948, uno de cuyos objetivos era contribuir a la transformación del viejo asilo en un centro psiquiátrico moderno con objetivos terapéuticos y de integración social (SIVADON, 1949).

Se trataba de revistas cuyo proceso editorial aunaba dos actividades bien diferenciadas: por un lado, la impresión mecánica de los ejemplares tenía una función ocupacional y de laborterapia; por otro, la expresión del pensamiento y la experiencia de los internos debía ejercer una función liberadora de afectos y emociones con posibles consecuencias terapéuticas. Posteriormente, tras estas experiencias pioneras, se produjo una masiva réplica de las mismas en numerosas instituciones francesas, a las que se otorgó una gran importancia, dando lugar a una temprana tesis doctoral sobre el papel de estas publicaciones en la psicoterapia colectiva (BENOISTON, 1952).

Cabe señalar, asimismo, que la elaboración y edición de estos periódicos no era una actividad aislada sino que se sumaba o se coordinaba con otras, como los *clubs* (a veces con el mismo nombre que el periódico), entendidos como estructuras organizativas que dirigían la mayor parte de las actividades de los pacientes. Los *clubs* eran órganos horizontales cuyo objetivo era contrarrestar la jerarquía vertical del asilo psiquiátrico (HUERTAS, 1992: 116).

En España, la influencia de la psicoterapia institucional francesa fue llegando, poco a poco, y de manera tímida, a algunos establecimientos psiquiátricos que comenzaron a ensayar experiencias similares. Una de las primeras y más significativas fue la revista *Ambiente*, el periódico del Hospital Psiquiátrico de El Palmar en la provincia de Murcia. José Manuel López Navarro y Silvestre Martínez Benítez (2016) han estudiado en profundidad las características de esta publicación en el contexto local y en el marco de la reforma psiquiátrica en Murcia (MARTTÍNEZ BENÍTEZ, 2015), baste aquí señalar que *Ambiente* nació en febrero de 1966 tras la inauguración del Hospital Psiquiátrico de El Palmar. Según refieren los citados autores, en la memoria el año 1966 se cita la creación de “un periódico por un grupo de enfermos (los intelectuales) en un lugar propio (el psicoclub) para cambiar el ambiente del interior del manicomio por el del actual psiquiátrico y para que los internos tengan una vida social lo más acorde con la del exterior, llena de estímulos que reactiven la personalidad en lugar de contribuir a su apagamiento” (LÓPEZ NAVARRO y MARTÍNEZ BENITEZ, 2016: 97).

Como se ve, los planteamientos son muy similares a los de la psicoterapia institucional francesa, hasta el punto de que la revista se convirtió en el órgano del colectivo que la hacía posible; así, aparecía en la portada del ejemplar de 1981: *Ambiente. Revista del psico-club "Luis Valenciano"*. Es interesante señalar que el Hospital Psiquiátrico de El Palmar recibió el nombre de Hospital Román Alberca, en honor a Román Alberca Lorente (1903-1967), director del Psiquiátrico Provincial de Murcia entre 1928 y 1966, y catedrático de psiquiatría en la Universidad de Valencia desde 1950 hasta su muerte el primer día de 1967 (SÁEZ, MARÍN y CERÓN, 2008). Alberca había sido discípulo de Pío del Río Hortega y de Sanchis Banús, y formaba parte de una generación en la que la impronta de Cajal y de Ortega se mantuvo en su formación y en su práctica profesional (ANGOSTO, 2006), siendo a su vez, maestro de Luis Valenciano.

Luis Valenciano fue director del Hospital psiquiátrico de El Palmar entre 1966 y 1975 y, sin duda, está detrás de la experiencia de *Ambiente*, al menos en su primera época. La labor de Luis Valenciano como "figura puente" en la psiquiatría española ha sido ampliamente reconocida (CORCÉS, 1985). No en vano facilitó, como presidente de la Asociación Española de Neuropsiquiatría (AEN), la incorporación al debate psiquiátrico de nuevas y combativas generaciones críticas con la psiquiatría manicomial, propiciando la creación de la Coordinadora psiquiátrica en el marco del XI Congreso de la AEN celebrado en Benalmádena (Málaga) en 1971 (HUERTAS, 2017).

En todo caso, *Ambiente* contó con colaboraciones escritas de pacientes y de personal del hospital, pero también con dibujos y composiciones gráficas de artistas que estaban ingresados en la institución, como el pintor Enrique Sánchez Alberola —que fue el primer director de la revista— o el más conocido artista plástico murciano José María Párraga. En un primer momento, la revista adoptó un formato de mural con cartulinas pegadas con tiras a modo de *collage*, con noticias, chistes, reflexiones, poemas, etc. Sus contenidos son muy variados, desde avisos internos o información sobre fiestas organizadas en el interior del establecimiento a descripción de nuevos servicios, pasando por reivindicaciones o quejas de los pacientes o, incluso, con chistes cargados de ironía, como en una viñeta de uno de los murales de 1971 en el que un médico se lamenta en estos términos: "También es mala suerte la mía: me paso la vida estudiando las seis mil doscientas cincuenta enfermedades descubiertas hasta ahora, para que vengan los americanos y con esta pastillita las curen todas".

A partir de 1978 pasó a un formato de revista impresa con una tirada de 400 ejemplares de 40 páginas cada uno, una periodicidad trimestral y una distribución dentro y fuera del hospital (LÓPEZ NAVARRO y MARTÍNEZ BENÍTEZ, 2016: 99). En esta segunda etapa, *Ambiente* será motivo y correa de transmisión de polémicas en torno a algunos aspectos de políticas de salud mental y, de manera particular, de la creación en 1980 de la Asociación de Familiares de Enfermos Síquicos (AFES) en la provincia, promovida por el Servicio de Rehabilitación del Hospital.

Otra revista importante dentro de este grupo fue *Vida Nueva*, editada en el Sanatorio Psiquiátrico Nuestra Señora del Pilar de Zaragoza, de la que se conservan 38 números, publicados entre 1968 y 1971, cuya estructura, secciones, etc., han sido estudiados por Antonio Seva Fernández y Asunción Fernández Doctor. Estos autores ponen de manifiesto que la finalidad de *Vida Nueva* estaba "claramente encaminada a la rehabilitación de estos enfermos, y su creación respondía y formaba parte de una serie de grupos socio-terapéuticos que el Dr. Antonio Seva Díaz había emprendido al poco tiempo de su incorporación como jefe clínico de esta institu-

ción en junio de 1966” (SEVA FÉRNANDEZ y FERNÁNDEZ DOCTOR, 2016: 105).

En esta frase queda resumida la importancia y el alcance de la revista (una especie de fanzine mecanografiado), y lo que le vincula con los principios de la psicoterapia institucional. Los grupos socioterápicos impulsados por Seva Díaz introdujeron novedades que fueron más allá de la mera laborterapia practicada en las huertas o en la fábrica de alfombras del hospital. A la creación de dos grupos de información -uno editaba un periódico mural y la revista *Vida Nueva*, y otro un diario hablado y grabado en magnetófono que se escuchaba en todos los pabellones-, se añadió un grupo cinematográfico -encargado de rodar y montar cuatro películas al año- y otro deportivo -que debía organizar torneos y actividades deportivas-. Se organizaban también conferencias semanales con participación de los pacientes y salidas programadas al exterior del establecimiento (SEVA FÉRNANDEZ y FERNÁNDEZ DOCTOR, 2016: 107). Como puede verse, el intento de modernizar el viejo manicomio y de dotar al nuevo hospital de una función (psico)terapéutica que garantice o, al menos, pretenda propiciar la comunicación social resulta muy evidente en este planteamiento. Como el propio responsable de los grupos socioterápicos indica “el objetivo fundamental del hospital psiquiátrico actual es el de lograr crear, o al menos facilitar, la instauración de relaciones interpersonales más reales y menos fantasmagóricas entre todos y cada uno de los miembros del hospital (enfermos, médicos, enfermeros, etc.). En ello está fundamentado todo intento socio-terapéutico dentro de la asistencia hospitalaria. (...) En todos estos intentos a los que me he referido, hay un elemento primordial que es la reunión” (SEVA DÍAZ, 1968: 1. Cit. por SEVA FERNÁNDEZ y FERNÁNDEZ DOCTOR, 2016).

Esta “reunión” debía ser un “lugar de reencuentro y de elaboración de la política de cada uno de los grupos instituidos”, lo que recuerda, una vez más, los *clubs* puestos en marcha por la psicoterapia institucional francesa en sus establecimientos más señeros, a los que antes nos hemos referido.

Como lo recuerda la revista *Club*, fundada en 1972 en el Institut Pere Mata de Reus y esta sí, editada conscientemente y con todas sus consecuencias, en el marco de un programa de psicoterapia institucional diseñado como tal (LABAD-ALQUÉZAR, 2005). Su primer número apareció en octubre de 1972 y en su primera página (de un folleto de 11 páginas) aparece un Prefacio firmado por la Redacción y en que se anuncia lo que será el estilo y el talante del periódico: “...les deseamos que nuestra lectura sea amable, sana y divertida a más que les sirva de estímulo para intentar superarse día a día en todos los conceptos. A través de estas líneas, vamos a tratar de todo, de humor, noticias, comentarios, críticas e informaciones del interior y exterior de este Centro” (LABAD-ALQUÉZAR, 2016: 126)

Este periódico, que tuvo como predecesor *El Esquizográfico*, editado a lo largo de los años cincuenta en la misma institución, debe encuadrarse en el proceso de reforma del Institut iniciada en 1967 y liderada por Ramón Vilella y nada menos que por Francesc Tosquelles que, como sabemos, había estado en Saint-Alban, uno de los referentes indiscutibles de la psicoterapia institucional. El periódico *Club* nació como un elemento más dentro de los dispositivos que se pusieron en marcha en el Institut con el fin de contribuir a facilitar la comunicación, tan necesaria en el intento de establecer unas relaciones más humanas y más horizontales que facilitasen el acceso a la palabra en y entre todos los colectivos, propiciando una mayor protagonismo de los pacientes (LABAD-ALQUÉZAR, 2016: 124). Como en otros lugares, la revista estuvo ligada al club Emilio Briansó (denominado así en

honor a un antiguo director del establecimiento) que contó con un reglamento específico y que gestionaba las talleres productivos y tenía en su Asamblea General su órgano rector, al más puro estilo de la psicoterapia institucional.

Orientaciones antipsiquiátricas

No cabe duda de que, como indica Oscar Martínez Azumendi, “la psicoterapia institucional ensayó el potencial que podía tener una revista interna puesta a disposición de los enfermos con el objetivo de modificar la atmósfera institucional, haciéndola más habitable y buscando tanto la socialización de sus moradores como su propia evolución desde un punto de vista terapéutico” MARTÍNEZ AZUMENDI, 2016: 87). Sin embargo, cabe mencionar también, otras revistas que, surgidas asimismo en el interior de las instituciones psiquiátricas, tuvieron planteamientos mucho más radicales, llegándose a convertir en estandartes de la crítica anti-institucional. Quizá uno de los más característicos sea *Il Picchio*, el periódico mensual publicado en el manicomio de Gorizia entre 1962 y 1965. Recuérdese que Franco Basaglia llegó a Gorizia en 1961, dispuesto a negar la institución (BASAGLIA, 1968); allí, inspirado por las experiencias editoriales de la psicoterapia institucional, propició la publicación de una revista que fuera más allá de límites manicomiales y funciones estrictamente terapéuticas, para ser vehículo de críticas, reivindicaciones y propuestas alternativas. El encargado de dirigir esta publicación fue Mario Furlan –el *Furio*–, un paciente culto y entusiasta que convirtió a esta publicación en una especie de órgano de expresión de una institución en pleno proceso de transformación. Tal como nos explica Marta Zaccardi, *Il Picchio* (el pájaro carpintero) no era una alusión al término *picchiato*, que en argot italiano significa loco, sino que se refiere, según se indica en la revista, “a ese pajarito que escuchamos constantemente picotear la corteza de los árboles del parque. Decidimos llamarlo *Il Picchio* –escriben los redactores– porque con nuestros artículos queremos picotear las puertas de la sociedad para que las abra de par en par, y abra su corazón y sus instituciones y nos ayude a volver a ella [a la sociedad]” (Apud ZACCARDI, 2016: 150)

Por un lado, la revista era un medio de comunicación entre los propios pacientes, pero también era un puente hacia el exterior, pues pretendía mostrar las reformas institucionales y los cambios que se iban produciendo en la vida de los internos. Resulta muy evidente, en este sentido, la función de propaganda y de concienciación de la opinión pública ante la cuestión de la locura y de la actitud social hacia la misma. Junto a estos contenidos, aparecían también en las páginas de la revista, artículos diversos, noticias, cuentos breves, poemas, chistes, etc.

Como es lógico, no resulta fácil localizar muchas revistas similares, pues su posicionamiento anti-institucional generaba problemas con la administración sanitaria. En España, ya hemos comentado que *Ambiente*, sobre todo a partir de 1978, un talante combativo y de crítica institucional. Sin embargo, es probablemente la revista *Altozano*, publicada en el Hospital psiquiátrico Dr. Villacián de Valladolid, la que más se acerca al tipo de producto de nos ocupa. Aparecida en 1977 por iniciativa de un estudiante de medicina llamado Pedro Castrillo, que era alumno interno en el hospital, *Altozano* se convirtió en una herramienta más de reforma y de cambio de modelo asistencial, cuyo fin último no era sino el cierre del manicomio y la creación de los dispositivos externos

propios de la salud mental comunitaria. En uno de sus primeros editoriales se explica que “*Altozano* nace como una necesidad común de expresión de todos aquellos que, de un modo u otro, estamos ligados al Hospital Psiquiátrico de Valladolid, pero sobre todo con el fin de dar a conocer al exterior, a esos que se consideran normales, todo lo que se realiza, se siente y se escribe en un Psiquiátrico”. Como se ve, y tal como ponen de manifiesto Esteban, Santander y Cantero, la revista abogaba por una identificación con los pacientes, muy propia del discurso antipsiquiátrico, que se conjugaba con el *continuum* entre salud y enfermedad propugnada por el psicoanálisis. No en vano, la institución vallisoletana se convirtió, con el tiempo, en referente indiscutible de la práctica psicoanalítica en las instituciones públicas. Pero además, según indican estos mismo autores, la revista era un elemento de política de “puertas abiertas”, no solo porque se quería representar una institución sin cerrojos, ni rejas, ni muros, sino por lo que tenía de apertura a la comunidad. Todo ello desde el convencimiento de que “hoy día la psiquiatría asistencial va dejando de ser un método de reclusión y asilo del enfermo mental, dirigido por la omnipotencia del médico, para pasar a ser un complejo, pero más eficaz, sistema terapéutico, en el que han de estar involucrado todos (pacientes, médicos, personal, sociedad). Queremos por ello dar a conocer lo que está pasando aquí, todas las taras que aún arrastramos y las ilusiones que, por suerte, aun nos quedan (...) hoy día cada vez se ve más clara la relación sociedad-enfermedad mental. Si todos nos informamos y tomamos conciencia del problema quizá mejore la situación del enfermo mental” (Apud ESTEBAN, SANTANDER y CANTERO, 2016: 140).

La posición de *Altozano* es muy clara al respecto. Su lema: “¡¡Por la emancipación del enfermo mental!!”; su estrategia: mostrar la situación del psiquiátrico y de los psiquiatrizados a la ciudadanía: “Tratamos de contarte toda nuestra verdad, ¿te atreves a compararla con la tuya? Nuestro hospital tiene las puertas abiertas, ¡¡Ábrenos tu casa!! No olvides que mañana tú puedes estar en el Altozano” (contenidos de un cartel anunciador de la revista)

Además de los escritos y reflexiones de los pacientes, de los chistes, pasatiempos y noticias varias propias de todas estas revistas, y de la información específica sobre las actividades y reformas introducidas en la institución, *Altozano* llegó a publicar también artículos de colectivos ajenos al hospital como Psiquiatrizados en Lucha. Este talante reivindicativo y anti-manicomial dio lugar a serios conflictos con la administración (la revista dejó de editarse en 1979), pero no cabe duda que *Altozano* fue un proyecto compartido entre pacientes y personal y, con respecto a estos últimos, un “aglutinante más de la plantilla comprometida con el proceso reformista, un aglutinante que conllevaba la expresión de las ideas de libertad, la escucha del otro y el respeto mutuo” (ESTEBAN; SANTANDER; CANTERO, 2016: 145).

Una década más tarde, a partir ya de la década de los ochenta, los cambios políticos y sociales que vivió el país con la llegada de la democracia tuvieron también su incidencia en este tipo de publicaciones. En 1982 comenzó a publicarse en el Sanatorio psiquiátrico de Santa Águeda en Mondragón (Guipúzcoa) la revista *Globo Rojo* que no tuvo un objetivo terapéutico, ni pedagógico, ni rehabilitador. Sus páginas admitían escritos y dibujos de los pacientes sin censuras, correcciones, sin manipulaciones y pretendía ser una “revista interna para el exterior” que llegó a distribuirse en librerías, bares y otros espacios de sociabilización, alcanzando amplia difusión (MARTÍNEZ AZUMENDI, 2005). Citaremos finalmente, *Nuestro Pequeño Mundo*, un fanzine mecanografiado que se elaboró en

el Psiquiátrico Provincial de Madrid como mera hoja informativa “con el único deseo de servir de plataforma de expresión de todas aquellas iniciativas y actividades que vayamos poniendo en funcionamiento la pequeña comunidad humana que formamos los enfermos y personal del Centro”. En algunos números pueden encontrarse algunas críticas o comentarios irónicos, no tanto a la vida en el establecimiento, sino a situaciones sociales más generales, como cuando en una viñeta se habla de los primeros políticos de la democracia: “El alcalde D. Félix Mercadocomún, más conocido por “prometeo”, porque siempre estaba prometiendo, no necesitaba la droga ni el dinero; porque él tenía su propia droga: El Poder” (*Nuestro Pequeño Mundo* 10); o como cuando se asegura que “El mundo lo cambiaremos los pobres, porque somos los únicos que necesitamos un mundo distinto”, lo que de algún modo nos sitúa en otro escenario, cada vez más alejado de la dictadura franquista, con una sensibilidad política y social que se manifestó también en el interior de los establecimientos psiquiátricos.

Conclusiones

En las páginas precedentes se ha valorado la importancia que las revistas editadas en los hospitales psiquiátricos españoles durante los años sesenta y setenta tuvieron en determinados cambios asistenciales y terapéuticos, impregnado de un claro talante reformista y que coinciden en el tiempo con lo que se ha dado en llamar las “luchas psiquiátricas del tardofranquismo”. Tan solo hemos aludido a un número limitado de este tipo de productos editoriales, pero nos parecen suficientes para identificar dos grandes tendencias: la que se sitúa en el marco teórico de la psicoterapia institucional francesa y la que se identifica con los planteamientos anti-institucionales, de corte basagliano, procedentes de Italia. Quizá la diferencia fundamental entre ambas, al margen de sus contenidos más o menos radicales, sea su política de difusión. En el *Trait d'Union*, impulsado en Francia por Tosquelles, se especificaba claramente en su portada que “Este diario no debe salir del hospital”. Siguiendo este ejemplo, las revistas influidas por la psicoterapia institucional eran de consumo interno del hospital, pues se entendía que su función era exclusivamente psicoterapéutica. Por el contrario, como hemos visto, las de la tendencia anti-institucional (o anti-psiquiátrica) siempre pretendieron salir de los muros institucionales, sensibilizar a la opinión pública y, en cierto sentido, “crear comunidad”.

Una última reflexión me parece obligada, las publicaciones a las que nos hemos referido en este ensayo constituyen una fuente histórica de primer orden para una historia cultural de la psiquiatría. No solo porque nos muestran herramientas psicoterapéuticas poco estudiadas, sino porque nos dan claves sobre el funcionamiento de las instituciones en proceso de transformación o sobre la vida cotidiana en el interior de los hospitales psiquiátricos. Pero, además, como ya hemos argumentado en otros lugares (HUERTAS, 2012), los escritos de los locos, cualquiera que sea su soporte –diarios, cartas conservadas junto a su expediente clínico (VILLASANTE *et al*, 2018) o textos aparecidos en estos fanzines y publicaciones manicomiales, etc.-, permiten hacer una historia de la medicina (PORTER, 1985) y de la psiquiatría (HUERTAS, 2013) desde la perspectiva del paciente, sin olvidar que pueden ser también materiales con los que transitar hacia otros ámbitos de investigación como el del activismo en salud mental.

Bibliografía

- ANGOSTO, Tiburcio - “El Dr. Román Alberca y las psicopatías”. *Átopos*. ISSN 1696-3202. Nº 5 (2006) p. 62-75.
- BASAGLIA, Franco - *L'istituzione negata. Rapporto da un ospedale psichiatrico*. Torino. Einaudi, 1968.
- BENOISTON, J. – *Le journal de l'hôpital psychiatrique. L'information comme moyen thérapeutique*. Thèse de médecine. Paris, 1952.
- BLEANDONU, Gérard - *Dictionnaire de psychiatrie sociale*. Paris: Payot, 1976. ISBN 978-22-28329-10-1.
- CLOUETTE, B.; DESLANDES, P. - “The Hartford Retreat for the Insane: an early example of the use of “moral treatment” in America”. *Connecticut Medicine*. ISSN 0010-6178. Vol. 61, nº 9 (1997) p. 521-527.
- CORCÉS, Valentín - “El Dr. Valenciano Gayá, una figura puente de la psiquiatría española”. *Archivos de Neurobiología*. Vol. 48, nº 6 (1985) p. 436-437.
- DAUMEZON Georges – “Les initiatives collectives dirigées, forme de psychothérapie collective”. *Annales médico-psychologiques*. Vol. 106, nº 2 (1948) p. 220-226.
- DAUMÉZON, Georges; y KOECHLIN, Philippe - “(1952): La psychothérapie institutionnelle française contemporaine”. *Anais Portugueses de Psiquiatria*. Vol. 4, nº 4 (1952) p. 271-312.
- ESTEBAN, Ramón; SANTANDER, Fernando; CANTERO, Begoña – “La revista ALTOZANO (1977) en el marco de la reforma del Hospital Psiquiátrico de Valladolid”. In ESTEBAN, S. [et al.] (coord.) – *Historias de la salud mental para un nuevo tiempo*. Madrid: Asociación Española de Neuropsiquiatría, 2016. ISBN 978-84-95287-78-6. p. 137-148.
- GOFFMAN, Erving - *Asylums. Essay on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. New York: Doubleday, 1961. ISBN 978-03-85000-16-1.
- HUERTAS, Rafael – *Del manicomio a la salud mental. Para una historia de la psiquiatría pública*. Madrid: Fondo de Investigaciones Sanitarias, 1992. ISBN 978-84-604-2471-5.
- HUERTAS, Rafael - “Another History for Another Psychiatry. The Patient’s View”. *Culture & History*. ISSN-e 2253-797X. Vol. 2, nº 1 (2013) e020, <http://dx.doi.org/10.3989/chdj.2013.021>
- HUERTAS, Rafael – *Historia cultural de la psiquiatría*. Madrid: Los libros de la Catarata, 2012. ISBN 978-84-8319-695-3.
- HUERTAS, Rafael – “Psiquiatría, antipsiquiatría y movilización social: la coordinadora psiquiátrica”. In HUERTAS, Rafael (coord.) – *Psiquiatría y antipsiquiatría en el segundo franquismo y la Transición*. Madrid: Los libros de la Catarata, 2017. ISBN 978-84-9097-369-1.
- LABAD ALQUÉZAR, Antonio – “Papel de la revista Club (1972) en la terapia institucional del Institut Pere Mata de Reus”. In ESTEBAN, S. [et al.] (coord.). – *Historias de la salud mental para un nuevo tiempo*. Madrid: Asociación Española de Neuropsiquiatría, 2016. ISBN 978-84-95287-78-6. p. 117-135.
- LÓPEZ NAVARRO, José Manuel; MARTÍNEZ BENITEZ, Silvestre - “Ambiente (1966-1986). Periódico mural del ‘Siquiátrico’ de El Palmar, Murcia”. In ESTEBAN, S. [et al.] (coord.) – *Historias de la salud mental para un nuevo tiempo*. Madrid: Asociación Española de Neuropsiquiatría, 2016. ISBN 978-84-95287-78-6. p. 97-103.

- MARTÍNEZ AZUMENDI, Oscar - “Evolución conceptual de las revistas realizadas por pacientes psiquiátricos desde la primera experiencia en 1837”. In ESTEBAN, S. [et al.] (coord.) – *Historias de la salud mental para un nuevo tiempo*. Madrid: Asociación Española de Neuropsiquiatría, 2016. ISBN 978-84-95287-78-6. p. 71-95.
- MARTÍNEZ AZUMENDI, Oscar - “Globo Rojo. Revista de los pacientes del Sanatorio Psiquiátrico de Santa Águeda, Mondragón (1982-1999)”. *Norte de Salud Mental*. ISSN 1578-4994. Vol. 13, nº 51 (2015) p. 99-110.
- MARTÍNEZ BENITEZ, Silvestre - *La transformación de la asistencia psiquiátrica en Murcia: 1980-1995*. Tesis doctoral. Universidad de Murcia, 2015.
- PORTER, Roy - “The Patient’s View: Doing Medical History from below”. *Theory and Society*. ISSN 0304-2421. Vol. 14, nº 2 (1985) p. 175-198.
- SÁEZ, José Miguel; MARÍN, J.L.; CERÓN, Cesáreo - “Román Alberca Lorente (Alcazar de San Juan, 1903-Murcia, 1967)”. In MARSET, Pedro (coord.) – *Médicos murcianos de la Escuela Histórica Española*, Murcia: Universidad de Murcia, 2008. ISBN 978-84-8371-733-2. p. 141-170.
- SEVA DÍAZ, Antonio - “Experiencias psiquiátricas hospitalarias. Grupos socioterápicos”. *Vida Nueva* (mecanografiado). N.º 1 (1968) p. 1.
- SEVA FERNÁNDEZ, Antonio; FERNÁNDEZ DOCTOR, Asunción - “La Revista Vida Nueva del Sanatorio Psiquiátrico Ntra. Sra. El Pilar (Zaragoza, 1968-71)”. In ESTEBAN, S. [et al.] (coord.) – *Historias de la salud mental para un nuevo tiempo*. Madrid: Asociación Española de Neuropsiquiatría, 2016. ISBN 978-84-95287-78-6, p. 105-115.
- SHEPHERD, M. - Psychiatric journals and the evolution of psychological medicine. *Psychological Medicine*. ISSN 0033-2917. Vol. 22 (1992) p. 15-25.
- SIVADON, Paul - “Le Centre de traitement et de réadaptation sociale de Ville-Evrard”. *Annales médico-psychologiques*. ISSN 0003-4487. Vol. 197 (1949) p. 166-169.
- TOSQUELLES, Francesc - *Trait-d’Union. Journal de Saint-Alban. Éditoriaux, articles, notes (1950-1962)*. Paris: Éditions d’une, 2015. ISBN 979-10-94346-06-8.
- VILLASANTE, Olga; CANDELA, Ruth; CONSEGLIERI, Ana; VÁZQUEZ DE KA TORRE, Paloma; TIerno, Raquel; HUERTAS, Rafael - *Cartas desde el manicomio. Experiencias de internamiento en la Casa de Santa Isabel de Leganés*. Madrid: Los libros de la Catarata, 2018. ISBN 978-84-9097-437-7.
- ZACCARDI, Marta - “Revistas de los usuarios de los servicios de salud mental: la experiencia italiana”. In ESTEBAN, S. [et al.] (coord.) – *Historias de la salud mental para un nuevo tiempo*. Madrid: Asociación Española de Neuropsiquiatría, 2016. ISBN 978-84-95287-78-6. p. 149-160.

(Página deixada propositadamente em branco)

Psiquiatría, derecho y profilaxis del
crimen. Apuntes sobre los casos de
España, Francia y Bélgica (1920-1940)

Psychiatry, law and crime prophylaxis.
Notes on the cases of Spain, France
and Belgium (1920-1940)

Ricardo Campos

Ricardo Campos, Científico Titular do Instituto de Historia. Departamento de Historia de la Ciencia, del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) de Madrid, España. E-mail: ricardo.campos@cchs.csic.es.

PSIQUIATRIA, LEI E
PREVENÇÃO DO CRIME.
APONTAMENTOS SOBRE
OS CASOS DE ESPANHA,
FRANÇA E BÉLGICA
(1920-1940)

Neste trabalho, pretendemos refletir sobre as relações entre psiquiatria, lei e perigo social nas décadas de 1920 e 1930 em três países europeus – Espanha, França e Bélgica – com o objetivo de demonstrar a importância do perigo social no âmbito da higiene mental e como foram realizadas e implementadas as políticas de proteção social.

Palavras-chave: higiene mental, proteção social, Espanha, França, Bélgica

PSYCHIATRY, LAW AND
CRIME PROPHYLAXIS.
NOTES ON THE CASES
OF SPAIN, FRANCE AND
BELGIUM (1920-1940)

The aim of this article is to reflect about the relationships between psychiatry, law and social danger in the 1920s and 1930s in three European countries, Spain, France and Belgium, in order to show the importance of social dangerousness within the framework of the mental hygiene and how they were implemented with social defense policies.

Key words: mental hygiene, social defense, Spain, France, Belgium

RÉFORME
PSYCHIATRIQUE;
ESPAGNE. FRANCE ET DE
LA BELGIQUE (1920-1940)

Dans cet article, nous souhaitons réfléchir aux relations entre la psychiatrie, la loi et le danger social dans les années 1920 et 1930 dans trois pays européens, l'Espagne, la France et la Belgique, afin de montrer l'importance du danger social dans le cadre de l'hygiène mentale et de quelle manière les politiques de protection sociale ont été réalisées et mises en œuvre.

Mots-clés: Hygiène mentale, Protection sociale, Espagne, France, Belgique

Introducción

Numerosos estudios han mostrado como la psiquiatría desde su nacimiento como disciplina en los albores del siglo XIX ha contribuido a estigmatizar a los enfermos mentales, a introducir el trastorno mental en el campo jurídico-penal, a intentar definir científicamente la peligrosidad y a alimentar con argumentos de corte psicopatológico el derecho penal de autor frente al derecho penal del hecho. La disociación entre sus objetivos filantrópicos, científicos y terapéuticos del programa inicial de la psiquiatría y la práctica real del mismo, marcada por el custodialismo, la cronificación de la enfermedad mental y la coerción, así como la doble codificación de la locura como enfermedad y peligro también ha sido señalada (FOUCAULT 2001). De hecho, desde finales del siglo XIX en el campo psiquiátrico comenzaron las críticas al encierro en el manicomio y al tratamiento moral. No obstante, y pesar de que en las décadas siguientes las críticas fueron en aumento y comenzaron a surgir propuestas como la instauración del *open door* y la posibilidad de que determinados enfermos mentales bajo determinadas condiciones pudieran ser tratados fuera del manicomio, no fue hasta el surgimiento del movimiento de higiene mental, tras la Primera Guerra Mundial, cuando se lanzó una ofensiva para reformar la asistencia psiquiátrica. Ciertamente es que cada país acompasó con su realidad los principios asistenciales de la higiene mental pero la coincidencia fue total en la idea de poner en marcha un sistema asistencial que primara los servicios abiertos, de observación y el dispensario de higiene mental frente a la reclusión manicomial en el que primara la medicalización y la atención científica. Asimismo la higiene mental entrañaba un amplio programa de intervención social que buscaba regular numerosos aspectos de la vida de la población con el fin de construir ciudadanos equilibrados y conscientes de sus deberes y derechos en tiempos convulsos como fue el periodo de entreguerras. El diseño de políticas públicas en las décadas de 1920 y 1930 encontró en la higiene mental un buen instrumento. En este contexto, el estigma del enfermo mental como peligroso, como criminal, lejos de desaparecer tomó nuevos derroteros marcados por la doctrina de la defensa social y la profilaxis científica de la criminalidad que convergía con la idea de la profilaxis de la enfermedad mental y con la persuasión de la población, convirtiéndose en uno de los principales ejes de actuación del higienismo mental y de la psiquiatría.

En el presente trabajo pretendemos reflexionar sobre las relaciones entre psiquiatría, derecho y peligrosidad social en las décadas de 1920 y 1930 en tres países europeos, España, Francia y Bélgica, con el fin de mostrar como se compartieron ideas en el marco general de la higiene mental y como se implementaron en la práctica legislativa.

La peligrosidad del enfermo mental y las reformas asistenciales de la higiene mental

El movimiento de higiene mental surgido entre las décadas de 1920 y 1930 en Europa y América tuvo importantes consecuencias en la asistencia psiquiátrica (THOMSON, 1995). Más allá de las particularidades de cada país, compartió la idea común de reformar la asistencia psiquiátrica a partir de la prevención y la profilaxis de las enfermedades mentales. La reclusión en el manicomio quedaba relegada a un segundo plano en favor

de las estancias cortas en los hospitales psiquiátricos en régimen abierto y el dispensario de higiene mental se convertía, al menos sobre el papel, en la pieza esencial de la asistencia psiquiátrica (HUERTAS, 1992; SIMONNOT, 1999; HUTEAU, 2002). La constatación de que el manicomio y el tratamiento moral lejos de alcanzar el éxito terapéutico anunciado por los primeros alienistas, había generado problemas no previstos como las bajas tasas de curación, la cronicidad, la masificación de los asilos o la existencia de abusos y coerciones en su interior, estuvieron en la base de las reformas propuestas. En líneas generales se consideraba que la enfermedad mental era curable y se propugnaba romper con la reclusión como única vía terapéutica, tratar a los pacientes en servicios abiertos e impulsar su reinserción social, vigilando el tratamiento y su evolución desde el dispensario de higiene mental. La diversificación de los espacios de tratamiento debía sustentarse en criterios científicos de clasificación de los enfermos mentales que permitieran derivar a cada paciente al espacio terapéutico adecuado, jugando un papel de primer orden el dispensario de higiene mental y los servicios de observación y tratamiento en régimen abierto. En el centro de las reformas estaba la idea de que la mayoría de los enfermos mentales eran víctimas de prejuicios sociales, culturales y científicos que los condenaban a la cronicidad e incurabilidad y los estigmatizaba con “medidas absurdas de internamiento legal de seguridad (EDITORIAL, 1924: 1).” Para ello, era prioritaria la creación de servicios libres para los enfermos que no precisasen ser internados en el manicomio y a los que pudieran acudir libremente y con libertad de “abandonarlos en cualquier ocasión, curado o no, que lo juzgue conveniente (TORRAS, 1923: 24).”

A pesar de las declaraciones filantrópicas y humanitarias que sustentaban las reformas, éstas impulsaban la creación de un sistema asistencial dual compuesto por el encierro manicomial y la atención en régimen abierto (SIMONNOT, 1999). La cuestión central era qué criterios de selección del paciente se debían utilizar para derivarlos al espacio terapéutico que le correspondía. En este sentido, la pretendida normalización de la enfermedad mental encontraba un límite infranqueable en la cronicidad y la peligrosidad del enfermo mental, criterios que se sustentaban en una débil base científica y eran susceptibles de interpretaciones muy laxas.

Aunque los debates sobre estas cuestiones comenzaron en los primeros años del siglo XX (WOJCIECHOWSKI, 1998; SIMONNOT, 1999; CAMPOS, 2001; HUTEAU, 2002) se intensificaron en los años previos a la Primera Guerra Mundial y sobre todo a partir de 1918. En Francia, donde la asistencia psiquiátrica estaba indeleblemente marcada por la Ley de internamiento de alienados de 1838, el ministro del interior provocó en 1914 un intenso debate en el seno de la psiquiatría francesa al plantear a diversas sociedades médicas que se pronunciasen sobre “la importancia y las consecuencias” que tendría en la Ley de 1838, la sustitución de la expresión “enfermos alienados por la de enfermos aquejados de afección mental.” Gilbert Ballet dio una interesante respuesta al advertir que “todos los alienados son enfermos aquejados de afecciones mentales, todos los enfermos aquejados de afecciones mentales no son alienados” e indicar que dicha clasificación no podía fundarse “sobre el diagnóstico médico de la enfermedad sino sobre las reacciones individuales y sociales de los enfermos” único “hecho objetivo comprensible” para el legislador, porque “es el que sirve para determinar las medidas a tomar con respecto de los enfermos, en las diferentes categorías de casos (BALLET, 1914: 360).” La peligrosidad era el criterio práctico que proponía para clasificar y de-

terminar el tipo de asistencia. Aquellos que eran conscientes de su estado y solicitaban libremente la atención médica o la aceptaban sin protestar podían no necesitaban ser internados. Por el contrario, los que no eran conscientes de su estado, los que protestaban de manera habitual y coherente contra el aislamiento que precisaban y los que habían cometido o estaban expuestos a cometer un delito como consecuencia de su desorden mental, eran peligrosos y debían ser internados en un manicomio. Estas ideas fueron retomadas con fuerza tras la Gran Guerra en un contexto abiertamente favorable a la higiene mental y a las reformas asistenciales. En 1922 André Antheaume en el *Congrès d'Hygiène Mentale*, defendió la necesidad de establecer servicios libres para los enfermos mentales que no necesitaran ser internados (ANTHEAUME, 1922). Sostenía que todos los individuos que padecían una afección mental eran psicópatas y tenían el derecho a ser atendidos como cualquier otro enfermo. Tan sólo un “número restringido” de éstos podían considerarse alienados por sus reacciones antisociales y requerían ser sometidos a medidas excepcionales como el encierro asilar. Pocos meses después, en el marco de la discusión de la ponencia “De la sauvgarde des Droits de l'individu et de la société dans l'assistance au psychopathe” presentada por el doctor Courbon, en el *Congrès des Médecins Aliénistes et Neurologistes de France et des Pays de Langue Française*, el propio Antheaume indicaba que en “el estado actual de nuestro conocimientos” era imposible definir científicamente al alienado. La única definición justa era “especificar (...) que el alienado (...) es el sujeto que debe ser privado de su libertad cuando presenta reacciones antisociales” o protesta contra su tratamiento, reconociendo que aunque no fuera una definición científica, era conveniente “en este caso, porque en suma se trata de medidas médico legales” de protección¹. Pero la peligrosidad no era un concepto estático. Un mismo enfermo señalaba nuestro psiquiatra “puede, dependiendo de las condiciones en las que se encuentre inmerso, permanecer en la categoría de los psicópatas simples o ser incorporado en la de los alienados” y ese cambio de clasificación -continuaba- “depende menos de la naturaleza de su enfermedad mental que de condiciones extrínsecas (ANTHEAUME, 1922: 330).”

Pese a las pretensiones científicas de los teóricos de la higiene mental, la categorización y selección de los enfermos mentales se producía a partir de conceptos no médicos y contradictorios con la pretensión de medicalizar la locura y su asistencia. La peligrosidad del enfermo mental no era un asunto restringido a casos excepcionales, como planteaban los partidarios de la higiene mental, era un elemento primordial que configuraba su discurso reformista (CAMPOS 2007). La tensión entre reforma científica y orden público tenía causas variadas como era la consustancial sospecha hacia el loco que albergaba la psiquiatría, los planteamientos de la criminología y la evolución del derecho ante las nuevas demandas y temores sociales y políticos en materia de orden público durante el periodo de entreguerras. El psiquiatra español Tomás Busquet planteó con claridad la doble faceta que contenía en su seno la higiene mental al escribir: “La higiene mental es una ciencia esencialmente práctica e involucra dos finalidades distintas, una puramente

¹ La intervención de Antheaume tuvo lugar en la discusión a la comunicación de COURBON (1922), De la sauvgarde des Droits de l'individu et de la société dans l'assistance aus psychopathes, en XXVIe Congrès des Médecins Aliénistes et Neurologistes de France et des Pays de Langue Française. Quimper, 1er- 6 Aout 1922, Paris, Masson et Cie Editeurs, p. 59.

humanitaria y otra francamente egoística, de protección y defensa de la sociedad y de la raza” (BUSQUET, 1928: 16)

Las diferentes Ligas de Higiene Mental que se crearon durante la década de 1920 recogían la lucha contra el crimen y la cuestión de la peligrosidad de los enfermos mentales entre sus finalidades. En Francia, La *Ligue d'Hygiène et Prophylaxis Mentales* (LHPM) fundada en diciembre de 1920, de las diez comisiones de trabajo en torno a las que se estructuró, tres (lucha antialcohólica, infancia anormal y antisociales) estaban directamente relacionadas con el estudio de la criminalidad, su profilaxis y la defensa social (TRISCA, 1922). En su presentación pública, Edouard Toulouse remarcó el aumento de la criminalidad, de la delincuencia juvenil, de la promiscuidad sexual y del alcoholismo, tras la guerra, destacando que “la profilaxis del crimen” ligada “a la lucha contra las taras psicopáticas era un objetivo fundamental de la higiene mental (TOULOUSE, 1921: 1). En este sentido, la LHPM jugó un clave en la creación en 1932 de la *Société de Prophylaxie Criminal*, cuyos objetivos eran el estudio estudiar “al mismo tiempo, las medidas de prevención y los factores biológicos y sociales de los actos criminales” (POUY, 1932: 170).

El caso de Bélgica ilustra muy bien las fuertes vinculaciones entre higiene mental y la defensa social. En febrero de 1921 se creó la *Ligue Belge d'Hygiène Mentale* con objetivos similares a la LHPM, aunque la profilaxis contra el crimen se acentuaba, pues seis de las trece secciones que la articulaban, estaban vinculadas a la defensa social: jurídica, adultos anormales, jóvenes anormales, toxicomanías, delincuentes y vagabundos. Además su presidente, Louis Vervaeck, era el director del Servicio Central de Antropología Penitenciaria creado en 1920 (RENNEVILLE, 2003). No era casualidad que en Bélgica la higiene mental tuviera una acentuada deriva hacia la profilaxis criminal pues era pionera en la defensa y aplicación de las políticas propuestas por l' Union Internationale de Droit Penale (UIDP) que desde 1889, conciliaba las medidas penales clásicas con las medidas de defensa social consistentes en la aplicación de castigos personalizados en función de la naturaleza del criminal (KALIFA, 2005). La noción de peligrosidad fue acompañada de teorizaciones y propuestas de aplicación de las sentencias indeterminadas que serían recogidas posteriormente en la legislación de varios países en la década de 1930. En 1910, Adolphe Prins, jurista belga, inspector general de prisiones e impulsor de la UIDP, publicó *La Défense Social* donde afirmaba la existencia del estado de peligrosidad sin delito y el derecho del estado a intervenir de manera preventiva (PRINS, 1910). Diez años después, en 1930 se promulgó la Ley de Defensa Social que se inspiraba tanto en las teorizaciones sobre la defensa social como en la experiencia de los laboratorios de antropología criminal (CAHEN, 1936; MARY, 2012).

En España, en 1926 la *Asociación Española de Neuropsiquiatras* (AEN) impulsó la creación de la *Liga de Higiene Mental*. Sus objetivos eran muy similares a los de sus homólogas francesa y belga. Entre las siete secciones que la estructuraban había dos relacionadas con la peligrosidad social (prevención de la criminalidad delincuencia y vagabundeo y lucha contra las toxicomanías y enfermedades venéreas). Asimismo, las palabras del doctor Saforcada en la sesión inaugural de la *Primera Reunión Anual de la Liga Española de Higiene Mental*, celebrada en 1927, expresaban con nitidez esta tendencia al señalar como objetivo de la misma “Estudiar y proponer la adopción de todo orden de medidas preventivas contra la locura y la criminalidad” (SAFORCADA, 1928:2).

Dificultades de definición de la peligrosidad

La centralidad de la peligrosidad del enfermo mental en los discursos de la higiene mental tuvo también consecuencias importantes en varios niveles estrechamente vinculados entre sí.

En primer lugar, la peligrosidad pesó en la institucionalización de las reformas asistenciales. El caso de España ilustra bien este extremo. Recién instaurada la Segunda República, en julio de 1931 el gobierno provisional promulgó un decreto que regulaba el internamiento de los enfermos mentales y que daba forma a buena parte de las propuestas de los psiquiatras en materia de asistencia. En su artículo 4º indicaba que “todo establecimiento psiquiátrico público urbano deberá, a ser posible, tener un carácter mixto con un servicio abierto y otro cerrado”, entendiéndose por servicio abierto “el dedicado a la asistencia de enfermos neuróticos o psíquicos que ingresen voluntariamente” y que no presenten “manifestaciones antisociales o signos de peligrosidad.” El servicio cerrado era, por el contrario, “el dedicado a la asistencia de los enfermos ingresados contra su voluntad por indicación médica, o de orden gubernativa o judicial, en estado de peligrosidad o con manifestaciones antisociales (DECRETO, 1931).”

En Francia, a instancias de la LHMF, se puso en marcha en julio de 1921 el Service Departamental de Prophylaxie Mental en el Asilo de Sainte-Anne, donde los enfermos eran admitidos sin las formalidades legales establecidas por la ley de 1838 y tratados en régimen abierto. El Servicio pasó a denominarse Hôpital Henri Rousselle en 1926 y en 1930 Centre de Prophylaxie Mentale de la Seine. Dirigido por Toulouse, fue concebido como “un organismo sintético y completo de profilaxis, de tratamiento, de investigación y de aplicaciones sociales de todo tipo (TOULOUSE, 1929:24).” No obstante, el Hôpital Henri Rousselle, estuvo acompañado de intensos debates sobre que enfermos podían beneficiarse de los servicios abiertos y sobre como encajar los mismos en la ley de 1838 que regía el internamiento de los alienados y no contemplaba el tratamiento en régimen abierto. Las dificultades para definir medicamente el tipo de enfermos que podían ser tratados en los servicios abiertos provocó que el Hôpital recibiera todo tipo de pacientes. Toulouse reconocía que los enfermos, cuyas “reacciones representan un peligro y necesitan medidas de vigilancia especial son admitidos en el hospital de observación”, siendo internados en el asilo si se consideraba necesario (TOULOUSE, 1931:5). Los datos ofrecidos por el Hôpital en sus primeros años parecen confirmar que además de un centro de profilaxis y tratamiento era un centro de selección de enfermos desde el que sin seguir los procedimientos legales y administrativos recogidos en la ley de 1838, se desviaron al asilo a un tercio de los ingresados (ANTHEAUME, 1925:237).

En segundo lugar, la peligrosidad del enfermo mental planteó problemas de conceptualización porque no era un concepto psiquiátrico ni científico, sino administrativo, policial y jurídico. Además, la mayoría de las referencias a la peligrosidad del enfermo mental lo eran a su potencialidad, con lo cual el problema era más complejo, pues no era sencillo arbitrar medidas profilácticas que permitiesen detectarla antes de la comisión de un delito, ni establecer medidas de seguridad al margen de los códigos penales. En este sentido a la psiquiatría se le planteaban dos cuestiones estrechamente relacionadas. Una, era la definición desde el punto de vista psiquiátrico de la peligrosidad. La otra, era el desarrollo de tecnologías científicas de prevención del crimen.

En España los psiquiatras mostraron especial interés por estas cuestiones. Manuel Ruiz Maya en las reuniones de la AEN de 1927 y 1928 presentó sendos trabajos titulados *La peligrosidad de los alienados en sus aspectos teóricos y práctico* y *Límite de la peligrosidad en los enfermos mentales*, en los que defendió que la peligrosidad desde el punto de vista psiquiátrico se confundía con el “concepto de enfermedad mental”, asegurando que ésta no residía tanto en la comisión de actos peligrosos como en la potencialidad de cometerlos (RUIZ MAYA, 1928: 64). Pero iba más lejos al afirmar que la peligrosidad no se limitaba a la contravención de la ley o a la potencial contravención sino que se extendía “a cuanto pueda vulnerar la totalidad de las normas habituales de la vida”, en definitiva a la vulneración de la moral pública “no sujeta sino a la reglamentación tácita del hábito o de la costumbre, y a cuanto constituye o informa la moral pública” (RUIZ MAYA 1930:59). Estas infracciones denominadas “paralegales” por Ruiz Maya eran más importantes que las delictuales y extendían la sospecha y el campo de actuación de la psiquiatría. En esta línea, Emilio Mira consideraba que la justicia debía desbordar “el estrecho campo de la acción penal para lanzarse en el fértil terreno de la higiene social y más concretamente de la profilaxis delictiva (MIRA, 1932: 236).” El reto con el que se enfrentaba la psiquiatría era, por un lado, averiguar científicamente que individuos eran susceptibles de cometer un acto antisocial y, por otro, proponer las medidas terapéuticas y de seguridad que garantizaran la defensa de la sociedad. La solución que daban para determinar la peligrosidad potencial de los individuos era no solo, “estudiar la peligrosidad de los enfermos mentales, sino también la de los individuos normales, con reacciones caracterológicas violentas, porque al fin este es un problema psicológico-psiquiátrico para juzgar del cual ningún otro profesional está tan capacitado” (RODRÍGUEZ LAFORA, 1929:67). Joaquín Fuster y Emilio Mira llevaron a cabo en la Cárcel Modelo de Barcelona investigaciones entre 1929 y 1934 con los presos con el fin de investigar sobre la moral del delincuente realizando distintas pruebas tanto a los reclusos como a sujetos libres, con el fin de establecer la moralidad de los delincuentes y posibles índices de peligrosidad de la población no reclusa (MONTERO PICH, 2014). Los resultados fueron inciertos pero concluían con una declaración a favor de la higiene y la profilaxis mentales como el camino para prevenir el crimen (CAMPOS, 2007).

La extensión de la sospecha hacia toda la población formaba parte de la lógica que alimentaba el proyecto preventivo de la higiene mental. Este extendía y justificaba científicamente su acción en el seno de la sociedad, proponiendo investigar y controlar científicamente a los ciudadanos a lo largo de su vida con el objeto de preservar su salud mental y el orden social. La orientación profesional, la selección de trabajadores, la educación de la infancia, el control de las producciones artísticas, eran algunas cuestiones que la higiene mental pretendía abarcar. La exploración de la potencial peligrosidad de los individuos era una faceta central del programa de higiene mental si bien no era en absoluto una cuestión nueva.

Espacios y leyes para la defensa social y la profilaxis del crimen

Las relaciones entre el derecho y la psiquiatría estuvieron plagadas de conflictos en torno a la figura de loco criminal. Tanto en los tribunales de justicia como en otros foros se hubo duras controversias sobre la responsabilidad e irresponsabilidad de los enfermos mentales en

la comisión de delitos y sobre su gradación. Estas disputas cobraron mayor importancia con el continuado ensanchamiento del territorio de la locura del que hizo gala la psiquiatría a lo largo del siglo XIX y comienzos del XX. Conceptos como la “monomanía homicida”, “locos que no lo parecen”, “equilibristas del código”, “malvivientes”, “fronterizos del delito”, “petits mentaux”, “débil mental”, contribuyeron con su indefinición a ampliar el campo de acción de la psiquiatría en sus intentos de gestionar a estos sujetos. El concepto de anormalidad fue fundamental en ese embate, pues contribuyó a desplazar la atención desde el acto delictivo a la personalidad del sujeto que lo cometía, mostrando que el delito estaba inscrito en la esencia del individuo infractor. No obstante el derecho no fue ajeno a la construcción del sujeto peligroso y de la defensa social. Ambas nociones eran anteriores a la Escuela positivista y tenían un largo recorrido en la represión de los individuos considerados antisociales como méndigos y vagabundos (VERVAELE, 1987; VAN DE KERCHOVE, 2010). Desde finales del siglo XIX el derecho penal, en paralelo a las acometidas de la psiquiatría y la criminología, comenzó a transformarse y “en lugar de limitarse a un trabajo legislativo puramente racionalista, la política criminal” se extendió “a los factores sociales ante y post delictum (VERVAELE, 1987: 11).” En el marco de ese reajuste los especialistas en derecho penal propusieron reformas en los códigos penales tendentes a establecer un sistema dual de penas y de medidas de seguridad, en el que la peligrosidad va a ser central. El jurista belga Prins tuvo un destacado papel como impulsor de la doctrina de la Defensa Social. Desde su cargo de Inspector general de prisiones de Bélgica, trabajó por la reforma penal en su país, defendiendo la idea de que el derecho debía desarrollarse sobre la base de la protección social y no exclusivamente sobre el libre arbitrio y la existencia o no de responsabilidad. La UIDP recogió estas ideas y defendió el concepto de estado peligroso como criterio complementario de la responsabilidad. Además, promovió la conjugación de penas y medidas de seguridad y las penas de duración indeterminada. Por tanto, las relaciones entre el derecho penal y la psiquiatría no se forjaron exclusivamente en el conflicto, si no que crearon consensos intelectuales que dieron lugar a espacios y leyes que antepusieron la defensa social a los enfrentamientos.

Un aspecto de relevancia que marcó tanto los debates internos de la psiquiatría y la criminología como de éstas con el derecho, fue qué hacer con los locos criminales, donde encerrarlos y bajo que condiciones. Durante el siglo XIX y comienzos del XX existirá tensión entre la idea de crear prisiones-asilos o asilos-prisiones (VAN DE KERCHOVE, 2010; CANDELA, 2018; BARRIOS; 2000; RENNEVILLE, 2003), esto es, entre crear espacios psiquiátricos en el seno de las prisiones o espacios penitenciarios en los manicomios. También se planteó la necesidad de poner en marcha espacios de observación anexos a las prisiones para estudiar a los locos criminales y a los anormales con el fin de recabar datos y profundizar científicamente en la prevención del delito y en la definición del estado peligroso. Bélgica fue pionera en el desarrollo de este tipo de instituciones con la creación en 1907 del laboratorio de antropología criminal en la prisión de Minimes en Bruselas, así como de la creación en 1920 del Servicio Central de Antropología Penitenciaria. Esta experiencia tuvo gran influencia en la promulgación de la “Ley de Defensa Social del 9 de abril” de 1930 referida a los anormales y los delincuentes reincidentes que estuvo vigente hasta 1964, en que fue sustituida por una nueva ley.

La ley fue el resultado de un pacto entre la corriente neoclásica de derecho penal y la escuela positivista (VERVAELE, 1987; CARTUYVELS, 2017) Entre las cuestiones que suscita la ley destacaremos que pretendía reemplazar las penas por medidas de seguridad

de duración indeterminadas que fueran medidas de tratamiento científicamente organizadas. En el espíritu de la ley los anormales debían ser tratados como enfermos y no como delincuentes. A partir de esta idea se establecían una serie de protocolos de encierro, observación y vigilancia en que la opinión de los psiquiatras pesaban mucho en la toma de decisiones de los jueces y de la administración. La ley basada en criterios “científicos” se desarrolló en los márgenes del código penal y contribuyó a la creación, no sin confusión, de un sistema mixto de penas y medidas de seguridad de duración indeterminada (CARTUYVELS, 2017).

En España, durante la Segunda República comenzaron a desarrollarse espacios y leyes en las que convergieron derecho y psiquiatría. La reforma de la asistencia psiquiátrica emprendida en julio de 1931 bajo los supuestos de la higiene mental fue paralela a la reforma penitenciaria (GARGALLO, 2011), a una nueva conceptualización jurídica de la peligrosidad y a la preocupación de los gobiernos republicanos por el mantenimiento del orden público que se tradujo en la promulgación de diversas leyes represivas (BALLBÉ, 1984). Un ejemplo interesante de intersección entre psiquiatría y derecho fue la creación del Servicio de Biología Criminal en febrero de 1933 en la prisión de Madrid (GARGALLO, 2011. CAMPOS, 2013). Éste se creó con carácter de ensayo en un anexo psiquiátrico a la prisión masculina de Madrid. Su objetivo era “el estudio científico sistemático de todos los delincuentes (...) se hallen recluidos en las Prisiones de Madrid.” La metodología que debía utilizarse, según el legislador, era la “llamada Biología Criminal” que permitía el estudio profundo del delincuente, obteniendo datos sobre su personalidad que “no sólo permitan un pronóstico social” sino que proporcionen “el material básico para organizar de un modo severamente científico la profilaxis de la criminalidad (DECRETO, 1933)” Sin embargo, el gobierno de derechas suprimió el Servicio en 1934.

La medida más importante en materia de peligrosidad fue la promulgación de la Ley de Vagos y Maleantes el 5 de agosto de 1933, que estuvo vigente hasta 1970 cuando fue sustituida por la Ley de Peligrosidad y Rehabilitación Social. Dirigida a la prevención de la delincuencia, introducía como novedad la peligrosidad predelictual, entendida como la “vehemente presunción de que una determinada persona quebrantará la ley penal (JIMÉNEZ DE ASÚA, 1934: 33).” La Ley definía diferentes categorías de peligrosidad predelictual y proponía las medidas que debían tomarse contra este tipo de individuos. Los individuos catalogados como peligrosos eran “los vagos habituales”, “los rufianes y los proxenetas”, “los mendigos profesionales”, “los ebrios y toxicómanos” y los que vivieran de “la mendicidad ajena o explotasen menores de edad o enfermos mentales” (LEY DE VAGOS, 1933). También contemplaba otras categorías de peligrosidad sin delito como la imposibilidad de justificar el domicilio, la ocultación de la identidad, el quebrantamiento de una orden de expulsión del territorio nacional por los extranjeros, la no justificación de la posesión de dinero o bienes a requerimiento de las autoridades, así como la explotación de juegos prohibidos, la provisión de bebidas alcohólicas a menores de 14 años y “mantener trato asiduo o frecuentar lugares en los que se dieran cita maleantes”. La ley consagraba la relación con el trabajo como el principal indicador de la normalidad social, criminalizando a los individuos pobres y marginales que no vivían de su trabajo. Las medidas de seguridad que debían aplicarse a estos “sujetos peligrosos” consistían principalmente en el encierro en establecimientos agrícolas, de trabajo, de custodia o curativos acordes con su estado de peligrosidad; en fijar su pertenencia a un territorio, obligándole a demostrar un domicilio

fijo; y, por último, en someterse a la vigilancia e indicaciones de los delegados asignados por la autoridad. La ley dejaba al criterio del juez la imposición de la duración de la medida de seguridad dentro de un límite establecido, consagrando la flexibilización de la pena.

En Francia, pese al interés por la experiencia belga, no se avanzó en este terreno. En 1931 se presentó en el parlamento un proyecto que invitaba al gobierno a crear anexos psiquiátricos en las prisiones siguiendo el modelo de los laboratorios de antropología criminal belgas (RENNEVILLE, 2003: 370-371). Tras la propuesta estaba el médico André Cellier próximo a “Henri Claude y a sus colegas de Sainte Anne” todos ellos participantes de la LFHM. La propuesta original fue retomada por el diputado Maurice Cajoule que añadió la necesidad de multiplicar los dispensarios de profilaxis criminal, tomando como modelo el servicio abierto del Hospital Henri Rousselle. El proyecto no salió adelante pero fue retomado en las discusiones sobre la modificación del Código Penal que tuvo una suerte parecida.

A modo de conclusión

A través de los ejemplos de España, Francia y Bélgica, hemos mostrado como en las décadas de 1920 y 1930, con diferencias locales, se compartieron ideas, inquietudes y desarrollos legislativos en torno a la higiene mental y la profilaxis del crimen.

Durante el periodo de entreguerras, se desarrolló una nueva gubernamentalidad, acorde con los cambios socioculturales, económicos y políticos, que anunciaban las políticas sociales caracterizada por el desarrollo de políticas sociales que encontraron en los postulados de la higiene y la profilaxis mental un importante instrumento, en un contexto de crisis generalizada, primero como consecuencia la guerra mundial y después como consecuencia de la crisis de 1929. Entre los diversos miedos que marcaron el periodo fue importante la constatación “científica” de que una parte importante de la población reclusa estaba compuesta por delincuentes afectados trastornos psíquicos y anormales que era refractaria a la rehabilitación. Esta percepción impulsó la defensa social, las medidas de seguridad y las penas indeterminadas como elementos esenciales de la lucha contra el crimen. Fue acompañada también de la idea de prevención del crimen y la psiquiatría no escatimó recursos intelectuales para ofrecer su bagaje científico en la profilaxis del mismo. A groso modo, tanto la Ley de Defensa Social belga como la de Vagos y Maleantes española estaban marcadas por una doble lógica de objetividad y subjetividad y de diferenciación y asimilación. Ambas leyes se referían a ciertas categorías de actos (el tipo de delito o transgresión de la ley) y a su vez a ciertas categorías de personas (anormales, reincidentes, vagos, mendigos, etc.) definidas por su peligrosidad social innata. Las dos leyes pretendían diferenciar a los sujetos que eran objeto de su aplicación de otros delincuentes. En el caso de la Ley de Defensa Social había “una voluntad evidente de diferenciar al delincuente anormal” de los sanos y de los alienados (VAN DE KERCHOVE, 2010: 490). Sin embargo, también había diferencias importantes entre ambas leyes. La Ley de Defensa Social tenía un claro componente científico en el que los psiquiatras jugaban un papel de primer orden. Por el contrario la LVM, a pesar de las declaraciones de Jiménez de Asúa en el sentido de que era una “una ley de inusitada importancia y de incalculable eficacia científica”, una ley “defensiva y biológica” (JIMÉNEZ DE ASÚA, 1934: 66) lo cierto es que tal correlación científica no era tal pues

su articulado no recogía, a diferencia de la ley belga, ninguna mención a su carácter científico ni otorgaba papel alguno a la ciencia. Fue más bien una ley que engarzaba con la lucha contra los colectivos marginales, de castigo a la pobreza, que además acabó aplicándose desde 1935, gracias a las reformas introducidas por el gobierno derechista, a la disidencia política y que el franquismo desde la década de 1940 supo aprovechar.

Bibliografía.

- ANTHEAUME, André – “Les principes généraux qui doivent régir l’assistance des psychopathes”, *L’Encephale*. 17:6 (1922) p. 330-346.
- ANTHEAUME, André – “Chronique. L’actualité psychiatrique”. *L’Hygiène Mentale*, 20:8 (1925) p. 229-250.
- BALLBÉ, Manuel - *Orden público y militarismo en la España constitucional (1812-1983)*. Madrid: Alianza Editorial, 1984. ISBN 978-84-20623-78-8.
- BALLET, Gilbert – “A l’Académie de Médecine. Note de M. Gilbert Ballet, en Le projet de réforme de la loi de 1838 sur le régime des aliénés”. *Bulletin de l’Académie Nationale de Médecine*. 71 (1914) p. 359- 369.
- BARRIOS FLORES, Luis Fernando – “Un siglo de psiquiatría penitenciaria”. *Revista Española de Sanidad Penitenciaria*. ISSN 1575-0620. 2000; 1 (2000) p. 23-30.
- BUSQUET, Tomás - *La lucha contra los trastornos del espíritu. Higiene mental popular*. Barcelona: Librería Catalonia, 1928.
- CAHEN, Roger - *Le Régime pénitentiaire belge et la loi de défense sociale , thèse pour le doctorat en droit*. Paris: Recueil Sirey, 1936.
- CAMPOS, Ricardo – “De la higiene del aislamiento a la higiene de la libertad: La reforma de la institución manicomial en Francia (1860-1940)”. *Frenia*. ISSN 1577-7200. 2001; 1:1 (2001) p. 37-64.
- CAMPOS, Ricardo – “¿Psiquiatría para los ciudadanos o psiquiatría para la represión? El problema de la peligrosidad del enfermo mental en España (1920-1936)”. In. *De la “Edad de plata” al exilio. Construcción y “reconstrucción” de la psiquiatría española*. Madrid: Frenia, 2007. ISBN 978-84-612-0643-8. p. 15-36.
- CAMPOS, Ricardo – “La construcción del sujeto peligroso en España (1880-1936). El papel de la psiquiatría y la criminología”. *Asclepio*. Nº 65 (2) (2013) p. 017. doi:< <http://dx.doi.org/10.3989/asclepio.2013.17>>. [Consult. 19 Dic. 2018]. Disponible em WWW: <URL: <http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/561/608>. ISSN 0210-4466.
- CANDELA, Ruth; VILLASANTE, Olga – “Pacientes “penales” en instituciones psiquiátricas: cien años del Manicomio Nacional de Leganés (1852-1952)”. *Dynamis*. [Em linha]. 38:1 (2018) p.163-187 [Consult. 16 May. 2018]. Disponible em WWW: <URL: <https://www.raco.cat/index.php/Dynamis/article/view/336033/426827>. ISSN 2340-7948.
- CARTUYVELS, Yves - L’internement de défense sociale en Belgique : entre soin, dangerosité et sécurité, *L’information psychiatrique*. ISSN 0020-0204. 93:2 (2017) p. 93-101.

- DECRETO creando en el Instituto de Estudios Penales, con carácter de ensayo, un Anexo psiquiátrico, en el que figurará un Servicio de Biología Criminal, adscrito y dependiente de dicho Instituto. *Gaceta de Madrid*. Nº 73 (14 de marzo de 1933) p. 1964.
- DECRETO de 3 de julio de 1931 dictando reglas relativas a la asistencia de enfermos psíquicos”. *Gazeta de Madrid*. Nº 188 (7 de julio de 1931) 186-189.
- EDITORIAL – “Higiene Mental”. *Revista Médica de Barcelona*. 7 (1924) p. 1-5.
- FOUCAULT, Michel - *Los anormales. Curso del Collège de France (1974-1975)*. Madrid: Akal, 2001. ISBN 84-460-1286-3.
- GARGALLO VAAMONDE, Luis - *El sistema penitenciario de la Segunda República. Antes y después de Victoria Kent (1931-1936)*. Madrid: Ministerio del Interior-Secretaría General Técnica, 2011. ISBN 978-84-8150-295-4.
- HUERTAS, Rafael- *Del manicomio a la salud mental. Para una historia de la psiquiatría pública*. Madrid: FISS, 1992. ISBN 84-604-2471-5.
- HUTEAU, Michel - *Psychologie, psychiatrie et société sous la troisième république. La biocratie d'Edouard Toulouse (1865-1947)*. Paris: L'Harmattan, 2002. ISBN 2-7475-3082-5.
- JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis - *Ley de vagos y maleantes: Un ensayo legislativo sobre peligrosidad sin delito*. Madrid: Editorial Reus, 1934.
- KALIFA, Dominique - *Crime et culture au XIX^e siècle*. Paris: Perrin, 2005. ISBN 2-262-02012-4.
- LEY de vagos y maleantes - *Gaceta de Madrid*. Nº 217 (5 de agosto de 1933).
- MARY, Philippe – “La politique pénitentiaire”. *Courrier hebdomadaire du CRISP*. [Em linha]. 12 (2012), 5-47. [Consult. 14 May. 2018] Disponível em WWW <https://www.cairn.info/revue-courrier-hebdomadaire-du-crisp-2012-12-page-5.htm>.
- ISSN 1782-141X.
- MIRA y LÓPEZ, Emilio - *Manual de psicología jurídica*. Barcelona: Salvat Editores, 1932.
- MONTERO-PICH, Òscar - *Normativització a la Presó Model de Barcelona abans de 1936*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. 2014. Tesis Doctoral.
- POUY, Marcelle – “Notes de Criminologie. Fondati de la Société de Prophylaxie criminelle”. *L'hygiène mental*. 5 (1932) p. 170-176.
- PRINS, Adolphe - *La défense sociale et les transformations du droit pénal*. Bruxelles,;Misch et Thron, 1910.
- RENNEVILLE, Marc - *Crime et folie. Deux siècles d'enquêtes médicales et judiciaires*. Paris: Fayard, 2003. ISBN 2-213-60833-4.
- RODRIGUEZ LAFORA, Gonzalo - *La psiquiatría en el nuevo Código Penal español de 1928. (juicio crítico)*. Madrid: Reus,1929.
- RUIZ MAYA, Manuel – “La peligrosidad de los alienados en sus aspectos teórico y práctico. Segunda Reunión Anual de la Asociación Española de Neuropsiquiatras, Madrid, 22, 23, 24 de octubre de 1927. *Archivos de Neurobiología*. 8 (1928) p. 63-97.
- RUIZ MAYA, Manuel - Limite de la peligrosidad en los enfermos mentales y medios para justificar la existencia de las circunstancias que la determinan. *Asociación Española de Neuropsiquiatras. Tercera Reunión Anual, Bilbao, 22, 23, 24 de septiembre de 1928*. Barcelona: Tipografía Santiago Vives, 1930.

- SAFORCADA, Manuel – “Sesión Inaugural”. *Higiene Mental. Boletín de la Liga Española de Higiene Mental*. 1 (1928) p.1-8.
- SIMONNOT, Anne-Laure - *Higiénisme et eugénisme au XXe siècle a travers la psychiatrie française*. Paris: Seli Arslan, 1999. ISBN 2-84276-017-4.
- THOMSON, Mathew – “Mental Hygiene as an International Movement”. In *International Health Organisations and Movements, 1918-1939*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. ISBN 978-0521450126. p. 283-304.
- TORRAS, Oscar – “Los servicios libres psiquiátricos”. *Psiquiatría*. 2:2 (1923) p. 20-29.
- TOULOUSE, Edouard – “Le programme de la Ligue de la Ligue d’Hygiène Mentale”. *Bulletin Mensuel de la Ligue de Hygiène mentale*. 1 (1921) p. 1-5
- TOULOUSE, Edouard - *Le probleme de la prophylaxie mentale*. Paris: Centre de Psychiatrie et de Prophylaxie, 1929.
- TOULOUSE, Edouard – “Le service ouvert pour les malades mentaux”. *La Propylaxie Mentale*. Supplément au n° 32. (1931) p. 302-310.
- TRISCA, Petre - *La prophylaxie mentale en France et a l'étranger*. Paris: A. Maloine et fils Editeurs. 1922.
- VAN DER KERCHOVE, Michel – “Les avatars de la loi belge de défense sociale: le changement dans la continuité”. *Deviance et société*. ISSN 0378-7931. 34:4 (2014) p. 485-502.
- VERVAELE, John – “La défense sociale en (temps de) crise: la criminologie au prétoire ou sur le banc des accusés?”. *Revue internationale de criminologie et de police technique*. ISSN 1424-4683. 40:1 (1987) p. 9-27
- WOJCIECHOWSKI, Jena Bernard - *Hygiène Mental et Hygiène Sociale: contribution à l’histoire de l’hygiénisme*. Paris: L’Harmattan, 1998. ISBN 2-7384-5032-6.

A Neurastenia em Portugal, apogeu e declínio

The rise and decline of neurasthenia in Portugal

José Morgado Pereira

José Morgado Pereira, Médico Psiquiatra. Doutorado em Altos Estudos em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador Integrado do CEIS20. E-mail: jmorgadopereira@gmail.com.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_19_3

A NEURASTENIA EM
PORTUGAL, APOGEU
E DECLÍNIO

O autor enuncia o significado do termo neurastenia e as circunstâncias do seu aparecimento nos Estados Unidos da América, e depois a sua difusão na Europa com as modificações sofridas pelo conceito. Em Portugal são mencionadas algumas das principais referências, que sucedem como nos outros países europeus, entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX, citadas nos livros destinados ao ensino e nas teses apresentadas nas Faculdades de Medicina, sendo um diagnóstico muito utilizado, entrando depois em desuso progressivo, mas mantendo-se a sua utilização como sinónimo de estado de ansiedade, depressão e astenia moderadas, embora de gravidade variável, mas com maior aceitação social e distante da loucura.

Palavras-chave: neurastenia, doenças mentais, afeções nervosas, história da psiquiatria, estrutura dos sintomas mentais.

THE RISE AND DECLINE
OF NEURASTHENIA IN
PORTUGAL

The author explains the meaning of the word 'neurasthenia', how it appeared in the United States of America, and how the concept changed as it was being diffused throughout Europe. In Portugal, mention is made of some of the main references, which, as in other European countries, occurred between the 1890s and the first decades of the 20th century, as cited in books intended for teaching and in dissertations presented at the Faculties of Medicine. Despite being often diagnosed, it later gradually fell out of use, albeit still being used as a synonym for moderate anxiety, depression and asthenia, of variable severity but more accepted socially and far from the idea of madness.

Keywords: neurasthenia, mental disorders, nervous problems, history of psychiatry, structure of mental symptoms.

NEURASTHÉNIE AU
PORTUGAL, APOGÉE ET
DÉCLIN

L'auteur énonce le sens du terme neurasthénie et les circonstances de son apparition aux États-Unis d'Amérique, puis de sa diffusion en Europe avec les modifications subies par le concept. Au Portugal, il est fait mention de certaines des principales références qui apparaissent, comme dans d'autres pays européens, entre la dernière décennie du XIXe siècle et les premières décennies du XXe siècle, citées dans les ouvrages destinés à l'enseignement et dans les thèses présentées dans les Facultés de Médecine, ce diagnostic étant très utilisé, puis entré en désuétude progressive, mais son utilisation se maintenant comme synonyme d'état d'anxiété, de dépression et d'asthénie modérées, bien que de gravité variable, mais avec une plus grande acceptation sociale et distance de la folie.

Mots-clés: Neurasthénie, Maladies mentales, Affections nerveuses, Histoire de la psychiatrie, Structure des symptômes mentaux.

Introdução

Em plena época de domínio das ideias degeneracionistas em psiquiatria e em criminologia, surgiu nos Estados Unidos da América uma versão mais otimista destas ideias trazida por George Miller Beard (1839-1883) popularizando o conceito de neurastenia, colapso nervoso causado por um avanço civilizacional que retirava as reservas de força nervosa aos indivíduos. Pela primeira vez em 1869, Beard procurou dar a conhecer uma fraqueza nervosa, que começou por ser uma doença americana, da civilização, mais tarde divulgada por Weir Mitchell que criou um método de tratamento para a doença. As *doenças nervosas* existiam antes do advento da neurastenia, nomeadamente nos séculos XVIII e XIX (Hare, 1998; López-Piñero, 1985). A difusão do diagnóstico de neurastenia na Europa iniciou-se após a publicação dos seus livros principais em 1880 e 1881. Na Holanda e Alemanha foi em geral integrado nas neuroses, enquanto em França Pierre Janet popularizou o seu próprio conceito de psicastenia, no Reino Unido teve menos importância pois a ideia de fraqueza psicológica sofreu sempre resistências (Porter, 2002). Beard, no prefácio do seu livro principal começa por afirmar que a neurastenia ou exaustão nervosa é mais frequente do que qualquer outra forma de doença nervosa. Reconhece o carácter largamente subjectivo dos sintomas, que se trata de doença da civilização moderna, e principalmente do século XIX e dos Estados Unidos, funcional, distinguindo-a desde logo de outras doenças “nervosas” como a epilepsia e a histeria, e especialmente de doenças orgânicas ou estruturais (Beard, 1880). As queixas físicas são a astenia neuromuscular, insónias e cefaleias, dores e hiperestesias diversas, dispepsia e queixas gastrointestinais, e um estado mental dominado pela fadiga com perturbações da memória e atenção, tristeza e desânimo, abulia, inquietação, por vezes fobias e obsessões. Preocupa-se em fazer a distinção com a hipocondria ou patofobia e com a histeria, com situações orgânicas como a anemia, e como possíveis doenças sequenciais menciona entre outras a melancolia, a histeria e a histero-epilepsia. Beard adoptava um tom otimista quanto ao prognóstico e ao tratamento, considerando que na maioria dos casos podia conseguir-se melhoria ou mesmo cura, pois em nenhum outro departamento terapêutico tinha havido tantos progressos nos últimos quinze anos como no tratamento da neurastenia e afecções similares. (Beard, 1880)¹. O prognóstico dependia do carácter hereditário da doença, mas em muitos casos ela não era hereditária, e mesmo nesses casos, essa tendência podia ser combatida embora fosse mais difícil e demorado. A terapêutica devia combinar o tratamento médico com o higiénico, dieta evitando o excesso de restrição ou sobrealimentação, a cura de repouso, o isolamento e o descanso eram regra, e depois a sugestão e a combinação de medicamentos tónicos, sedativos, electricidade, massagem, e outros fármacos como ergotina, arsénico, canábis, cafeína, coca, combinações de zinco, brómicos, cloral, ópio, estricnina, álcool, fosfatos. Na electricidade, usava-se a faradização geral e a galvanização central. E a hidroterapia, quente ou fria, os laxantes e catárticos, as férias e viagens eram por vezes aconselhadas, por exemplo, viagens à Europa (Beard, 1880).

¹ BEARD, G. – *A Practical Treatise on Nervous Exhaustion (Neurasthenia). Its Symptoms, Natures, Sequences, Treatment*. New York: W.Wood, 1880. p. 160-161.

Quanto às causas Beard enfatiza que o *nervosismo americano* é o produto da civilização americana, sendo todas as outras influências, que enumera, secundárias (Beard,1881)². Mas precisa que este nervosismo é um estado físico, não um estado mental, e não resulta de um excesso emocional, excitabilidade ou doença orgânica, mas sim de debilidade nervosa e irritabilidade (Beard,1881). A sua difusão na Europa ficou a dever-se muito aos trabalhos de Charcot, nomeadamente as *Leçons du Mardi*, procedendo à sua incorporação nas neuroses, tornando-se afecção de grande importância juntando-se assim à histeria, considerando que podiam associar-se, descrevendo uma histeroneurastenia de causa traumática (Charcot,1889)³.

O filósofo Herbert Spencer chamara a atenção para o facto de a evolução produzir exaustão nervosa mas também a sua cura, o que fez com que Beard considerasse que havia semelhanças entre as suas ideias e as do evolucionismo de Spencer (Drinka,1984)⁴. De acordo com os valores e a mentalidade americana, Beard minimizava a importância da hereditariedade, tendendo a encarar as causas da neurastenia de um modo positivo, ligado ao trabalho intenso, e no capítulo do tratamento aplicava meios físicos de forma optimista, como a electricidade, uma forma de invento tradutor de progresso (Drinka,1984). A ideia de degenerescência tão em voga na Europa tinha na América menor importância, as ideias da hereditariedade eram vistas de modo muito mais maleável, encarando-se o país como uma nova civilização, capaz de progresso social e oportunidades para todos, realçando a liberdade e valorizando as novas invenções, como o comboio, a luz eléctrica, o telégrafo e o telefone. A difusão e passagem para a Europa da doença neurasténica vão modificar várias das características e ideias que lhe estavam associadas por Beard. Ao tom optimista vai suceder um tom bem mais sombrio. Charcot considerou que nas neuroses traumáticas os pacientes eram histéricos ou neurasténicos, mas com Krafft-Ebing a neurastenia torna-se uma alienação, neurose com um significado profundamente constitucional, e constitui poderosa predisposição para o aparecimento de psicoses, descrevendo degenerescências psíquicas de base neurasténica.(Krafft-Ebing,1897).⁵ Também salientou a exaustão nervosa causada pela masturbação, afectando o sistema nervoso dos adolescentes, e passaram a ser diagnosticados doentes antes considerados melancólicos, histéricos ou hipocondríacos, aumentando os diagnósticos de neurastenia. Em Itália Tanzi reservou um capítulo à neurastenia no seu Tratado, distinguindo uma forma aguda e outra constitucional, embora considere que a distinção nem sempre é fácil, aceitando formas associadas de histeroneurastenia (Charcot) e variedades de neurastenia traumática, tudo apontando para a existência de uma afinidade entre neurastenia e histeria. (Tanzi,1909)⁶. A afecção começou entretanto a ser criticada pela sua abrangência e falta de precisão, dados os progressos na sua elucidação, considerada por muitos um aglomerado de coisas dis-

² BEARD, G. - *American Nervousness: Its Causes and Consequences*. New York: Putnam, 1881.

³ CHARCOT, J. - *Leçons du Mardi à la Salpêtrière*. 1888-1889. Paris: Lecrosnier et Babé, 1889. p. 131-139.

⁴ DRINKA, G. - *The Birth of Neurosis: Myth, Malady and the Victorians*. New York: Simon and Schuster, 1984.

⁵ KRAFFT-EBING, R. - *Traité Clinique de Psychiatrie*. Paris: A. Maloine, 1897. p. 526-555

⁶ TANZI, E. - *A Textbook of Mental Diseases*. London: The London Press Company, 1909. p. 540-563.

Mas lucidamente acrescenta que o neurasténico não sofre de verdadeira doença mental, pois a consciência permanece clara e a sua personalidade intacta.

tintas. Shorter identificou quatro maneiras de a encarar: nervosismo em geral, equivalente masculino da histeria, depressão leve, e fadiga crónica (Shorter,1992)⁷. Os finais da primeira grande guerra marcam o princípio do fim da doença, com uma mudança do diagnóstico somático para psíquico, estabelecendo-se uma progressiva substituição de uma linguagem dos “nervos” por uma linguagem das neuroses e psiconeuroses que se iniciara no princípio do século. Na Alemanha onde também se salientou uma causalidade externa derivada das condições criadas pela trepidante vida moderna, a breve trecho as ideias sobre hereditariedade e degenerescência tornaram-se as preocupações centrais. Em França, se a difusão deveu muito a Charcot, que salientou o lado orgânico da afecção mas recusou o seu carácter elitista, o seu prolongamento é também obra de Pierre Janet, ao criar a psicastenia em 1903 que ultrapassava a neurastenia, pois era uma psiconeurose que também englobava depressão, fobias e obsessões (Lanteri-Laura,1994)⁸. A causalidade psicológica e a psicoterapia psicodinâmica ganharam um novo impulso, estabelecida a partir da década de 1890 por Janet e por Freud. Janet separou as perturbações obsessivo-compulsivas da neurastenia e Freud destacou a neurose ansiosa e a histeria (Berrios,1985⁹; Wessely,1990). Gosling, no que diz respeito aos Estados Unidos, considera que a queda do modelo neurasténico se deveu ao crescente domínio dos critérios diagnósticos europeus, à tendência para a especialização e exigência de tratamentos específicos para doenças específicas, e ao triunfo da visão freudiana das neuroses e psicoses. (Gosling,1987). A mudança de deixar de pertencer à neurologia para dizer respeito à psiquiatria teve uma importância crítica pois a sua principal função social perdeu-se (Wessely,1990)¹⁰. Com efeito, a neurastenia era um diagnóstico mais respeitável para as queixas e o sofrimento associado, com alguns benefícios ligados ao “estar doente”.

A neurastenia acabou assim por ir adquirindo diferentes significados, mas não incluía os psicóticos. Com Beard a degenerescência não era incluída, mas na Alemanha e em França foi incorporada a partir de 1890, num contexto pessimista de *fin-de-siècle*, na Inglaterra e Holanda muito menos, ligada às distintas evoluções políticas e socioculturais desses países (Gijswijt-Hofstra; Porter, 2001). Após o triunfo da linguagem das psiconeuroses, a neurastenia acabou por ser reduzida a um sintoma neurótico, a fadiga anómala ou a um pequeno conjunto de sintomas, como astenia, depressão e ansiedade, passando da neurologia para a psiquiatria. Inicialmente considerada afecção das elites, perdeu depois essa condição mas continuou ainda a ser usada por vezes na prática médica geral.

Pode pois considerar-se a neurastenia uma doença que foi produzida, negociada, criticada, construída e desconstruída.

⁷ SHORTER, E. - *From paralysis to fatigue. A History of Psychosomatic Illness in the Modern Era*. New York: The Free Press, 1992.

⁸ LANTERI-LAURA, G. - “La psychasthénie: Histoire et évolution d’un concept de P. Janet”. *L’Encéphale*. Paris: Vol. 20, (1994). p. 551-557.

⁹ BERRIOS, G. - “Obsessional disorders during the nineteenth century: terminological and classificatory issues”. In *The Anatomy of Madness: Essays in the History of Psychiatry*. London: Tavistock, 1985. pp.166-187.

¹⁰ WESSELY, S. - “Old wine in new bottles: neurasthenia and “ME”. *Psychological Medicine*. Vol. 20 (1990) p. 35-53.

Neurastenia em Portugal O ensino em Neurologia e Psiquiatria

Na Lição de abertura do Curso de Neurologia da Faculdade de Medicina de Lisboa¹¹, Egas Moniz mostra como se tem vindo a restringir pouco a pouco o outrora vasto campo das neuroses ou das doenças funcionais do sistema nervoso. E relembra que pouco tempo antes se incluíam nesse grupo as coreias e a paralisia agitante, que agora são consideradas doenças orgânicas. Mas algumas há que provavelmente sempre aí permanecerão e dá como exemplo principal a histeria e ainda a psicastenia (Raymond) e a neurastenia (Déjerine); são as neuroses, ou melhor, as psiconeuroses consagradas¹². Acrescenta que a concepção da histeria fora mantida até há pouco tempo nos moldes traçados pela obra de Charcot, mas fora inteiramente redefinida como pitiatismo por Babinski.

A neurastenia fora definida pelo neurologista Beard¹³ em 1869 para designar o exaurimento ou esgotamento dos centros nervosos e a incapacidade funcional resultante. Júlio de Matos fala de uma síndrome secundária a várias afecções e de neurastenia-doença, que tanto pode ser adquirida como constitucional, em que as obsessões representam um papel importante¹⁴. Na etiologia coloca a par a hereditariedade e o abuso das funções nervosas (excessivo trabalho com insuficiente reparação) que podem estar ligados a situações individuais como desastres financeiros, domésticos, profissionais, má alimentação. Os sintomas somáticos assentam em penosa e constante sensação de fadiga. Depois vêm as perturbações digestivas, as perturbações do sono, com insónia frequente ou com sonhos aflitivos, perturbações da sensibilidade, cefaleias, dores e nevralgias intensas, perturbações ou disfunções genitais. Nos sintomas psíquicos há um estado mental semelhante ao da melancolia simples, com dor moral sem delírio, em que a fadiga precede a acção; espontaneamente o doente só fala dos seus males, explica as suas sensações anormais, discute o tratamento, consulta médicos, oscilando entre o desespero, que gera ideias de suicídio, raramente executadas, e o desejo de curar-se a todo o custo.

O autor distingue entre a forma adquirida, acidental, com os sintomas descritos, a doença de Beard, ocorrendo em isentos de predisposição neuropática ou psicopática¹⁵; e a neurastenia constitucional, degenerativa, com aparição de obsessões, ou síndromes episódicas de degenerescência hereditária. Define obsessão como todo o fenómeno mental que, sem resultado útil, paroxisticamente invade a consciência, contra a vontade do doente, impondo-se-lhe de um modo irresistível e angustioso. Recorrendo a Tanzi, Matos estabelece uma analogia entre a diátese de contractura de Charcot para a histeria (um muscu-

¹¹ MONIZ, Egas – “Lição de abertura do Curso de Neurologia”. *A Medicina Contemporanea*. N.º 47 (1912). p. 369-373.

¹² Idem, *Ibidem*, p. 370.

¹³ Ver WESSELY, S. – “Neurasthenia and Fatigue Syndromes”. In BERRIOS, G. E.; PORTER, R. – *A History of Clinical Psychiatry. The Origin and History of Psychiatric Disorders*. London: Athlone Press, 1995. p. 509-532.

¹⁴ MATTOS, Júlio de – *Elementos de Psiquiatria*. Porto: Lello & Irmão, 1911. p. 414-433. As obsessões surgem integradas na neurastenia constitucional, a forma mais grave. Também utiliza a designação de paranoia rudimentar.

¹⁵ Esta doença permitiu a inclusão numa dimensão social e cultural, ligada à civilização e aos problemas da vida quotidiana, mais psicológica e distante da loucura. Ver HUGUET, M. – “Construction d’une categorie nosographique: La Neurasthénie”. *Perspectives Psychiatriques*. IV, n.º 73 (1979). p. 301-309.

lo fisiologicamente contraído que persistia mórbidamente contracturado) e a diátese de incoercibilidade psíquica para as ideias fixas, incoercíveis, que repetindo-se constitui-se o estado obsessivo¹⁶. As obsessões dividiam-se em intelectuais ou ideativas, emotivas ou fobias, e motoras, que podem ser impulsivas ou abúlicas. Depois discute o elemento emotivo, constante nas obsessões, mas pergunta se é elemento primitivo ou secundário, reactivo à presença de uma ideia fixa. Para Pitres e Régis, a emotividade é o facto primitivo, mas Matos, sem o contestar, afirma que a presença da ideia fixa é indispensável à luta entre as sistematizações normais e mórbidas, de que procede a emoção; esta seria pois clinicamente secundária. E afirma que o elemento emotivo, sendo constante nas obsessões, é primitivo apenas nas fobias¹⁷. Ora a obsessão dá-se pois à custa de uma dissolução parcial e transitória do Eu, vencido pelo sistema antagonista criado pela ideia imposta. Depois de mencionar as obsessões intelectuais e lembrando que muitas vezes as ideias impostas têm uma feição moral (obsessões-escrúpulos), aborda as obsessões emotivas ou fobias, a partir de Pitres e Régis¹⁸, ao dizerem que o elemento ideativo é secundário e subalterno, a angústia pode não ter objeto mas em regra tem um objeto determinado e podem ser fobias dos objetos e dos actos, dos lugares e elementos, das doenças e da morte, e dos seres vivos. As obsessões motoras podem ser impulsões e abulias. O autor considera, de acordo com Séglas e Régis, que os doentes empregam meios de defesa e dá o exemplo de um agorafóbico que para atravessar uma praça chamava um vendedor de jornais a quem ia comprando um exemplar de cada um e com quem ia conversando, conseguindo fazer a travessia acompanhado. O diagnóstico pode ser delicado pela distinção por vezes difícil com os estados neurasténicos precursores da paralisia geral ou da demência precoce, pode também ser difícil o diagnóstico diferencial com a histeria, que aliás se combinam na denominada histeroneurastenia, e o diagnóstico com a depressão melancólica seria praticamente impossível. Quanta á natureza, patogenia e prognóstico, Matos insiste em duas afecções distintas: a forma adquirida ou accidental, e a constitucional. Na primeira, ocorre em indivíduos equilibrados, sendo a sobrecarga emocional o único elemento causal, com prognóstico benigno e com tratamento assente no repouso, medicação tónica, higiene e sugestão em vigília. Já a outra forma, degenerativa, tem evolução crónica e remitente, sintomatologia obsessiva, prognóstico severo, e o isolamento impõe-se na grande maioria dos casos.

Júlio de Matos parece ter uma ideia vasta e sobreinclusiva da neurastenia. No seu esquema classificativo coloca entre parênteses a loucura obsessiva e no capítulo respectivo como sinónimos aproximados, doença de Beard, nervosismo e exaustão nervosa, delírio emotivo (Morel), loucura obsessiva, loucura coacta (Kraepelin), loucura consciente (Falret, Ritti), paranoia rudimentar (Westphal) e diátese de incoercibilidade psíquica (Tanzi). Inclui nesse capítulo o estado obsessivo e as obsessões emotivas ou fobias, tendo considerado já em 1897 que as obsessões são estigmas psíquicos e, tal como as fobias, não são integráveis no estado mental dos neurasténicos mas apenas nas formas degenerativas hereditárias (Matos, 1897).¹⁹ Nota que Westphal tentou alargar a área da paranoia integrando

¹⁶ MATTOS, Júlio de – *Elementos de Psychiatria*. Porto: Lello & Irmão, 1911. p. 420-421.

¹⁷ MATTOS, *Ibidem*, p. 422.

¹⁸ PITRES, A., RÉGIS, E. – *Les Obsessions et les Impulsions*. Paris: Octave Doin, 1902.

¹⁹ MATTOS, J. – “O estado mental dos neurasthenicos”. *Revista Portuguesa de Medicina e Cirurgia Practicas*. Nº 10, 11, 13, 14, 16 (1897).

no seu quadro clínico as obsessões, criando a variedade da paranoia abortiva, rudimentar ou frustrante para designar a loucura obsessiva ou das ideias fixas. Matos afirmou estar com os psiquiatras que consideram “a obsessão um delírio abortado e o delírio uma obsessão que seguiu caminho”²⁰.

Em 1910 Matos publica “O sonho neurasténico”²¹, curioso trabalho porque fala dos sonhos penosos na neurastenia, já mencionados por Beard ao dizer que os doentes sonham desastres de toda a ordem, para de seguida confessar que foi afectado em 1890 de uma neurastenia pós-gripal, tendo tido oportunidade de estudar em si próprio a particular feição dos sonhos desta nevrose. Convidando sempre os seus doentes neurasténicos a pormenorizarem os seus pesadelos, convenceu-se que a feição que surpreendera nos seus sonhos maus, era comum a todas as neurastenias, sejam quais forem as suas causas e o molde psicológico dos doentes. O sonho é mais do que apenas penoso, pois revela também a abulia ou a impotência neuromuscular. Os sonhos e os temas sonhados têm em comum o facto de em todos se observar um obstáculo à realização de actos que os doentes deliberaram e dos quais dependia o êxito de uma dada situação. No caso de sonhos eróticos, havia impossibilidade que o doente experimentava de gozar prazeres que se lhe ofereciam. Distingue depois sonho neurasténico de sonho dos neurasténicos, fala do primeiro pois os segundos, se em fase de remissão, não apresentavam características especiais. A conclusão que tira é esta: “o sonho neurasténico é penoso, não porque a sua trama sensorial seja feita de mortes, de assassinatos, de desastres de toda a ordem, mas porque é um sonho de impotência”²². Confessa surpresa por não encontrar outros observadores a referirem os mesmos factos pois tudo o que se sabe da neurose de Beard o faz prever, e reitera “não é a abulia a nota dominante do estado mental dos neurasténicos? Não é a miastenia o mais característico dos seus sintomas objectivos?”²³.

A importância das Dissertações

A neurastenia tornou-se diagnóstico frequente entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX, objecto de artigos em revistas médicas e dissertações inaugurais, úteis porque reveladoras das ideias do tempo transmitidas pelos protagonistas médicos. Talvez a dissertação mais conhecida tenha sido a de José Caetano de Sousa e Lacerda - *Os neurasténicos*²⁴ de 1895 apresentada à Faculdade de Medicina de Lisboa, publicada com um extenso prefácio de Sousa Martins e talvez por isso passou a ser citada em teses posteriores. O tema é tratado de forma assumidamente teórica e filosófica, baseando-se num materialismo fisiologista algo especulativo, com referência às ideias de degenerescên-

²⁰ MATTOS, Júlio de – “Lições sobre doenças mentais e nervosas na Escola Médica do Porto”. *A Medicina Contemporanea*. Nº 11 (1910). p. 85-86.

²¹ MATTOS, Júlio de – “O Sonho Neurasthenico”. *Movimento Médico*. Coimbra. Nº 14 (1910). p. 217-219.

²² MATTOS, *Ibidem*, p. 218. Impotência motora, que o inabilita de intervir numa dada situação, modificando-a no sentido do seu desejo.

²³ *Idem*, *Ibidem*, p. 219.

²⁴ LACERDA, José de – *Os Neurasthenicos. Esboço D'Um Estudo Medico e Philosophico*. Lisboa: M. Gomes, Livreiro-Editor, 1895.

cia de Morel e Magnan, à neurastenia dos degenerados, suas implicações na arte mórbida e na História, com referências a autores como Max Nordau. Do mesmo ano é a publicação da dissertação de concurso apresentada à Faculdade de Medicina de Coimbra por Francisco José da Silva Basto - *A Neurasthenia*²⁵, procurando minuciosamente tratar o tema ao jeito de qualquer outra afecção médica, elencando sintomas essenciais ou estigmas e sintomas secundários, marcha e duração, formas clínicas, diagnóstico, prognóstico, etiologia, patogenia, higiene e terapêutica, apontando para o denominado método de Weir-Mitchell, os tratamentos físicos como a hidroterapia e a electricidade, o repouso, o isolamento e a dieta.

A volumosa tese de José António de Magalhães *O Pessimismo no ponto de vista da psicologia mórbida*²⁶, apresentada à Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1890, é uma extensa dissertação, com mais de 500 páginas. Muito informada no plano intelectual e contendo muitas referências literárias, está marcada pela atmosfera fim-de-século, procurando ligar a neurastenia à degenerescência e filiando-a historicamente na acedia dos monges, depois abordando o tédio, concluindo que nos finais do século XVIII “a vacilação das crenças religiosas e as revoluções políticas fizeram aparecer a doença do século”²⁷. Assim, “o pessimismo era uma neurastenia psíquica, e o pessimista, quando não era um degenerado, era um indivíduo em vias de degenerescência, com uma incapacidade para a luta pela existência, impróprio para concorrer com o resto da sociedade na obra comum do desenvolvimento da humanidade”²⁸. Acrescenta que uma variedade de neurastenia seria a base psíquica dos criminosos profissionais: a neurastenia moral, que era acompanhada da neurastenia física, intelectual e estética com a natural consequência no plano social, moral e laboral, juntando assim às ideias degeneracionistas a influência da antropologia criminal de Lombroso. Outros preferiam salientar formas localizadas de doença, como José Maria Pacheco da Silva Lemos sobre a neurastenia gástrica (Lemos, 1891) ou como Alfredo Martins da Silva Borges com a neurastenia genital (Borges, 1899). Em 1893, João Silvestre de Almeida abordava o tratamento, referindo o Gabinete Hidroterápico de Mauperrin Santos, frequentado por neurasténicos, mencionada como “doença da moda”, fazendo um agradecimento a Bombarda e a Bettencourt Rodrigues. Os tratamentos são baseados no método de Weir-Mitchell com isolamento, repouso, massagens, electricidade com uso de correntes farádicas, dieta, climatoterapia. (Almeida, 1893). O estudo de António Rodrigues Gomes faz algumas referências dignas de nota sobre o tema, como de Gilles La Tourette, e na terapêutica a obra de Proust e Ballet sobre a higiene do neurasténico, além da cura de Weir-Mitchell sempre citada, acentuando a importância da hidroterapia, fundamental para La Tourette (Gomes, 1899). Já Policarpo de Barros Alves realça a higiene terapêutica, e dentro dela a higiene moral que considera uma psicoterapia indirecta, desvalorizando a sugestão e os medicamentos muitas vezes inúteis. Como era de esperar, valoriza os métodos de Weir-Mitchell, os efeitos fisiológicos do exercício adaptado ao estado geral, a hidroterapia, as faradizações e o clima de montanha. (Alves, 1903).

²⁵ BASTO, Francisco José da Silva – *A Neurasthenia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1895.

²⁶ MAGALHÃES, José António de – *O Pessimismo no ponto de vista da Psychologia Morbida. Contribuição para o estudo da neurasthenia psychica*. Lisboa: Typographia Universal, 1890.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 519.

²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 525.

A tese *Neurastenia e Neuroses*²⁹ de Adelino da Costa Padesca, foi apresentada em Lisboa em 1908. Chama a atenção de início para o papel primordial que o elemento psíquico desempenha nos estados mórbidos chamados psiconeuroses, não no sentido que os alienistas o tomam, como sinónimo de loucura, mas para substituir e adquirir a significação mais simples que se dá à palavra neurose. Enquanto a histeria passou a ser neurose das funções psíquicas, a epilepsia e a doença de Parkinson e as coreias foram afastadas das psiconeuroses e aproximadas das doenças lesionais neurológicas. Assim, do grupo clássico das neuroses restavam três estados mórbidos: a neurastenia, a histeria e a psicastenia. Descreve depois os numerosos sintomas neurasténicos, com a astenia e os sintomas que podem atingir praticamente todos os sistemas do organismo, e depois o estado mental, dominado pela tristeza, pela falta de coragem, pela timidez, impressão de impotência motora, e tendência para o choro. Além do estado depressivo da mentalidade, estão atingidas a memória, a vontade e a atenção, mas não abolidas nem pervertidas, tornando-se pessimistas e apresentando um estado de medo sistematizado com fobias diversas.

Nas causas da neurastenia, Padesca considera-a própria dos países civilizados e da moderna vida intensiva nas cidades e mais frequente nos Estados Unidos. Não lhe parece demonstrado que a hereditariedade seja essencial para a aquisição da neurastenia, todas as causas debilitantes do sistema nervoso a podem produzir. Julga também que os doentes com sintomas neurasténicos com graves complicações mentais, com sistematização dos fenómenos nervosos tendendo para a obsessão, já apontavam para a hereditariedade mórbida progressiva (neurasténicos constitucionais). Acha que depois dos trabalhos de Janet e Raymond deviam ser considerados antes do domínio da psicastenia³⁰. A psicastenia foi definida por Raymond, o autor mais referenciado por Padesca, como “psiconeurose constitucional, quase sempre hereditária, caracterizada por duas séries principais de sintomas psicológicos e por sintomas físicos”³¹. Os sintomas psíquicos da primeira série, mais profundos e importantes, são perturbações elementares e generalizadas do dinamismo mental, contínuos, não desaparecem completamente, são estigmas. A segunda série compreende perturbações mais aparentes, mas secundárias e transitórias, relacionadas com uma ideia ou emoção particular. A consciência crítica mantém-se em grande parte, os doentes percebem a natureza patológica dos sintomas. Os sintomas psíquicos podem entrar em qualquer dos seguintes grupos: obsessões, operações psicológicas, manifestações de insuficiência psicológica. As obsessões são ideias mórbidas, tenazes, conscientes e irresistíveis, acompanhadas com frequência de tendências impulsivas que absorvem a actividade mental do doente que lhes não pode impôr a sua vontade, apesar da perfeita consciência de serem disparatadas. As operações psicológicas são também irresistíveis e involuntárias, agitações mentais sistemáticas ou manias (da interpretação, da hesitação, da precisão, da ordem, da aritmética, do símbolo, da explicação, da expiação, dos pactos) ou agitações difusas, em que a actividade mental se esgota sem conclusão (ruminação); tiques, fobias ou agitações emocionais sistematizadas, com horror por um objecto ou acto

²⁹ PADESCA, Adelino da Costa – *Neurasthenia e Neuroses*. Lisboa: A Liberal – Officina Typographica, 1908.

³⁰ Ver LANTERI-LAURA, G. – “La psychasthénie: histoire et évolution d’un concept de P. Janet”. *L’Encéphale*. XX (1994). p. 551-557.

³¹ Ver a síntese de Raymond de 1911 sobre a psicastenia, em RAYMOND, F. – “Névroses et Psycho-Névroses”. *Traité International de Psychologie Pathologique*. Vol. II. Paris: Felix Alcan, 1911. p. 29-59.

e por vezes também atracção pelos mesmos, estado de ansiedade geral ao menor pretexto (neurose de angústia). Estigmatizam o psicasténico a sua timidez, hesitação e irresolução. Há psicasténicos em que predomina a dúvida sistematizada, outros são escrupulosos, cujas obsessões envolvem preocupações morais, e os impulsivos, os pervertidos, ou os que chegam ao delírio. A visão de Padesca é predominantemente fisiológica e fisiopatológica, sendo F. Raymond o autor em que mais se apoia.

Com *Neurasténicos e Melancólicos*, de 1908, João Alberto Sousa Vieira escreve o seu trabalho sob a égide de Júlio de Matos, que lhe terá sugerido o tema da identidade entre a forma depressiva da neurastenia e a da melancolia. Daí reconhecermos algumas das ideias de Matos neste trabalho, e as referências a Beard e Charcot na clínica e no tratamento (Vieira,1908). O mesmo se pode dizer do trabalho de Álvaro Ribeiro de Matos com *Breve estudo sobre Nosologia neurasténica* de 1912, que refere ideias de Matos sobre o sonho abúlico, a impossibilidade de executar movimentos reclamados por instintos ofensivos e defensivos, em relação com os sintomas constantes: abulia e miastenia, a forma histero-neurasténica de origem traumática e coloca o ênfase no tratamento por meios higiénicos e físicos. (Matos,1912).

Uma referência à parte merece a dissertação de Cláudio Basto apresentada à Faculdade de Medicina do Porto ao tratar da psicastenia³². Na introdução cita uma frase de Albert Deschamps “para tudo compreender é por vezes necessário tudo sentir”³³, pois a neurose asténica, neurose depressiva, astenia psíquica são estados estranhos, complexos, dolorosos, esmagadores, que o doente explica mal. Atreve-se mesmo a dizer que está convencido que a astenia seria o resultado da derrota da energia psíquica, da potência espiritual, pela contrariedade tenaz e invencível do mundo exterior. Em nota de rodapé o autor analisa os termos e parece achar que neurastenia, psicastenia ou astenias nervosas são termos similares mas nem sempre com os mesmos significados; neurastenia seria o termo mais elaborado e passara para o público que dava esse nome a toda e qualquer perturbação nervosa. O termo existia na Europa desde 1880, quando foram conhecidas as obras de Beard, mas entende que os sintomas eram há muito conhecidos de forma vaga desde Hipócrates e Galeno, e de muitos outros autores, com diferentes nomes entre os quais melancolia, irritação espinhal, nervosismo, astenia nervosa, exaustão nervosa, conforme o livro de Raymond sobre as neuroses e psiconeuroses³⁴.

Era o grande *mal do tempo*, objecto de livros e inúmeras publicações, e de acordo com alguns alienistas e suas classificações encaradas como psiconeuroses ou degenerescências mentais, ou aproximadas dos escrupulosos, obsessivos, fóbicos, hipocondríacos. A forma constitucional era assim aproximada aos degenerados. Já Pierre Janet falava da psicastenia para descrever afecções de natureza emotiva (obsessões-fobias), motora (agitações e tiques motores) ou intelectual (ideias fixas não delirantes, ruminações) englobando a neurose de angústia, a loucura da dúvida, a doença dos escrupulos, outrora consideradas paranoias rudimentares³⁵.

³² BASTO, Cláudio – *Alma Doente (A Génese da Psicastenia)*. Viana do Castelo: Tip. De André J. Pereira & Filho, Sucessor, 1912.

³³ Idem, *Ibidem*, p. 8.

³⁴ Ver RAYMOND, F. – “Névroses et Psycho-Névroses”. In *Traité International de Psychologie Pathologique*. Dir. A. Marie. Tome II. Paris: Felix Alcan, 1911.

³⁵ Ver como síntese a obra de JANET, P. – *Les névroses*. Paris: Flammarion, 1909.

De acordo com Deschamps neurastenia é uma neurose, resultado dum esgotamento nervoso geral provocado por sobrecarga, sob todas as formas, física e moral, sobretudo cerebral (Beard, Charcot, Féré)³⁶.

A par da irritabilidade, o autor refere a “impresscionabilidade e comocionabilidade” marcadas, mas o psicasténico, a despeito desses momentos de excessos nervosos, cai numa preguiça de movimentos e adinamia enquanto o seu espírito vagueia num remoinhar de raciocínios, explicações, ideias e sonhos. Preocupa-se com o juízo dos outros, sofre de medo e vergonha, perda de serenidade, receio do ridículo, timidez, que conduzem à abulia social. A vontade está afectada, é instável, indeciso, caindo na abulia.

Concluindo, diz que os sintomas psicasténicos são de ordem moral, orgânica e intelectual, e a cura deverá ser em liberdade, pela persuasão, transmissão do sentimento de curabilidade, psicoterapia a combinar com a fisioterapia, trabalho mental com trabalho físico. Mas considera que em primeiro lugar está a psicoterapia, a fisioterapia tratamento adjuvante. A tónica é colocada na persuasão, conforme Dubois e Déjerine³⁷. Integrada na formulação do tempo, é digna de registo a tentativa de Cláudio Basto explicar psicologicamente o quadro psicasténico, e de dar prioridade à psicoterapia.

A dissertação inaugural *A psicoterapia no tratamento da neurastenia*³⁸ de Carlos Fernando de Figueiredo Valente, aborda o tratamento da neurastenia, favorecendo o método de Weir Mitchell, a psicoterapia de fundamento racional e os métodos de sugestão e persuasão. Sob a égide de Egas Moniz, o autor admite o isolamento e psicoterapia só nas casas de saúde e reconhece os inconvenientes do isolamento continuado. Acha que a sugestão está a cair em desuso, e considera que a persuasão está a tornar-se o método de escolha para educar a razão e a vontade, indicados na neurastenia e histeria onde pode ser curativa, de acordo com Dubois e Déjerine. A neurastenia parece-lhe de origem psíquica e tem opinião mais crítica sobre Hartenberg e Maurice de Fleury por persistirem em métodos fisioterapêuticos e criticarem a psicoterapia.

Paul Hartenberg escrevera em 1920³⁹ sobre neurastenia que foi realmente doença da moda entre 1895 e 1914, desaparecendo depois de terminada a Grande Guerra, e que parecia tudo explicar incluindo as mais diversas reacções humanas, sendo encontrada por todo o lado. Depois da Guerra terá desaparecido apenas porque se fragmentou e mudou de nome para neurose de angústia, e Paul Hartenberg dizia que na neurastenia clássica existiam sinais de depressão neuro-psíquica e de irritação ansiosa e em particular perturbações circulatorias, palpitações e um estado mental de inquietação complicado por vezes com fobias e obsessões.

³⁶ Albert Deschamps estudou exaustivamente o tema das astenias. Ver DESCHAMPS, A.; VINCHON, J. – *Les Maladies de l'Énergie. Les Asthénies et la Neurasthénie*. (3.ª Ed.) Paris: Felix Alcan, 1927.

³⁷ DÉJERINE, J.; GAUCKLER, E. – *Les manifestations fonctionnelles des psychonévroses et leur traitement par la psychothérapie*. Paris: Masson, 1911; DUBOIS, P. – *Les psychonévroses et leur traitement moral*. Paris: Masson, 1904.

³⁸ VALENTE, Carlos Fernando de Figueiredo – *A Psychoterapia no tratamento da neurasthenia*. Lisboa: Typographia Castro & Irmão, 1912.

³⁹ HARTENBERG, P. – “Grandeur et decadence de la neurasthenie”. *Entente Médicale*, 1920, citação em CERTHOUX, J. – “De la neurasthenie aux nevroses. Le traitement des nevroses dans le passé”. *Ann. Méd. Psych.* 119 Année, Tomo I (1961). p. 913-932. Paul Hartenberg, que não era alienista, publicara já livros sobre a psicologia e o tratamento dos neurasténicos. Ver HARTENBERG, P. – *Traitement des Neurasthéniques*. Paris: Felix Alcan, 1912. Muito citado também na altura *Hygiène du Neurasthénique* de Proust e Ballet, de 1900.

Com os trabalhos de Freud e da sua escola, os fenómenos ansiosos passaram para o primeiro plano nas neuropatias, e assim estes neurasténicos passaram a ser chamados ansiosos. As revisões do tema mostram que, à parte a histeria, a neurastenia englobava todas as neuroses e estados neuróticos. Por outro lado, já Beard a considerava doença do progresso, da civilização e dos problemas humanos que sempre existiram.

Transformações da Neurastenia

As numerosas teses, nomeadamente dissertações inaugurais apresentadas em Lisboa, Porto e Coimbra sobre o tema da neurastenia ficam compreendidas entre 1890 e 1912, e incluindo uma dissertação de André de Brito Tavares (Tavares, 1914), que versa sobre a demência precoce e o diagnóstico diferencial com a neurastenia, vemos que é entre 1890 e 1914 que a doença é tema de estudo, desaparecendo depois. Em Portugal as abordagens tornam-se mais psicológicas nos últimos anos, longe das formulações de Janet e Freud, mas mais ecléticas e próximas das psicoterapias persuasivas de Déjerine e Dubois. Para Pierre Pichot⁴⁰, o declínio da neurastenia começa por volta de 1910, sendo as causas principais a extensão progressiva de novas entidades, sobretudo da depressão e depois dos estados ansiosos. Os estados depressivos ultrapassam progressivamente o quadro da antiga melancolia com formas mais ligeiras antes assimiladas à neurastenia. A concepção psicogenética das neuroses invade completamente a psiquiatria depois de 1920, mesmo fora da corrente psicanalítica e os estados ansiosos integram os outros casos de neurastenia. A neurastenia foi assim o protótipo de uma nova doença, um diagnóstico útil, de grande difusão, mas que praticamente desapareceu, revelando que as doenças podiam ser *construídas* e o seu eclipse teve a ver com a reconfiguração classificativa do campo das neuroses, mas o mal-estar que ela revela prolongou-se posteriormente noutras designações⁴¹.

O diagnóstico de neurastenia ainda se mantém em algumas culturas não ocidentais, encarada como condição orgânica, afectando o sistema nervoso e menos estigmatizante. O termo continuou no entanto a ser útil nos países ocidentais para designar estados de mal-estar evitando um diagnóstico preciso e tranquilizando pacientes e famílias ao dissimular a verdadeira natureza da afecção (Shorter, 1992)⁴². A “fraqueza” do sistema nervoso era preferível a perturbação mental. Até no caso de suicídios era possível encontrar em jornais e revistas relatos de terem ocorrido numa “crise de neurastenia”.

Um facto curioso e que tem sido assinalado é o facto de os médicos estarem muito representados entre os que escrevem sobre a afecção. Tanto Beard como Mitchell sofreram de neurastenia e algumas hipóteses teóricas inicialmente desenvolvidas foram encaradas como

⁴⁰ PICHOT, P. – “La Neurasthenie, hier et aujourd’hui». *L’Encephale*. Paris. XX, (1994). p.545-549.

⁴¹ Anote-se que mesmo desaparecido o diagnóstico, outros quadros sintomáticos dominados pelo esgotamento físico e mental lhe sucederam, nomeadamente o síndrome da fadiga crónica e a fibromialgia. Os estudos de Arthur Kleinman mostram que a “neurastenia” é um conceito popular de doença na China, onde se agrupam sintomas depressivos, ansiedade generalizada e perturbações somatoformes. Ver KLEINMAN, A. – *Writing at the margin. Discourse between Anthropology and Medicine*. Berkeley: University of California Press, 1997.

⁴² SHORTER, E. - *From paralysis to fatigue. A History of Psychosomatic Illness in the Modern Era*. New York: The Free Press, 1992. p.231.

tentativas de explicar a sua própria condição, e muitos artigos na literatura e na imprensa continuam a ser escritos por pacientes que são médicos (Wessely,1990).

Entre nós, na dissertação inaugural *A Neurasthenia* de Abílio Adriano de Campos Monteiro, de 1902, pode ler-se na introdução “quis o destino que precisamente a doença que me atacou fosse a nevrose de Beard” (Monteiro,1902). Num livro de José de Lacerda publicado em 1901, em que trata “o mal-de-viver”, o autor faz uma nota prévia em que conta que o opusculo resultou de uma dissertação de concurso ao magistério médico, mas que um intenso e pertinaz estado mórbido o impediram de realizar o concurso (Lacerda,1901)⁴³. Diversas síndromes ao longo do século XX foram sendo descritas como astenia neuro-circulatória, encefalomielite miálgica, síndrome de fadiga crónica, síndrome de fadiga pós-infecciosa, fibromialgia, entre outras, com menor influência e importância, mas que podem ter em comum determinadas características neurobiológicas.

Considerações finais

As tentativas de codificar médica e psiquiatricamente o mal-estar individual, social e civilizacional persistem, ignorando por vezes a importância determinante das dimensões sociais e simbólicas presentes. O significado cultural de como os sintomas são experienciados e lidados, molda a realidade do adoecer e o tratamento prescrito e assim os mesmos sintomas são interpretados, nomeados e experienciados de modo diferente, consoante as culturas, havendo uma diferente construção social para realidades clínicas semelhantes. Chegamos assim ao limiar de um construcionismo de que a neurasthenia e a sua história são o mais extraordinário e paradigmático exemplo.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Silvestre de – *A Neurasthenia e seu tratamento*. Lisboa: Casa portuguesa, 1893.
- ALVES, Policarpo de Barros – *Tratamento da Neurasthenia (breves noções)*. Famacião: Typographia Minerva, 1903.
- BASTO, Francisco José da Silva – *A Neurasthenia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1895.
- BASTO, Cláudio – *Alma doente: a génese da psicastenia*. Viana do Castelo: Tipografia André J. Pereira e filho, 1912.
- BEARD, G. – *A Practical Treatise on Nervous Exhaustion (Neurasthenia). Its Symptoms, Natures, Sequences, Treatment*. New York: W.Wood, 1880.
- BEARD, G. - *American Nervousness: Its Causes and Consequences*. New York: Putnam, 1881.

⁴³ LACERDA, José de – *Esboços de Pathologia Social e Idéas sobre Pedagogia Geral*. Lisboa: Livraria de José A. Rodrigues, 1901.

O exemplar que possuo deste livro tem uma dedicatória para Trindade Coelho, escritor que teve várias “crises de neurasthenia” e que se suicidou em 1908. Em carta a Afonso Lopes Vieira, datada de 1900, que se queixava de um intenso mal-estar, Trindade Coelho recomendava-lhe, além de higiene física, que lesse “*Os Neurasténicos*, de José de Lacerda – um neurasténico” (COELHO,1910).

- BERRIOS, G. – “Obsessional disorders during the nineteenth century: terminological and classificatory issues”. In *The Anatomy of Madness: Essays in the History of Psychiatry*. London: Tavistock, 1985. p. 166-187.
- BORGES, Alfredo Martins da Silva – *Neurasthenia genital no homem*. Porto: Typographia A. F. de Vasconcellos, 1899.
- CHARCOT, J. - *Leçons du Mardi à la Salpêtrière*. 1888-1889. Paris: Lecrosnier et Babé, 1889.
- COELHO, F. T. - *Auto-Biographia e Cartas*. Lisboa: “A Editora”, 1910.
- DÉJERINE, J.; GAUCKLER, E. – *Les manifestations fonctionnelles des psychonévroses et leur traitement par la psychothérapie*. Paris: Masson, 1911.
- DESCHAMPS, A.; VINCHON, J. – *Les Maladies de l'Énergie. Les Asthénies et la Neurasthénie*. Paris: Felix Alcan, 1927.
- DRINKA, G. - *The Birth of Neurosis: Myth, Malady and the Victorians*. New York: Simon and Schuster, 1984.
- DUBOIS, P. – *Les psychonévroses et leur traitement moral*. Paris: Masson, 1904.
- GIJSWIJT-HOFSTRA, M.; PORTER, R. – *Cultures of Neurasthenia. From Beard to the First World War*. Amsterdam - New York: Rodopi, 2001.
- GOMES, António Rodrigues – *Breve estudo sobre os estados neurasthenicos*. Porto: Typographia a vapor de Artur José de Sousa e irmão, 1899.
- GOSLING, F.G – *Before Freud. Neurasthenia and the American Community, 1870-1910*. Chicago: University of Illinois Press, 1987.
- HARE, E. – “The history of “nervous disorders” from 1600 to 1840, and a comparison with modern views”. *On the History of Lunacy: the 19th century and after*. London: Gabbay, 1998. p. 21-35.
- HARTENBERG, P. – *Traitement des Neurasthéniques*. Paris: Felix Alcan, 1912.
- HARTENBERG, P. – “Grandeur et decadence de la neurasthénie”. (1920) Cit. por - CERTHOUX, J. – “De la neurasthénie aux nevroses. Le traitement des nevroses dans le passé”. *Ann. Méd. Psych.* 119 Année, T. I, (1961). p. 913-932.
- HUGUET, M. – “Construction d’une catégorie nosographique: La neurasthénie”. *Perspectives Psychiatriques*. IV, n° 73 (1979). p. 301-309.
- JANET, P. – *Les névroses*. Paris: Flammarion, 1909.
- KLEINMAN, A. – *Writing at the margin. Discourse between Anthropology and Medicine*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- KRAFFT-EBING, R. – *Traité Clinique de Psychiatrie*. Paris: A. Maloine, 1897.
- LACERDA, José de – *Os Neurasthenicos. Esboço D’Um Estudo Medico e Philosophico*. Lisboa: M. Gomes, Livreiro-Editor, 1895.
- LACERDA, José de – *Esboços de Pathologia Social e Idéas sobre Pedagogia Geral*. Lisboa: Livraria de José A. Rodrigues, 1901.
- LANTERI-LAURA, G. – “La psychasthénie: Histoire et évolution d’un concept de P. Janet”. *L’Encéphale*. Paris: Vol. 20 (1994). p. 551-557.
- LEMOS, José Maria Pacheco da Silva – *Breve estudo histórico e patogénico da Dyspepsia neurasthenica (neurasthenia gástrica)*. Porto: Typographia Gandra, 1891.

- LÓPEZ-PIÑERO, J.M. – *Orígenes históricos del concepto de neurosis*. Madrid: Alianza, 1985.
- MAGALHÃES, José António de – *O Pessimismo no ponto de vista da Psychologia Morbida. Contribuição para o estudo da neurasthenia psychica*. Lisboa: Typographia Universal, 1890.
- MATOS, Álvaro Ribeiro de – *Breve estudo sobre nosologia neurasthenica*. Porto: Imprensa Moderna de Manuel Lello, 1912.
- MATTOS, J. – “O estado mental dos neurasthenicos”. *Revista Portuguesa de Medicina e Cirurgia Praticas*. Nº 10, 11, 13, 14, 16 (1897).
- MATTOS, J. – “Lições sobre doenças mentaes e nervosas na Escola Médica do Porto”. *A Medicina Contemporanea*. Nº 11 (1910). p. 85-86.
- MATTOS, J. – “O Sonho Neurasthenico”. *Movimento Médico*. Coimbra. Nº 14 (1910). p. 217-219.
- MATTOS, J. – *Elementos de Psychiatria*. Porto: Livraria Chardron de Lello e Irmão editores, 1911.
- MONIZ, Egas – “Lição de abertura do Curso de Neurologia”. *A Medicina Contemporanea*. Lisboa. Nº 47 (1912). p. 369-373.
- MONTEIRO, Abílio Adriano de Campos – *A Neurasthenia (apontamentos e opiniões)*. Porto: Typographia Universal, 1902.
- PADESCA, Adelino da Costa – *Neurasthenia e Nevroses*. Lisboa: A Liberal – Officina Typographica, 1908.
- PICHOT, P. – “La Neurasthenie, hier et aujourd’hui”. *L’Encephale*. Paris. XX (1994). p. 545-549.
- PITRES, A; RÉGIS, E. - *Les Obsessions et les Impulsions*. Paris: Octave Doin, 1902.
- PORTER, R. – *Madness: a brief history*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2002.
- PROUST, A.; BALLEET, G. - *Hygiène du Neurasthénique*. Paris: Masson, 1900
- RAYMOND, F. – “Névroses et Psycho-Névroses”. In MARIE, A. - *Traité International de Psychologie Pathologique*. Vol. II. Paris: Felix Alcan, 1911.
- SHORTER, E. - *From paralysis to fatigue. A History of Psychosomatic Illness in the Modern Era*. New York: The Free Press, 1992.
- TANZI, E. – *A Textbook of Mental Diseases*. London: The London Press Company, 1909.
- TAVARES, André de Brito – *Da Demencia Precoce. Diagnostico Diferencial com a Neurasthenia*. Lisboa: Impr. Libânio da Silva, 1914.
- VALENTE, Carlos Fernando de Figueiredo – *A Psychotherapia no tratamento da neurasthenia*. Lisboa: Typ. Castro & Irmão, 1912.
- VIEIRA, João Alberto Sousa – *Neurasthenicos e Melancholicos (estados depressivos)*. Foz do Douro: Typographia Martins, 1908.
- WESSELY, S. – “Old wine in new bottles: neurasthenia and “ME”. *Psychological Medicine*. Vol 20 (1990). p. 35-53.
- WESSELY, S. – “Neurasthenia and Fatigue Syndromes”. In BERRIOS, G.; PORTER, R. - *A History of Clinical Psychiatry. The Origin and History of Psychiatric Disorders*. London: Athlone Press, 1995. p. 509-544.

A Epistemologia da psiquiatria
The Epistemology of Psychiatry

German E. Berrios
Ivana S. Marková

German E. Berrios, Chair of the Epistemology of Psychiatry, University of Cambridge, United Kingdom. Email: geb11@cam.ac.uk.

Ivana S. Marková, Reader in Psychiatry, Department of Psychiatry, University of Hull, United Kingdom. E-mail: ismarkova@fastmail.co.uk.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_19_4

A EPISTEMOLOGIA DA PSIQUIATRIA

A psiquiatria surgiu como um ramo da medicina que pretendia explicar cientificamente os factos e os fenómenos objetivos das doenças denominadas mentais (e com base nesses novos conhecimentos) desenvolver curas racionais. A psiquiatria necessita de um período de calibração. As auditorias e a investigação contribuem para essa calibração. A psiquiatria inclui uma componente clínica e uma componente epistemológica. A epistemologia audita a fração conceptual da psiquiatria, a história, a filosofia e a investigação empírica constituem as principais ferramentas da epistemologia. O modelo atual do sintoma mental teve origem no século XIX e a construção dos sintomas mentais nunca está terminado.

Palavras-chave: psiquiatria; história da psiquiatria; epistemologia da psiquiatria

THE EPISTEMOLOGY OF PSYCHIATRY

'Psychiatry' presented itself as a branch of medicine seeking scientifically to explain the causes of objective phenomena and facts called 'mental diseases' (and on the basis of such new knowledge) to develop rational cures. The psychiatry needs periodic calibration, auditing and research contribute to calibration, psychiatry includes a clinical and a conceptual component, epistemology audits the conceptual frame of psychiatry; history, philosophy and supervised empirical research provide the main tools of epistemology, the current model of mental symptom originated during the 19thC, and the construction of mental symptoms is never ending.

Keywords: psychiatry; history of psychiatry; epistemology of psychiatry

L'ÉPISTÉMOLOGIE DE LA PSYCHIATRIE

La psychiatrie est apparue comme une branche de la médecine qui cherchait à expliquer scientifiquement les faits et les phénomènes objectifs des maladies appelées mentales (et à partir de ces nouvelles connaissances) afin de développer des traitements rationnels. La psychiatrie a besoin d'une période de calibration. Les audits et la recherche contribuent à cette calibration. La psychiatrie comprend une composante clinique et une composante épistémologique. L'épistémologie audite la fraction conceptuelle de la psychiatrie, l'histoire, la philosophie et la recherche empirique sont les principaux outils de l'épistémologie. Le modèle actuel du symptôme mental est né au XIXe siècle et la construction des symptômes mentaux n'est jamais terminée.

Mots-clés: Psychiatrie ; Histoire de la psychiatrie ; Épistémologie de la psychiatrie

Introduction

Psychiatry (the old trade of 'alienism') is a new discipline. It was constructed during the 19th century under the aegis of medicine. Like all historical events, its foundation was assisted by contemporary assumptions, aspirations and a myth of origin. 'Psychiatry' presented itself as a branch of medicine seeking scientifically to explain the causes of objective phenomena and facts called 'mental diseases' (and on the basis of such new knowledge) to develop rational cures.

Since its inception, therefore, Psychiatry has presented itself as a rational, philanthropic, scientific and ethical enterprise carried out by medical doctors to alleviate abnormal behaviours causing untold suffering to mankind and resulting from (obvious) disease of the brain. The latter existed in the heads of sufferers and totally independent from psychiatry itself which ex-hypothesis could not participate in its construction.

This received view also states that psychiatry has accumulated a large body of knowledge about the cause, cure and management of mental diseases. This would be even larger were it not for the stigma, prejudice, and funding difficulties of which both psychiatrists and patients have been victims. This notwithstanding, psychiatry has managed to keep up to date, and with the help of (inter alia) genetics and neuroimaging techniques it has reached the position that it is now matter of short time before the cause of schizophrenia, manic depressive illness, and the rest of mental disorders is identified.

Epistemology, on the other hand, is conventionally defined as a discipline that deals with the origin and legitimation of knowledge. There is a variety of epistemological approaches but the most popular in the dominant Anglo-Saxon culture of our day is the one that studies the 'successful' sciences (such as physics, chemistry, mathematics) to find out what logical and theoretical methods and structures are responsible for their success and proceeds to apply them the rest of 'sciences' (e.g. the human or social sciences). In this sense, the epistemology of psychiatry would state that the closer the inner workings of psychiatry come to those of the successful natural sciences the higher the probability that her knowledge is good and true. Epistemology is thus a justificator of the natural sciences.

There are, however, others ways of doing epistemology. For example, it can be defined as a form of audit of concepts and knowledge. In this case, epistemology at least tries to remain independent from the objects that it purports to audit. For example, it does not start by assuming that a particular science (e.g. physics) is by definition the most successful in its quest for 'truth'. It will ask for the basis for this belief, for the hidden role that concepts play in the formation of knowledge, and for how theory-laden the latter is. In order to achieve this aims, epistemology has to adopt new methodologies (e.g. historical, empirical, etc.) which are well beyond of conventional logical analysis of concepts and theory-formation. In summary, epistemology asks after the role of 'non-cognitive' factors (e.g. economics, politics, social) in the formation of 'pure' and objective scientific knowledge.

The application of this type of epistemology to psychiatry is far more interesting and useful to patients, researchers and clinicians alike than the conventional one. More 'useful' means here 'closer' to the needs for auditing and vigilance that psychiatry badly needs. The fact that this form of epistemology makes no assumptions as to the 'truth' of current psychiatry, makes it 1) a freer and more ethical enterprise for it may show how what on the

surface appears as a 'pure' and uncommitted science is in fact a deeply compromised activity; and 2) it opens the minds of psychiatrists to alternative or parallel discourses which may also benefit patients which, after all, are the ONLY *raison d'être* of psychiatry.

Starting from the beginning

Human culture embraces disciplines that deal with the structure of natural objects (e.g. gold, dogs, clouds, atoms, human beings), with the meaning and behaviour of artificial or theoretical objects (societies, revolutions, syntax, virtue, beauty, ethics, semantics, etc.); or with both tasks combined (psychiatry).

The disciplines dealing with the structure of natural objects (physics, chemistry, biology, etc.) are currently called *natural sciences* and are privileged by many as the purveyors of truth about the world. Those which deal with ideal objects (sociology, history, linguistics, philosophy, etc.) are called *human sciences* and in the current world tend to be considered as less important than the natural sciences. This disdain has split the ranks of their practitioners: some, to regain prestige try to ape the methodology of the natural sciences (e.g. quantitative methods); others, fortunately, still affirm the hermeneutic uniqueness of the human sciences.

Disciplines partaking in the natural and human sciences are called hybrid disciplines and their conceptual status tends to be confusing. Psychiatry is a typical example because 'madness' (or mental disorder or whatever name is given to its object of inquiry) is not found as an object in nature (like gold or horses) which has somehow preceded the arrival of the human race. Madness is something whose very existence (construction) depends upon prescriptions and decisions which are NOT part of the physical world. Indeed, its existence depends upon certain social agents deciding that behaviour of some other human beings is 'disordered'.

Of course, once such decision has been taken experts in the brain representation of human behaviour will move in and (not surprisingly) find out that such behaviours do have brain inscription. The order of events, i.e. the fact that the biological follows the conceptual tends to be hidden from view. This concealment has encouraged the 'naturalization' of mental disorder, namely, the claim that the mental disorder is not the description or meaning of the disordered behaviour but actually its brain inscription (*simpliciter*). This is as fallacious as reducing the beauty of a classical painting to the particular distribution of pigments and material in space.

It follows that the correct understanding of mental disorders must be based both on a study of their *epistemology* (how they are constructed, captured, known, etc.) and their *ontology* (how they are defined, what they consist of, what their structure is). This chapter is about the epistemology of psychiatry, namely about the theory of knowledge that informs the construction of its objects of inquiry.

Like the rest of disciplines encompassed by human culture, psychiatry has three components: frames, contents and prescriptions. The *frames* are assumptions and theoretical devices ordinarily invisible to the naked eye and which constitute the foundations of the discipline. These are rarely talked about and provide the common ground on which ordinary empirical research takes place. The *contents* of psychiatry relate to its descriptive psychopathological claims. Typical examples are verbal profiles, definitions, etc., of elementary

objects (delusions, hallucinations, retardation, etc.) or compound objects (schizophrenia, mania, etc). As empirical research expands, the network of relationships and claims grows, mostly based upon statistical correlations. These give psychiatry her predictive edge and allow her practitioners usefully to help people in distress. The *prescriptions* are norms or moral guidelines for actively intervening and treating, sometimes without the subject's consent. These moral warrants are hidden under the said statistical correlations so that it appears as if they are dictated by the 'science of psychiatry' and not by social agents on behalf of society.

In other words, the issue here is the difference between *what is* and *what ought to be*. It is very important to realize that the 'description' of symptoms and disorders of psychiatry (from psychopathology to brain imaging) cannot entail a 'prescription' (i.e. what it ought to be, what we must do to other human beings exhibiting such behaviours). Prescriptions cannot be deduced from descriptions for they arise from different orders of logic and society. The IS comes from the descriptions of science; the OUGHT from what society wants to do about the predicament of some human beings.

What is epistemology?

Although the term epistemology is relatively new (it was only coined in 1854), the concept to which it refers is ancient. Human collectives have from very early on asked about the origin of their 'knowledge' about how it is possible for human beings to know what they know. 'Knowledge' is here defined in the broadest sense as the set of narratives, beliefs and claims passed on from generation to generation and which has allowed such collectives successfully to survive in the world. In the Classical epistemologies, God may have imparted such knowledge piecemeal or wholesale. For example, in the Platonic view knowledge was 'remembered' (via anamnesis) because souls (now imprisoned in bodies) had once shared it with god. Aristotle, on the other hand, saw knowledge as something which human being obtained piecemeal. Later epistemologies (e.g. the Christian one) has therefore oscillated between these two poles (Agustin versus Aquinas).

With the secularization of Western culture divine explanations no longer sufficed. The work of all the great Western philosophers, at least since the time of Descartes, has to certain extent revolved around epistemology. Whether privileging the structure of the world or of the person (i.e. their perception, intellect, or memory) the question has been what renders knowledge steady, lasting, true, etc. For example, for Kant the *noumena* (the essence of the world) was unknowable and beyond human reach, all that could be known were phenomena captured on the basis of specific mind frames and structures (the categories). To the supporters of the Scottish Philosophy of Common Sense the mind of man was perfectly adapted to the world and hence knowledge was guaranteed.

The question of the nature of 'truth' has thus been central to such debates. One of the earliest theories was based on the claim of a tight *fit* between what the person believed and reality. This *correspondence* theory of truth has been challenged as there is no way to ascertain it. Alternative theories are based on complex *coherential* models in terms of which a statement would be truth not because it depicts a state of affairs in the world but because it is coherent with other statements within a particular episteme or cultural niche.

What is psychiatry?

Psychiatry is a discipline that deals with the understanding and management of the phenomena now called 'mental disorders'. Understanding in this context refers to the intellectual / emotional / aesthetic apprehension of the history, meaning, biology and context of mental disorder. After the 1810s, 'alienism' (the old name for the discipline that dealt with *mental alienation* and was practiced by many agents in society) came under the aegis of medicine and this association has moulded its professionalization and practices ever since. The duration of this alliance, however, remains uncertain. One thing seems clear, to wit, that its future (and possible) dissolution will not be determined by scientific research ('knowledge') but by complex socio-economic factors, that is, by decisions taken by governments in terms of broad social and economic needs.

Psychiatry partakes in the human and natural sciences. The former tell it about the reasons, meanings and contexts of mental disorder; the latter about its putative brain addresses and causes. It is essential to remember the correct sequence here. It is the human sciences that *configure* the object of psychiatric inquiry. Once this has been completed the natural sciences move in to seek links between these semantic configurations and the body. The findings of the natural sciences (i.e. the brain inscriptions of the configurations) cannot by themselves produce definitions of mental disorder. A good example of this is the 'disease' status of homosexuality. During the second half of the 19th century it was considered as a serious mental disorder (for example, Krafft-Ebing and Kraepelin were strong defenders of this view). The impact of Freud and others blurred this perspective but the renaissance of biological psychiatry after the Second World War resuscitated the disease view and led to homosexuality being listed as a disorder in the earlier version of the DSM series. All along, putative biological concomitants of homosexuality were reported but these 'markers' have never participated in the decision as to whether or not it is a 'disorder'. This decision was always taken on the basis of social, moral or economic arguments. Indeed, it would be very difficult to see how such markers could incline de balance one way or the other. The same can be predicated of other forms of mental 'disorder' except that in some cases the social decisions are less obvious. The general problem here is that finding of replicable brain inscriptions or markers for any mental disorder immediately draws attention away from the fact that the original definition and decision to medicalize the said disorder was social in origin.

This *sui generis* epistemological status makes psychiatry different from other medical specialisms. This difference should govern the way in which it is taught, researched upon and practised. Unfortunately, this is not happening, and often enough the teaching and research component of psychiatry are being (wrongly) based on the mores of surgery or general medicine.

It follows from what has been said above, that only an integration of semantics and neurosciences can lead to an understanding of people thought to be 'mentally disordered' and to generate the required management strategies.

What is the epistemology of psychiatry?

The origin, duration, and legitimacy of psychiatric 'knowledge' is the main concern of the epistemology of psychiatry. Conventionally, these questions have been dealt with by the epistemology of medicine or of general science. Solutions thus found are bound to be inappropriate or incomplete. This because psychiatry is a hybrid discipline in which the origin, organization and justification of its knowledge base has varied sources, some of which, in fact, remain obscure or unknown. It would be naïve to say that psychiatric knowledge only issues out of important 'research papers' currently handled by complex meta-analytic databases (e.g. Cochrane) in charge of distilling and selling 'knowledge' to users and practitioners. The epistemology of psychiatry states, therefore, that psychiatry has its own problems (not resolved by a generic philosophical approach) and that these require a regional (as opposed to) a general epistemological approach.

The fact of the matter is that psychiatric 'knowledge' is far more than replicable correlations (often enough misinterpreted as cause-effect relationships). Indeed, an important input into what mental disorder is comes from deeply ingrained beliefs and norms belonging in the Folk psychology and psychopathology of the ages. These provide the hidden bedrock on which the correlational edifice has been built. Concealed by the veneer of correlations taught during psychiatric training, such beliefs often surface when in the intimacy of the doctor-patient relationship, the clinician is confronted with a patient who is not responding to 'correlational' explanations. Having (often rather quickly) run out of these data (which nowadays patients and their relatives can easily download from the Internet), the psychiatrist must nonetheless continue with the dialogue. It is in this situation that the multiple explanatory narratives of Folk psychology come aflower. Hence, it should be a sobering exercise for all psychiatrists to calculate the percentage of statements he/she has made to patients for which there is no 'evidence' whatsoever.

The fascinating thing about this hidden and un-evidenced dialogue between doctor and patient is that it works, that is, it contributes to the patient 'getting better' (i.e. it has good therapeutic value!). The evaluative methodology applied to treatment efficacy (whether cognitive behaviour therapy, psychopharmacology, psychosurgery, etc.) rarely if ever takes into account this hidden component. To say that it is 'controlled away' by the use of control groups is not sufficient as it is very difficult statistically to ascertain its magnitude and interaction with a given treatment. At any rate, this relates to a more fundamental issue in the history of medicine (the so-called 'Rosemberg question') which explores the intriguing prospect that throughout history ALL medical treatments seem have been efficacious, at least, in terms of the 'law of thirds' (still valid nowadays): one third of patients recover, one third improves, and another becomes chronic.

Taking all this into account, it seems clear that in order to ascertain the origin, nature and validity of psychiatric knowledge, the epistemology of psychiatry must develop its own combination of methods which, as we have suggested above, should include history, philosophy and empirical research. The history of psychiatry provides information on the social processes within which the objects of inquiry have been constructed; the philosophy of psychiatry clarifies the descriptive and definitional power of the language of psychiatry, and empirical research *calibrates* the new definitions against reality.

Calibrating the language of psychiatry

All disciplines need periodic calibration. Calibration consists in matching the resolution power of the language of description with that of the objects of inquiry. This process increases the capacity of the discipline to capture relevant phenomena. 'Relevant' are phenomena whose knowledge increases the epistemic and predictive capacity of the discipline. The mode of calibration will depend upon the conceptual format of the discipline (e.g. whether it is hybrid or not). Being a hybrid discipline, psychiatry poses specific problems and hence it is incorrect to try and import methods from other disciplines. The best way is for practicing psychiatrists to train in philosophy and epistemology. Experts in these fields who have no 'knowledge by acquaintance' of the objects of inquiry of psychiatry can rarely contribute to our subject.

Calibration is based on auditing and research. Conventional auditing and research deal with the clinical component of psychiatry, that is, with the manner in which the putative contents fit into the conceptual frames. But the semantics and coherence of the frames themselves need also exploring. This auditing of the frames is called epistemological auditing. It can be internal, when carried out by psychiatrists or external when undertaken by philosophers. Both have advantages and disadvantages. External auditing is independent, technically competent but often it is bereft of knowledge 'by acquaintance'. Internal auditing can be cavalier and lacking in technical expertise.

Epistemological auditing endeavours to deal with questions such as: What is the nature of psychiatric knowledge? Where does psychiatric knowledge originate? What are the sources of psychiatric knowledge? How legitimate is psychiatric knowledge? How stable and enduring is psychiatric knowledge? Is the language of psychiatry value-free? There is no space in this chapter to try and answer any of these questions. Suffice it to say that active research is being carried out into these issues at the Cambridge School and in other places.

One finding, however, is clear, that empirical research in psychiatry has so far afforded a low yield. It is the task of epistemology to find out whether this failure is due to an intrinsic opaqueness of subject-matter, to an inadequacy of current research techniques or to the epistemic limitations of the current language of psychopathology. Since accepting a permanent opaqueness of subject matter (like the Kantian noumena) would lead to a pessimistic attitude, we need to pursue the other two possibilities here, namely that the issue is one of inadequacy of methods and of language. In this chapter we will briefly deal with the inadequacies of language. As has been mentioned above, descriptive psychopathology (DP) compiles and interprets social phenomena and makes them available to psychiatry as data. Psychiatry is blind without DP. The validity of all research data in psychiatry indeed depends upon the epistemological capacity of DP.

The current version of DP was constructed before 1900. Its resolution power was calibrated according to the epistemological requirements of contemporary clinical practice & research. It has changed little since. Mental symptoms became the 'atoms' or 'unit of analysis' of DP. Following secular changes affecting the biology & sociology of mental symptoms DP has lost calibration and this would explain its current inadequacy. The latter has been magnified by the fact that current research methods (neuroimaging, genetics, psychopharmacology, etc.) have higher resolution needs and this has rendered DP data coarse-grained & inefficient. This suggests that the solution to the current

inadequacy of the language of psychiatry is not launch forth and blindly undertake ever more expensive 'empirical' research using ever larger samples. The solution is to re-calibrate the language of psychopathology so that the resolution power of descriptions is increased. But it is also time that mental symptoms be considered as the primary objects of research and testable models of symptom-formation were developed. This because most of current psychiatric 'diseases' are constructs (probabilistic clusters) put together in earlier historical periods and hence carrying with them contemporary biases and prejudices. In this sense, it can be said that it is highly likely that the conventional 'mental diseases' do not exist; what exists and makes people suffer is complaints and symptoms which have absolute reality and must be studied from the conceptual and empirical viewpoints.

The epistemology of mental symptoms

It is the convention in Western cultures to diagnose a mental disorder on the basis of patterns of behaviour, subjective mental complaints, and 'objective' signs. The current predominance of diagnostic menus and algorithms together with the belief that all mental symptoms have now been mapped, has created the interesting situation that younger clinicians are at a loss when faced with complaints not present in the official lists. A common response to this situation is either disregard the complaints or fit them into an official complaint. For example, cold and blue extremities or tachycardia would be disregarded as relevant to the diagnosis of schizophrenia; and the reports of complex changes in the perception of time occasionally reported by patients with temporal lobe epilepsy are not uncommonly redefined as 'depersonalization'.

Another consequence of the algorithmic diagnostic approach alluded to above has been the disenfranchisement of a variety of physical and mental complaints, and the loss of the descriptive and epistemological skills. It is interesting to remember that before 1900, physical symptoms and signs such as headache, abdominal pain, seizures and tachycardia were taken *ad verbum* and duly included in the definition of mental disorders. This started to change around the turn of the century after the creation by Freud of a new conceptual space for mental disorders; soon enough, the old somatic complaints began to be explained as 'secondary' to psychological mechanisms; for example, palpitations, whistling in the ears, or the dizziness of agoraphobia (which before Freud had been considered as a disorder of the inner ear) were all re-conceptualized as 'secondary expressions' of somatic anxiety.

The same historical process led to changes in the way in which mental symptoms and physical disease were thought to relate. Up to the early 20th century, the Kraepelinian view predominated that medical conditions gave rise to *specific* mental symptoms (through whose presence the underlying disorder could be diagnosed). As against such view, Bonhoeffer claimed that the brain or mind's repertoire consisted in just two or three (stereotyped) mental disorders; and that any could be triggered by any medical disease. In consequence, by the 1920s the belief that mental symptoms were rarely (if ever) a pathognomonic component of a medical disease had been accepted. This lasted well after the Second World War: for example, during the early 1980s reports that delusions and hallucinations might be primary and defining features of some forms of dementia were still being rejected. The interesting issue here is that such rejection was not based on empirical research but on the

conceptual belief that delusions and hallucinations in the context of dementia *had* to be the expression of a concomitant delirium.

These conceptual shifts have influenced the way in which mental and physical symptoms are perceived by physicians and psychiatrists, particularly those working in general hospitals. The use of clinical tests as diagnostic criteria for some medical disorders provided further reasons for doubting the ‘genuineness’ of physical complaints which were not vouchsafed by a biological marker; for example, the concept of ‘pseudo-seizure’ was additionally firmed up after changes in the EEG were considered as ‘definitory’ of epilepsy.

These major changes in the definition and epistemic value of mental and physical symptoms would be difficult to understand without discussing ‘symptom-formation’.

Cambridge model of symptom-formation

There is no space in this chapter to discuss in detail the Cambridge model of mental symptom-formation (see Berrios & Marková, 2002 for a full analysis). Suffice it to say that according to our model there are (at least) four pathways for symptom-formation, the commonest being pathway a (see figure 1 & 2). The model conceives of mental symptoms as ‘biological signals’ (resulting from a variety of causes) which upon entering consciousness cause pre-linguistic and pre-conceptual experiences (‘primordial soup’) leading to consternation and perplexity. To make them effable and reportable the individual needs to format these experiences. This is done by means of complex personal, familiar and cultural configurators.

Thus although all mental symptoms have biological basis, the model privileges their configurational wrappers for these give them form and expression and allow for them to be communicated. This means that one specific signal can be diversely configured and give rise to different symptoms (and viceversa, i.e. various signals can be configured into the same symptom). The Cambridge model also postulates that although all mental symptoms have cerebral inscription / representation they habitually ‘inhabit’ a semantic rather than a cerebral space. This semantic space is created and made possible by the symbolic and metaphorical capacity and activity of human language.

The model also predicts that mental symptoms may have primary or secondary representation / inscription in the brain. This distinction has important implications in regards to the interpretation of research into the neuroimaging of mental symptoms. Primary representation refers to cases where the brain signal issues out of an original, primary lesion or malfunction and upon penetrating awareness causes an experience which need to be configured to be communicated. Secondary brain inscription, on the other hand, refers to the situation where the symbolizing activity of language will have re-formatted a ‘primary’ mental symptom giving rise to some other mental symptom. This reformatting, like any other behavioural activity, will be also inscribed in the brain but the resulting inscription will have a different meaning.

Thus, primary and secondary inscriptions constitute entirely different mental and brain states. Whilst primary inscriptions should be long-lasting, replicable and aetiologically informative, secondary inscriptions are likely to be ephemeral and carry no information on the ‘aetiology’ of mental symptoms – i.e. correlations based on secondary inscriptions are of little practical use. The problem at the moment is that we do not know how many mental symptoms belong into the first and second category.

The future

The epistemology of psychiatry is a new specialism within psychiatry and hence it is still going through a constitutive and normative process. The former concerns both its terms of reference and the professional profile of its agents, i.e. who should carry it out. The latter concerns, so to speak, the rules of engagement, that is the when, how, and why of the epistemological activity itself. It seems clear that overemphasis on empirical research has led to a neglect of the concepts themselves. This must be put right. One expects therefore that in the future epistemologists must be part of research teams as blind and thoughtless empirical research is expensive and wasteful.

The following can then be concluded: that psychiatry needs periodic calibration, that auditing and research contribute to calibration, that psychiatry includes a clinical and a conceptual component, that epistemology audits the conceptual frame of psychiatry, that history, philosophy and supervised empirical research provide the main tools of epistemology, that the current model of mental symptom originated during the 19thC, and that the construction of mental symptoms is never ending.

Lastly, it can be claimed that mental symptoms are complex constructs where relatively simple biological signals undergo deep semantic configuration. It is likely that one signal may be configured into different symptoms and that different signals may give rise to the same symptom. This would notably diminish the aetiological and therapeutic relevance of the corresponding brain inscriptions which although always present would often be trivial (i.e. secondary inscriptions are aetiologically unimportant). This means that biological psychiatry cannot have it all its way, that a powerful semantic theory of symptom-formation is needed, and that the correct therapeutic approach should be grounded on both biological correction of the biological signal and semantic reconfiguration of the primordial soup.

Reading matter

- BERRIOS, G. E. – *The History of Mental Symptoms*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. (translated into Spanish, Fondo de Cultura Económica, 2008).
- BERRIOS, G. E. – “Mind in General by Sir Alexander Crichton”. *History of Psychiatry*. 17 (2006). 469-497.
- BERRIOS, G. E. – “The History of Psychiatric Therapies”. In TYRER P. & SILK K. R. (eds) – *Cambridge Textbook of Effective Treatment in Psychiatry*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 16-43
- BERRIOS, G. E.; DENING, T. – “Biological and quantitative issues in Neuropsychiatry”. *Behavioural Neurology*. 3. (1990) 247-259
- BERRIOS, G. E.; MARKOVÁ, I. S. – “Biological Psychiatry: conceptual issues”. In D’HAENEN, H.; DEN BOER J. A.; WILLNER, P. (eds) – *Biological Psychiatry*. New York: John Willey, 2002. p. 3-24.
- BERRIOS, G. E.; MARKOVÁ, I. S. – “Symptoms – Historical Perspective and Effect on Diagnosis”. In *Psychosomatic Medicine* (eds. Blumenfeld M & Strain J J). Philadelphia, USA: Lippincott Williams & Wilkins, 2006. p. 27-38.

MOSSER, P. K. (ed.) – *The Oxford Handbook of Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MUÑOZ, J.; VELARDE, J. – *Compendio de Epistemología*. Madrid: Trotta, 2000.

SÁNCHEZ MECA, D. – *Teoría del Conocimiento*. Madrid: Dykinson, 2001.

Figure 1

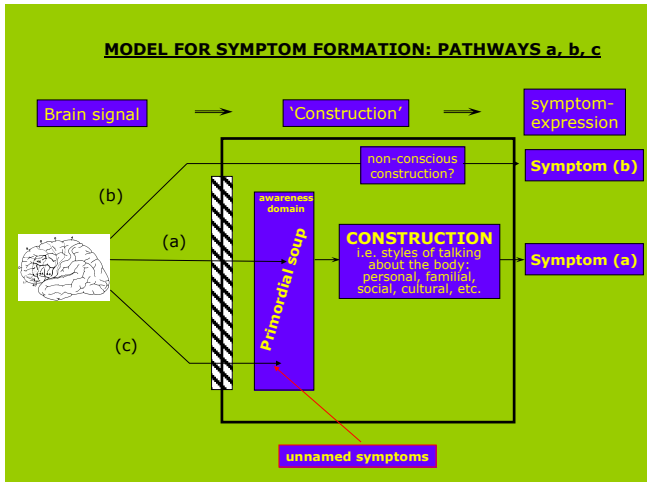
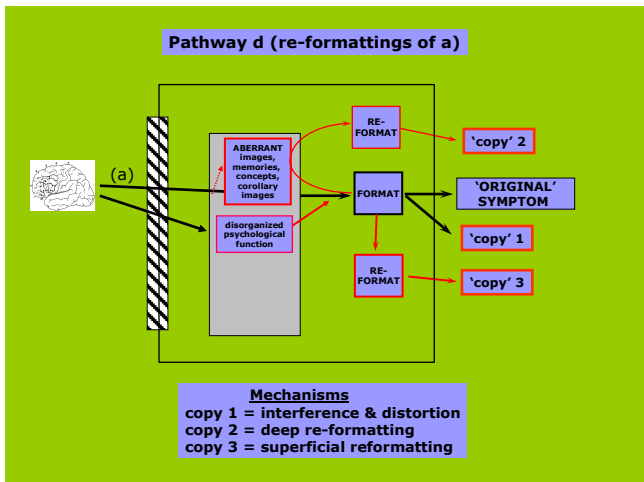


Figure 2



Para uma conceptualização evolucionista
de Saúde Mental

An evolutionist conceptualisation
of mental health

Pedro Urbano

Pedro Urbano, Professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Investigador Integrado do CEIS20. E-mail: pedro.urbano@fpce.uc.pt.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_19_5

PARA UMA
CONCEPTUALIZAÇÃO
EVOLUCIONISTA
DE SAÚDE MENTAL

O problema epistemológico do critério de demarcação (entre o que é e o que não é doença mental) constitui um dos problemas fundamentais da Psicopatologia. Ao longo dos tempos foram-se sucedendo sucessivas formas de conceptualizar a doença mental, desde a tradição sobrenatural até ao manual DSM, que se impôs a nível mundial como a classificação oficial dos transtornos psiquiátricos. Todavia, nenhuma forma se revelou verdadeiramente satisfatória para a discriminação de tais transtornos. Nem sequer o DSM, espécie de glossário baseado em consensos validados estatisticamente, que traduz a liderança do pragmatismo norte-americano sobre a Psiquiatria e a Psicologia e que parte de pressupostos discutíveis, em particular a assunção de que as suas diferentes entidades de diagnóstico possuem uma realidade subjacente natural e universal.

Este artigo propõe prosseguir a via compreensiva (não apenas descritiva) iniciada por Karl Jaspers, agora numa perspectiva evolucionista. Procurando conhecer melhor o funcionamento natural dos mecanismos psicológicos, tais como foram «programados» ou «desenhados» pela Evolução; procurando conhecer igualmente as condições ambientais que fazem disparar tais mecanismos de forma disfuncional; e incorporando os valores culturais que definem que comportamentos desviantes são considerados doença mental. A conceptualização aqui proposta visa uma solução para o problema do critério de demarcação, buscando explicações mais adequadas para a compreensão dos fenómenos psiquiátricos.

Palavras-chave: Doença mental; Epistemologia; Evolucionismo; História da Ciência; Psicologia Evolucionista; Psiquiatria

AN EVOLUTIONIST
CONCEPTUALISATION
OF MENTAL HEALTH

The epistemological problem of the demarcation criterion (between what is and what is not a mental illness) is one of the fundamental problems of Psychopathology. Throughout the ages, various conceptualizations of mental illness succeeded each other, from the supernatural tradition up to the ubiquitous DSM, nowadays worldwide imposed as the official classification of psychiatric disorders. However, no conceptualization has (so far) been truly satisfactory for the discrimination of such disorders. Not even the DSM, a kind of glossary built on statistically validated consensus, which marks the supremacy (or even the hegemony) of American pragmatism over Psychiatry and Psychology, and which is founded on debatable assumptions, in particular the assumption that the different diagnostic entities it defines have a natural and universal underlying reality.

This article proposes to continue the journey initiated by Karl Jaspers, regarding the understanding (and not the mere description) of the phenomena in question, now in an evolutionary perspective. Seeking to know better the natural functioning of psychological mechanisms, such as they were 'designed by Evolution'; seeking also to know the environmental conditions that trigger such mechanisms in a dysfunctional way; and incorporating cultural values that define deviant behavior as mental illness. Thus seeking a solution to the problem of the demarcation criterion and much more adequate explanations for the understanding of psychiatric phenomena.

Keywords: Mental illness; epistemology; Evolutionism; Evolutionary psychology; History of science; Psychiatry

POUR UNE
CONCEPTUALISATION
ÉVOLUTIONNISTE DE
LA SANTÉ MENTALE

Le problème épistémologique du critère de démarcation (entre ce qui est et ce qui n'est pas une maladie mentale) est l'un des problèmes fondamentaux de la psychopathologie. À travers les âges, diverses conceptualisations de la maladie mentale se sont succédées, de la tradition surnaturelle au très répandu DSM, aujourd'hui mondialement imposé comme la classification officielle des troubles psychiatriques. Cependant, aucune conceptualisation n'a (jusqu'à présent) été réellement satisfaisante pour la discrimination de tels troubles. Pas même le DSM, cette sorte de glossaire construit sur des consensus statistiquement validés, qui marque la suprématie (voire l'hégémonie) du pragmatisme américain sur la Psychiatrie et la Psychologie, et qui repose sur des hypothèses discutables, en particulier sur la supposition que les différentes entités de diagnostic qu'il définit ont une réalité sous-jacente naturelle et universelle.

Cet article propose de suivre la voie tracée par Karl Jaspers, concernant la compréhension (et non la simple description) des troubles psychiques, désormais dans une perspective évolutionniste. Cherchant à mieux connaître le fonctionnement naturel des mécanismes psychologiques, tels qu'ils ont été conçus par l'Évolution; cherchant également à connaître les conditions environnementales qui déclenchent ces mécanismes de manière dysfonctionnelle; et incorporer les valeurs culturelles qui définissent le comportement déviant comme une maladie mentale. Cherchant ainsi une solution au problème du critère de démarcation et des explications bien plus adéquates pour la compréhension des phénomènes psychiatriques.

Mots-clés: Maladie mentale; Épistémologie; Évolutionnisme; Psychologie Évolutionniste; Histoire de la science; Psychiatrie

I. Introdução¹

1.

Lloyd Demause² revelou-se pouco timorato ao declarar, logo na primeira linha do seu polémico livro, *The evolution of childhood*, que a história da infância era um *pesadelo* do qual só recentemente se começava a acordar. Não temendo, de igual modo, acrescentar, logo de seguida, que quanto mais se recuasse no tempo, mais baixo seria o nível (documentado) de cuidados prestados às crianças; e maior seria a probabilidade de se encontrarem registos de crianças assassinadas, batidas, aterrorizadas e abusadas sexualmente.

A tese de Demause, note-se, não tinha uma aplicação universal; dizia, quando muito, respeito ao mundo europeu; ou, se se preferir, ao mundo ocidental. Nem, ainda menos, conheceu aceitação universal. Pelo contrário, foi olhada desde o primeiro momento com suspeição e cepticismo; em particular, pela sua leitura e interpretação (pretensamente) psicanalíticas da matéria histórica. Veio a sofrer, por essa e por outras razões, variadas formas de contestação e de refutação nos cerca de quarenta anos que se sucederam à sua publicação; tal como aconteceu, aliás e no fundo, com todo o campo nascente (à época) da psico-história (assim como da psicobiografia, igualmente de inspiração freudiana), na sua generalidade; tal como sucedeu ainda com a sua suposta metodologia inovadora³.

Todavia, não obstante todas as suas falhas ou imperfeições, a proposição de Demause teve alguns méritos, entre os quais o principal terá sido o de denunciar e trazer à consciência colectiva a questão das sucessivas e amiúde atrozes concepções de infância, desde a Antiguidade, assim como as práticas daí decorrentes; mostrando ao mesmo tempo, e sobretudo, o quanto tais concepções sobreviveram até ao presente. Ou seja: as sucessivas concepções de infância, putativamente identificadas por Demause, não se substituíram umas às outras ao longo dos séculos; nem se sobrepueram, como estratos geológicos de rochas sedimentares, subjazendo desse modo — isto é, enterradas e passivas — às concepções actuais; sem, por conseguinte, as influenciarem. Pelo contrário, tal como parece ser comum em fenómenos sócio-culturais do mesmo género, elas acumularam-se⁴, interpenetrando-se e contaminando-se mutuamente, século após século, em maior ou menor grau, até à actualidade, sob a forma concreta,

¹ Este artigo utiliza a grafia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

² DEMAUSE, L. – *The evolution of childhood*.

³ Todos esses esforços foram demolidos, por assim dizer, logo à nascença. Para dar um único exemplo de uma crítica particularmente contundente, Stannard entende que «we have seen that, from the earliest endeavors to write psychohistory to those of the present, individual writings of would-be psychohistorians have consistently been characterized by a cavalier attitude toward fact, a contorted attitude toward logic, an irresponsible attitude toward theory validation, and a myopic attitude toward cultural difference and anachronism.» (STANNARD, D.E – *Shrinking history: On Freud and the failure of psychohistory*, p. 147.)

⁴ A este respeito, e a título de ilustração, atente-se, por exemplo, nas seguintes palavras: «Change in a society is largely a *cumulative* process. In other words, it is a process in which new elements are added to the sociocultural system far more often than older elements are eliminated. This is why sociocultural systems have grown so much more complex over the course of history.» (LENSKI, NOLAN e LENSKI – *Human societies*, p. 55.)

por exemplo, de concepções ou de suposições implícitas. Dito por outras palavras, Demause mostrou acerca da infância que o modo como uma determinada comunidade (na sua globalidade) ou sociedade olha para as suas crianças, ou concebe a própria noção de infância, é um compósito que conserva, em menor ou maior grau, elementos da história como essa comunidade ou sociedade olhou para as suas crianças, ou concebeu a infância, ao longo dos séculos. Sabendo-se, em termos de regra geral, que quanto maior for a comunidade ou a sociedade, maior será a sua heterogeneidade; o que significa em termos práticos que num determinado momento, podem ter co-existido num mesmo local concepções e práticas muito diferentes em relação à infância; das mais atrozes às mais avançadas; do infanticídio abertamente praticado e tolerado, ou do abandono instituído, até às concepções (à época) inovadoras de Rousseau ou de Erasmo de Roterdão.

De um certo modo, ainda que num âmbito necessariamente muito mais reduzido, pode-se afirmar — *mutatis mutandis* — algo de semelhante acerca da história das concepções de doença mental. Isto é: que, por um lado, a história da doença mental é (também ela) um pesadelo do qual só recentemente o mundo ocidental começou a despertar. E que, por outro lado, as sucessivas concepções que acompanharam o devir das civilizações europeias não se revelaram mutuamente excludentes; que, pelo contrário, se vêm acumulando e polinizando-se umas às outras; fazendo com que, por exemplo, possam co-existir a cada momento, numa mesma sociedade, as concepções mais avançadas ou mais humanas a par com os estereótipos mais retrógados ou mais despiedosos. Pode-se, no actual momento, debater com entusiasmo os avanços científicos no conhecimento da doença mental, permitidos (por exemplo) pelos dados mais recentes da neuro-imagiologia, ao mesmo tempo que prevalecem, sobretudo nos meios populares, as representações sociais mais cruéis, das quais a mais inócua, em termos relativos, será a do «tolinho da aldeia» — estereótipo assaz universal, aliás: «tonto del pueblo», «fou du village», «village idiot», «scemo del villaggio», etc. Dito de outro modo: não obstante todos os avanços, permanecem — em paralelo — numa mesma sociedade as formas mais arcaicas de designar e tratar (e, desse modo, estigmatizar) diferentes formas de desvio à norma socialmente aceite; e que vão desde a ignorância à (putativa) defectividade mental, passando pela «tolice» e pela suposta loucura.

2.

O assunto é vasto, complexo e caracterizado por cambiantes dificilmente apreensíveis no seu tecido. Não pode ser aqui tratado. Mesmo o estereótipo do «tolinho da aldeia» constituiu amiúde um papel social aceite; ou seja, uma forma de a comunidade conceber e, apesar de tudo, tolerar o desvio; forma essa que hoje nos choca, que parece ser (no mínimo) ingénuo, que parece servir apenas o propósito intolerável de causar tormento ou disso tirar prazer; mas que reflectiu a cosmovisão de épocas passadas, a qual também não cabe aqui considerar, tratar ou muito menos julgar. Este não é aliás o local para esboçar, a não ser nas suas linhas mais gerais, a história da doença mental, da Psiquiatria ou da Psicopatologia; que, de resto, foram já descritas e escritas, várias vezes, de forma assaz completa e brilhante. Nem tão pouco é este o local para questionar o papel desempenhado pela Psiquiatria e pela Psicopatologia nas sucessivas definições de doença mental. Dir-se-á somente que desde a tradição sobrenatural, cuja origem

estará muito para além do advento do registo escrito, até aos dias de hoje, marcados pelo omnipresente e oracular manual *DSM*⁵, essas três entidades começaram a cruzar-se, ora aproximando-se ora afastando-se, em particular a partir do século XIX, naquilo que se veio a revelar ser um percurso acidentado e nem sempre pacífico. A prática da Psiquiatria — ou fosse o que fosse que antecedeu a sua chegada formal — que até ao final do século XIX foi caracterizada sobretudo, resumindo em poucas palavras com Panksepp⁶, pela superstição e pela punição, pontuadas por ocasionais preocupações humanas, nunca esteve muito afastada — nem poderia estar — das sucessivas formas, mais populares do que científicas, de conceptualizar a doença e a doença mental. Mesmo as abordagens vagamente baseadas no que hoje se entende ser a Medicina, tentaram definir e tratar a doença mental com base numa lógica selvagem ou irracional, denuncia ainda Panksepp, assim como em crenças sem fundação ou substância científicas; daí resultando práticas atrozes como o espancamento, a privação de alimento ou a restrição de movimentos. Afinal não muito diferentes das práticas intensamente cruéis que se utilizaram durante séculos com as crianças, no mundo europeu, como forma de as «educar». E às quais se foram juntando outras mais específicas, como a trepanação, os tratamentos de choque com água quente e gelada ou as diferentes formas de xamanismo, correspondendo no fundo a concepções pesadelares da doença mental. As quais (no mundo ocidental) só a partir do século XVIII, nomeadamente com Chiarugi, D'Aquin ou Pinel, se começaram a dissipar.

Aquilo que interessa aqui reter, dessas entidades e das respectivas histórias, é que os seus sobressaltos constituem reflexos da muito grande ignorância que existiu e que persiste até hoje acerca do que seja, ou deixe de ser, a doença mental. Ignorância que acaba constituindo um terreno fértil, no qual facilmente crescem as sementes da dúvida, do desentendimento, da discordância e de (ainda) mais ignorância; mas igualmente as sementes de interesses económicos mais ou menos óbvios, de aproveitamentos políticos mais ou menos camuflados, de proselitismos diversos; ou até de simples mas duvidosos oportunismos. Por outro lado, e não menos importante, não existindo um entendimento significativo ou derradeiro acerca do que possa ser a doença mental, nem forma rápida ou fácil ou efectiva de o atingir⁷, torna-se demasiado fácil — e demasiado tentador — lançar pedras sobre o edifício da Psiquiatria. Atingindo, deliberadamente ou não, os seus telhados de vidro; colocando em causa, em particular, a legitimidade das suas pretensões de ser uma disciplina verdadeiramente médica, conforme observa

⁵ A sigla designa o conhecido e célebre *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, publicado pela *American Psychiatric Association*, correntemente (desde Maio de 2013) na sua quinta edição. Por razões variadas, este manual veio a impor-se a nível mundial como a classificação oficial dos transtornos psiquiátricos.

⁶ PANKSEPP, J. — *Biological psychiatry sketched: Past, present, and future*, p. 5.

⁷ Jerome Wakefield refere a este respeito: «Aceitando a observação comum de que não existe nenhum teste laboratorial, ou indicador fisiológico, que se possa estabelecer como 'regra de ouro' para a determinação da doença mental, e aceitando que os critérios actuais são falíveis, cabe-nos ainda perguntar por que razão deveremos lutar com o próprio conceito, esquivo, de doença [...] A realidade é que todos os testes de uso comum para distinguir doença de outras condições não mórbidas repousam em suposições implícitas acerca do conceito de doença.» (WAKEFIELD, J. — *Para uma definição de doença mental*, p. 102)

Wakefield⁸; e não, tal como o reivindicou (por exemplo) a facção da anti-psiquiatria, uma suposta instituição de controlo social mascarada de disciplina médica.

É errado e é inútil. Não será dessa forma que se atingirá o conhecimento em falta. De resto, a Psiquiatria é ainda uma ciência jovem⁹. Que ciência não tem — ou teve — telhados de vidro durante o seu desenvolvimento?

II. Dois problemas fundamentais na determinação da doença mental

1.

Tal como afirmei noutra local,¹⁰ para tal parafraseando Popper,¹¹ o problema do critério de demarcação entre o que é e o que não é científico não constitui apenas, em termos puros, o problema mais fundamental de toda a Epistemologia. O problema que deu origem a quase todos os outros. Pode ser também, por exemplo e em termos muito concretos, uma forma de exercer poder, uma vez que a diferença entre a Ciência e a pseudo-Ciência é inarticulável, em termos genéricos, no actual estado de desenvolvimento e a acreditar em Lakatos¹². De onde resulta uma situação que se presta a abusos: não havendo uma «lei» que discrimine o que é e o que não é científico, tal como frisa o mesmo Lakatos, existe *a priori* um risco acrescido de arbitrariedades diversas em todo o processo, por parte de quem assuma as funções de juiz ou de júri; mesmo que a existência de lei (ou de leis) não constitua em si mesma garantia do desaparecimento da arbitrariedade.

Por analogia, e em termos simples ou mesmo simplistas, poder-se-á argumentar que o critério de demarcação entre o que é e o que não é doença mental é um dos problemas fundamentais do campo da Psicopatologia¹³. É possível que seja o maior de todos, o mais importante; o problema a partir do qual quase todos os outros se originaram. Ou não. Podendo igualmente constituir uma forma, mais ou menos subtil, de exercer poder, uma vez que não existindo, como atrás se referiu com Wakefield, uma «lei» (isto é, um teste laboratorial, um indicador fisiológico, uma «regra de ouro», etc.) para a determinação da doença mental, chega-se uma vez mais à situação de apenas haver juízes ou júris; e, de novo, ao risco acrescido de tal critério depender em demasia da sua vontade, arbítrio ou até capricho. E daí também o risco igualmente acrescido da Psicopatologia e da Psiquiatria, por vezes dificilmente distinguíveis uma da outra, se constituírem como instituições de controlo social; o que não é obviamente a sua vocação.

⁸ WAKEFIELD, J. – *Para uma definição de doença mental: valores e factos*, p. 103-104.

⁹ Esta observação deve-se a Pio Abreu, que refere ser a Psiquiatria ainda jovem e de estatuto mal definido. Não obstante terem-se entretanto passado 25 anos sobre a sua publicação, a observação mantém a sua actualidade. (ABREU, P. – *Introdução à psicopatologia compreensiva*, p. 14.)

¹⁰ URBANO, P. – *Da história e da epistemologia da Psicologia*, p. 2.

¹¹ POPPER, K. – *Two notes on induction and demarcation*, p. 315.

¹² A tese de Lakatos tem quase cinquenta anos. É possível, provável e aceitável conceber que o actual estado de desenvolvimento científico já permita, mesmo que apenas de forma pontual, articular algumas regras objectivas.

¹³ O qual, por sua vez, faz parte de um debate mais amplo sobre o que possam ser saúde e doença.

Seja como for, este primeiro problema, sendo obviamente fundamental, não é inultrapassável, conforme se defenderá adiante. Pelo contrário, não é sequer idiopático, apesar das aparências em contrário. Corresponde em certa medida a uma fase ou estágio do desenvolvimento da Psicopatologia, enquanto ciência ou ramo da grande árvore da Ciência. E de uma forma ou de outra, todas as ciências e todos os ramos passam (ou passaram) por fases semelhantes. Poder-se-ia dizer, em termos muito amplos, que a construção e o crescimento do saber científico passam inelutavelmente por sucessivos consensos e dissensos; acerca dos quais se pode adaptar as palavras de Herbert Spencer¹⁴ — ditas com ironia e humor — para postular um período inicial de unanimidade, entre quem pouco ou nada sabe do assunto; seguido de um período de dissidência, entre quem o estuda e aprofunda; e, enfim, um novo período de unanimidade, desta feita entre quem sabe alguma coisa e mostra sensatez; unanimidade essa que é eventualmente provisória e, em todo o caso, limitada aos pontos tidos como mais importantes; até novo ciclo de consensos e dissensos. Voltar-se-á, adiante, a este ponto.

2.

Se o problema do critério de demarcação é um problema que diz — na sua essência — respeito ao objecto de estudo da Psicopatologia, o segundo grande problema, que não é necessariamente menor, tem sobretudo a ver com o sujeito epistémico ou cognoscente. E afecta, de igual modo, as ciências e as práticas que se ocupam das questões da saúde e da doença mental; entre as quais pontificam a Psicopatologia e a Psicologia, quer como ciências autónomas, quer como disciplinas básicas de auxílio à Psiquiatria¹⁵.

A matéria é uma vez mais vasta, complexa e repleta de cambiantes dificilmente apreensíveis. Não pode, também por essa razão, ser aqui tratada. Todavia, a questão merece ser aqui articulada nos seus termos mais gerais e mais rudimentares, visto tocar em pleno no problema das representações sociais (sobretudo populares) da doença mental; sendo que estas, por sua vez, podem contaminar, sem que disso se tome consciência, a respectiva conceptualização científica.

3.

Apesar¹⁶ de óbvio, ou justamente por isso mesmo, e apesar de existirem algumas excepções notáveis, tende-se a subestimar (ou a desprezar) nas ciências sociais e humanas — em particular na Psicologia — a sua proximidade em termos epistemológicos com o conhecimento vulgar, por um lado. E, por outro lado, e o que é mais grave, a questão

¹⁴ *Apud* BLUM, E. — *La pédologie*, p. 299.

¹⁵ A Psicologia, ou pelo menos alguns dos seus ramos, é simultaneamente uma ciência e uma prática. A proposição de ser, juntamente com a Psicopatologia, uma disciplina básica de auxílio à Psiquiatria pertence a Pío Abreu, que considera esquematicamente a Psicopatologia como uma extensão patológica, à semelhança do que sucede com a Anatomia Patológica (como extensão da Anatomia) e com a Patologia Geral (como extensão da Fisiologia); compreendendo a estrutura básica da Medicina três ramos: Cirurgia, Medicina Interna e Psiquiatria. (ABREU, P. — *Introdução à psicopatologia compreensiva*, p. 13)

¹⁶ A argumentação a seguir exposta retoma, com ligeiras modificações ou adaptações, a tese por mim defendida noutra local, referente ao processo de cientificação da Psicologia (URBANO, P. — *Da história e da epistemologia da Psicologia*, Nota 6, pp. 10 e ss.).

dos obstáculos epistemológicos que, por assim dizer, se interpõem entre o sujeito cognoscente e o objecto do seu conhecimento.

«E não se trata», tal como refere Bachelard¹⁷, «de considerar obstáculos externos, como a complexidade e a fugacidade dos fenómenos, nem tão-pouco de incriminar a fraqueza dos sentidos e do espírito humano: é no próprio acto de conhecer, intimamente, que aparecem, por uma espécie de necessidade funcional, lentidões e perturbações. É aqui que residem causas de estagnação e mesmo de regressão, é aqui que iremos descobrir causas de inércia a que chamaremos obstáculos epistemológicos.»

Do desconhecimento ou do desprezo desses dois factos e, por outro lado, do encontro entre eles, ocorrem com facilidade nestas ciências aquilo a que se poderia chamar perversidades epistemológicas, como, por exemplo, a transformação de mero conhecimento vulgar em suposto conhecimento científico, através de processos quase mágicos, como a mera operacionalização de conceitos vulgares, do dia-a-dia ou do senso comum, os quais são então (e por exemplo) medidos, quantificados e comparados através de metodologia estatística avançada, sem no entanto serem submetidos a notável (se é que algum) exame crítico¹⁸. Ou a concorrência do senso comum na própria explicação dos fenómenos que a ocupam. Deste modo, o facto de muitos dos conceitos dessas ciências serem prisioneiros da linguagem e da cultura que lhes está na origem, torna-as particularmente vulneráveis ao contacto com tal sabedoria, vinda de fora (do senso comum, da cultura popular, com a qual competem), ou vinda de dentro (dos seus praticantes) e aceite de forma inconsciente e acrítica. O que não tenderá a acontecer com algumas das outras ciências, por motivos mais ou menos óbvios: tal como nota ainda Bachelard¹⁹, «as ciências físicas e químicas, no seu desenvolvimento contemporâneo, podem ser caracterizadas epistemologicamente como domínios de pensamento que rompem nitidamente com o conhecimento vulgar.» Mas que tende de facto a suceder, de um modo geral, com as ciências ditas humanas e sociais; a menos que estejam sujeitas a vigilância permanente. A eterna vigilância é o preço da liberdade²⁰.

¹⁷ BACHELARD, G. – *Épistémologie*, p. 165.

¹⁸ Tomo aqui de empréstimo o conceito de «exame crítico» de Popper, enunciado, por exemplo, no contexto das fontes de conhecimento da Ciência: «Não há fontes últimas do conhecimento. Todas as fontes, todas as sugestões, são bem-vindas; e todas as fontes, todas as sugestões, estão abertas a um exame crítico.» (Acerca das fontes do conhecimento e da ignorância. Conferência Filosófica Anual lida perante a Academia Britânica a 20 de Janeiro de 1960. Publicada pela primeira vez em *Proceedings of the British Academy*, 46, 1960, e em separata pela Oxford University Press, 1961. Reimpresso em POPPER, K. – *Conjectures and refutations*, p. 48)

¹⁹ *Ibidem*, p.18.

²⁰ A frase original, «Eternal vigilance is the price of liberty», cuja autoria é disputada, terá sido proferida por Wendell Phillips num contexto muito diferente, discursando a 28 de Janeiro de 1852, perante os membros da *Massachusetts Anti-Slavery Society*. É aqui utilizada para estabelecer uma contrapartida necessária à liberdade fundamental de investigar, sem a qual a prática da Ciência não é sequer possível. Mas pode e deve ser aplicada em várias outras situações ou a outros processos científicos, como, por exemplo, para impor limites ao reducionismo metodológico, estratégia que provou ser eficaz em trezentos anos de história da Ciência moderna, mas que deve estar de igual modo sujeita a «vigilância permanente», de modo evitar os excessos que tendem a ocorrer com a sua utilização.

Galbraith²¹ observa a esse respeito aquilo que, por mais uma vez constituir um truísmo, raramente é enunciado: «porque os fenómenos económico e social [...] fornecem poucas provas sólidas do que existe e do que não existe, proporcionam ao indivíduo um luxo que não lhe é dado pelos fenómenos físicos. Dentro de considerável amplitude é-lhe permitido acreditar no que lhe agrada. Pode ter deste mundo a visão que achar mais agradável ou ainda a seu gosto». De onde resulta, insiste o autor, que «[...] na interpretação de toda a vida social, há uma competição persistente e infundável entre o que está correcto e o que é meramente aceitável. [...] Assistências de todas as espécies aplaudem o que mais gostam»²².

A Psicologia e a Psicopatologia não são, neste aspecto, diferentes das restantes disciplinas que lidam com a realidade social e estão, além disso, encarregues de a interpretar; o que faz com que também elas tenham que enfrentar a concorrência do conhecimento vulgar, do qual têm por outro lado o problema de se demarcar (desde logo ao nível da linguagem e dos conceitos). Desta concorrência resulta muitas vezes um fenómeno de considerável perversidade: a tentação de se sujeitarem ao exame da aprovação da assistência²³, em vez de se sujeitarem ao exame da verdade ou ao exame crítico. O que é um problema particularmente agudo no caso destas duas ciências, por estarem demasiado expostas à influência, ou liderança, do poderoso (e amiúde hegemónico) sistema científico dos Estados Unidos da América nestes domínios; a filosofia do pragmatismo que lhe está subjacente (que está aliás subjacente à própria nação americana, desde a sua fundação), a necessidade de vender os seus serviços, o próprio *ethos* nacional, articulado em torno do que é útil e espectacular, entre outras razões, poderá levá-las justamente a procurar em primeiro lugar a aprovação da assistência. O que seria impensável, por exemplo, no contexto científico europeu continental; ou, mais especificamente, no contexto da tradição intelectual alemã, que esteve na origem de ambas as disciplinas — a psicologia de Wundt, por exemplo, ou a psicopatologia de Jaspers. Ora a aceitabilidade, tal como a verdade, retomando a argumentação de Galbraith²⁴, cria consensos rapidamente e «as ideias acabam por se organizar à volta do que a comunidade como um todo ou as assistências particulares acham aceitável»; e, por outro lado, «como a familiaridade é uma prova tão importante da aceitabilidade, as ideias do aceitável têm grande estabilidade. São altamente prognosticáveis²⁵». Ou seja, são aceites como verdadeiras e consideram-se verdadeiras por serem aceites; acabando por constituir aquilo que este autor designa por sabedoria convencional sem, no entanto, terem que ter a forma habitual da sabedoria popular; pelo contrário, tais ideias também se sabem exprimir nos mais elevados níveis de sofisticação e erudição intelectual, que com o tempo e por virtude do debate as tornarão muito elaboradas, acabando por ter uma literatura e até uma mística própria; acabando por se tornarem mais ou menos idênticas à perfeita erudição, o que torna a certa altura a sua posição virtualmente inexpugnável — quem as desafia mostra que não dominou

²¹ GALBRAITH, J. – *The affluent society*, p. 41.

²² *Ibidem, idem.*

²³ Ou, poder-se-ia acrescentar à argumentação de Galbraith, dos interesses económicos.

²⁴ GALBRAITH, J. – *Op. cit.*, p. 42.

²⁵ *Ibidem, idem.*

a sua complexidade²⁶. Fechando-se um novo círculo, tanto mais rapidamente quanto mais notória for a ausência de outros conteúdos.

Ou seja, partindo da sabedoria convencional, se procurarem acima de tudo obter a aprovação do público ou dos interesses económicos, a Psicologia e a Psicopatologia arriscam-se a não produzir no final mais do que sabedoria convencional, disfarçada por uma retórica sofisticada de aparência científica ou por uma densa floresta de dados, tornados legíveis através de técnicas estatísticas de vanguarda; o jargão vazio e a mistificação tomando o lugar dos problemas, que se tornam pseudo-problemas, para os quais se descobrem pseudo-soluções, marcadas (utilizando ainda as palavras de Galbraith) pela necessidade de aprovação daqueles a quem se dirige; articulando-se então, ambas as disciplinas, em torno de ideias que, por serem convenientes, aceitáveis e úteis, se tornam sacrossantas; ocupadas então pelo exercício fútil de afirmar e descrever através de palavras elegantes, eruditas ou de aparência científica aquilo que o senso comum julga saber há muito tempo; mantendo eventualmente a ilusão de, acumulando resultados e consensos validados através de médias e outras medidas estatísticas, estarem a construir e a transmitir conhecimento. Quando, na realidade, não o estão a fazer. A Ciência não é «senso comum organizado», tal como afirmou Charles Darwin, num dos seus clarões de espírito: «When it was first said that the sun stood still and world turned round, the common sense of mankind declared the doctrine false; but the old saying of *Vox populi, vox Dei*, as every philosopher knows, cannot be trusted in science»²⁷.

4.

As concepções behavioristas de John Watson marcaram a história da Psicologia, logo no início do século XX, quando foram amplamente propagandeadas. Mas também ao longo de todo esse século, ao contaminarem quase tudo à sua volta; na América como no resto do mundo, sujeito à sua influência. Tais concepções não são, nalguns casos, mais do que semi-aforismos simplórios, destituídos de significado profundo, sem grande fundamentação ou alcance. Constituem exemplos acabados desse tipo de epistemologia popular e preguiçosa, para cujo empirismo, evidente e inato, um facto se limita a ser um facto. Mais do que objectos de conhecimento científico, lembram sermões, prescritivos e normativos; e nesse âmbito, prestaram-se maravilhosamente às grandes audiências dos Estados Unidos da América, seduzidas talvez pelo seu conteúdo mas, acima de tudo, pela sua forma; suspensas além disso nas palavras maviosas desse grande comunicador que era Watson, que não tinha medo dos *mass media*, o novo árbitro da consciência²⁸; Watson que, à semelhança de alguns romancistas igualmente americanos, tinha mais estilo do que substância²⁹.

²⁶ *Ibidem*, p. 44.

²⁷ DARWIN, C. – *The origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*, p. 134. É de notar que a frase encontra-se na última edição (de 1872) da obra.

²⁸ A expressão deve-se a Daniel Boorstin. Um árbitro criado pela alfabetização das massas e, justamente, pela circulação massiva da imprensa (BOORSTIN, D. – *Cleopatra's Nose*, p. 70).

²⁹ É difícil não estabelecer neste ponto um paralelismo com Ernest Hemingway, salvas as devidas proporções. Bloom afirma acerca deste último: «He is the first instance of a recurrent American phenomenon: a minor novelist with a major style». Acrescentando logo a seguir algo que, *mutatis mutandis*, se

Entre diversos problemas epistemológicos graves de tais concepções, assim como daquelas que se lhe seguiram (com outros nomes), está em primeiro lugar a recusa dogmática de teoria. Ou, dito de uma outra forma, a ilusão obstinada de conseguir escapar à teoria. Watson resolveu, como é sabido, o assunto de forma expedita: considerando todo o sujeito humano como uma «caixa negra», acerca do qual nada se sabe, *nem tem que se saber*; apenas interessa aquilo que se vê — as «entradas» (os estímulos) e as «saídas» (as respostas). Após Watson, por várias razões, a tônica na corrente dominante da Psicologia virou-se para os números, para as quantidades, para a estatística; números que acabaram ganhando o estatuto de *fétiche*; conceitos (estímulo e resposta) que acabaram sendo designados por outros nomes (variável independente e variável dependente, etc.). Mas a ilusão de se poder praticar Ciência sem teoria que a sustenta, que a articule, que lhe aponte rumos (etc.) manteve-se, até hoje. Ilusão essa que é comum nos Estados Unidos. Faz até parte do *ethos* da nação, desde os seus tempos de colónia inglesa. Ilusão que é mantida, no que à Psicologia diz respeito, à custa de fumo e espelhos: uma rede nomológica, que supostamente valida conceitos discutíveis, retirados da linguagem e do conhecimento vulgar; um mecanismo de operacionalização desses mesmos conceitos, através da sua (putativa) quantificação e medição; e uma doutrina, o operacionalismo radical, que sustenta todo o edifício³⁰. Ilusão que reflecte uma considerável arrogância da parte de quem a mantém viva, ao partir do princípio inquestionado de se estar desse modo a reflectir uma suposta estrutura natural e universal do ser e do existir humanos. Arrogância que, por outro lado, não é simples mas antes um composto complexo de ignorância, solipsismo, anti-intelectualismo e até negação pura. Conceitos que já existiam no meio cultural, que já estavam incorporados na linguagem (no vocabulário e na estrutura gramatical) de todos os dias, antes de serem considerados como (supostos) objectos de estudo empírico, através desse passe de mágica que é a sua operacionalização.

A recusa dogmática de teoria leva pois a que se estabeleçam conceitos a partir de supostos procedimentos indutivos (em especial, a partir de generalizações obtidas por inferência estatística, obtidas a partir de um sem-número de observações) aos quais falta todavia uma das principais propriedades do conhecimento científico, tantas vezes repetida por Popper: o facto de não serem enunciados conjecturais, abertos à refutação; passíveis, obrigatoriamente, de serem testados por repetidas observações e experiências, ao invés de serem induzidos a partir daí. Acima de tudo, a recusa de teoria é fátua, tal como é tola e insensata a ideia de que se pode medir (seja o que for) sem teoria. Tal como refere Popper³¹, de um modo genérico: «há uma série de problemas

poderia aplicar também a Watson, no que respeita ao seu eventual lugar no panteão da Psicologia científica: «A genius of sensibility who cannot create deep inwardness in his characters is better suited to the short story, where lyric intensity can replace drama». (BLOOM, H. – *Genius*, p. 573) Isto é, Watson criou panfletos, mais ou menos sugestivos, mas não criou necessariamente Ciência.

³⁰ Toda esta questão é notavelmente complexa e não pode ser resumida em poucas palavras senão de uma forma demasiado imperfeita. Abordei-a, somente nos seus termos mais básicos, noutra local: URBANO, P. – *Da história e da epistemologia da Psicologia*, p. 5 e ss.

³¹ «Ciência: conjecturas e refutações». Conferência dada em Peterhouse, Cambridge, no Verão de 1953, como parte de um curso sobre desenvolvimento e tendências na filosofia britânica contemporânea,

interessantes que são levantados pelo operacionalismo, a doutrina segundo a qual os conceitos teóricos têm de ser definidos em termos de operações de medição. Contra esta ideia, pode ser demonstrado que as *medições pressupõem* teorias. Sem teoria não há medições, nem nenhuma operação passível de ser satisfatoriamente descrita em termos não-teóricos. As tentativas nesse sentido são sempre circulares: por exemplo, a descrição da medição do comprimento requer uma teoria (rudimentar) da medição do calor e da temperatura; mas estas, por seu turno, envolvem medições do comprimento.»

5.

É discutível se a Psicopatologia escapou ou não às concepções behavioristas de John Watson; ou às concepções neo-behavioristas que se lhe seguiram. É muito menos discutível, embora a questão esteja sempre aberta a debate e a exame crítico, se o manual *DSM* escapou à fátua recusa de teoria, característica da corrente dominante da Psicologia nos Estados Unidos. Para autores como Gaulin e McBurney³², a resposta é simples, clara e encontra-se impressa nas páginas do próprio manual: «The most significant aspect of the *DSM* from an evolutionary perspective is that it explicitly adopts a non-theoretical approach to classifying the disorders». Ou seja, embora se tenha baseado inicialmente na taxonomia de Kraepelin e nas suas categorias, condimentadas por perspectivas psicanalíticas³³, o manual *DSM* evoluiu ao longo de vários ciclos, na direcção de uma espécie de glossário, supostamente a-teórico, da doença mental; o que supostamente aconteceu devido ao facto de não existir concordância ou entendimento entre a Psiquiatria e a Psicologia, quer acerca das possíveis causas de muitas (putativas) perturbações, quer acerca da forma ou das formas de as tratar.

A ilusão teimosa de conseguir produzir um sistema de classificação não-teórico das doenças mentais é apenas um de vários problemas epistemológicos que afectam tal sistema; não tendo uma base teórica, observam Gaulin e McBurney, não se deve esperar dele uma grande coerência³⁴, por exemplo. Mas não deixa por isso de ser um problema grave, ao criar e manter a ilusão de objectividade e de rigor, ao mesmo tempo que distrai a atenção colectiva para o facto de muitas das entidades que define serem (ou terem sido, na sua origem) culturalmente definidas; não reflectindo nenhuma estrutura natural e universal do ser e do existir humanos, caso exista uma tal coisa; sendo, pelo contrário, prisioneiras da linguagem e da cultura que lhes está na origem. Horwitz³⁵ exprime muito bem a questão, não obstante a economia de palavras: «The entities of the *DSM* are so widely accepted that it is difficult to realize how arbitrary many of them initially were».

organizado pelo *British Council* — originalmente publicada sob o título «Philosophy of science: a personal report», *British Philosophy in Mid-Century*, editado por C.A. Mace, 1957. Reimpresso em POPPER, K. — *Conjectures and refutations*, p. 93.

³² GAULIN e MCBURNEY — *Evolutionary psychology*, p. 239.

³³ Esta breve caracterização deve-se a PANKSEPP, J. — *Biological psychiatry sketched: Past, present, and future*, p. 17.

³⁴ GAULIN e MCBURNEY — *Op. cit.*, p. 239.

³⁵ HORWITZ, A. — *Social constructions of mental illness*, p. 569.

III. À luz da evolução

1.

Deve-se ao geneticista e biólogo evolucionista Theodosius Grygorovych Dobzhansky³⁶ uma das frases mais vezes repetidas na literatura das ciências biológicas: «Nothing in biology makes sense except in the light of evolution». Esta frase, inspirada pela ideia de Teillard de Chardin³⁷ de que a evolução é uma luz que ilumina todos os factos, pode ser interpretada de diferentes modos; tanto mais que o próprio Dobzhansky se afirma, na mesma ocasião e de forma algo confusa, criacionista e evolucionista. Contudo, o sentido mais imediato é possivelmente o mais fecundo: é muito difícil compreender algo em Biologia (seja um órgão do corpo, seja um esquema inato de comportamento) sem se perceber primeiro por que razão esse «algo» apareceu, qual a sua função, por que razão se manteve ou se transformou ou evoluiu.

Poder-se-ia acrescentar, como corolário, que muito pouco faz sentido na maior parte das áreas adjacentes à Biologia, a não ser à luz da evolução. Desde logo na Medicina, pela sua proximidade e pelo facto de aquela constituir a fundação científica desta³⁸ — algo que, de qualquer modo, é muito evidente em disciplinas como a Anatomia, a Fisiologia ou a Neurologia. O mesmo se podendo afirmar, embora em diferentes graus, de outras áreas um pouco mais afastadas: a luz da evolução dará sentido (ou mais sentido) a muitos fenómenos que constituem objecto de estudo da Psiquiatria, da Psicologia ou da Antropologia (etc.), ainda que as questões distais levantadas pela evolução não substituam as questões proximais, que dizem respeito ao sujeito (e não à espécie), de acordo com o famoso esquema das quatro questões ou níveis de explicação de Nikolaas Tinbergen acerca do comportamento³⁹. Ou seja, a evolução representa um dos níveis de análise do comportamento humano, necessário mas não suficiente; sendo que todos eles são complementares e mais ou menos pertinentes, consoante os tipos de questões: nuns casos, será mais pertinente conhecer a ontogenia de um determinado comportamento ou conjunto de comportamentos (*e.g.* como se desenvolveu ou desenvolveram num dado sujeito ou grupo de sujeitos); noutros, será fundamental conhecer e compreender a sua filogenia: como é que tal ou tais comportamentos se originaram e se modificaram ao longo da história evolutiva da espécie em estudo; independentemente de tais comportamentos, no caso da espécie humana, serem ou terem sido considerados «normais» ou «patológicos», num dado

³⁶ DOBZHANSKY, T. – *Nothing in biology makes sense except in the light of evolution*.

³⁷ CHARDIN, Pierre Teilhard de – *Le Phénomène humain*, p. 242. A frase original deste autor é: «Une lumière éclairant tous les faits, une courbure que doivent épouser tous les traits: voilà ce qu'est l'Évolution.»

³⁸ Este argumento é bastante consensual. Veja-se por exemplo MELILLO e LEISMAN – *Neurobehavioral disorders of childhood*, p. 15.

³⁹ Como é sabido, as chamadas «quatro questões de Tinbergen», por alusão ao biólogo holandês Nikolaas Tinbergen (1907–1988), são quatro questões (ou explicações ou níveis de análise) baseadas nas quatro causas de Aristóteles, que sugerem e pressupõem uma compreensão integrativa do comportamento (animal); a qual tem necessariamente que incluir níveis de análise proximal e distal, assim como sincrónicos e diacrónicos. Ou seja, esquematizando, o conhecimento e a compreensão de um determinado comportamento implica o conhecimento e a compreensão da sua filogénese (ou evolução), da sua ontogénese (o seu desenvolvimento no indivíduo), do mecanismo (ou causa) e da sua função (ou adaptação). Para uma exposição sintética destes quatro níveis de explicação, veja-se por exemplo GAULIN e McBURNEY – *Evolutionary psychology*, p. 15-16).

momento histórico (etc.). Nesse sentido, a Psicopatologia será mais iluminada pela luz metafórica da evolução do que, por exemplo, a Psiquiatria; embora esta divisão esquemática seja sobretudo didáctica.

2.

A evolução, todavia, não constitui em si mesma um guia, nomeadamente em muitas dimensões do existir e do devir humanos. Não é, por exemplo, um guia ético; não evidencia o que é «bom» ou o que é «mau»⁴⁰. Apesar disso, a evolução (em sentido lato) condicionou e condiciona as mais diversas evoluções respeitantes à espécie humana, em particular aquelas que se podem agrupar na grande categoria da «co-evolução gene-cultura». Nesse âmbito, condicionou e condiciona a evolução do senso moral — que tem que ser em parte aprendido, em todos os sujeitos — e as razões para isso são variadas, das mais básicas às mais complexas. Entre as primeiras, está o facto — tal como defende Edward Wilson⁴¹ — de o sistema límbico-hipotalâmico ser a fonte de todas as emoções, sistema esse que por sua vez é um produto de evolução através de selecção natural. Nesse sentido, a evolução biológica faz parte de um sistema de uma complexidade superlativa, do qual fazem parte o sistema nervoso, o cérebro, as glândulas, as hormonas (etc.), os quais, por sua vez, em conjugação com os condicionamentos, com a aprendizagem, com a linguagem, com a cultura (etc.), determinam sentimentos, emoções, padrões de comportamento, normas sociais, novas formas de cultura, etc. Dito de uma outra forma⁴², a moral humana foi criada a partir de uma capacidade evolvida de formar padrões morais, que é preparada na sua ontogenia — sobre a qual se sabe ainda muito pouco. Tal capacidade não surgiu do nada, em abstracção, como pura função biológica; surgiu necessariamente, à semelhança de todas as funções biológicas aliás, como uma resposta ou padrão de respostas a estímulos presentes de forma sistemática e prolongada no meio ambiente. Tal capacidade, por outro lado, representará (metaforicamente) apenas uma plataforma sobre a qual se irá depois construir o resto do edifício.

Nesse mesmo sentido, e por analogia, a evolução não evidencia em si mesma o que é doença mental ou normalidade. E uma das razões para que isso suceda é, possivelmente, uma das ideias mais propagandeadas entre os partidários do evolucionismo aplicado às ciências sociais e humanas: os ambientes nos quais evolveram os antepassados da espécie, mesmo excluindo os antepassados mais remotos e limitando o âmbito ao *homo erectus*, são muito diferentes dos ambientes das sociedades industrializadas e pós-industrializadas contemporâneas. O que se traduz, em termos simples, num truísmo, sedutor mas traiçoeiro⁴³: os comportamentos que durante dezenas ou centenas de milhares de anos

⁴⁰ Sem com isso desenvolver aqui a questão, pode-se afirmar que nem sequer existem provas de que o sentido moral seja o produto da selecção de genes de comportamento específicos.

⁴¹ WILSON, E.O. — *Sociobiology: The New Synthesis*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1975. Apud SACARRÃO, G.F. — *Biologia e sociedade* (Vol. 1), p. 370.

⁴² SACARRÃO, G.F. — *Biologia e sociedade* (Vol. 1), pp. 370-372.

⁴³ Traiçoeiro no sentido em que o suposto e pressuposto «ambiente da evolução adaptativa» (*environment of evolutionary adaptedness*), defendido pelos prosélitos da Psicologia Evolucionista, que coincide *grosso modo* com o período plistocénico, está longe de ter sido um ambiente estável ou homogéneo. É por conseguinte necessário explicitar aqui que, tal como tive ocasião de detalhar noutra local (URBANO, P. — *Trabalho, bem-estar e qualidade de vida, numa perspectiva evolucionista*; no prelo), durante essa muito longa fase

se mostraram adaptativos para a sobrevivência (e reprodução) dos nossos antepassados, e nesse âmbito foram seleccionados, não são necessariamente adaptativos hoje, nos ambientes contemporâneos. O que desde logo cria duas categorias possíveis de problemas, quer em si mesmos, quer em termos de definir o que é saúde e o que é doença mental: por um lado, um determinado comportamento pode ser hoje considerado mórbido (no sentido de mal adaptado, disfuncional, desajustado às actuais condições de vida, etc.), mas não o ter sido originalmente; por outro lado, a artificialidade das actuais condições de vida pode desencadear comportamentos ou esquemas de comportamento que nunca existiram no evolutivo humano e que resultam, justamente, da discrepância entre essas condições de vida e os esquemas de comportamento inatos, admitindo que existem, que foram seleccionados por milhares (ou milhões) de anos de evolução. Dentro desta última categoria, é difícil não pensar em quadros como os *deficits* de atenção, com a presença ou não de hiperactividade, que afectam um número crescente de crianças no mundo ocidental; e que poderão estar ligados a estilos de vida correntes⁴⁴. Ou, num plano um pouco diferente, em variados transtornos das condutas alimentares, que podem estar associados a hábitos nutricionais contemporâneos; ou, mais especificamente, a certos alimentos processados industrialmente, distribuídos e consumidos de forma maciça e quase universal. Ou a exposição — por inalação, ingestão ou manuseamento — a metais pesados (*e.g.* chumbo, mercúrio, cádmio), que pode ser um factor a considerar em questões como a hiperactividade ou o crime violento. Ou ainda a utilização compulsiva de substâncias psicotrópicas, de jogos vídeo ou até dos chamados *media* sociais, cuja ligação ao sistema hedónico do cérebro (i.é, o sistema cerebral de recompensas ou reforços) parece não oferecer grandes dúvidas.

Existem outras razões, tão ou mais importantes, que mereceriam ser aqui desenvolvidas ou simplesmente enumeradas, mas que estão muito para além do âmbito deste artigo. Algumas delas são, na realidade, fundamentais: por exemplo, uma adaptação não é necessariamente e invariavelmente «adaptativa», em todas as circunstâncias; é-o num sentido sobretudo funcional, no sentido em que promove o sucesso dos indivíduos na maior parte das vezes mas não em todas. A sua função original ou remota, por outro lado, pode ter sido muito diferente da função actual; remetendo para o conceito relativamente consensual de «exaptação»⁴⁵. De igual modo, muitas supostas adaptações (anatômicas, fisiológicas ou comportamentais) podem ser na realidade vestígios evolucionários. Etc.

«pré-histórica», foram criados, através de processos múltiplos (ou apenas através de um único, a selecção natural), um grande número de esquemas comportamentais inatos, em resposta às características de um ambiente compósito, convencionalmente designado pela expressão «ambiente da evolução adaptativa». Ambiente que não corresponde a nenhum *habitat* específico, mas antes a um conjunto heterogéneo de propriedades dos ambientes ancestrais que tiveram impacto na adaptação psicológica da espécie. Ambiente principalmente determinado pelo modo de vida e pela demografia das populações humanas do Plistoceno e não tanto por condições físicas (ambientais, climatéricas, etc.), de resto sujeitas a enorme variabilidade durante um tão grande período de tempo.

⁴⁴ Incluem-se, numa lista não exaustiva, ambientes pesados em estimulação (incluindo a estimulação proporcionada pelos dispositivos electrónicos) mas pobres em contacto humano ou em actividades lúdicas tradicionais (e não meramente virtuais) espontâneas; ou a ocupação do tempo dessas mesmas crianças, demasiado estruturada e demasiado preenchida, em particular com actividades escolares e extra-escolares.

⁴⁵ O conceito foi apresentado, de forma especulativa, por Stephen Jay Gould e Elisabeth Vrba em 1982 e desenvolvido posteriormente, nomeadamente pelo primeiro autor, em diversos contextos e em

3.

Nada disso impede que a evolução possa ser vista metaforicamente como uma luz, que ilumina muitos (mas não todos) os factos, ajudando a compreender variados fenómenos humanos, mesmo aqueles que são tão recentes que parecem conseguir escapar à sua influência. O exemplo muito actual — e que deverá constituir um dos maiores desafios da Psicopatologia para os próximos anos — da utilização compulsiva de certas funcionalidades da *internet*⁴⁶, em especial os *media* sociais, é paradigmático disso mesmo. Tal como todos os fenómenos de igual (ou maior) complexidade, essa utilização pode e deve ser vista sob diferentes ângulos; concedendo-se, obviamente, que alguns desses ângulos incidam sobre dimensões maioritariamente tecnológicas, sobre as quais o estudo da evolução da vida pouca utilidade terá. Todavia, os mecanismos psicológicos que poderão estar na origem de tais utilizações compulsivas ou disfuncionais terão decerto centenas de milhares (ou milhões) de anos de existência, na medida em que agem sobre o sistema hedónico do cérebro ou dele dependem; tendo sido evolidos para dar respostas a estímulos sobre os quais apenas se pode conjecturar mas que parecem ser à primeira vista muito diferentes dos estímulos gerados pelos dispositivos electrónicos (computadores, «tablets» e «smartphones») que ocupam neste momento o centro do palco; mesmo que possam não ser, afinal, assim tão diferentes.

A grande questão, então, é tentar conhecer e compreender o melhor possível o funcionamento natural de tais mecanismos psicológicos, tais como foram «programados» ou «desenhados» pela evolução da espécie humana; articulando necessariamente — ou «triangulando»⁴⁷ — para tal propósito estudos provenientes de várias disciplinas ou áreas do saber científico. Procurando ao mesmo tempo conhecer e compreender as condições ambientais (sociais, culturais, etc.) actuais que fazem disparar tais mecanismos (necessariamente contextuais) de forma disfuncional. E tentando, ainda, incorporar tais conhecimentos nos valores culturais que vêm definindo, ao longo dos séculos e das civilizações, os comportamentos desviantes que se consideram ser doença mental;

várias publicações. (Veja-se e.g. GOULD e VBRA – "Exaptation: A missing term in the science of form". In *Paleobiology*, Vol. 8, No. 1 [Winter, 1982], pp. 4-15.)

⁴⁶ A *American Psychiatric Association* tem sido pressionada nos últimos anos para incluir nas páginas do seu manual fenómenos como, por exemplo, a utilização de jogos na *internet*. Nesse sentido, pronuncia-se oficialmente da seguinte forma: «In the fifth edition of the *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-5), Internet Gaming Disorder is identified in Section III as a condition warranting more clinical research and experience before it might be considered for inclusion in the main book as a formal disorder». Acrescentando: «The Internet is now an integral, even inescapable part of many people's daily lives; [...]. But recent scientific reports have begun to focus on the preoccupation some people develop with certain aspects of the Internet, particularly online games. The 'gamers' play compulsively, to the exclusion of other interests, and their persistent and recurrent online activity results in clinically significant impairment or distress. People with this condition endanger their academic or job functioning because of the amount of time they spend playing. They experience symptoms of withdrawal when kept from gaming». (<https://www.psychiatry.org/patients-families/internet-gaming>; acedido em Julho de 2018.) Os jogos através da *internet* são, todavia, somente uma das condições a considerar; a utilização disfuncional das (chamadas) redes sociais parece ser uma questão mais universal, mais preocupante e, nesse sentido, mais premente.

⁴⁷ Jaak Panksepp sugere várias vezes a «triangulação» de estudos sobre o cérebro, a mente e o comportamento. (Veja-se por exemplo PANKSEPP e BIVEN, *The archaeology of mind*, pp. 23 e ss.) A triangulação que aqui refiro é mais ampla, incluindo nomeadamente estudos antropológicos sobre as sociedades de caçadores-recolectores.

sabendo-se de antemão que as definições de tais transtornos são, pelo menos em parte, culturalmente definidas. E procurando, enfim, articular as diferentes ordens de factores (naturais e sociais) que, juntas, formarão uma nova conceptualização e compreensão de doença e de doença mental.

Tal empresa não pode resultar simplesmente de consensos, mesmo que validados estatisticamente, tal como sucede com o ubíquo e oracular manual *DSM*, afinal uma espécie de glossário pragmático e até certo ponto útil⁴⁸, mas sujeito a caução, desde logo por traduzir a liderança (ou mesmo o poder hegemónico) do pragmatismo norte-americano sobre a Psiquiatria e a Psicologia. E, sobretudo, partir de pressupostos discutíveis, em particular a assunção de que as diferentes entidades de diagnóstico que define possuem uma realidade subjacente natural e universal. Não é possível estabelecer um tal facto a partir de questionários, por excelentes que sejam as técnicas estatísticas que afiançam a sua validade e significância. Pelo contrário, tal como se defendeu atrás, é fundamental investigar o comportamento humano (pelo menos) nos quatro níveis de análise postulados por Tinbergen, incluindo-os todos (níveis proximal e distal, níveis sincrónicos e diacrónicos) e não apenas um. O conhecimento e a compreensão de um determinado comportamento, normal ou patológico, implica o conhecimento e a compreensão da sua filogénese (ou evolução), da sua ontogénese (o seu desenvolvimento no sujeito), do mecanismo (ou causa) e da sua função (ou adaptação).

É, por conseguinte, necessário prosseguir o caminho, de algum modo iniciado e traçado por Karl Jaspers, no que diz respeito à via compreensiva (e não apenas descritiva) dos fenómenos em causa. É necessário alargar o âmbito da Psicopatologia, de modo a incorporar nela uma base evolucionária que considere o funcionamento biológico natural (na medida em que exista) do sujeito humano, sobre a qual se poderá definir a disfunção mental, necessariamente contextual.

IV. Para uma conceptualização evolucionista da doença mental

1.

Sabe-se de há muito que é fundamental existir no desenvolvimento da Ciência, na sua totalidade como nas suas partes, fases ou etapas ou momentos de integração, que complementem outras fases, em particular de crescimento. Ideia efectivamente antiga, mas que tem levado muito tempo a implementar-se, progressivamente, um pouco por todo o lado; apesar de latências, obstáculos e resistências, de pura ignorância ou de simples negligência; o que tende a suceder sobretudo nalgumas das suas áreas mais imaturas ou mais jovens.

⁴⁸ Note-se que, independentemente de outras considerações, a própria utilidade do manual não é indiscutível; existem, pelo contrário, diversas vozes que se opõem à sua utilização — para uma introdução ao assunto, veja-se e.g. WAKEFIELD, J. — Para uma definição de doença mental. Por outro lado, mesmo quando aceite alguns aspectos dessa utilidade ou praticidade, é de notar que têm sobretudo a ver com a reificação das supostas entidades que o manual identifica, de uma forma também ela discutível. Por exemplo: «One of the main uses of the DSM classification system is practical: It provides a basis for insurance companies to decide whether to reimburse the cost of treatment for a given condition» (GAULIN e McBURNEY – *Evolutionary psychology*, p. 240).

Dito por outras palavras, e de forma mais extensa: o conhecimento científico conhece regularmente, na sua globalidade como em cada uma das suas diversas especificidades ou áreas, fases de crescimento acentuado, por vezes explosivo, por vezes (aparentemente) caótico, por vezes no sentido da diferenciação. Tais fases de acentuado ou rápido crescimento deveram-se com frequência a uma nova ideia, a uma nova forma de ver as coisas, a um novo instrumento, a uma nova técnica, a uma nova perspectiva ou mesmo (mais raramente) a um novo paradigma; acontecimentos esses que, por sua vez, se ficaram frequentemente a dever a outras (novas) ideias ou, eventualmente, dependendo da área considerada, a outros instrumentos ou a outras tecnologias. O computador, para dar um único exemplo, possivelmente o mais significativo de todos eles, acelerou de forma transversal e praticamente universal o processo de descoberta, directa e indirectamente, em quase todas (ou mesmo todas) as áreas do saber científico; de várias formas e por diversas razões que não cabe aqui desenvolver. É virtualmente possível que nenhuma área do empreendimento científico lhe tenha ficado imune.

Todo este processo é complexo, intrincado e dificilmente generalizável, mas é mais ou menos certo que durante tais fases, surgem fenómenos de co-evolução acelerada de várias coisas, incluindo ideias resultantes de outras ideias ou da aplicação de novos instrumentos, que se polinizam umas às outras, criando círculos virtuosos; ou, eventualmente, círculos viciosos. Tais fases têm que alternar, obrigatoriamente, com fases de integração; que ordenam e dão eventualmente sentido aos novos conhecimentos criados. De contrário, ter-se-ia apenas um oceano de novos fragmentos, desordenados; ou seja, de novos dados e resultados, de novas informações, de novas pistas heurísticas, de novas ideias, de novas técnicas, etc. Correndo-se vários riscos decorrentes de tais *superavits*, em especial o de poderem criar desarticulação, confusão, caos, dissensão, etc.; ou mesmo facções e fundamentalismos, entre outras perversidades. O calcanhar de Aquiles de todo o processo é justamente esse: as fases de crescimento e de diferenciação têm que ser intercaladas com fases de integração.

Poder-se-á argumentar que isso sucede, em termos latos, com todos ou quase todos os processos de vida, em particular com os mais complexos ou evolidos; desde a célula ao organismo. Sem multiplicação, não há crescimento; sem diferenciação, não há especialização; sem integração, não existem órgãos ou organismos, mas apenas agregados ou colónias de unidades mais básicas. E de facto, o crescimento do conhecimento científico assemelha-se, em vários aspectos mais ou menos abstractos, a um processo ou a uma forma de vida. Ou seja, na sua globalidade, a Ciência é como que um organismo vivo, em crescimento e em contínuos processos de manutenção, cujos órgãos, tecidos (etc.) metafóricos conhecem, eles próprios, diferentes processos vitais de crescimento (ou de simples reparação), com sucessivas fases de diferenciação e de integração; as quais resultam frequentemente do contributo da Epistemologia ou da Filosofia da Ciência. De contrário, parafraseando livremente Einstein⁴⁹, só

⁴⁹ EINSTEIN, A. – Carta a Thornton, 7 de Dezembro de 1944, *Einstein Archive*: 61-574. O excerto original desta epístola é: «So many people today—and even professional scientists—seem to me like somebody who has seen thousands of trees but has never seen a forest.»

se conseguem ver milhares de árvores, mas nunca uma floresta. Ou, dito de uma outra forma:⁵⁰

The reciprocal relationship of epistemology and science is of noteworthy kind. They are dependent upon each other. Epistemology without contact with science becomes an empty scheme. Science without epistemology is—insofar as it is thinkable at all—primitive and muddled.

2.

Entre os muitos méritos das proposições de Darwin, alguns deles ainda à espera de serem verdadeiramente descobertos, ou devidamente calibrados na sua real dimensão heurística, um dos maiores terá sido a possibilidade de, justamente, a sua teoria permitir *integrar* um conjunto a perder de vista de dados fragmentários e de valor desigual. Não apenas na Biologia, que foi o seu ponto de partida, mas em várias outras áreas, em especial nas ciências da vida (no sentido amplo), incluindo por conseguinte as ciências humanas e sociais⁵¹. Tal integração, apesar de lenta, laboriosa e sujeita a muitos obstáculos e resistências, tem vindo a promover a integração conceptual: quer no sentido horizontal (ou seja, entre as várias áreas ou disciplinas de uma mesma ciência), quer no sentido vertical (entre as várias ciências).

No caso concreto da Psicopatologia, mas o mesmo se poderá dizer de muitos outros domínios da Ciência, é inegável que houve nas últimas décadas um crescimento notável de toda a área. Um crescimento ou expansão que reflectiu e acompanhou o crescimento, a expansão e a complexificação crescente do próprio conhecimento gerado. Sabe-se hoje muito mais sobre doença mental do que se sabia há cem anos atrás; para dar um único exemplo, que não passa de um truísmo, mas que todavia tem a utilidade de chamar a atenção para a necessidade, nem sempre sentida como premente, de parar de quando em quando, olhando para trás e fazendo um balanço, necessariamente provisório; e traçar, quando necessário, novas linhas. Tal crescimento, que por vezes foi lento e que noutros casos se acelerou, fez-se sobretudo à custa de acumulação de factos, de dados, de evidências, de observações, de informações, de hipóteses, de conjecturas, de experiências, de métodos e técnicas, etc.; sabendo-se logicamente que nem todos esses fragmentos tinham (ou têm) o mesmo valor, se é que tinham (ou têm) algum valor; sabendo-se igualmente que houve descobertas puramente acidentais; que se desbravaram caminhos aparentemente prometedores mas que terminaram em becos sem saída; que se juntou ou criou nova matéria, novos tecidos de conhecimento, do mesmo modo que também se eliminaram, se excluíram, se podaram outros tantos, abandonando-se ideias, hipóteses e conjecturas. Etc.

Tal acumulação contribuiu — contribui quase sempre — para a criação ou o agravamento de diversos problemas, entre os quais a ilusão de conhecimento, gerada pela própria acumulação, poderá ter sido um dos principais: tal como observa com

⁵⁰ EINSTEIN, A. — “Remarks concerning the essays brought together in this co-operative volume”. In SCHILPP, P. A. (ed.) — *Albert Einstein: Philosopher-Scientist*. The Library of Living Philosophers. Vol. 7. Evanston, IL : The Library of Living Philosophers, 1949. p. 683-684.

⁵¹ O assunto é consideravelmente mais vasto do que isso, mas opto aqui por simplificá-lo.

magnífica acuidade Henri Poincaré⁵², «on fait la science avec des faits comme une maison avec des pierres; mais une accumulation de faits n'est pas plus une science qu'un tas de pierres n'est une maison».

Este problema, comum a outras ciências, veio juntar-se a outros problemas mais específicos da Psicopatologia, em especial a compartimentalização da disciplina em abordagens elas próprias fragmentárias e, numa palavra só, unidimensionais; a tradição biológica excluiu por exemplo a tradição psicológica; que, por sua vez, colocou o primado na aprendizagem, excluindo de forma excessiva os abstractos biológico e fisiológico; etc. Abordagens essas que, privilegiando uma dimensão em detrimento de outras, fazem parte da história da disciplina e merecem nesse âmbito o estudo, a reflexão, a interrogação⁵³, fazendo pois parte do passado; um passado necessário, sem o qual não existiria o presente; mas um passado, não obstante. Não é, de modo nenhum, absurdo estudar e conhecer esses diferentes compartimentos, tendências ou mesmo facções que marcaram a história da Psicopatologia e das concepções de doença mental. Mas é ainda menos absurdo, neste momento, procurar integrar toda essa multidão de elementos numa visão, perspectiva ou concepção que, justamente, lhes dê ordem. Traçar vectores, definir linhas, etc., em vez de simplesmente acumular conhecimento. A perspicácia de Panksepp⁵⁴ é neste ponto preciosa: «Neither the 'brainless' psychiatry of the middle of the 20th century, nor the 'mindless' variety of the past 30 years should be taken to represent the most we can achieve. The future should yield a synthesis».

3.

Um dos vectores que é possível — e urgente de — traçar nessa síntese futura tem a ver justamente com a compartimentalização da Psicopatologia: é imperativo⁵⁵ alargar, e de forma radical, as múltiplas dimensões subjacentes ao conceito de doença mental, incluindo na sua interpretação, na sua compreensão, na sua conceptualização, um número muito maior de influências recíprocas, de factores aparentemente demasiado pequenos ou anódinos, e que foram (por tal razão) sendo desprezados durante as fases de crescimento desta ciência. Outro dos vectores a traçar com premência tem a ver com o conhecimento e a aceitação daquilo a que se pode chamar os sistemas operativos básicos do cérebro, matéria ela própria de complexidade superlativa; que, de qualquer modo, obrigará a juntar o conhecimento de conjuntos incompletos de factos neurológicos com fenómenos psicológicos mal (ou pobremente) conhecidos e compreendidos, dos quais pouco mais se sabe, para além do facto básico de emergirem de actividades cerebrais. E a estes dois vectores, poderiam juntar-se alguns outros, assim como factores de várias ordens ou mesmo preocupações diversas, sobretudo epistemológicas e éticas. A grande questão de fundo, todavia, é simples de enunciar mas superlativamente difícil de responder: como fazê-lo?

⁵² POINCARÉ, H. – *La Science et l'Hypothèse*, p. 168.

⁵³ Aliás, algumas das questões que levantaram não foram ainda respondidas. É possível que venham a permitir, no futuro, colocar novas interrogações.

⁵⁴ PANKSEPP, J. – *Biological psychiatry sketched: Past, present, and future*, p. 17.

⁵⁵ O que não quer, no entanto, dizer que seja suficiente.

As ciências e disciplinas que se ocupam da doença mental aguardam uma abordagem global, transversal e integradora, que as estructure e que traga unidade e coerência à multidão de conhecimentos (factos, observações, etc.) produzidos durante a actual fase de crescimento acelerado — em parte devida ao desenvolvimento algo desenfreado das chamadas neurociências. Que lhes permita por conseguinte vislumbrar o que é que nessa multidão de dados e informações é relevante, é essencial, é crucial para o conhecimento da doença mental — assim como das condições do sofrimento psicológico que não não necessariamente mórbidas. Abordagem que contrarie, por outro lado, os efeitos indesejáveis da diferenciação que marcou o crescimento de toda a área nos últimos anos; assim como a ilusão de conhecimento que emergiu, com algum optimismo, desse mesmo crescimento.

A perspectiva evolucionista, apesar dos excessos de alguns dos seus prosélitos (bem como de alguns dos seus detractores), pode constituir uma forma de juntar as diferentes partes num quadro integrado, traçado sobre o pano de fundo do papel da evolução e das pressões evolutivas (processo extremamente demorado) no actual comportamento humano. Tornando-se, nesse âmbito, uma espécie de «macroscópio», o instrumento conceptual ou simbólico proposto por Joël de Rosnay⁵⁶ há já quatro décadas. Isto é, um compósito abstracto de métodos, técnicas e saberes pertencentes a diversas disciplinas; um instrumento simbólico que filtre os detalhes, que amplifique o que os une, que faça sobressair aquilo que os aproxima; uma forma de observar fenómenos que ou são demasiado grandes, ou são demasiado lentos ou são demasiado complexos para os olhos humanos, ao ponto de se tornarem invisíveis. O que representará, caso tal perspectiva se venha a impor, uma ruptura epistemológica, que irá rejeitar (ou relegar para um plano secundário) vários dos conhecimentos anteriores. O que, por sua vez, criará inelutavelmente resistências à sua implementação.

Bibliografia

- ABREU, José Luís Pio – *Introdução à Psicopatologia compreensiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. ISBN 972-31-0639-6.
- BACHELARD, Gaston – *Épistémologie: Textes choisis*. Paris: P.U.F. (várias re-edições), 1971. Antologia, selecção e edição de Dominique Lecourt. [Tradução portuguesa: *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70 (O saber da Filosofia; 1), 2006 (reimpressão). ISBN 978-972-44-1368-9.]
- BLOOM, Harold – *Genius: A mosaic of one hundred exemplarily creative minds*. Nova Iorque: Warner Books, 2002. ISBN 0-446-52717-3.
- BLUM, Eugène – *La pédologie*. In *L'année psychologique*. Vol. 5. p. 299-331.
- BOORSTIN, Daniel – *Cleopatra's Nose: Essays on the unexpected*. Nova Iorque: Random House, 1994. [Tradução portuguesa: *O nariz de Cleópatra: Ensaios sobre o inesperado*. Lisboa: Gradiva, 1995. ISBN 972-662-416-9.]
- CHARDIN, Pierre Teilhard de – *Le Phénomène humain*. Paris: Editions du Seuil, 1956.

⁵⁶ ROSNAY, J. – *Le macroscopie. Vers une vision globale*, p. 10.

- DARWIN, Charles – *The origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. (6th edition). Londres: John Murray, 1872.
- DEMAUSE, Lloyd – *The evolution of childhood*. New York: Harper and Row, 1974. ISBN 0-06-131848-5.
- DOBZHANSKY, Theodosius – Nothing in biology makes sense except in the light of evolution. *The American Biology Teacher*. 35(3) (1973). p. 125–129.
- EINSTEIN, Albert – “Remarks concerning the essays brought together in this co-operative volume”. In SCHILPP, P.A. (ed.) – *Albert Einstein: Philosopher-Scientist*. Evanston, Illinois: The Library of Living Philosophers, 1949. p. 665-688.
- GALBRAITH, John K. – *The affluent society (3th edition revised)*. Boston, MA: Houghton Mifflin, 1958/1976. [Tradução portuguesa: *A sociedade da abundância*. Mem Martins: Europa-América, s/ data.]
- GAULIN, Steven; McBURNEY, Donald – *Evolutionary psychology (Second edition)*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2004. ISBN 0-13-111529-4.
- HORWITZ, Allan V. – “Social constructions of mental illness”. In KINCAID, H. (ed.) – *The Oxford handbook of philosophy of social science*. Oxford: Oxford University Press, 2012. ISBN 978-0-195-39275-3.
- LAKATOS, Imre – “Lectures on scientific method, 1973”. In LAKATOS, I.; FEYERABEND, P. – *For and against method: [Including Lakatos’s lectures on scientific method and the Lakatos-Feyerabend correspondence]*. Chicago [etc.]: The University of Chicago Press, 1986/1999. ISBN 0-226-46775-9. p. 19-109.
- LENSKI, Gerhard; NOLAN, Patrick; LENSKI, Jean – *Human societies. An introduction to macrosociology (Seventh edition)*. Nova Iorque [etc.]: McGraw-Hill, 1995. ISBN 0-07-037631-X.
- MELILLO, Robert; LEISMAN, Gerry – *Neurobehavioral disorders of childhood: An evolutionary perspective*. Londres [etc.]: Springer, 2009. ISBN 978-1-4419-1232-9.
- PANKSEPP, Jaak – “Biological psychiatry sketched: Past, present, and future”. In PANSEPP, Jaak (ed.) – *Textbook of biological psychiatry*. Hoboken, NJ: Wiley-Liss, 2004. ISBN 978-0-471-43478-8. p. 3–32.
- PANKSEPP, Jaak; BIVEN, Lucy – *The archaeology of mind: Neuroevolutionary origins of human emotions*. Nova Iorque [etc.]: W.W. Norton & Company, 2012. ISBN 978-0-393-70531-7.
- POINCARÉ, Henri – *La Science et l’Hypothèse*. Paris: Ernest Flammarion (Bibliothèque de Philosophie scientifique), 1902.
- POPPER, Karl – “Two notes on induction and demarcation, 1933-1934”. In POPPER, K. – *Logik der Forschung: Zur erkenntnistheorie der modernen Naturwissenschaft*. Viena: Verlag von Julius Springer, 1934 /1935. [Tradução inglesa: *The logic of scientific discovery*. Londres (etc.): Routledge, 2006 (reimpressão). ISBN 0-415-27844-9. p. 312-318.]
- POPPER, Karl – *Ciência: conjecturas e refutações*. Reimpresso em POPPER, K. – *Conjectures and refutations*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1963. [Tradução portuguesa: *Conjecturas e refutações. O desenvolvimento do conhecimento científico*. Coimbra: Livraria Almedina (*Studium*), 2003. ISBN 972-40-1878-4. p. 55-96.]

- POPPER, Karl – “Acerca das fontes do conhecimento e da ignorância”. Reimpresso em POPPER, K. – *Conjectures and refutations*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1963. [Tradução portuguesa: *Conjecturas e refutações. O desenvolvimento do conhecimento científico*. Coimbra: Livraria Almedina (*Studium*), 2003. ISBN 972-40-1878-4. p. 17-52.]
- ROSNEY, Joël de – *Le macroscope. Vers une vision globale*. Paris: Éditions du Seuil, 1975. ISBN 978-2-02-005974-9.
- SACARRÃO, Germano F. – *Biologia e sociedade I: Crítica da razão dogmática*. Mem Martins: Europa-América, 1989. ISBN 972-1-02694-8.
- STANNARD, David E. – *Shrinking history: On Freud and the failure of psychohistory*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1980. ISBN 978-0-19-502735-8.
- URBANO, Pedro – *Da história e da epistemologia da Psicologia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. Dissertação de doutoramento.
- WAKEFIELD, Jerome C. – Para uma definição de doença mental: valores e factos. In Fonseca, A.C., ed. – *Psicologia e justiça*. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN 978-972-40-3728-8. p. 99-121.

(Página deixada propositadamente em branco)

DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES

(Página deixada propositadamente em branco)

Sistema Político da UE:
um contribuinte para a pós-democracia

The EU political system:
a contributor to post-democracy

Dina Sebastião

Dina Sebastião, Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora Integrada do CEIS20. E-mail: dinasebastiao@gmail.com.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_19_6

SISTEMA POLÍTICO DA UE:
UM CONTRIBUINTE PARA
A PÓS-DEMOCRACIA

Tendo como base o conceito de pós-democracia, de Colin Crouch, este artigo analisa algumas dinâmicas do sistema político da União Europeia (UE) para refletir sobre como as mesmas afetam a qualidade da democracia na Europa. Analisar-se-ão as soluções institucionais e legais para a crise financeira pós-2008, a influência do sistema político da UE na organização e atuação dos partidos políticos nacionais, assim como o registo da atividade de lóbi em Bruxelas. Com base nesta análise, sustenta-se que as particularidades do sistema político da UE são, por si só, um indutor de pós-democracia e que criam dinâmicas que contribuem para a degradação da qualidade de atuação de atores clássicos dos sistemas democráticos, fazendo emergir novos atores influentes na feitura das políticas públicas. Sustenta-se ainda que a crise das dívidas soberanas incrementou este latente problema, sobredimensionando o poder político dos estados economicamente mais fortes. Com isto, pretende-se encontrar paralelismos ao conceito de pós-democracia, mas mantendo como premonição a ideia de que a UE é um ator mais capaz do que o estado-nação para reverter as dinâmicas pós-democráticas.

THE EU POLITICAL
SYSTEM: A CONTRIBUTOR
TO POST-DEMOCRACY

Based on Colin Crouch's concept of post-democracy, this article analyses the European Union's political system (EU) to reflect on how it affects the quality of democracy in Europe. We will analyse institutional and legal solutions found to tackle the post-2008 financial crisis, the influence of the EU's political system in the organisation and operation of national political parties, and the lobbying activity in Brussels. Based on this analysis, we argue that the particularities of the EU political system constitute an inducer of post-democracy and create dynamics that contribute to the worsening of the behaviour of the classic agents of democratic systems, giving rise to new influential agents in public policy making. We also argue that the crisis of sovereign debts increased this pressing problem, inflating the political power of economically stronger states. We aim to identify parallels to the concept of post-democracy, yet anticipating the idea that the EU is better able to revert the post-democratic dynamics than the state-nation.

SYSTÈME POLITIQUE DE
L'UE : UN CONTRIBUTEUR
À LA POST-DÉMOCRATIE

À partir du concept de post-démocratie, de Colin Crouch, cet article analyse certaines dynamiques du système politique de l'Union européenne (UE) pour réfléchir sur la façon dont celles-ci affectent la qualité de la démocratie en Europe. Les solutions institutionnelles et juridiques pour la crise financière post-2008, l'influence du système politique de l'UE sur l'organisation et la performance des partis politiques nationaux, ainsi que le registre des activités de lobbying à Bruxelles seront analysées. En partant de cette analyse, nous soutenons que les particularités du système politique de l'UE sont, en soi, un inducteur de post-démocratie et qu'elles créent des dynamiques qui contribuent à la dégradation de la qualité de la performance des acteurs classiques des systèmes démocratiques, donnant lieu à de nouveaux acteurs influençant l'élaboration des politiques publiques. Il est également avancé que la crise de la dette souveraine a aggravé ce problème latent, occultant le pouvoir politique des États économiquement plus forts. Avec cela, nous avons l'intention de trouver des parallèles au concept de post-démocratie, mais en gardant prémonition que l'idée que l'UE est un acteur plus capable que l'État-nation pour inverser la dynamique post-démocratique.

Introdução e fundamentação

É um problema congénito, mas nos últimos anos cresceram as críticas à União Europeia (UE) por défice democrático, um conceito relacionado com as deficiências do seu sistema político que potencia a deslocalização do poder das tradicionais estruturas parlamentares da democracia representativa, para outras, *intergovernamentalizadas* ou de carácter mais técnico do que político. Isto não seria uma preocupação se a UE não tivesse abarcado cada vez mais competências vinculativas para os estados-membros (EM). O adensar desta *anomalia* europeia coincide com o desenvolvimento do conceito de *pós-democracia* teorizada por Colin Crouch¹ a partir dos anos 90. Neste estudo, relaciono o conceito de *pós-democracia* com a UE, aferindo o modo como a natureza original do seu sistema político reflete, ela própria, a noção de pós-democracia, mas também como ela potencia, por um lado, a erosão de clássicos atores políticos da democracia representativa e, por outro, o aparecimento de outros atores não políticos, mas cuja atuação tem ganhado terreno àqueles, com cada vez mais preponderância no processo de decisão comunitário. Far-se-á uma fundamentação em três perspetivas, indutoras de pós-democracia na UE: 1) as soluções institucionais para a crise económica e financeira pós-2008; 2) a erosão dos partidos nacionais por influência da UE; 3) a crescente atividade de grupos de pressão, os chamados lóbis² em Bruxelas, com hegemonia evidente das corporações económicas. Esta análise tripartida concorre para a fundamentação da existência de fenómenos pós-democráticos, fazendo-se no final um questionamento conclusivo e prospetivo sobre o potencial de utilidade da UE para fazer face às dinâmicas pós-democráticas. A abordagem a realizar recorrerá essencialmente a uma apreciação crítica e intertextual de vários estudos feitos na área, confrontados com alguma análise factual e documental aos acontecimentos pós-2008 e à evolução da presença de lóbi na UE.

1. Sobre a pós-democracia: a força das corporações económicas em detrimento da política

Apesar de celebrado pelas análises de Colin Crouch, sociólogo e cientista político inglês, as primeiras utilizações do termo pós-democracia são atribuídas ao cientista político Jacques Rancière³ e também a Sheldon Wolin, sendo difícil definir a propriedade intelectual do termo⁴. O conceito mais desenvolvido e fundamentado, e que vamos aplicar neste estudo, é o de Colin Crouch, que começou a teorizá-lo nos finais dos anos 90, com base no aprofundamento da liberalização económica, atuante, a partir dos finais dos anos 70, numa desregulação dos mercados.

Analisando desde logo a construção semântica de pós-democracia, assume-se que se está numa condição que ultrapassou o conceito que se sucede ao prefixo “pós”, portanto,

¹ Sociólogo e cientista político britânico.

² Do inglês, lobby.

³ RANCIÈRE, J. - *On the Shores of Politics*. New York: Verso, 2007 [1992]. Cit. in KURSAR, Tonči - “In a post-democracy trap”. Paper for the 7th ECPR General Conference, Bordeaux, 2013. p. 1; Cf. HAUER, Thomas - “Why Post-Democracy?”. *British Journal of Arts and Social Sciences*. Vol.20, nº. II (2015). p. 90.

⁴ KURSAR, Tonči – ob. cit. p.1.

já acrescentando novas características ao que se considera democracia. A mesma lógica semântica aplica-se ao prefixo “pré”. Se “pré” significa ainda falta de democracia, “pós” significa que algo de novo se junta ao estado de democracia⁵. No sentido que descreve Crouch, no livro *Post-Democracy*, na era pós-democrática, apesar de se continuar a cumprir todos os mecanismos formais da democracia (existência de sistema pluripartidário, eleições, parlamento, governo e oposição, etc.), há características comuns a uma condição de pré-democracia, como o controlo dos processos políticos por minorias poderosas, capazes de tornar os seus interesses mais ativos, sobrepondo-se aos mecanismos representativos dos cidadãos. Formalmente, a democracia continua a existir, mas sofre de uma série de perversões que a colocam ao serviço das tais minorias poderosas. Para Crouch, foi o processo de desregulação global dos mercados, a partir de finais da década de 70, que contribuiu para isso, levando a globalização dos interesses económicos a emergir face à fragmentação do eleitorado e da política nos sistemas estatais. Repassemos então, sucintamente, as premissas da fundamentação de Crouch.

O processo de desregulação do mercado global, que substituiu o dinamismo económico através do impulso ao consumo adotado nos primeiros 30 anos após a Segunda Guerra Mundial, conduziu ao crescimento de corporações económicas capazes de ultrapassar a capacidade de governação dos estados-nação. A globalização veio expor as fragilidades dos mais fracos e fortalecer os sobreviventes. Enquanto as corporações económicas se globalizaram, a força do trabalho continua nacional, agregada ao estado-nação e cada vez mais dispersa, uma vez que a base de sustentação dos sindicatos, as profissões manuais, se alteraram profundamente com a evolução tecnológica da indústria e a diversificação da economia pelo trabalho intelectual e de serviços. O ganho desproporcionado de força pelas corporações económicas leva a que a empresa se torne capaz de coagir o Estado para a redução de impostos ou a desregulação laboral, sob pena de deslocação e consequente geração de desemprego. Isto leva à proximidade do poder económico com o político. Aquele profissionaliza-se para advogar e negociar cedências da política aos seus interesses - o chamado lóbi (*lobbying*), cujas demandas se vão sobrepondo às do eleitorado, tornando-se capazes de influenciar a feitura das políticas públicas⁶.

A diversificação e complexidade do trabalho têm-se tornado coadjuvantes da hegemonia empresarial, pois torna mais difícil aos sindicatos e partidos agregar interesses e sistematizar as reivindicações do eleitorado. Se até, mais ou menos, aos anos 60, e desde a revolução industrial, as reivindicações da classe trabalhadora manual foram um pilar da estruturação de partidos e de um papel mediador do capitalismo pelo Estado, a diversificação do trabalho trouxe a dispersão das demandas, algum desinteresse pelos sindicatos e a dificuldade de agregar interesses. Isto incrementa a tendência do deslocamento da luta política para as questões de identidade, raça, políticas anti-imigração, acarretando uma alteração para a vida partidária. Se até meados do século XX, os partidos emergiam de movimentos sociais⁷, em que os militantes e ativistas tinham um papel preponderante na definição das reivindicações, com a diversificação laboral e o aparecimento de sondagens, os partidos enveredam por uma estrutura profissionalizada. Querendo abarcar um espectro mais diversificado de

⁵ HAUER, Thomas – ob. cit. p. 89.

⁶ CROUCH, Colin – *Post-Democracy*. Cambridge: Polity Press, 2004. p. 15-35.

⁷ Mesmo os que apareceram a partir de elites, tiveram a necessidade de se alicerçar em bases sociais.

eleitorado (os *catch-all parties*) e atuando na era da comunicação, recorrem a consultores externos, a empresas de estudos de opinião e de *marketing* político para definirem programas e estratégias de campanha. A definição programática, que antes era direcionada de baixo para cima (*bottom-up*), é agora de cima para baixo (*top-down*), com o partido cada vez mais centrado na figura do líder. Neste contexto, os partidos tornam-se mais permeáveis às influências dos lóbis económicos⁸.

Outra característica da era pós-democrática, relacionada com as anteriores, é a perda de confiança no serviço público. A empresa emerge como exemplo de organização institucional e de eficácia. A recomendação geral é que o Estado não deve fazer quase nada a não ser garantir a liberdade dos mercados. Segundo Crouch, esta “cedência à ideologia neoliberal” difere das recomendações do *keynesianismo* e da experiência recolhida dos anos 20 e 30, em que se concluiu que o mercado é inapto para garantir estabilidade e promover a recuperação após momentos de desestabilização (de certo modo, o que se constatou também com a crise de 2008). Os governos, também constringidos pela dependência de garantias de empréstimos dos mercados, concessionaram cada vez mais atividades públicas a privados e estes obtêm assim também um acesso fácil ao poder político, mantendo uma relação de proximidade. A relação do poder económico com o poder político deixa de ser feita por associações representativas de setor, para ser personalizada, em resultado de um “capitalismo pós-industrial”, em que a liberalização do comércio encetada na OMC⁹, assim como a liberalização financeira, passa a abranger novas áreas, como a prestação de serviços de saúde, educação, entre outros. A questão é que, advoga Crouch, o serviço privado escolhe segmentos de mercado em prol do lucro, i.e., por natureza, não tem de garantir a universalidade agregada à noção de serviço público. Deste modo, as corporações privadas, nos negócios de subcontratação e parcerias público-privadas feitas com o Estado, escolhem os setores que lhe são rentáveis, deixando para aquele o não rentável. Em resultado, o Estado é considerado cada vez mais inapto, tornando-se um “idiota institucional”. Como os contratos feitos entre o Estado e os agentes privados vigoram muitas vezes durante várias gerações de governos, a influência e a dependência do poder económico tornam-se transversais a vários partidos, acarretando uma ação duradoura do lóbi junto do poder político¹⁰.

Para Crouch, estas dinâmicas desvirtuam aquelas que ajudaram a construir as democracias a partir de finais do século XIX, quando imperava a noção de que a política não deveria interferir na economia e *vice-versa*, e que fez surgir o Estado regulador, posteriormente aprofundado, com a social-democracia, como servidor de cidadania universal. Com a ideologia neoliberal, regista-se uma permeabilidade entre governos - o que é do domínio público - e interesses privados, o que vai ao encontro das características de pré-democracia, em que a política se torna uma “coisa de elites” e ao serviço de elites. Crouch ressalva que o que está em causa não é uma hostilidade ao capitalismo, mas reconhecer os limites da separação do público e privado, pelo que o real desafio é manter o dinamismo e a iniciativa do capitalismo e ao mesmo tempo prevenir as empresas e seus executivos de obterem poderes incompatíveis com a democracia.¹¹

⁸ CROUCH, Colin – Ob. cit. p. 53-77.

⁹ Organização Mundial de Comércio.

¹⁰ CROUCH, Colin – Ob. cit. p. 78-104.

¹¹ Idem, *ibidem*. p. 105.

Ora, partindo destas premissas “pós-democráticas” postuladas por Crouch, vamos analisar de que forma o sistema político e as dinâmicas geradas pela UE na gestão da crise das dívidas soberanas a partir de 2008, nos partidos políticos e no exercício da atividade de lóbi podem evidenciar uma tendência pós-democrática da integração europeia.

2. A UE e a crise económica e financeira pós-2008: o auge pós-democrático

A crise económica e financeira, refletida numa crise específica de dívidas soberanas da zona euro, que se abateu sobre a Europa, desencadeada pela crise financeira global de 2007/2008, trouxe à arena mediática uma série de deformações políticas da União Económica e Monetária (UEM), já há muito discutidas no âmbito académico, reveladoras do mal-afamado défice democrático da UE. Por outro lado, as soluções encontradas para resolver a crise, ao invés de abrirem caminho para a resolução desse alegado défice, acentuaram fórmulas de decisão e poderes institucionais que o agravaram. Antes de passarmos a essa análise concreta, façamos uma abordagem sobre o que se entende por défice democrático da UE e como ele toca algumas premissas do conceito de pós-democracia de Crouch.

2.1 Déficit democrático da UE: alfobre de pós-democracia

Apesar de já ter prenúncios na própria constituição da CEE, o défice democrático ficou na ordem do dia dos estudos académicos a partir dos anos 90, coincidindo com a crescente acumulação de competências comunitárias (transferidas do estado-nação), sem, apesar do reforço de poderes das instituições europeias, as legitimar devidamente com uma base de representatividade e responsabilização democrática, diga-se parlamentar, além de outras premissas das típicas democracias europeias. É certo que a UE não é uma federação, apesar de ter algumas características semelhantes, mas também já não é uma mera Organização Internacional¹². Se fosse como esta, sem poderes vinculativos para os estados-membros, o défice democrático não seria questão¹³. Ora, desde o Tratado de Roma que a construção comunitária se dota de um caráter supranacional, com competências de caráter jurídico vinculativo para os Estados, que tem vindo a reforçar em áreas como ambiente, indústria, comércio externo, cidadania, agricultura ou política económica e monetária, entre outras. Foi adquirindo também uma função redistributiva (ainda que mínima), desreguladora e (re)reguladora (pela necessidade harmonizadora do mercado único e outras), influenciando deste modo as políticas públicas dos Estados-membros e a sua economia. Simultaneamente, a UE foi-se assumindo como uma produtora de políticas públicas. O seu sistema de governação é complexo, não se definindo por uma soberania indivisível¹⁴, mas partilha-

¹² Cf. SILVA, A. Martins – *Sistema Político da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 2013. p. 397-418; HIX, Simon, HOYLAND, Bjorn – *The Political System of the European Union*. New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 12-16.

¹³ WIESNER, Claudia – “Capitalism, democracy and the European Union”. *Z Vgl Polit Wiss*. Vol. 10 (2016) p. 224. DOI: 10.1007/s12286-016-0320-y .

¹⁴ SCHMIDT, Vivien A. – “L’Union Européenne crée-t-elle ou détruit-elle la démocratie?”. *Politique Étrangère*. N° 3 (2007) p. 518. DOI: 10.3917/pe.073.0517 .

da e participada com os estados-nação e vários atores políticos e administrativos técnicos (aos níveis nacional, subnacional, supranacional e transnacional¹⁵), podendo caracterizar-se como um sistema de governação multiníveis¹⁶. Entre as várias problematizações teóricas e conceptuais, não nos restam dúvidas em afirmar que a UE é uma entidade política (uma *polity*, na gíria anglossaxónica).

Porém, a questão do défice democrático não tem sido consensual no meio académico. Os defensores de que a UE é democraticamente deficiente centram-se, de forma geral, no facto de, registando-se transferência de competências, cuja decisão pertencia em última instância aos parlamentos estatais, ela não ter sido acompanhada por uma devida parlamentarização supranacional do poder. Apesar de o Parlamento Europeu (PE) ter vindo a adquirir progressivamente poderes até ao Tratado de Lisboa - tendo começado nos anos 70 com a decisão orçamental e seguidamente com o Ato Único Europeu e o Tratado de Maastricht¹⁷ (aqui igualando-se com o Conselho através do procedimento de codecisão¹⁸), não os detém em todas as matérias que estão sob alçada da UE, o que evidencia, por si só, uma carência de representatividade democrática na decisão¹⁹. Por outro lado, a composição da Comissão, um órgão com competência executiva e de iniciativa legislativa (semelhante a um governo), é proposta e nomeada pelo Conselho Europeu e/ou Conselho, e apesar de sujeita à aprovação do PE, não emana direta e obrigatoriamente de uma eleição²⁰. Embora a última nomeação do presidente da Comissão tenha seguido a escolha de uma pessoa apontada previamente pelo grupo partidário vencedor das eleições para o PE – a conhecida estratégia do *Spitzenkandidat* - esta foi essencialmente uma hábil manobra do PE de explorar a ambiguidade do Tratado de Lisboa²¹. A sua atuação, embora podendo ser sancionada

¹⁵ Sendo os atores transnacionais de uma grande diversidade, que ultrapassa o carácter meramente político e económico, tornando-se os procedimentos de relações de difícil regulação.

¹⁶ HOOGHE, Liesbet, MARKS, Gary – *Multi-level governance and the European integration*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2001.

¹⁷ SOARES, António Goucha – “O défice democrático da União Europeia: alguns problemas conexos.” *Análise Social*. Vol. XXXII (142) (1997) p. 629-631.

¹⁸ Designado, com o Tratado de Lisboa, por processo legislativo ordinário. Cf. PATRÃO, Afonso – “Processo Legislativo Ordinário.” IN BRANDÃO, Ana P., [et al.] (coord) – *Enciclopédia da União Europeia*. [S. L.]: Petrony, 2017. p. 347-351.

¹⁹ SCHMIDT, Vivien A. – Ob. cit. p. 521.

²⁰ MOREIRA, Vital – “A vontade dos cidadãos da União: a democracia supranacional da União Europeia.” *Estudos do Século XX*. N.º17 (2017) p. 56. SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio – “From a deficit of democracy to a technocratic order: the post-crisis debate on Europe.” *Annual Review of Political Science*. N.º 20 (2017) p. 355.

²¹ Tratou-se, sobretudo, de uma iniciativa do PE possível pela interpretação da margem vazia da letra do Tratado de Lisboa, que no Tratado da União Europeia, n.º 7 do art.º 17, refere: “Tendo em conta as eleições do Parlamento Europeu, e depois de proceder às consultas adequadas, o Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada, propõe ao Parlamento Europeu um candidato ao cargo de Presidente da Comissão.” Ora, numa jogada de antecipação, o PE aprovou uma resolução na qual instava os partidos europeus a nomearem os seus candidatos à Comissão, previamente às eleições europeias. Apesar do desagrado de alguns estados-membros, o processo seguiu e quatro partidos fizeram nomeações, promovendo debates e apresentação pública dos candidatos. Após as eleições, o PE aprovou uma recomendação ao Conselho para nomear o candidato do partido vencedor das eleições, o PPE, Jean-Claude Juncker, comprometendo publicamente o Conselho com esse vínculo democrático. Cf. MOURY, Catherine – *A democracia na Europa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016. p. 38-48. Uma estratégia que não está ileso de polémica e de querelas de poder entre as duas instituições em causa: PARLAMENTO EUROPEU - “Spitzenkandidaten process cannot

pelo PE, não é diretamente sujeita a escrutínio da população, que, em sistemas democráticos representativos, pode sancionar o executivo nas eleições seguintes²², escolhendo outro partido/candidato.

Por outro lado, existe ainda uma excessiva intergovernamentalização²³ do poder de decisão, que, em áreas estruturantes da vida dos cidadãos e da política estatal, reside exclusivamente no Conselho ou em seus derivados intergovernamentais, como o Eurogrupo, responsável, de facto, pela política económica no âmbito da UEM. Além de potenciarem uma instrumentalização da decisão por interesses puramente nacionais²⁴, que se extrema quando está em causa o balanço de poder entre estados devedores e pagadores – grandes estados /economicamente mais ricos e pequenos estados /economicamente mais pobres, estes órgãos reúnem à porta fechada, sem o devido escrutínio público-parlamentar da decisão. Ora, num sistema político agregador de vários e diferentes estados, a defesa do interesse nacional é legítima, e existente nos sistemas federais através das câmaras representativas dos estados, mas no caso da UE o debate e negociações no Conselho escapam ao escrutínio público-parlamentar típico desses sistemas – trata-se de uma espécie de bicameralismo imperfeito²⁵.

Acresce ainda o facto de a política monetária, ponto sensível da governação europeia, como veremos de seguida, ser confiada a um órgão com independência do poder político, o Banco Central Europeu (BCE), um dos bancos centrais mais independentes do mundo, interagindo apenas com o Eurogrupo, instituição informal, podendo apenas ser destituído por decisão do Tribunal de Justiça da UE (TJUE). A opção foi entregar o controlo da inflação, o principal objetivo do BCE, a um órgão técnico e não politicamente responsabilizado, apesar da opção de privilegiar ou não o controlo da inflação envolver escolhas ideológicas²⁶.

Porém, no meio académico, a questão do défice democrático não é consensual, tão-pouco que a sua alegada resolução esteja no aumento de poderes de órgãos parlamentares supranacionais. Moravcsik, o titã do intergovernamentalismo²⁷, fazendo perdurar a validade da sua teoria explicativa do processo integrador, considera que foi a supranacionalização do processo de decisão que veio fragilizar a legitimidade democrática da UE. No seu argumentário, tanto a introdução da maioria qualificada na decisão no Conselho (suprimindo o procedimento por unanimidade em algumas matérias) como a da codecisão (com o PE) vieram retirar aos parlamentos nacionais o total controlo sobre as decisões tomadas pelo órgão intergovernamental. Sendo os governos nacionais os atores mais democraticamente responsabilizados pelos seus respetivos parlamentos, esta supranacionalização da decisão veio fragilizar os pesos e contrapesos (*checks and balances*) que garantiam o escrutínio po-

be overturned, say MEP's". Press Release, 07.02.2018. Ref.: 20180202IPR97026. [Consult. 27.07.2018] Disponível em: WWW: <URL: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20180202IPR97026/spitzenkandidaten-process-cannot-be-overturned-say-meps> >.

²² SCHMIDT, Vivien A. – Ob. cit. p. 521.

²³ MOREIRA, Vital – ob. cit. p. 55.

²⁴ SCHMIDT, Vivien A. – Ob. cit. p. 522.

²⁵ LODGE, Juliet – “The European Parliament”. In ANDERSEN, Svein S., ELIASSEN, Kjell A. (ed.) – *The European Union: how democratic is it?*. London: Sage Publications, 1998. p. 199. Tão imperfeito quando confuso, já que o Conselho tem a dupla função de órgão legislativo e executivo.

²⁶ MOURY, Catherine – Ob. cit. p. 37, 61, 65.

²⁷ Cf. MORAVCSIK, Andrew – “Preferences and Power in the European Community: a liberal intergovernamentalist approach”. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 31, Nº 5 (1993) p. 473-524.

lítico na UE. Ainda assim, invoca Moravcsik, não sendo a UE um sistema de soberania parlamentar, mas de separação de poderes horizontais e verticais (supranacionais, nacionais e transnacionais), usa de uma confluência e verificação vasta de contrapoderes para aprovação e execução legislativa²⁸.

Goucha Soares²⁹ acrescenta ao debate a necessidade de reflexão sobre o tipo de legitimidade em causa. Apesar de não restarem dúvidas de que nos sistemas de democracia representativa europeia é imprescindível o poder de um órgão parlamentar, a noção de legitimidade requer uma reflexão mais complexa. Por um lado, provindo o sistema político da UE da existência prévia de sistemas democráticos legitimados - os estados (que aderem sob uma base voluntarista), deduz-se que do ponto de vista formal ela é democraticamente legítima. Portanto, a questão da UE não é de legitimidade democrática legal, constitutiva, mas de legitimidade social – na prática, de aceitação cidadã dos seus poderes formais, questão que nos estados não se coloca, por estes assentarem numa identidade comum consolidada. I.e., a legitimação social de uma entidade política decorre da proximidade de eleitores e eleitos e do reconhecimento de autoridade daqueles a estes, pelo que a UE não atingiu ainda um nível de identidade comum para tal. Neste sentido, a evolução da unanimidade para maioria qualificada e a concessão de poderes ao PE não significam por si só aumento de legitimidade democrática³⁰. Ou, como refere Joseph Weiler³¹, a aceção de défice democrático não se mede tanto no desenho das instituições comunitárias, mas no nível de aceitação social das mesmas. De certo modo, esta lógica argumentativa recai na defesa de uma legitimidade intergovernamental do sistema político da UE.

Outros autores, com expoente em Giandomenico Majone, colosso do conceito de UE como *estado regulador*³², veiculam que a questão de democracia não é pertinentemente aplicada à União. Sob esta perspetiva, o ponto fulcral da legitimidade está na eficiência dos resultados da UE, das suas políticas, e não na formalidade constitutiva do seu sistema. Trata-se da observância na UE do efeito do *princípio de Pareto*, em que os seus resultados, i. e., as suas políticas, que servem uma maioria de cidadãos, provêm de uma minoria de pessoas – ao serviço nas instituições comunitárias³³. Reconhecendo a necessidade de uma governação transnacional, Majone identifica na construção europeia o desenvolvimento de políticas redistributivas e numa segunda fase reguladoras. É o nível detalhado das especificidades reguladoras e a ineficácia das disputas e dos acordos intergovernamentais que têm levado os estados a transferir competências para a Comissão e outros órgãos especializados. Assim, é numa conjugação de elites nas instituições técnico-executivas que se encontra a

²⁸ MORAVCSIK, Andrew – “In defence of the ‘democratic deficit’: reassessing legitimacy in the European Union”. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 40, N° 4 (2002) p. 603-624.

²⁹ Ob. cit.

³⁰ Ibidem. p. 633-636.

³¹ “After Maastricht: Community legitimacy in post-1992 Europe”. In ADAMS, W. A. – *Singular Europe - Economy and Polity of the European Community after 1992*. Ann Arbor: The University of Michigan press, 1992. p. 22. Cit. in ibidem. p. 636.

³² Cf. MAJONE, Giandomenico - “The rise of the regulatory state in Europe”. *West European Politics*. 17 (3) (1994). p. 77-101; MAJONE, Giandomenico - *La Communauté européenne: un Etat régulateur*. Paris: Montchrestien, 1996.

³³ Cf. JONGH, Maurits de, THEUNS, Thom – “Democratic legitimacy, desirability and deficit in the EU governance”. *Journal of Contemporary European Research*. Vol 13, N° 3 (2017) p. 1285; MOURY, Catherine – Ob. cit. p. 60.

eficácia da UE, enquanto a supranacionalidade democrática levaria aos males da politização típica das arenas domésticas e a uma dispersão e ineficácia de resultados³⁴. Para o autor, o problema da UE é o da funcionalidade e credibilidade das suas políticas – se estas o forem, deixa de haver contestação democrática.

Este âmbito de abordagem ao problema do défice democrático reside, no fundo, no paradigma da distinção que começou a ser celebrizada por Fritz Scharpf, a partir de 1999³⁵, aplicando no fundo a perspetiva sistémica dos processos políticos à análise da UE, distinguindo entre os processos de legitimidade *input* e *output* – i. e., entre a concessão de autoridade de governação (processo de eleições), e dos resultados dessa governação (das políticas produzidas)³⁶. De outra forma, trata-se de diferenciar duas abordagens na teorização sobre a legitimidade democrática: o governar “pelas” pessoas (*input*) e “para” as pessoas (*output*), por sinal, nada sobre o qual Aristóteles ou Rousseau, entre outros pensadores da filosofia política, não se tenham já debruçado³⁷. Esta distinção, à qual a contemporaneidade da ciência política veio ainda a juntar o conceito de *throughput* (no fundo, o sistema institucional, a norma constitucional em que o poder opera), recaiu numa tendência de desenvolvimento de investigação centrada na aferição da capacidade da UE de resolver os problemas dos cidadãos. Neste âmbito, alguns estudos têm medido o nível de especialidade técnica da União, da capacidade dos acordos intergovernamentais, da construção de redes diversificadas de trabalho, pelo que vários tendem a concluir pela não existência de défice democrático, ou que, face à eficácia dos resultados da UE, o défice democrático “deixa de interessar”, como pertinentemente, sublinham John e Theuns: “better output does not solve but helps to avoid the problem of a democratic deficit.”³⁸ Embora os autores acolham a fundamentação de Michael Oakshott (de que quando a governação não produz as políticas - *output*- desejadas, eficazes para os cidadãos, o que está em causa não é a legitimidade de governar, mas o resultado da governação, que defraudou as expectativas

³⁴ “The issue of the political accountability of regulators, who are neither elected nor directly responsible to electoral officials, is particularly visible at the EU-level precisely because of the central importance of regulatory policymaking in the Community systems. However, the remedies should not compromise the effectiveness of the supranational institutions. The comparative advantage of the EU regulation lies mainly in the relative insulation of Community regulators from the short-run political considerations and pressures which tends to dominate national policymaking. [...] [T]he Commission is less likely to be captured by a particular firm or industry than a national regulator. In the language of James Madison, the insulation of the Commission from day-to-day politics is an important safeguard against national and sectoral ‘factionalism’.” MAJONE, Giandomenico – “The rise of the regulatory state in Europe”. In EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette – *Debates on European Integration*. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 388.

³⁵ Cit. in JONGH, Maurits de, THEUNS, Thom – Ob. cit. p. 1286-87.

³⁶ É a perspetiva de que o estudo dos fenómenos políticos tem de envolver não só o sistema político, a formalidade da organização do poder, como também as dinâmicas de interação com a sociedade. Esta abordagem começou foi inaugurada pelo autor David Easton e aprofundada por outros. Cf. FERNANDES, António José – *Introdução à Ciência Política. Teorias, métodos e temáticas*. Porto: Porto Editora, 2010. p. 45-56.

³⁷ Além das obras dos próprios autores, *Política* (Aristóteles) e *O Contrato Social* (Rousseau), para uma sistematização do pensamento filosófico político da antiguidade grega até à idade contemporânea ver: JACOBSON, John A. – *An Introduction to Political Science*. USA: International Thomson Publishing Company, 1998. p.31-119; HEINEMAN, Robert A. – *Political science. An introduction*. USA: The MacGraw Companies Inc., 1996. p. 35-54.

³⁸ JONGH, Maurits de, THEUNS, Thom – ob. cit. p. 1288.

geradas), realçam que é precisamente na existência de uma dialética contínua entre legitimidade de governar e expectativas em torno da governação que se evidencia a importância da legitimidade democrática. Ou seja, é quando a governação falha e não é eficaz que se coloca a essencialidade de um sistema democraticamente legítimo que garanta formas de contestação partidária, de oposição, de permissão de escolha de políticas alternativas ou de uma alternativa de governação³⁹.

Ora, é precisamente aqui que incide Simon Hix, um dos expoentes da defesa de existência de défice democrático na UE. Embora reconhecendo a validade de alguns argumentos de Moravcsik e Majone, Hix e Follesdal⁴⁰ alertam para uma dimensão crucial da legitimidade democrática: a aceção de que o défice democrático se baseia no pressuposto de que uma entidade política necessita de contestação para que a sua liderança atue com propriedade e responsabilidade. A competição política é elemento essencial, a base para a escolha das melhores políticas a executar. Contrariando o argumento *Pareto*, utilizado por Majone, Hix e Follesdal invocam que nem todas as políticas da UE seguem o efeito de maximização de resultados, exemplificando com a PAC, que concentra a distribuição da maior fatia de apoios financeiros por uma minoria de agricultores⁴¹. A contestação política é não só o elemento crucial democrático na escolha das políticas como na alternativa de governação quando as políticas defraudam as expectativas cidadãs. “Thus, we cannot appeal only to present policy outcomes, but must also consider their tendency to reliably be sufficiently responsive over time, compared with alternative arrangements. [...] [W]e must also know whether there are mechanisms that will reliably continue to ensure acceptable outcomes in ways that provide crucial trustworthiness.”⁴² Assim, o desenho institucional, a *Constituição*, se quisermos, da UE (*input/throughput*) interessam para proporcionar a escolha das melhores políticas (*output/outcome*) para os cidadãos. “If citizens cannot identify alternative leaders or policy agendas, it is difficult for them to determine whether leaders could have done better or to identify who is responsible for policies.”⁴³ Ora, a ausência dessa plenitude democrática no sistema institucional da UE não será alheia ao facto de muitos partidos eurocéticos, ao invés de contestarem as políticas da União, oferecendo alternativas, contestam o próprio sistema político, pedindo a saída e/ou o seu desmantelamento.

É facto que a competição política existe no PE e nos parlamentos nacionais, com estudos a invocar a existência de oposição ativa nos mecanismos institucionais domésticos⁴⁴, mas, como já referido antes, está em causa um sistema que garanta a possibilidade de sanção e escolha de alternativas a um “executivo” comunitário (que atua com políticas comuns que afetam todos os cidadãos europeus) e que dessa forma potencie a competição política e coloque os cidadãos perante a oferta de diversas opções políticas. “Os comissários e o presidente do Conselho Europeu nunca são eleitos. Os membros do Conselho Europeu, eles sim, são responsáveis perante o seu eleitorado; mas o Conselho Europeu como um todo

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 1288-92

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ FOLLESDAL, Andreas, HIX, Simon – “Why there’s a democratic deficit in the EU: a response to Majone and Moravcsik”. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 44, N° 3 (2006) p. 543.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 548.

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ KARLSSON, Christer, PERSSON, Thomas – “The alleged opposition deficit in European Union politics: myth or reality?”. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 56, N° 4 (2018).

não o é perante os cidadãos europeus.”⁴⁵ Isto não seria problemático se, lembra Mouray, este órgão não aprovasse medidas vinculativas para todos os cidadãos europeus.

Em suma, se por um lado a UE foi adquirindo cada vez mais competências supranacionais, esvaziando o leque de competências dos parlamentos nacionais, fê-lo sem a proporcional transferência de poder⁴⁶ para um órgão parlamentar supranacional. Ora, é neste sentido, o de privilegiar uma elite política (intergovernamental) e tecnocrática (através da Comissão, COREPER e agências derivadas) no processo de elaboração, decisão e execução política, em detrimento da clássica soberania parlamentar, que o défice democrático do sistema político da UE se aproxima das características de pós-democracia de Crouch. Apesar de ele não emergir das dinâmicas económicas globais, mas de uma definição institucional dos tratados, condicionada pelos consensos possíveis entre a diversidade de interesses dos EM e impulsionada pelos interesses económicos dos pós-guerra, ele emana (e simultaneamente privilegia o poder) de um grupo restrito, evidenciando fragilidades em termos de democracia representativa.

Por outro lado, o que demonstraremos neste estudo, é que a base deste sistema institucional potencia a permeabilidade dos interesses económicos dos mais fortes. Como início dessa fundamentação, comecemos por identificar que um dos domínios em que o PE não detém poder é a UEM. Na resolução da crise das dívidas soberanas na Europa, ficou bem evidente que, apesar de formalmente as competências de política económica e orçamental pertencerem aos governos e parlamentos nacionais, estes ficam completamente constangidos pelas imposições e dependências europeias.

2.2 A resolução da crise financeira pós-2008: uma pós-democracia “política”

A UEM assenta em dois pilares, complementares e interdependentes, mas sujeitos a duas formas distintas de governação: a política monetária, competência exclusiva da UE, gerida pelo BCE; e a política económica, cujas competências permanecem nos Estados, sendo coordenadas pela UE. O BCE, instituição supranacional e politicamente independente, é o guardião da moeda, tendo como função manter o seu equilíbrio, através do controlo da estabilidade de preços⁴⁷. Mas as suas competências são escassas, uma vez que a estabilidade monetária depende fortemente da política económica da zona euro. Esta, que recai essencialmente na gestão orçamental, reside na competência nacional dos Estados, sob um apertado procedimento de coordenação e vigilância europeu, o designado *método aberto de coordenação*, forma reforçada da intergovernamentalidade, para tornar as decisões aplicáveis de facto. De forma a balizar a manobra orçamental e de endividamento dos Estados, que pode desestabilizar a economia da zona euro e, por conseguinte, a moeda, foi criado o PEC – Pacto de Estabilidade e Crescimento, definindo a obrigatoriedade de

⁴⁵ MOURY, Catherine – ob. cit. p. 64, 65.

⁴⁶ Apesar de o PE ter alguns poderes, eles não são extensíveis a todas as áreas em que a UE pode intervir, como domínios relevantes da política económica e social.

⁴⁷ Em rigor, a política monetária é competência do Eurossistema, que enquadra os bancos centrais nacionais da zona euro mais o BCE. Cf. CHANG, Michele – *Monetary Integration in the European Union*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009. p. 68.

cumprimento permanente dos anteriores critérios de convergência⁴⁸ - o défice orçamental no limite de 3% do PIB e a dívida pública de 60%. O PEC reveste-se de uma vertente preventiva e outra punitiva para o comportamento estatal, englobando a primeira um procedimento de coordenação e vigilância sobre as políticas económicas e orçamentos nacionais e a segunda o procedimento por défice excessivo, uma ação punitiva para os incumpridores⁴⁹. Na sequência de 2008, as vertentes de vigilância e punitiva foram reforçadas, primeiro com a introdução do *semestre europeu*⁵⁰, depois com o denominado “six pack”, de 2011 (que incluiu e formalização legal do *semestre europeu*), e o subsequente Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação (TECG) na UEM, compilando legislação anterior já aprovada e tendo como intenção e novidade principais a obrigatoriedade dos estados signatários adotarem em legislação nacional vinculativa as regras de equilíbrio orçamental da zona euro.⁵¹ Estes mecanismos de reforço de controlo e punição foram aprovados de forma intergovernamental, à margem do clássico método comunitário de decisão.

Ou seja, apesar de a UE deter uma só moeda para economias muito díspares, não se responsabiliza pelas consequências económicas e financeiras dos EM, por exemplo défices e dívidas públicas, decorrentes de choques assimétricos ou recessões provocadas por instabilidades financeiras internacionais. Foi a tendência monetarista, de inspiração liberal, crítica do *Keynesianismo*⁵², que vingou como arquétipo institucional da UEM, muito influenciada pela Alemanha alicerçada à experiência do Bundesbank⁵³. Porém, e embora não sendo a economia uma ciência determinista, previa já, à data da sua criação, algumas irracionalidades e princípios contraditórios da UEM, como a não previsão dos efeitos da política económica nacional sobre a dos outros países, a prossecução de políticas fiscais nacionais concorrentes e desleais, fruto das idiosincrasias do PEC⁵⁴.

Não é assim de espantar que a UE se tenha deparado com a incapacidade de responder às assimetrias das economias nacionais, seriamente debilitadas por uma crise financeira

⁴⁸ Definidos na fase de implementação do Euro, para qualificar os Estados elegíveis para adotar a moeda única.

⁴⁹ CHANG, Michele – Ob. cit. p. 124, 125. Cf. SILVA, A. Martins da – *A Aventura da moeda única europeia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. p. 69-73; PUENTES, Santiago Ánima – “Medidas para reforzar la unión económica y monetaria”. *Economía Informa*. Nº 392 (2015) p. 14-26; WHITEMAN, Michael – “The five presidents’ report: an assessment of the measures proposed to complete the Europe’s Economic and Monetary Union”. *Australia and New Zealand Journal of European Studies*. Vol. 8 (2) (2016) p. 97-110.

⁵⁰ Período de seis meses no qual, previamente a que sejam aprovados pelos parlamentos nacionais, os orçamentos e planos de reformas estruturais dos Estados são sujeitos a verificação e aprovação da Comissão Europeia.

⁵¹ Além das regras já conhecidas e comumente aplicadas do PEC, inclui a regra do défice estrutural que não pode ultrapassar 0,5% do PIB. Registe-se que este tratado está sujeito à fiscalização do TJUE, que pode decretar sanções sobre os incumpridores. Cf. CHANG, Michele – Ob. cit. p. 127-132; SILVA, A. Martins da – *Sistema ...* p. 283-297; MOURY, Catherine – Ob. cit. p. 80.

⁵² Cf. LANG, Gérard – “Les politiques budgétaires et le Pacte de stabilité”. In DÉVOLUY, Michel (dir.) - *Les politiques économiques européennes*. Paris: Éditions du Seuil, 2004. p. 136-138.

⁵³ HIX, Simon; BJORN, Hoyland – Ob. cit. p. 258; SOROMENHO-MARQUES, Viriato – *Portugal na Queda da Europa*. Lisboa: Temas e Debates, 2014. p. 146-156.

⁵⁴ Cf. LANG, Gérard – Ob. cit. p. 125, 151-157; RUCHET, Jean-Jacques – “La fiscalité des États de l’Union: diversité ou divergences?”. In SCHLACTHER, Didier (dir.) – *Questions d’Europe. Le débat économique et politique*. Paris: Ellipses, 1998. p. 168-177.

iniciada pela especulação de um neoliberalismo económico que lhe foi inspirador. Neste aspeto, a UEM, ao consagrar a liberdade de circulação de capitais (que se junta à de bens, serviços e pessoas) e ao retirar aos EM a soberania monetária, instrumento crucial para fazer face a choques assimétricos através de ajustamentos macroeconómicos, pode ser considerada como força indutora de uma ação pós-democrática sobre as democracias nacionais – ou, usando a palavras de Wiesner, “um Cavalo de Tróia do capitalismo.”⁵⁵ Isto poderia ser compensado se a UE se dotasse, a nível supranacional, de mecanismos equivalentes aos que retirou às competências nacionais. Mas não, ao retirar-lhes a soberania monetária e a capacidade de controlo de movimento de capitais, coage os Estados a cumprir limites orçamentais e de dívida para que o Euro seja viável em economias tão diferentes.

Ora, é um facto que, formalmente, a competência económica cabe aos órgãos de representatividade democrática nacional, mas eles estão fortemente constrangidos pelas normas da UEM e pelas dependências económicas da zona Euro. Por sua vez, a governação da UEM escapa ao controlo do órgão parlamentar europeu, ficando exclusivamente dependente dos intergovernamentais - o Conselho e seu apêndice, o Eurogrupo – e dos técnicos, como o BCE, que goza de independência política. O que a gestão da crise das dívidas soberanas pós-2008 trouxe à tona mediática foi esta falta de escrutínio democrático e as perversões geradas no processo de decisão entre os países credores e devedores, recaindo sobre estes o peso das soluções encontradas para evitar um colapso do Euro, que numa fase posterior afetariam também aqueles. Todas as estruturas criadas pela UE, quer temporárias quer permanentes, para apoiar os Estados incapazes de se autofinanciarem no mercado, como o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE)⁵⁶ foram-no à margem da democracia representativa, através de mecanismos intergovernamentais. A designada troica europeia, composta por elementos do FMI, do BCE e da Comissão Europeia, órgãos mais técnicos e tecnocráticos do que políticos, era encarregue de negociar e monitorizar os programas de assistência financeira. O tratado que estabelece o MEE, define os membros e tarefas da troica, mas não estabelece os limites das suas competências nem as formas de responsabilização da mesma⁵⁷.

É certo que cabe formalmente à soberania nacional dos governos aceitar os memorandos e aos parlamentos nacionais aprovar os orçamentos, mas sob uma forte dependência dos credores, essa formalidade é insignificante. Veja-se o caso grego, em que apesar de o orçamento ser votado pelo parlamento nacional e de as eleições terem colocado no governo o Syriza, partido contra o monetarismo e austeridade da UE e com propostas alternativas, acaba por aceitar o *status quo*, por falta de alternativa face à dependência de credores externos. A aprovação do orçamento é competência do parlamento grego, mas os limites estabelecidos às despesas face às receitas eram tais e legalmente sancionatórios a nível europeu que a margem de atuação nacional é curta⁵⁸. Esta subversão democrática torna-se mais periclitante tendo em conta o facto de a UEM ter consolidado dois modelos diferentes de desenvolvimento na Europa, o das economias orientadas para a exportação, com forte

⁵⁵ WIESNER, Cláudia – Ob. cit.

⁵⁶ SILVA, A. Martins – *A Aventura da ...* p. 73-85.

⁵⁷ WIESNER, Claudia – Ob. cit. p. 232. Os órgãos de gestão deste mecanismo são intergovernamentais, os mesmo da UEM, continuando a excluir-se o PE. Cf. MOURY, Catherine – Ob. cit. p. 77, 78.

⁵⁸ WIESNER, Claudia – Ob. cit. p. 232.

capacidade competitiva, e o das dependentes da importação, com políticas sociais mais fracas, pouca capacidade de competitividade e restrição salarial como fomento à competitividade⁵⁹. E foi a tensão entre estes dois modelos da zona Euro que, embora conseguindo coexistir, a custo, nos momentos de crescimento, ficou evidente e se tornou insustentável com a crise⁶⁰.

Esta dicotomia confere poder político aos economicamente mais fortes nas negociações intergovernamentais, o que, refere Sánchez-Cuenca, permitiu aos países credores que o seu sistema financeiro nacional, também afetado pela crise global, fosse sanado pelo sacrifício dos países credores. “[...] with the exception of the Greece, most of the costs associated with the foreign debt accumulated between 1999 and 2008, have been borne by the debtors, whereas creditors have largely been rescued by a series of European and national packages to limit the impact of the debt crisis on national financial systems.”⁶¹ É certo que a saída da Grécia da zona Euro significaria o colapso do seu sistema financeiro, mas também não restaram dúvidas para a Alemanha e outros países do núcleo económico mais avançado da UE que “um colapso do Euro teria resultado numa valorização acentuada da sua moeda, na queda simultânea das exportações e numa profunda recessão.”⁶² Para não falar na influência que teria nos seus sistemas financeiros, cuja especulação (útil para rentabilizar os seus excedentes⁶³) durante anos foi complacente com a alegada incúria grega e de outros países. Facilitando a concessão de empréstimos aos estados sob necessidade e resgate financeiro, sob fortes medidas de austeridade, os países credores estavam também a salvar os seus sistemas financeiros nacionais.

Ou seja, além de existir já uma configuração institucional na UEM indutora de défice democrático, designadamente nos mecanismos de gestão e controlo dos défices orçamentais estatais, os contornos que a crise das dívidas soberanas tomou, consagrando uma característica estrutural da zona euro, evidenciada na dicotomia Estados competitivos/ricos/pagadores *versus* Estados não competitivos/pobres/devedores, fez consolidar a posição de hegemonia política daqueles sobre estes. Reforçou, assim, o poder político de uma elite económica estatal da Europa – uma confluência com a noção de pós-democracia.

A isto pode juntar-se outra perversidade económica, adverte Claudia Wiesner, a dos efeitos colaterais da aprovação dos memorandos e ajudas dos países “ricos” pelos seus parlamentos nacionais⁶⁴. Daqui pode emergir uma estratégia entre parlamentos nacionais dos contribuintes líquidos, que podem ter interesse em reforçar a política de austeridade sobre os devedores, que têm de aumentar impostos sobre o trabalho e empresas para “encaixar” rapidamente receitas de modo a cumprir os memorandos, o que poderá beneficiar aqueles

⁵⁹ REIS, José – “Quando a sombra domina a luz: a economia política do empobrecimento (Portugal pós-1993)”. In FERREIRA, Eduardo Paz – *União Europeia. Reforma ou declínio*. Lisboa: Nova Veja, 2016. p. 46-48.

⁶⁰ SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio – Ob. cit. p.357.

⁶¹ COPELOVITCH, M, FRIEDEN J, WALKER, S – “The political economy of the euro crisis.” *Comp. Polit. Stud.* N.º 49 (7) (2016) p. 811 - 40. Cit. in SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio – Ob. cit. p. 358.

⁶² MOURY, Catherine – Ob. cit. p. 74.

⁶³ E repare-se que a reciclagem desses excedentes, potenciados por uma UEM favorável às economias mais competitivas, não foi feita através da promoção de um investimento estimulador das regiões deficitárias, mas “antes pela promoção de crédito oferecido a países deficitários.” REIS, José – cit. p. 46.

⁶⁴ WIESNER, Claudia – Ob. cit. p. 232.

com deslocação de empresas ou, até, de mão de obra qualificada e mais barata. A observar-se essa tendência, ela pode incrementar a já latente falta de solidariedade entre os diferentes estados-membros. Diria mais! Aprofundar o fosso entre os dois modelos de economias gerados pela UEM e, conseqüentemente, devido à complexidade da questão e a uma certa retórica nacionalista, a rejeição de que, face a um mercado único na UE, há dinâmicas económicas transnacionais que escapam à capacidade de influência das políticas nacionais, pelo que se justifica uma resposta comum, europeia.

Mais. Apesar de instituição politicamente independente, o BCE - que se depara com a evidência das suas fracas competências para manter a estabilidade de preços na zona euro e fazer face à instabilidade do mercado financeiro global -, não se coíbe de enviar avisos à classe política de alguns países⁶⁵. Nos momentos auge da crise, o governador enviou cartas aos governos de Itália, Espanha e Irlanda com recomendações sobre política económica (privatizar serviços, abolir inflação através dos salários, introduzir novas leis de contratação de trabalho), no caso de pretenderem receber ajuda da instituição⁶⁶. Além de ser uma contradição para um órgão politicamente independente, trata-se de uma instituição de natureza tecnocrática a atuar na política nacional, ainda que sob a forma de recomendação, mas que na prática resulta em coação, já que a decisão do BCE de comprar dívida pública em mercado secundário (solução tomada) poderia ser de extrema importância para os Estados altamente endividados. Ora, isto trata-se também de um reconhecimento tácito pelo BCE das escassas competências estatutárias supranacionais para manter a estabilidade do Euro.

Mais! Depois de em 2011 o BCE ter facilitado empréstimos aos bancos a juros mais baixos, veio, em 2012, na sequência da ousada assunção pública de Mário Draghi de que “faria o que fosse preciso para salvar o Euro”⁶⁷, a comprar dívida soberana no mercado secundário, primeiro através do programa de “Transações Monetárias Definitivas” e, a partir de 2015, com o programa de *quantitative easing*, fazendo assim descer os juros das obrigações dos Estados no mercado de capitais. Um programa de compra aprovado pelo Conselho Governativo do Banco com o voto contra do banco central alemão⁶⁸. Trata-se, portanto, de uma injeção de liquidez no mercado, disponibilizando folga orçamental aos Estados, pelo que se pergunta: não se trata isto de uma decisão desviante da feição monetarista da constituição do Banco? Não se trata de uma opção conotada de ideologia nas escolhas das medidas a tomar e, portanto, de fazer política num órgão politicamente independente?

Ainda mais. O vínculo constitucional, a famosa “regra de ouro”, que foi exigida aos estados com o TCECG da UEM, assinado em 2012⁶⁹, cria a subversão de, ao manter a aprovação orçamental como competência nacional, fazer autoimpor, através da criação de um vínculo jurídico nacional, limites às despesas consoante as receitas. Colocando em tensão os governos e parlamentos nacionais com as instituições europeias, este tratado, ao exigir

⁶⁵ Avisos que em parte resultam da demissão ou passividade das instituições políticas da UE.

⁶⁶ SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio – Ob. cit. p. 352.

⁶⁷ PÚBLICO - “BCE disposto a fazer o que for preciso para salvar o Euro”. 26.07.2012. [Consult. 28.07.2018] Disponível em WWW: <URL: <https://www.publico.pt/2012/07/26/economia/noticia/bce-disposto-a-fazer-o-que-for-preciso-para-salvar-o-euro-1556456> >.

⁶⁸ Cf. MOURY, Catherine – Ob. cit. p. 78, 79, 97, 98; SILVA, A. M. da – *A Aventura da ...* p. 37-40.

⁶⁹ Sistematizando legislação de reforço da disciplina orçamental estatal, o tratado tem mais o propósito de levar os estados a vincular os limites orçamentais em legislação nacional. Cf. SILVA, A. Martins da – *A Aventura ...* p. 74, 75.

o vínculo nacional a limites bem definidos de aumento de despesa, é um caminho para a despolitização⁷⁰ dos orçamentos e da política económica nacionais – já que a aplicação de princípios ideológicos ficará fortemente condicionada por um critério matemático balaceador entre receitas e despesas. I.e., o critério tecnocrático sobrepõe-se à política. Paralelamente, reforçou-se o controlo supranacional técnico dos orçamentos, com a introdução do *six pack* e o *two pack*, em 2011 e 2013, dando à Comissão Europeia a competência de aprovar, sob esse balanceamento técnico-matemático, os orçamentos nacionais previamente à aprovação nacional⁷¹.

Tendo em conta o descrito, conclui-se, em primeiro lugar, que se cria uma tensão entre as instituições não representativas, de carácter mais tecnocrático, e as democraticamente representativas. Apesar de formalmente o poder de aprovação estar atribuído a estas (a nível nacional), são aquelas que o têm na prática. Isto leva-nos à característica de pós-democracia, em que o técnico e o estritamente do domínio contabilístico predominam sobre o político. A filosofia da resposta da UE à crise foi a primazia dada à restauração de confiança das elites financeiras. Vejam-se as observações de Crouch, acerca de uma suposta fraude eleitoral nas presidenciais norte-americanas em 2000: “the prevailing mood seemed to be that achieving an outcome – any outcome – was important in order to restore confidence to the stock markets, and that was more important than insuring that the verdict of the majority was truly discovered.”⁷² O contexto é diferente, mas trata-se também de suplantar a verdade das escolhas eleitorais em primor dos critérios dos mercados, como aconteceu com a Grécia, em que se chegava à praça pública com factos quase consumados, fruto de negociações entre elites à porta fechada. “New elections may come, and the voters may have discrepancies throw out the old and vote in the new; however, the policy differences between the old and new political coalitions will be slight if at all the same. The deference toward corporate interests will remain, and little effort will be laid out in challenging the status of already existing affairs and the existing structures of power that govern the society.”⁷³ Na Grécia, o Syriza, partido novo do sistema eleitoral, prometia romper com a austeridade, mas a profunda dependência económica levou a que tivesse de acatar todas as imposições da governação económica da zona euro.

O que transparece é que o tipo de soluções tomadas advém de um monopólio de poder nas mãos dos países credores. Outras propostas havia em cima da mesa, como mutualização dos custos, os conhecidos *eurobonds* para emissão de dívida conjunta pela zona euro⁷⁴ (o que é, aliás, um já antigo debate político e académico em torno da criação de uma moeda única europeia). Mas as medidas aprovadas fizeram recair todos os custos nas economias deficitárias da UEM.

Em suma, a influência da UE enquanto geradora de pós-democracia processa-se, em primeiro lugar, a nível orgânico, i.e., na distribuição institucional de poderes – no fundo, trata-se da sua natureza de défice democrático. O problema agrava-se pelo facto de esse défice potenciar a afirmação de uma hegemonia política do poder económico na zona euro,

⁷⁰ SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio – Ob. cit. p. 353.

⁷¹ Idem, ibidem. p.363. SILVA, A. Martins da – *A Aventura ...* p. 74-77.

⁷² CROUCH, Colin – Ob. cit. p. 2.

⁷³ HAUER, Thomas – Ob. cit. p. 90.

⁷⁴ THE GUARDIAN - “Eurobonds: an essential guide”. 24.05.2012. [Consult. 28.07.2018] Disponível em WWW: <URL: <https://www.theguardian.com/business/2012/may/24/eurobonds-an-essential-guide> >.

capacitando a posição dos Estados *ricos*, pagadores, para exercer uma autocoação tácita sobre os devedores. Ora, sendo que esta posição dominante advém do poder económico e não de um critério de representatividade eleitoral, encontramos um paralelismo com as premissas da pós-democracia. A regular clivagem ideológica que crispa o debate político, entre esquerda/direita, torna-se numa clivagem pagadores/devedores, ou contribuintes líquidos/beneficiários líquidos, com um poder acrescido daqueles sobre estes, o que fará trespassar a questão para o modo como os partidos nacionais gerem os assuntos europeus.

3. Os partidos políticos e a UE: *elitização e despolitização*

Uma das interrogações frequentes sobre a integração europeia é encontrar a razão pela qual o eleitorado nacional aceita a liberalização e o desmantelamento de bases de equidade política e social em prol da transferência de competências para a UE⁷⁵, sem a devida correspondência democrática supranacional? A resposta é que, provavelmente, os cidadãos só se apercebem disso tarde demais, porque as medidas só são discutidas no espaço doméstico depois de estarem implementadas. Isto dependerá de cada espaço doméstico, mas de acordo com os estudos sobre a europeização⁷⁶ dos partidos políticos, a UE tem exercido uma influência que deteriora a democracia interna dos partidos. Por influência entenda-se, por um lado, consequências diretas, mas, por outro, efeitos que podem advir de uma reação, ou falta dela, muitas vezes votada à inércia organizativa, programática e executiva partidária face à UE. A europeização dos partidos tem sido estudada sob diversas perspetivas, que Robert Ladrech sistematiza em cinco áreas: 1) a alteração programática; 2) a alteração orgânica; 3) a influência nos padrões de competição; 4) as relações partido-governo; 5) e as relações para além do sistema partidário nacional⁷⁷. O autor dá diversos exemplos de estudos que se enquadram em cada uma das áreas⁷⁸. Para o propósito deste estudo, realçamos os pontos 2) e 4), cujas investigações concluem que na sua relação com a UE, os partidos formam elites privilegiadas nos assuntos europeus, como sejam os membros do COREPER ou os eurodeputados, que tendem a determinar os programas nos assuntos europeus, além de que os membros que são chefes ou elementos de governo tendem a, por inerência das funções, reforçar a sua capacidade autónoma de decisões europeias relativamente ao partido.

Mais. A participação em governo é significativa para influenciar o posicionamento do respetivo partido sobre a UE. De forma geral, regista-se uma maior favorabilidade à política comunitária quando há participação no poder executivo⁷⁹. O fenómeno gera a constituição

⁷⁵ WIESNER, Claudia – Ob. cit. p. 230.

⁷⁶ A noção de europeização comporta uma agenda de investigação que pretende estudar a influência exercida pelos processos formais e informais da UE nos atores políticos e sociais.

⁷⁷ LADRECH, Robert – “Europeanization and political parties. Towards a framework for analysis.” *Party Politics*. Nº 8:4 (2002) p. 396-399.

⁷⁸ “Europeanization and political parties”. *Living Reviews in European governance*. Nº 4:1 (2009) p. 10. [Em linha]. [Consult. 16.01.2016]. Disponível em WWW < <http://www.europeangovernance-livingreviews.org/Articles/lreg-2009-1/> >.

⁷⁹ HOOGHE, Liesbet, MARKS, Gary, WILSON, Carole J. – “Does left/right structure party positions on European integration?”. *Comparative Political Studies*. Nº 8 vol. 35 (2002) p. 970; FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*. Oxford: Manchester University Press, 1988. p. 318-333.

de especialistas dos partidos em assuntos europeus, que, a par da complexidade da UE, pode colocar em causa o sentido tradicional de ideologização dos partidos das bases para o topo da hierarquia, gerando-se uma fluência ao contrário - *top-down*, do topo para a base⁸⁰. Assim, a influência partidária na UE tende a ser feita apenas por alguns membros do partido, que participam no sistema político europeu (as consideradas elites) e não pelos militantes de base, que, devido à complexidade comunitária, já têm fraca propensão para discutir as questões europeias.⁸¹ Tapio Raunio acrescenta que a UE exerce uma influência de centralização da tomada de decisão, contribuindo para o reforço da autonomia dos líderes partidários, com consequências na evolução dos partidos para estruturas cada vez mais centralizadas.⁸² Este panorama vem, assim, contribuir para incrementar o défice democrático da UE, já que ele se perpetua ciclicamente, pois se originado pelas más formações institucionais comunitárias, vai estender-se a outros atores, como os partidos, pela reação dos respetivos líderes partidários e governamentais.

Estas influências na orgânica partidária e na direção *top-down* vão ao encontro das características pós-democráticas, com a diferença de que, enquanto estas geram o défice a partir do peso das corporações económicas nas democracias, na UE ele é devido à influência e tipo de resposta partidária gerada ao seu sistema político. Exacerba-se assim uma tendência nacional já verificada pela ação das corporações económicas multinacionais.

Relativamente aos pontos 1) e 3), os estudos não são confluentes nas conclusões encontradas, o que poderá estar relacionado com as diferenças dos contextos nacionais. Mas, investigações como a de Mair⁸³ defendem que o processo de integração tem diminuído o impacto político-ideológico do discurso e da competição partidária. Estando os eleitores alheios aos assuntos europeus, estes não se tornam temas privilegiados de debate e campanha. Já o trabalho de Han Dorussen e Kyriaky Nanou argumenta que a UE tem inculcido a redução da variedade de políticas governamentais e levado a uma convergência de programas partidários. Apesar da crescente politização dos assuntos europeus, observa-se também uma tendência de despolitização doméstica, por exemplo, pela ausência da UE nos programas eleitorais, devido ao incómodo que trará ao partido se este vier a ser governo. Reina o pragmatismo. Mesmo no caso de assuntos relacionados com a atividade reguladora europeia - que pode despertar um posicionamento esquerda/direita - que estão na agenda política, regista-se uma convergência programática, nomeadamente entre par-

⁸⁰ Cf. LADRECH, Robert - "National parties and European governance: The consequences of missing action." *West European Politics*. Vol. 30, Nº 5 (2007) p. 945-960. [Em linha]. [Consult. 16.01.2016]. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01402380701617365> ; LADRECH, Robert - "Europeanization and national party organization: limited but appropriate adaptation?". In POGUNTKE, Thomas (et al.) - *The Europeanization of National Political Parties*. London, New York: Routledge, 2007. p. 211-229.

⁸¹ LADRECH, Robert - "National political parties and European governance: the consequences of 'missing in action'." p. 954.

⁸² "Why European integration increases leadership autonomy within political parties." *Party Politics*. Vol. 8 Nº 4 (2002) p. 405-422.

⁸³ MAIR, Peter - "The limited impact of Europe on national party systems." In HIX, Simon; GOETZ, Klaus H. (ed.) - *Europeanised Politics? European System and National Political Systems*. London: Frank Cass, 2000. Cit. in DORUSSEN, Han; NANOU, Kyriaki - "European integration, intergovernmental bargaining, and convergence of party programmes." *European Union Politics*. Vol 7 (2) (2006). p. 238. [Em linha]. [Consult. 31.01.2016]. DOI: 10.1177/1465116506063709.

tidos com potencialidade de ser governo⁸⁴, os designados fenómenos de cartelização⁸⁵. Isto vai ao encontro das conclusões do capítulo anterior. O ditame monetarista na UEM tem “obrigado” governos dos mais variados espectros ideológicos a aceitar os memorandos de resgate financeiro durante a crise das dívidas soberanas. Mais uma vez, o caso da Grécia.

A exclusão de intervenção de poder do PE (que teria possibilitado uma competição ideológico-partidária) sobre as soluções para a crise das dívidas soberanas na zona euro, potencializou o poder dos líderes governamentais e a sua capacidade de influência sobre o seu partido no espaço doméstico, para aprovação de medidas nacionais de resposta à crise, que de outro modo teriam tido as clássicas oposições políticas:

“Neste contexto, os gestores estaduais podem ser capazes de agir estrategicamente e utilizar a crise para legitimar as suas preferências – nomeadamente ao enquadrar respostas ideológicas como neutras ou técnicas. A oposição à narrativa da crise é descrita como ingénua, ao passo que as intervenções selecionadas por atores estatais em resposta à crise são apresentadas como necessárias ou tecnocráticas. [...] [A] ‘não alternativa’ na restauração da credibilidade, para evitar uma reação ‘negativa’ dos mercados concedeu simultaneamente aos executivos uma justificação legítima para a concentração de poder nas suas mãos e um forte argumento contra os oponentes às suas propostas.”⁸⁶

Deste modo, a UE, que no âmbito da UEM já tende a ser despolitizada, constringendo a potencialidade dos debates internos, incute a despolitização ao nível nacional⁸⁷. Se, de facto, os partidos, pelo seu papel clássico de oposição nos sistemas democráticos domésticos, pudessem influenciar a ação das elites governamentais, mitigar-se-ia a ação de despolitização a que as próprias regras orçamentais do PEC induzem. Mas tal não se verificou durante os anos de tomada de medidas de resposta à crise⁸⁸, o que veio fazer constatar os prognósticos científicos de Mair: “Once we cannot organize opposition *in* the EU, we are then almost forced to organize opposition *to* the EU”⁸⁹. Se todo o sistema multiníveis da UE é incapaz de oferecer alternativas aos cidadãos, então corre-se o risco de ver uma oposição a crescer que vai direcionar a sua alternativa não às políticas da União mas à própria entidade política. Constitui-se um alfobre para o crescimento de partidos nacionalistas, eurocéticos⁹⁰.

Ora, encontramos aqui a mesma tendência verificada na avaliação pós-democrática de Colin Crouch. O deslocamento do debate para temas de identidade e proteção nacional,

⁸⁴ DORUSSEN, Han, NANO, Kyriaki – Ob. cit. p. 239.

⁸⁵ PETITHOMME, Mathieu – “Les effets de l’intégration européenne sur les parties politiques nationales: une perspective compare.” *Politique Européenne*. Nº 29 (2009/3) p. 137. DOI: 10.3917/poeu.029.0133; SCHMIDT, Vivien A. – Ob. cit. p. 517.

⁸⁶ MOURY, Catherine – Ob. cit. p. 92.

⁸⁷ SCHMIDT, Vivien A. – Ob. cit. p. 522.

⁸⁸ WHITE, Jonathan – “Politicizing Europe: The challenge of executive discretion.” LEQS Paper Nº 72 (2014) p. 1-28. [Consult. 26.07.2018] Disponível em WWW: <URL: <http://www.lse.ac.uk/europeanInstitute/LEQS%20Discussion%20Paper%20Series/LEQSPaper72.pdf> >.

⁸⁹ MAIR, Peter – “Political Opposition and the European Union”. *Government and Opposition*. Vol. 42, Nº 1 (2007) p. 7.

⁹⁰ Cf. Idem, *ibidem*; SCHMIDT, Vivien A. – Ob. cit. p. 522.

levando os eleitores a procurar partidos alternativos aos clássicos do sistema de governação, ou até, dizemos, o desinteresse geral pela política patente numa crescente abstenção às eleições. À tendência *top-down* dos partidos, que afasta as bases militantes da política comunitária, junta-se o predomínio do lóbi por corporações económicas na UE.

4. O lóbi e o predomínio dos interesses empresariais na influência à UE

A pressão dos interesses económicos junto da CEE data praticamente da sua formação, no sentido de pressionar para a liberalização comercial. Mas é desde meados dos anos 80 que a atividade de lóbi cresceu exponencialmente⁹¹. Interessa-nos analisar quais as organizações e áreas mais representadas no lóbi, para aferir paralelismos com a pós-democracia.

4.1. Lóbi: conceito e evolução na UE

Entre as várias definições existentes, lóbi pode assumir-se como um conjunto de atividades exercidas com o intuito de influenciar, direta ou indiretamente, a conceção, implementação e interpretação de medidas legislativas ou normas aplicadas pelo poder político⁹². Pode ser exercida por diferentes grupos, económicos ou sociais, representativos de interesses particulares ou gerais dos cidadãos. Estima-se que em meados dos anos 80 existissem 500 grupos de interesse com representação em Bruxelas, e que o número tenha quintuplicado até meados de 2000⁹³. Os números variam de estudo para estudo, mas confluem num exponencial aumento desde a década de 80 e na predominância dos interesses corporativos económicos.

Segundo um desses estudos, no início do século XX, existiam cerca de 15 mil membros da Comissão e do PE que diariamente estavam cara a cara com um total de cerca de 2000 lobistas⁹⁴. Se nos anos 60 e 70, o lóbi na Europa era essencialmente uma atividade doméstica, a partir dos anos 80, com o aprofundamento do poder comunitário e alargamento de competências supranacionais, a atividade deslocou-se para o nível europeu, primeiro direcionado para a Comissão e Conselho, mas posteriormente também para o PE, enquanto colegislador.⁹⁵ “Business interests have not only responded to the emergence of regulatory competences in Brussels, they have also actively promoted this development.”⁹⁶ É, afinal, o atestar da teoria neofuncionalista, que explica a integração europeia através da pressão dos agentes económicos para uma contínua acumulação de competências supranacionais em cada vez mais setores.

Face à crescente concentração de grupos de lóbi, a Comissão lançou, em 2005, a Iniciativa Europeia de Transparência (IET), respondendo às preocupações sobre o relaciona-

⁹¹ HIX, Simon – ob. cit. p. 162.

⁹² OANTA, Ilie Stefan, VASILCOVSCHI, Nicoleta – “Lobby activities and their evolution in European Union context” . *CES Working Papers*. Vol VI, Issue 2A. p. 172.

⁹³ HIX, Simon – ob. cit. p. 162.

⁹⁴ OANTA, Ilie Stefan, VASILCOVSCHI, Nicoleta – “Lobby activities ... p. 177.

⁹⁵ ANDERSEN, Svein S., ELIASSEN, Kjell A. – “EU-lobbying: between representativity and effectiveness.” In ANDERSEN, Svein S., ELIASSEN, Kjell A. (ed.) - Ob. cit. p. 44-45.

⁹⁶ HIX, Simon – ob. cit. p. 165.

mento dos lobistas com os agentes comunitários. O EIT pressupõe um registo voluntário dos grupos que pretendem aceder à Comissão e a aceitação de um código de conduta. O PE adotou também um procedimento semelhante.⁹⁷ As instituições veiculam informação *online* sobre os grupos e entidades registadas⁹⁸ e estão em diálogo para aprofundar a transparência neste domínio⁹⁹.

4.2 A hegemonia do lóbi económico

Os grupos de interesse praticantes de lóbi podem dividir-se em dois grandes tipos: o empresarial (ligado aos negócios, ao lucro) e não empresarial¹⁰⁰. Este pode subdividir-se em dois tipos: representantes de interesses sociais específicos, como os laborais e geográficos (lóbis ligados a sindicatos e regiões) e os de interesse comum do cidadão (ambiente, saúde, consumo - representados geralmente por ONG's). A conclusão de diversos estudos indica que os lóbis empresariais são, com grande margem, os mais bem representados em Bruxelas. A atividade regulatória da UE pode influenciar o lucro empresarial, existindo até estudos académicos que atestam que as atividades de lóbi geram impacto nas flutuações de negócios das empresas, aconselhando a que ele seja mais consistente e de longo prazo na UE¹⁰¹.

Este interesse já vem dos primórdios da CEE. Em 1958, era criada a Business Europe, uma confederação de 39 federações empresariais nacionais de 33 Estados, que tem 40 pessoas a trabalhar em Bruxelas, ligadas a uma rede com mais de mil executivos das organizações membro. Além desta, existem outras confederações, que empregam pelo menos 20 pessoas cada. Entre elas está o CEFIC, European Chemical Industrial Council, o único que emprega mais de 100 pessoas, representantes da indústria química. Criada em 1983, a European Round Table of Industrials (ERTI) é outra confederação, que agrupa algumas das maiores empresas da Europa, entre elas a Volvo, Siemens, Telefónica, British American Tobacco, Nestlé, Basf, British Airways, Vodafone, entre outras das 100 maiores corporações transnacionais do mundo. Em 2010, 45 executivos de empresas, que empregam mais de 6 milhões de pessoas, tinham cargos operativos na ERTI, o que dá uma ideia da sua capacidade negocial¹⁰².

De acordo com um estudo de 2001-2002, estimava-se que existiam 693 grupos de lóbi e cerca de 15 mil pessoas a trabalhar na atividade, 70% das quais seriam representativas de corporações económicas, 20% do interesse de regiões e 10% ONG's (incluindo sindicatos e associações de ambiente e saúde)¹⁰³. Segundo outro estudo, de 2009, 30% das corporações

⁹⁷ HIX, Simon – ob. cit. p. 163, 164.

⁹⁸ COMISSÃO EUROPEIA – “Transparency Register.” [Cons. 17.10.2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://ec.europa.eu/transparencyregister/public/homePage.do?redir=false&locale=en> >.

⁹⁹ PARLAMENTO EUROPEU - “More lobby transparency to foster public trust in EU institutions” Press Release. 15.06.2017. [Consult. 17.10.2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20170615IPR77523/more-lobby-transparency-to-foster-public-trust-in-eu-institutions> >.

¹⁰⁰ OANTA, Ilie Stefan, VASILCOVSCHI, Nicoleta – “Lobby activities ... p. 174.

¹⁰¹ OANTA, Ilie Stefan, VASILCOVSCHI, Nicoleta – “The business fluctuations, and the lobbying evolution in European Union, Canada and USA”. *The Romanian Economic Journal*. Nº 55 (2015) p. 172.

¹⁰² HIX, Simon – ob. cit. p. 165-167.

¹⁰³ OANTA, Ilie Stefan, VASILCOVSCHI, Nicoleta – “Lobby activities ... cit. p 174.

com sede em Bruxelas tinham base no RU e 15% em França e na Alemanha¹⁰⁴, o que também evidencia a desproporção nacional na representação de interesses económicos na UE.

Segundo os dados da plataforma LobbyFacts.eu¹⁰⁵, o setor corporativo empresarial destaca-se também largamente em presença, encontros e número de lobistas de vários setores, enquanto o sindical fica muito aquém.¹⁰⁶ No final de 2016, destacava a Google como a maior ativista na UE, seguida pela BusinessEurope¹⁰⁷, e o CEFIC como a organização que mais gasta, seguida por empresas de consultoria que representam vários clientes¹⁰⁸. Já nos finais de 90, os estudos indicavam que os grupos económicos assumiam um papel na influência da feitura de políticas europeias¹⁰⁹.

Apesar de desde a década de 80, quando começa a ser discutida a Carta Social Europeia, os sindicatos terem sido chamados para a negociação europeia, e de o TM ter institucionalizado o diálogo social ao nível europeu, a dificuldade institucional de a UE exercer legislação no domínio social não tem permitido à ação sindical dominar a agenda política europeia. Apesar de exercerem algum papel de *agenda setting*, os parceiros sociais têm sido muito menos influenciadores do que as corporações económicas. “As a result, labour interests are on average less influential at the European level than business interests and also less influential than they have traditionally been at the national level. Defenders of labour interests often complain about the gradual erosion of national corporatism by the process of EU economic integration [...]”¹¹⁰ Mesmo organizados em federações europeias, entre a diversidade nacional da legislação laboral, os sindicatos enfrentam não só dificuldade de sistematizar e agregar as demandas, como de capacidade operativa de se fazer representar a nível europeu.

Também isto remete para a pós-democracia, aqui a uma dimensão supranacional, em que não só a capacidade dos sindicatos fica diminuída face à hegemonia da presença dos interesses empresariais, como também face à base parlamentar frágil da União. “A striking characteristic of the EU lobbying is that it takes place in the context of a weak party system and a weak parliament at the EU level (Mazey and Richardson, Eliassen 1995, Andersen and Eliassen 1995). Thus, direct influence largely replaces the parliamentary channel as the most important means of influence, and this brings up the most basic democratic problems in a more pressing way.”¹¹¹

¹⁰⁴ EHRlich, Sean D., JONES, Eryn – “Whom do corporations lobby? To domestic institutional determinants of interest group activity in the European Union. Bus. Polit. N° 18(4) (2016) p. 474. DOI: 10.1515/bap-2015-0039 .

¹⁰⁵ A plataforma faz um trabalho de recolha, organização histórica e sistematização de dados, a partir de informação registada pela UE, para prestar informação a jornalistas e investigadores.

¹⁰⁶ LOBBYFACTS.EU – “Number of organisations and European Parliament accreditations on the EU transparency register.” 17.10.2017. [Cons. 17.10.2017]. Disponível em WWW:< URL: <https://lobbyfacts.eu/charts-graphs> >.

¹⁰⁷ Esta avaliação é feita pelo número de encontros que a organização tem com oficiais da UE. LOBBYFACTS.EU - “Google: One of Brussels’ most active lobbyists.” 12.12.2016. [Cons. 17.10.2017]. Disponível em WWW: < URL: <https://lobbyfacts.eu/articles/12-12-2016/google-one-brussels'-most-active-lobbyists> >.

¹⁰⁸ LOBBYFACTS.EU – “Number of organisations ...

¹⁰⁹ ANDERSEN, Svein S., ELIASSEN, Kjell A. – “EU-lobbying ...p. 47.

¹¹⁰ HIX, Simon – ob. cit. p. 171.

¹¹¹ ANDERSEN, Svein S., ELIASSEN, Kjell A. – “EU-lobbying ...p. 54.

Conclusões e premonições

Entre as argumentações apresentadas, atestamos que a UE, sofrendo do congénito déficit democrático, gera dinâmicas que lhe conferem, e aos EM, características de pós-democracia. Desde logo pela forma como geriu a crise das dívidas soberanas, ou pela influência que tem tido nos partidos nacionais e pela permeabilidade à hegemonia dos lóbis económicos. Alguns autores veem a UE como agente neoliberal, impondo constrangimentos fiscais e financeiros e diminuindo o estado social¹¹². Wolfgang Streeck¹¹³ considera que para se preservar parte da democracia representativa, a UE deve ser desmantelada parcialmente. Mas Colin Crouch, apesar de crítico do neoliberalismo, adverte que isso poderia levar à renacionalização do capitalismo e derivar em protecionismos nacionais desfavoráveis.

Há outros autores que consideram que é possível conciliar o aprofundamento liberal do capitalismo com a democracia, sendo precisamente a UE o ator capaz de uma necessária regulação internacional¹¹⁴. Apesar do figurino negativo anteriormente traçado, tendemos a concordar com esta versão, à semelhança da visão que dá Claudia Wiesner, que refere, por exemplo, o exercício da UE através de leis de concorrência e da ação do TJUE, que impediu a Microsoft e a Apple de estabelecerem monopólios; ou a proposta (entretanto já em vigor) de abolição de custos de *roaming*; ou quando o TJUE defendeu com sucesso as regras de proteção de privacidade contra o Facebook¹¹⁵, ou mais recentemente quando Marck Zuckerberg, o dono da rede social, foi a uma audição no PE, na sequência do escândalo da *Cambridge Analytics* para responder a questões dos eurodeputados sobre a alegada violação da regras de proteção de dados na Europa¹¹⁶. Se tivesse sido o parlamento de um estado-membro da União, mesmo dos maiores, ter-se-ia Zuckerberg importunado por apenas um punhado de consumidores?

Acrescentamos que, face às grandes corporações multinacionais, à capacidade negocial que adquirem ao se agruparem em confederações, só um poder representativo de um grande território como a UE, com mais de 500 milhões potenciais consumidores, se torna capaz de equilibrar poderes na altura de negociação. Veja-se, a título de exemplo, que assim que a UE iniciou uma política comercial externa comum inverteu o jogo de forças na OMC, retirando a hegemonia negocial aos EUA, e como recentemente tem concertado uma resposta única na retaliação à administração norte-americana, no sentido de dissuadir Trump de aplicação de taxas alfandegárias para importações de

¹¹² SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio – Ob. cit. p. 356.

¹¹³ WIESNER, Claudia – Ob. cit. p. 222.

¹¹⁴ Veja-se o caso mais recente e mediaticamente apregoado de Thomas Piketty – “Podemos Salvar a Europa”. Queluz de Baixo: Marcador, 2016. p. 283-331.

¹¹⁵ WIESNER, Claudia – Ob. cit. p. 234.

¹¹⁶ PARLAMENTO EUROPEU – “Facebook scandal: MEPs call on Zuckerberg to provide answers”. Press Release, 18.04.2018. [Consult. 31.07.2018] Disponível em WWW: < URL: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20180418STO02004/facebook-scandal-meps-call-on-zuckerberg-to-provide-answers> >; PARLAMENTO EUROPEU - “Follow-up answers from Facebook after the meeting between EP leaders and Zuckerberg.” Press Release, 24.05.2018 [Consult. 31.07.2018] Disponível em WWW: <URL: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20180524IPR04204/follow-up-answers-from-facebook-after-zuckerberg-s-meeting-with-leading-meps> >.

produtos de vários setores que eram alvo de acordos internacionais¹¹⁷. É também através do quadro legislativo comunitário¹¹⁸ que os sindicatos nacionais, podendo organizar-se transnacionalmente e saírem do paradigma do estado-nação, podem desenvolver a potencialidade de uma concertação social a nível europeu, embora tal processo careça ainda de aprofundamento e clarificação legal.

Porém, para tal, a UE tem de resolver as suas deficiências democráticas. Sem um poder assente na democracia representativa, no qual os cidadãos europeus tenham o direito de participar e/ou sancionar a ação política, ela continuará a ser vista como uma elite de poder económico e político que se sobrepõe sem legitimidade às instâncias democráticas estatais. É certo que não temos um *demos* europeu, mas sim *demos* nacionais, o que é uma dificuldade para estabelecer essas bases democráticas. Mas também é verdade que a UE tem encetado políticas que reforçam a democracia, desde a área dos direitos humanos, da cidadania, concedendo aos cidadãos nacionais um nível acrescido de proteção dos seus direitos fundamentais, dando-lhe a possibilidade de recurso ao sistema jurídico europeu em caso de incumprimento estatal. Assim, a UE está a ser construtora de um *demos* europeu, podendo alargar esse papel, com a assunção de competências supranacionais, democraticamente legitimadas, que sejam reconhecidas como de mais-valia relativamente à capacidade de competências nacionais. Esse *demos* poderia ser impulsionado através de uma competição política democrática verdadeiramente supranacional. Cremos que o exercício de uma política reguladora das subversões da globalização económica e da liberdade de circulação financeira possa ser reconhecida como benéfica por uma generalidade de cidadãos, das mais diversas classes e EM. Mas é necessário que os partidos políticos (os que tradicionalmente têm sido pró-integração europeia) regressem a uma prática de auscultação das bases e de debate claro e rigoroso sobre o que está em causa quando se fala de aprofundamento do sistema político da UE.

Bibliografia

- ANDERSEN, Svein S.; ELIASSEN, Kjell A. – “EU-lobbying: between representativity and effectiveness”. In ANDERSEN, Svein S.; ELIASSEN, Kjell A. (ed.) – *The European Union: how democratic is it?* London: Sage Publications, 1998. p. 41-55.
- CHANG, Michele – *Monetary Integration in the European Union*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.
- CROUCH, Colin – *Post-Democracy*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- DORUSSEN, Han; NANOU, Kyriaki - “European integration, intergovernmental bargaining, and convergence of party programmes”. *European Union Politics*. Vol 7 (2) (2006) p. 235-256. DOI: 10.1177/1465116506063709 .

¹¹⁷ BUSINESS INSIDER – “The EU is already preparing for trade talks with Trump to fail – and is readying a major retaliation.” 19.07.2018. [Consult. 31.07.2018]. Disponível em WW: <URL: <https://www.businessinsider.com/trade-war-europe-trump-eu-retaliation-auto-tariffs-2018-7> >.

¹¹⁸ Conforme definido nos nºs 3, 4 e 1, 2 , respetivamente, dos artigos 154º e 155º, do Título X – A Política Social – do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Tratado de Lisboa).

- EHRlich, Sean D., JONES, Eryn – “Whom do corporations lobby? To domestic institutional determinants of interest group activity in the European Union”. *Bus. Polit.* Nº 18(4) (2016) p. 467-488. DOI: 10.1515/bap-2015-0039.
- FEATHERSTONE, Kevin - *Socialist Parties and European Integration*. Oxford: Manchester University Press, 1988.
- FERNANDES, António José – *Introdução à Ciência Política. Teorias, métodos e temáticas*. Porto: Porto Editora, 2010.
- FOLLESDAL, Andreas, HIX, Simon – “Why there’s a democratic deficit in the EU: a response to Majone and Moravcsik”. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 44, Nº 3 (2006) p. 533-562.
- HAUER, Thomas – “Why Post-Democracy?”. *British Journal of Arts and Social Sciences*. Vol. 20 Nº. II (2015) p. 88-96.
- HEINEMAN, Robert A. – *Political science. An introduction*. USA: The MacGraw Companies Inc., 1996.
- HIX, Simon, HOYLAND, Bjorn – *The Political System of the European Union*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary – *Multi-level governance and the European integration*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2001.
- HOOGHE, Liesbet, MARKS, Gary, WILSON, Carole J. – “Does left/right structure party positions on European integration?” *Comparative Political Studies*. Nº 8, vol. 35 (2002) p. 965-989.
- JACOBSON, John A. – *An Introduction to Political Science*. USA: International Thomson Publishing Company, 1998.
- JONGH, Maurits de, THEUNS, Thom – “Democratic legitimacy, desirability and deficit in the EU governance.” *Journal of Contemporary European Research*. Vol 13, Nº 3 (2017) p. 1283-1300.
- KARLSSON, Christer, PERSSON, Thomas – “The alleged opposition deficit in European Union politics: myth or reality?” *Journal of Common Market Studies*. Vol. 56, Nº 4 (2018) p. 888-905.
- LADRECH, Robert - “Europeanization and political parties. Towards a framework for analysis.” *Party Politics*. Nº 8:4 (2002) p. 389-403.
- LADRECH, Robert - “Europeanization and political parties.” *Living Reviews in European governance*. Nº 4:1 (2009) p. 5-16. [Consult. 16.01.2016] Disponível em WWW: <URL: <http://www.european-governance-livingreviews.org/Articles/lreg-2009-1/> >.
- LADRECH, Robert – “National parties and European governance: The consequences of missing action.” *West European Politics*. Vol. 30, Nº 5 (2007) p. 945-960. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01402380701617365> .
- LADRECH, Robert – “Europeanization and national party organization: limited but appropriate adaptation?”. In POGUNTKE, Thomas (et al.) - *The Europeanization of National Political Parties*. London, New York: Routledge, 2007. p. 211-229.
- LANG, Gérard – “Les politiques budgétaires et le Pacte de stabilité.” In DÉVOLUY, Michel (dir.) - *Les politiques économiques européennes*. Paris: Éditions du Seuil, 2004. p. 125-168.
- LODGE, Juliet – “The European Parliament”. In ANDERSEN, Svein S., ELIASSEN, Kjell A. (ed.) – *The European Union: how democratic is it?*. London: Sage Publications, 1998. p. 187-214.

- MAIR, Peter – “Political Opposition and the European Union.” *Government and Opposition*. Vol. 42, Nº 1 (2007) p. 1-17.
- MAJONE, Giandomenico - *La Communauté européenne: un Etat régulateur*. Paris: Montchrestien, 1996.
- MAJONE, Giandomenico – “The rise of the regulatory state in Europe”. In EILSTRUP-SAN-GIOVANNI, Mette – *Debates on European Integration*. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 378-390.
- MORAVCSIK, Andrew – “Preferences and Power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach.” *Journal of Common Market Studies*. Vol. 31, Nº 5 (1993) p. 473-524.
- MORAVCSIK, Andrew – “In defence of the ‘democratic deficit’: reassessing legitimacy in the European Union”. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 40, Nº 4 (2002) p. 603-624.
- MOREIRA, Vital – “A vontade dos cidadãos da União: a democracia supranacional da União Europeia.” *Estudos do Século XX*. Nº17 (2017) p. 45-80.
- MOURY, Catherine – *A democracia na Europa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.
- OANTA, Ilie Stefan, VASILCOVSCI, Nicoleta – “The business fluctuations, and the lobbying evolution in European Union, Canada and USA”. *The Romanian Economic Journal*. Nº. 55 (2015) p. 163-174.
- OANTA, Ilie Stefan, VASILCOVSCI, Nicoleta – “Lobby activities and their evolution in European Union context. *CES Working Papers*. Vol VI, Issue 2A. p. 172.
- PATRÃO, Afonso – “Processo Legislativo Ordinário.” In BRANDÃO, Ana P.; COUTINHO, Francisco Pereira; CAMISÃO, Isabel; ABREU, Joana Covelo de (coord) – *Enciclopédia da União Europeia*. S. L.: Petrony, 2017. p. 347-351.
- PETITHOMME, Mathieu – “Les effets de l’intégration européenne sur les parties politiques nationales: une perspective compare.” *Politique Européenne*. Nº 29 (2009/3) p. 133-39. DOI: 10.3917/poeu.029.0133
- PIKETTY, Thomas – *Podemos Salvar a Europa*. Queluz de Baixo: Marcador, 2016. p. 283-331.
- PUNTES, Santiaga Ánima – “Medidas para reforzar la unión económica y monetaria”. *Economía Informa*. Nº 392 (2015) p. 14-26.
- KURSAR, Tonči - “In a post-democracy trap”. Paper for the 7th ECPR General Conference, Bordeaux, 2013. p.1-12.
- RAUNIO, Tapio - “Why European integration increases leadership autonomy within political parties.” *Party Politics*. Vol. 8, Nº 4 (2002) p. 405-422.
- REIS, José – “Quando a sombra domina a luz: a economia política do empobrecimento (Portugal pós-1993)”. In FERREIRA, Eduardo Paz – *União Europeia. Reforma ou declínio*. Lisboa: Nova Veja, 2016. p. 41-56.
- RUCHET, Jean-Jacques – “La fiscalité des États de l’Union: diversité ou divergences?” In SCHLACHTER, Didier (dir.) – *Questions d’Europe. Le débat économique et politique*. Paris: Ellipses, 1998. p. 168-177.
- SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio – “From a deficit of democracy to a technocratic order: the postcrisis debate on Europe.” *Annual Review of Political Science*. Nº 20 (2017) p. 351-69.

- SCHMIDT, Vivien A. – “L’Union Européenne crée-t-elle ou détruit-elle la démocratie?”. *Politique Étrangère*. N° 3 (2007) p. 517-528. DOI: 10.3917/pe.073.0517.
- SILVA, António Martins – *A Aventura da Moeda Única Europeia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- SILVA, António Martins – *Sistema Político da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 2013.
- SOARES, António Goucha – “O déficit democrático da União Europeia: alguns problemas conexos.” *Análise Social*. Vol. XXXII (142) (1997) p. 627-648.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato – *Portugal na Queda da Europa*. Lisboa: Temas e Debates, 2014.
- WHITE, Jonathan – “Politicizing Europe: The challenge of executive discretion.” LEQS Paper N° 72 (2014) p. 1-28. [Consult. 26.07.2018] Disponível em WWW: <URL: <http://www.lse.ac.uk/europeanInstitute/LEQS%20Discussion%20Paper%20Series/LEQSPaper72.pdf> >.
- WHITEMAN, Michael – “The five presidents’ report: an assessment of the measures proposed to complete the Europe’s Economic and Monetary Union”. *Australia and New Zealand Journal of European Studies*. Vol. 8 (2) (2016) p. 97-110.
- WIESNER, Claudia – “Capitalism, democracy and the European Union”. *Z Vgl Polit Wiss*. Vol. 10 (2016) p. 219-239. DOI: 10.1007/s12286-016-0320-y .

Referências Documentais

- BUSINESS INSIDER – “The EU is already preparing for trade talks with Trump to fail – and is readying a major retaliation.” 19.07.2018. [Consult. 31.07.2018]. Disponível em WW: <URL: <https://www.businessinsider.com/trade-war-europe-trump-eu-retaliation-auto-tariffs-2018-7> >.
- COMISSÃO EUROPEIA – Transparency Register. [Cons. 17.10.2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://ec.europa.eu/transparencyregister/public/homePage.do?redir=false&locale=en> >.
- LOBBYFACTS.EU - “Google: One of Brussels’ most active lobbyists”, 12.12.2016. [Em linha]. [Cons. 17.10.2017]. <https://lobbyfacts.eu/articles/12-12-2016/google-one-brussels-most-active-lobbyists>
- LOBBYFACTS.EU – “Number of organisations and European Parliament accreditations on the EU transparency register”, 17.10.2017. [Em linha]. [Cons. 17.10.2017] <https://lobbyfacts.eu/charts-graphs>
- PARLAMENTO EUROPEU - “Spitzenkandidaten process cannot be overturned, say MEPs”. Press Release, 07.02.2018. Ref: 20180202IPR97026. [Consult. 27.07.2018] Disponível em: WWW: <URL: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20180202IPR97026/spitzenkandidaten-process-cannot-be-overturned-say-meps> >.
- PARLAMENTO EUROPEU - “More lobby transparency to foster public trust in EU institutions”, Press Release, 15.06.2017. [Cons. 17.10.2017]. Disponível em WWW: < URL: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20170615IPR77523/more-lobby-transparency-to-foster-public-trust-in-eu-institutions> >.
- PARLAMENTO EUROPEU – “Facebook scandal: MEPs call on Zuckerberg to provide answers”. Press Release, 18.04.2018. [Consult. 31.07.2018] Disponível em WWW: < URL: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20180418STO02004/facebook-scandal-meps-call-on-zuckerberg-to-provide-answers> >.

PARLAMENTO EUROPEU - “Follow-up answers from Facebook after the meeting between EP leaders and Zuckerberg.” Press Release, 24.05.2018 [Consult. 31.07.2018] Disponível em WWW: <URL: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20180524IPRo4204/follow-up-answers-from-facebook-after-zuckerberg-s-meeting-with-leading-meps> >.

PÚBLICO - “BCE disposto a fazer o que for preciso para salvar o Euro”. 26.07.2012. [Consult. 28.07.2018] Disponível em WWW: <URL: <https://www.publico.pt/2012/07/26/economia/noticia/bce-disposto-a-fazer-o-que-for-preciso-para-salvar-o-euro-1556456> >.

THE GUARDIAN - “Eurobonds: an essential guide”. 24.05.2012. [Consult. 28.07.2018] Disponível em WWW: <URL: <https://www.theguardian.com/business/2012/may/24/eurobonds-an-essential-guide> >.

(Página deixada propositadamente em branco)

Inovação Pedagógica de Base Tecnológica e qualidade na gestão da Educação Básica: o SIGEduc/RN como plataforma de mudanças.

Technologically-based pedagogical innovation and quality in the basic education management: the SIGEduc/RN system as a platform for change.

Betania Ramalho
Isauro Beltrán Núñez

Betania Leite Ramalho, Professora titular do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona. E-mail: betania.ramalho.edu@gmail.com.

Isauro Beltrán Núñez, Doutor em Ciências Pedagógicas pela Universidade de Havana. Professor titular do Centro de Educação da UFRN. E-mail: isaurobeltran@yahoo.com.br.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_19_7

INOVAÇÃO PEDAGÓGICA DE BASE TECNOLÓGICA E QUALIDADE NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O SIGEDUC/RN COMO PLATAFORMA DE MUDANÇAS.

Este artigo discute a relação entre inovação tecnológica, qualidade na condução da Educação Básica obrigatória e o papel inovador que ocupa o Sistema Integrado da Gestão da Educação-SIGEduc nas escolas estaduais do Rio Grande do Norte/RN, Brasil. Vivendo, atualmente, momentos críticos, a escola depara-se com o desafio de superar os preceitos e rotinas da chamada escola tradicional, com vistas às novas demandas de um mundo em constante transformação. Nesse sentido, o que deve ser ensinado e aprendido no âmbito da educação escolar passa, também, por necessárias inovações tecnológicas e pedagógicas a fim de motivar alunos e professores em torno das aprendizagens de conhecimentos e habilidades inerentes à etapa da escolarização obrigatória. O cenário de insucesso das aprendizagens, revelado nas avaliações nacionais do SAEB/INEP expõe o fracasso dessa política onde a escola, a família e a sociedade são partes e ao mesmo tempo vítimas da ineficiência da educação escolar entregue pela esfera pública. Dessa feita, um dos efeitos bem visíveis recai na incapacidade do Estado garantir ao estudante o direito dele aprender os conhecimentos e as habilidades básicas da escolarização obrigatória na escola em que frequentam e adquirir as oportunidades para tornar-se um cidadão pleno. Apoiada na literatura, em estatísticas oficiais e em vivências frente à Secretaria Estadual de Educação e

Cultura -SEEC/RN, entre 2011 e 2014, o presente estudo traz à tona uma reflexão teórica, metodológica e contextualizada a respeito da ITBP e apresenta os avanços do SIGEduc como ferramenta provedora de uma nova cultura de gestão técnica, administrativa e pedagógica do sistema estadual de ensino do RN, que envolve 167 municípios, 608 escolas, mais de 30 mil servidores (professores e técnicos administrativos). Trata-se de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida, de modo colaborativo, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Mestrado em Inovação e Tecnologias Educacionais do Instituto Metrópole Digital e a SEEC/RN.

Palavras-chave: Inovação Pedagógica e Tecnológica, Ensino e Aprendizagem, Práticas Pedagógicas, Educação Básica Obrigatória.

TECHNOLOGICALLY-BASED PEDAGOGICAL INNOVATION AND QUALITY IN THE BASIC EDUCATION MANAGEMENT: THE SIGEDUC/RN SYSTEM AS A PLATFORM FOR CHANGE.

This article discusses the relationship between technological innovation and quality in managing compulsory Basic Education, and the innovative role of the Integrated Education Management System (Sistema Integrado da Gestão da Educação-SIGEduc) at state schools in Rio Grande do Norte/RN, Brazil. In these current critical times, schools are faced with the challenge of overcoming the precepts and routines of the so-called traditional school, to meet the new demands of a world under constant

change. In this sense, what must be taught and learned at school also requires much needed technological and educational innovation so that students and teachers can be motivated to acquire knowledge and skills integral to compulsory schooling. The school failure scenario shown in the SAEB/INEP national assessments exposes the collapse of this policy, where the school, family and society are at the same time part thereof and victims of the inappropriate public school system. One of the most visible effects is the State's inability to ensure students the right to learn and acquire the basic skills of compulsory education at the school they attend, and to have the opportunity of becoming full citizens. Based on literature, official statistics and experiences of the State Department of Education and Culture -SEEC/RN, between 2011 and 2014, this study brings to light a theoretical, methodological and contextualised reflection on the ITBP, and presents the advances enabled by SIGEduc as a tool to provide a new culture of technical, administrative and pedagogical management of the RN state education system RN, involving 167 municipalities, 608 schools, and more than 30 thousand workers (teachers and administrative-technical staff). This broader research is a collaborative work done at the Federal University of Rio Grande do Norte, under the Post-Graduate Programme in Education, the Master's Course in Innovation and Educational Technologies of the Instituto Metrópole Digital and SEEC/RN.

Keywords: Pedagogical and Technological Innovation, Teaching and Learning, Pedagogical Practices, Compulsory Basic Education.

Introdução

A educação, considerada um dos pilares fundamentais do desenvolvimento de um país, ganha outra referência quando se realça a importância que ocupa na sociedade do século XXI, julgada como sociedade do conhecimento e da informação, fato amplamente reconhecido nos relatórios internacionais da UNESCO, da OCDE e em cartas constitucionais de muitos países, incluindo o Brasil.

A rapidez das transformações científicas e tecnológicas vivenciadas neste século têm exigido um outro modelo de aprendizagem, gerando desafios a serem enfrentados pelas escolas face ao ritmo das mudanças sociais, laborais e educativas. Não restam dúvidas de que estamos vivendo uma etapa em que o foco principal é a necessidade de superação de antigas referências que iluminaram os processos educativos dos séculos passados, confrontando uma tradição educativa que reclama por mudanças na maneira de pensar, de fazer, de ser e de conviver com os desafios do mundo tecnologicamente avançado e em constante transformação. A nova sociedade da informação, baseada no universo digital, na internet, no ciberespaço, revoluciona o funcionamento da sociedade humana como um todo (Lipovetsky, 2010) o que tem, por sua vez, fortes implicações nas escolas.

No âmbito do trabalho e da sociedade, são postas novas exigências de saberes e de comportamentos aos cidadãos para que possam se inserir nesse cenário. À Educação Básica cabe estar em sintonia com as novas necessidades impostas pelo mundo digital, integrando essa realidade à sua estrutura formativa.

Desde os anos 1990, o Brasil vislumbra transformações no seu sistema educativo, lançando orientações curriculares por meio de parâmetros, referências e diretrizes, a exemplo do que vem acontecendo em países de seu entorno cultural. Tal situação justifica-se, entre outros motivos, pela busca de respostas às novas exigências que a atual sociedade confere à escola, às tecnologias digitais e aos sistemas de informação e comunicação, características de um mundo econômico e politicamente globalizado. Esta realidade tem exigido da educação o desenvolvimento de políticas públicas que tenham como objetivo garantir o direito à aprendizagem de conhecimentos e habilidades básicas para o desenvolvimento pleno de cidadãos, inerentes à educação escolar obrigatória. Tais exigências foram assumidas pelos marcos regulatórios da educação nacional (Constituição Federal de 1988, LDB/1996, DCNs entre outros). Tudo isso supõe uma renovação da escola, na qual a inovação pedagógica e a criatividade, atreladas ao uso das novas tecnologias da informação e das comunicações passam a ser elementos essenciais.

Apoiada em estudos de referência, em experiências na gestão da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte – SEEC/RN entre 2011 a 2014, toma-se as seguintes questões delimitadoras do presente estudo: como a Inovação Pedagógica de Base Tecnológica pode inserir-se em um sistema de ensino público (SEEC/RN) para ressignificar a cultura de gestão escolar? Qual lugar pode ocupar o SIGEduc/RN, como plataforma potencializadora de práticas pedagógicas inovadoras no âmbito da rede escolar? Quais parâmetros da inovação pedagógica de base tecnológica podem alicerçar a gestão técnica, administrativa e pedagógica, como propulsora da oferta da educação básica comprometida com a aprendizagem dos alunos como um direito?

O Sistema Integrado de Gestão da Educação Básica, SIGEduc, implantado na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte – SEEC/RN em 2011, fruto de uma parceria entre o Ministério de Educação, a UFRN e a SEEC, caracteriza-se como uma tecnologia avançada para modernizar as rotinas de gestão da Secretaria de Educação, SEEC-RN, possibilitando o monitoramento dos indicadores da escola, reorganizando rotinas do trabalho dos gestores, professores, servidores e promovendo o acesso dos alunos a ferramentas tecnológicas que dinamizem suas aprendizagens, assim como a das famílias.

O estudo assume uma visão sistêmica em face do processo educativo e se estrutura a partir de três argumentos chaves: a oferta da educação básica a cargo do poder público é um direito, no entanto o fracasso escolar é persistente segundo as avaliações nacionais do MEC/INEP; a inovação pedagógica com princípio deve promover mudanças na maneira do professor pensar e agir no dia a dia em sala de aula; o Sistema Integrado de gestão da Educação - SIGEduc/RN deve promover mudanças na gestão didática e pedagógica do processo formativo e educativo da escola.

O Direito à educação, a aprender e desenvolver-se na educação básica obrigatória

Ao destacar a importância que assume o termo “educação básica” nos documentos oficiais no Brasil, Cury (2008, p. 294) esclarece que “a educação básica é um conceito mais que inovador para um país como o Brasil que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos, o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar (...); daí considerar que a educação infantil é a raiz da educação básica, o ensino fundamental é o tronco e o ensino médio, o acabamento”.

A educação básica é concebida, segundo o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), como um direito do cidadão à educação e um dever do Estado de atendê-lo mediante oferta qualificada. Soares (2016, p. 141) destaca que o direito à educação caracteriza-se pelo direito de aprender, que só é concretizado quando ocorre o atendimento aos três objetivos pautados pela Constituição Federal do Brasil, de 1988: a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa; seu preparo para o exercício da cidadania; sua qualificação para o trabalho. Entretanto, os direitos sociais não devem estar apenas escritos em leis, sendo, portanto, necessário que as instituições os atendam e, além disso, tornem possível seu monitoramento. Nesse contexto, a escola é o espaço designado ao direito ao aprendizado de competências básicas, dentre outras. O autor supracitado pondera que um direito não verificado é apenas uma intenção que, afinal, torna-se uma utopia. Com este argumento, aponta para a importância que as avaliações externas representam para o sistema de ensino como um todo.

Uma análise mais acurada a respeito dos resultados apresentados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil, criado em 1988 com o objetivo de acompanhar a qualidade do ensino básico nas escolas públicas e particulares de todo o país, nos sugere que nem sempre os resultados divulgados são utilizados, suficientemente, para trazer retornos à realidade cotidiana da sala de aula. Por outro lado, considera-se que há certa dificuldade ou mesmo resistência, por parte dos professores, em dedicarem-

-se a relacionar suas atividades curriculares ao que vem sendo disponibilizado pelo sistema de avaliação, para além das notas expressas pelo Índice do Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Assim, pouco espaço tem ocupado a avaliação externa nas salas de aula quando se considera que há um expressivo campo de conhecimentos a ser explorado, podendo este contribuir para potencializar a relação entre ensino de qualidade e aprendizagem.

Martini e Del Prette (2005) mencionam as inúmeras questões que têm sido concebidas como motivos do insucesso da educação básica no Brasil, em especial da escola de ensino fundamental. Salientam que esse insucesso deve ser tratado a partir das relações sociais, na busca por romper com as explicações apoiadas na culpabilidade dos pais ou mesmo na cultura de origem dos estudantes. Muitas são as justificativas de insucesso escolar no Brasil que, desde os anos de 1940, são atribuídas às questões psicológicas, históricas, culturais, políticas, sociais e outras tantas. Considera-se que a melhoria dos resultados é oriunda da comunhão de inúmeros fatores e é imperativo ao sistema de ensino brasileiro passar do plano da análise, discussão e crítica, para o plano da intervenção didático-pedagógica, mobilizando os professores e orientando-os para terem o devido acesso às informações disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP sobre os desempenhos dos estudantes nas avaliações da Prova Brasil.

Os resultados do IDEB, enquanto indicadores de qualidade do sistema educacional que combinam informações sobre rendimento escolar e desempenho em exames padronizados, apresentam uma realidade em que, mesmo diante de metas nacionais (ainda que baixas), parcialmente atingidas por escolas públicas brasileiras, ainda longe se estar de conquistar as metas esperadas na educação básica como um todo.

É necessário também considerar e compreender os avanços que o Brasil tem conquistado, no âmbito da educação básica obrigatória, seja com a universalização da oferta, seja no plano da assistência estudantil, por meio de programas consolidados, como: merenda escolar, transporte, livro didático; seja no financiamento da infraestrutura por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR; no piso salarial dos professores, no apoio financeiro dado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e na recente aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE, entre outros. No entanto, pouco avanço tem sido logrado quando se trata da educação como um direito, direito a não apenas ter assegurada a matrícula em uma escola e usufruir desses programas mas, direito a aprender os conhecimentos e habilidades básicas, a formar-se como cidadão, a cumprir na idade certa o ciclo da escolarização obrigatória entre os 4 e os 17 anos.

Diversos estudos realizados sobre avaliações de larga escala, dentre elas a Prova Brasil (LACANTELLI, 2002, SOUSA, 2002, VIANNA, 2003, SANTOS, 2011), revelam o impacto dessas avaliações nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas dos professores (SOUSA, 2003; MESQUITA, 2012; CORREA, 2012; COSTA, 2009; SANTOS, 2011; SOLIGO, 2010). Esses são alguns dos estudos que têm permitido evidenciar uma problemática sobre a qualidade da educação básica no Brasil e a necessidade de se fomentar práticas pedagógicas inovadoras atreladas a políticas educacionais mais eficientes.

Ao analisar os dados do SAEB/INEP, 2015, para o Estado do Rio Grande do Norte, nos 5º e 9º anos do ensino fundamental, nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, observa-se o seguinte:

- no 5º ano do ensino fundamental, em uma escala de habilidades de 0 a 9, o desempenho dos estudantes do RN em Língua Portuguesa revela que mais da metade dos estudantes (50,8%) concentra-se nos três primeiros níveis mais baixos (0, 1 e 2) de desempenho da referida prova. Isso significa que a maioria deles não interpreta a partir de inferência um texto não-verbal (tirinha) de maior complexidade temática; não conseguem identificar o tema a partir de características que tratam de sentimentos do personagem principal; e não reconhecem elementos que compõem uma narrativa com temática e vocabulário complexos. Impressiona o fato de ser quase nula a presença de estudantes nos dois níveis mais elevados da escala (8 e 9), cujo desempenho não chega a 1%.

- no 9º ano (alunos com idade em torno de 14/15 anos), também em relação ao desempenho em Língua Portuguesa, a situação é ainda mais preocupante. Menos de 0,4% dos estudantes da rede municipal de ensino do RN consegue alcançar o nível mais elevado de proficiência, o 8 e o 9. Não se revelaram capazes de “interferir sobre informações implícitas em textos poéticos subjetivos, textos argumentativos com intenção irônica, fragmento de narrativa literária clássica, versão modernizada de fábula e histórias em quadrinhos; reconhecer o efeito de sentido decorrente da utilização de uma determinada expressão; estabelecer relação causa/consequência entre partes e elementos do texto; reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou tema; além de comparar textos que tratam do mesmo tema, reconhecendo diferentes formas de tratar a informação”, entre outras habilidades descritas nesse nível.

A situação em Matemática, no 5º ano é muito preocupante. Aproximadamente dois terços (63,5%) dos alunos apresentam desempenho até o nível 3, ou seja, não leem informações e dados apresentados em tabela; não reconhecem a regra de formação de uma sequência numérica e não dão continuidade a ela; não resolvem problemas envolvendo subtração, estabelecendo relação entre diferentes unidades monetárias; não resolvem situação-problema envolvendo a ideia de porcentagem, diferentes significados da adição e subtração, adição de números racionais na forma decimal; não identificam propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações, entre outras habilidades descritas nos níveis posteriores.

Quanto ao desempenho no 9º ano, em Matemática, os resultados são ainda piores. A predominância dos alunos no nível 3 de desempenho (escala de 0 a 9) é bastante deficiente: o RN concentra, aí, 80,6% dos seus alunos.

Esse é o pano de fundo em que se reveste o contexto educacional aqui situado. Ter acesso à escola e nela permanecer sem lograr o domínio das competências mínimas na trajetória escolar reforça o que fica geralmente encoberto: a negação do direito do aluno aprender, desenvolver-se integralmente, aprender a pensar e a inserir-se na cultura letrada.

Diante dessa realidade é preciso considerar que algo acontece quando a comunidade escolar não se conecta aos recursos digitais, à rede mundial de computadores e ao que é essencial para o processo educativo: às condições operacionais, logísticas e domínio conceitual que alicerçam as mudanças e incidam na maneira do professorado professar o ensino com repercussão nas aprendizagens dos alunos nascidos na égide do mundo tecnológico. Não se conectam, também, à relação entre os marcos regulatórios prescritivos do direito do aluno aceder, permanecer bem e incluir-se na cultura escolar letrada. Assim, não haverá

direito sem o direito do aluno apropriar-se dos conhecimentos e das habilidades básicas da educação básica, no atual contexto dos avanços tecnológicos.

Pelo exposto, busca-se saídas por meio da promoção de recursos tecnológicos potencializadores de práticas pedagógicas inovadoras e atrativas capazes de incluir, não apenas o professorado, mas também o aluno como protagonista do seu percurso escolar e formativo. A inovação pedagógica torna-se, portanto, um elemento essencial da profissionalização docente, ideias amplamente discutidas por Ramalho, Núñez e Gauthier (2004), Carbonell (2002), Farias (2006), Blanco e Messina (2000), Ferreti (1989), Hernández et al (2000), Garcia (1995) entre outros

Inovação Pedagógica de Base Tecnologia na Educação Básica

O que deve ser ensinado e aprendido no âmbito da educação básica passa a ser objeto de necessárias inovações pedagógicas como alternativas para gerar, nos estudantes, motivação para se inserirem, efetivamente, no universo escolar como um todo.

No âmbito do referencial teórico que considera o professor como um profissional (Ramalho, Núñez e Gauthier, 2004), o bom professor é sempre um professor inovador, atento ao que deve incorporar de positivo em suas atividades pedagógicas. Esses bons profissionais se caracterizam por realizar, de forma sistemática, a reflexão crítica da sua prática como meio de renovação da mesma. Para os autores, o professor como profissional se constitui no agente da inovação pedagógica a partir de sua insatisfação e a dos estudantes em face das mudanças necessárias por atender às demandas da educação deste século. Para Stenhouse (1991), o professor inovador deve ser capaz de gerar a capacidade de autodesenvolvimento profissional e de autonomia, por meio da reflexão crítica, a fim de aperfeiçoar suas práticas pedagógicas.

A inovação pedagógica como uma das respostas às necessidades de mudanças se relaciona com as satisfações individuais e coletivas dos professores e com o seu desenvolvimento profissional. Isso pressupõe um esforço por transformar a docência em uma profissão atrativa e de forte componente ético, atrelado ao compromisso pela qualidade, pelos resultados das aprendizagens e desenvolvimento dos estudantes.

O professor involucra-se em práticas pedagógicas inovadoras a partir de suas motivações intrínsecas, do grau de compreensão que tenha sobre a natureza e sentido atribuído à inovação pedagógica, da sua formação profissional e da busca por novas formações que possam sustentar práticas pedagógicas inovadoras, criativas, apoiadas por recursos também tecnológicos, considerando sempre o tempo que dispõe para desenvolver as mesmas.

Entretanto, a tecnologia por si só não promove mudanças. Os fazeres docentes podem não estar impregnados por inovações, sofrendo influências, por exemplo, de perspectivas motivacionais para sua implementação. A integração entre as avaliações, as práticas e seus resultados envolvem os docentes no sentido de fazê-los parte de um processo mais amplo. Este é o cerne da inovação aqui proposta. Como defendem Tardiff e Lessard (2005), o professor é um profissional de quem se exige muito mais que apenas seguir receitas, guias e diretrizes, normas e formas como moldura para sua ação, pois a partir do momento em que se assume como protagonista de seu trabalho, passa a produzir uma certa mudança de perspectiva com relação à atividade pela qual é responsável.

Há certo consenso no fato de existir um profundo hiato entre as necessidades de aprendizagem, de desenvolvimento e de educação dos alunos na sociedade do século XXI, em relação às competências dos professores para esse propósito. Isso tem uma estreita relação com as diferenças entre a formação, seu caráter também instrumental e os novos desenhos dos currículos na escola do século atual. As escolas mudam quando têm professores com excelente preparação, com a convicção e o convencimento de que podem garantir aos estudantes o direito de aprender e se desenvolver como cidadão. Garantir esses direitos aos estudantes exige dos professores um esforço maior, confiança, compromisso, motivação e uma formação diferenciada, potencializadora do desenvolvimento profissional (Ramalho, e Núñez, 2012, Marcelo, 2009, 2013). Darling-Hammond (2000) alertam para o fato de que a aprendizagem dos alunos depende, principalmente, daquilo que os professores conhecem e do que podem fazer.

A formação deve considerar um conjunto de conhecimentos necessários ao exercício da profissão e que façam parte da sua base de conhecimentos, como assinalam Ramalho, Núñez, Gauthier (2004) e Carrascosa (2008). Aprender a ensinar e situar essa aprendizagem no contexto da profissionalização, do desenvolvimento e da sociedade tida como tecnológica e do conhecimento tem sido uma das preocupações das pesquisas sobre formação de professores. A formação se situa, portanto, como um itinerário organizado pedagogicamente para desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e competências necessárias para o melhoramento e a inovação na atividade de ensino como profissão. Nesse sentido, reconhece-se que o professor é um profissional e que a atividade de ensino não é de natureza técnica e sim uma profissão baseada em conhecimentos técnicos, teóricos e metodológicos especializados. Ser um professor profissional exige o domínio da base de conhecimentos da atividade profissional aliado a outros conhecimentos, atitudes e valores, que permitem o exercício competente, a inovação e a criatividade para ensinar coerente com as finalidades da educação escolar básica.

Junto a essas considerações, pode-se destacar a importância de se estudar como os professores se apropriam de novos referenciais teóricos com potencial para novas práticas inovadoras, objetivando contribuir com a assimilação de conhecimentos sólidos e de habilidades gerais pelos estudantes da educação básica, de maneira a contribuir com o desenvolvimento integral dos mesmos.

É certo que a inovação pedagógica não depende só das aprendizagens e da formação dos professores, ou mesmo da vontade para mudar. As estruturas organizativas devem redefinir-se para promover, ativamente, a inovação pedagógica na busca de solução dos problemas da prática docente. Para Darling (1995), isso implica na revisão dos horários, das formas de contratação e da organização das atividades para propiciar espaços e tempos nos quais os professores possam trabalhar e aprender em colaboração, com vistas, também, a uma nova identidade. Esse desafio exige a criação e manutenção de novos cenários, contextos (condições objetivas) nos quais se estabeleçam vínculos institucionais que estruturam as subjetividades construídas, e nos quais os professores possam construir novas identidades profissionais. As condições de trabalho e a organização do tempo e do espaço docente são, portanto, fatores essenciais à inovação pedagógica na escola mas também, para além desta (Núñez e Ramalho, 2012).

Uma das dimensões relevantes da inovação pedagógica, no contexto atual, diz respeito à incorporação das novas tecnologias da informação e das comunicações, como ferramentas

estratégicas para inovar as atividades de ensino, as aprendizagens dos estudantes na escola e como ferramenta para ressignificar a gestão pedagógica.

No último item do presente estudo, apresentamos o Sistema de Gestão Integrado da Educação – SIGEduc/RN, como exemplo de recurso inovador, de base tecnológica, projetada para modernizar, por meio de módulos, as rotinas de gestão da educação: pedagógicas, técnico-administrativa, infraestrutura, pessoal, e demais processos da SEEC/RN.

SIGEduc, mais que inovação e tecnologia, uma mudança na cultura de gestão

Pesquisas sobre mudanças e inovações com o uso de tecnologia na sala de aula têm nos trazido contribuições importantes, como é o caso das investigações conduzidas por Yong Zhao (2002) e um conjunto de pesquisadores americanos, que no começo dos anos 2000, assim como os estudos de Cuban (2001), já tentavam responder: “Why don’t teachers innovate when they are given computers?”

A pesquisa de Zhao e seu grupo sinaliza que o professor que consegue desenvolver projetos inovadores com tecnologia associa as seguintes características: proficiência tecnológica, pedagogia compatível com o uso da tecnologia, conhecimento da organização e da cultura escolar, além de uma disposição para incorporar o novo e suas exigências. Esse estudo demonstra que os projetos inovadores encontrados mantêm pouca distância da cultura escolar em que estão inseridos, ou seja, o professor inova a partir das possibilidades dadas pelo seu contexto, utilizando-se dos recursos disponíveis. Do mesmo modo, suas experiências de inovação com tecnologia estão muito articuladas às suas experiências anteriores de inovação em sua prática, e tem pouco grau de dependência de outros atores e dos recursos tecnológicos.

Também se dá um especial destaque para a importância da cultura escolar neste processo, com ênfase para a infraestrutura tecnológica e a infraestrutura humana disponível. Destaca, ainda, que no caso dos projetos inovadores com tecnologia a inovação é decorrente muito mais de um processo de “evolução” de pequenas experiências de mudanças do que de mudanças tidas como revolucionárias.

Ao apoiar-se nessa base argumentativa, o presente estudo destaca que os professores precisam ser motivados para refletir sobre suas atividades e, por essa e outras vias, sentir a necessidade de mudar sua maneira de pensar e agir incorporando, no seu ambiente profissional os recursos da tecnologia associada ao seu desenvolvimento profissional. Assim que, para além dos professores e suas intenções e necessidades de mudar, a escola e seu projeto pedagógico precisam considerar as mudanças fundamentais.

Em um texto provocativo, Sahlbert (2013), traduzido para a língua portuguesa, no Brasil, como “E se os melhores professores da Finlândia dessem aula nas escolas dos EUA?”, o autor discute o que chama de o mito da “eficiência do professor”, apontando como sistemas educacionais evoluídos como o da Finlândia não apostam “todas as suas fichas” apenas no professor. A aposta centrada exclusivamente no professor como um agente da mudança, sem respeitar o contexto cultural da escola e suas diferentes dimensões que, efetivamente, vão implicar no desenvolvimento do trabalho na sala de aula, parece ser um erro recorrente, inclusive dos processos formativos inicial e continuado.

Desse modo, considera-se fundamental ter em conta todos esses argumentos teóricos e colocar o desenvolvimento profissional docente dentro do contexto da escola no Século XXI.

A partir destas premissas esse estudo aponta o Sistema Integrado de Gestão da Educação – SIGEduc/RN, implantado na Rede Estadual de ensino do Rio Grande do Norte, em 2011, como referência na discussão do tema em questão: a educação básica obrigatória, o direito do aluno aprender e a inovação tecnológica promotora da mudança na cultura escolar.

A aposta se dá, portanto, no lugar que pode ocupar o SIGEduc como ferramenta potencializadora de práticas pedagógicas inovadoras no âmbito da rede estadual de ensino e da gestão pedagógica na escola no nível estadual. Para tanto, à luz dessa plataforma, procura-se discutir sobre quais parâmetros da inovação pedagógica, de base tecnológica, podem alicerçar a educação básica para potencializar o ensino e o direito dos alunos, não apenas chegar até a escola, mas nela incluir-se e nela aprender.

Na sua origem e estrutura formal, o SIGEduc é uma derivação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFRN - SIGAA - implementado a partir de 2006. Foi um processo de avanço gradual situado, à época, em um contexto de pouca atratividade e limitações tecnológicas e infraestrutura em redes. Ao longo de sua trajetória teve avanços bem planejados e com regularidade. Tornou-se um dos fatores-chaves da qualidade alcançada pela UFRN, segundo apontam as avaliações do MEC, tendo conquistado ampla aceitação institucional, com aprovação de 90% dos docentes e alunos. Com o processo de informatização e a qualidade desse sistema, a UFRN triplicou, em pouco tempo, o seu quadro de alunos, mantendo o mesmo corpo de servidores que tinha há 15 anos atrás, fato este que prova a eficiência do uso de soluções informatizadas na gestão pública.

O avanço na gestão da UFRN por meio do SIGAA foi o argumento fundante para a implantação de um sistema semelhante – SIGEduc/RN - na Secretaria de Educação do Estado do RN (SEEC/RN). Esse sistema abrange toda a rede de ensino formada por 608 escolas, 250 mil alunos e mais de 30 mil professores e servidores. A partir de solicitação oficial à UFRN e ao MEC, foi possível sua implementação, iniciada em 2011, por meio da cessão dos códigos-fontes do SIGAA pela Universidade para a SEEC, obtendo apoio financeiro do Ministério de Educação. Na sua vocação social e científica, a UFRN tem adotado o licenciamento de tecnologias como um meio de atender demandas da sociedade, obedecendo rigorosamente os mecanismos previstos na legislação.

O SIGEduc/RN é uma tecnologia de última geração, composto por mais de mil operações e 19 módulos e portais, estando integrado com o Educacenso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, responsável pelas estatísticas e estudos da educação básica. Mantém rica e proveitosa interface com os seus usuários e do ponto de vista tecnológico está baseado em Software livre tipo Java e PostgreSQL. O endereço www.sigeduc.gov.rn.br possibilita o acesso a essa plataforma como instrumento sistêmico, portanto, articulador e gerenciador do conjunto das rotinas do sistema escolar da rede pública do Estado do RN.

Na perspectiva sistêmica o processo educativo não pode ser concebido em parcelas, com partes independentes. Pelo contrário, o fenômeno educativo acontece no contexto de sistemas complexos pois é influenciado pelo desenvolvimento de diferentes esferas que devem compor o todo, o sistema educacional, nutrindo-se de diferentes campos das ciências.

Ao defender a presença da abordagem sistêmica na educação, Farinha (1990) defende que a educação, como fenômeno intrinsecamente humano, torna-se um processo sistêmico a partir das seguintes características: a) o processo educativo é um conjunto de elementos em interação; b) a interação entre os elementos de um processo educativo é constituída

por trocas de informação; c) o processo educativo funciona através de um determinismo circular e bastante complexo.

Do ponto de vista conceitual, a perspectiva sistêmica em educação pode ser definida como orientação teórica prática dos processos de interação e comunicação entre os componentes de um determinado sistema educacional. Essa explicação faz sentido, principalmente quando se objetiva defender a centralidade entre a Inovação Pedagógica de Base Tecnológica e mudanças qualitativas na gestão do processo ensino aprendizagem.

A visão sistêmica aqui tratada concebe o processo pedagógico como um conjunto complexo, no qual cada componente tem sua função e todos são interdependentes. Isso significa que as tecnologias e seu uso são pensados como parte do sistema, integrado às finalidades educacionais, aos conteúdos, aos métodos de ensino, às formas de se avaliar em sala de aula. Por sua vez, isso leva a pensar a inovação no uso de tecnologias, envolvendo todas as categorias do sistema, o que pode potencializar uma nova cultura pedagógica na escola e na gestão dos processos educacionais.

A figura abaixo representa o Menu Principal do SIGEduc/RN com seus Módulos e Portais. No entanto, o estudo detalhará apenas alguns desses itens, a título de exemplo.



No Menu principal do Sistema temos quatro Portais: Gestão Escolar, Professor, Estudantes, Pais ou Responsáveis; e dez Módulos: Central da Matrícula, Diário de Classe, Unidades Escolares, Gestão dos Estudantes, Gestão Curricular, Comunicação com os Usuários, Administração Técnicas, Alimentação Escolar, Transporte Escolar e Ouvidoria.

No portal Gestão Escolar situa-se a Escola Virtual, um espaço pedagógico e formativo, destinado a dinamizar atividades inovadoras do processo ensino aprendizagem numa perspectiva que eleja a criatividade e o protagonismo dos professores e dos alunos como foco em novas epistemologias e didáticas. Esse espaço possibilita a visualização dos estudantes, a comunicação entre eles por meio da troca de mensagens de alunos para alunos, de professores-para professores, de alunos para professores, no formato de fóruns. Permite, ainda, o envio de arquivos, anexos, vídeos, referências bibliográficas e visuais, além de reservar espaços para enquetes, pesquisas, tarefas acadêmico-escolares, aplicação de questionários entre outros instrumentos de coleta de informações. A Escola Virtual deve constituir-se como Espaço Pedagógico de Inovação das atividades didáticas pedagógicas e curriculares.

A implantação do SIGEduc, seguindo os princípios e avanços do SIGAA/UFRN foi pensado para promover avanços significativos em todas as rotinas e sub-rotinas dos pro-

cessos de gestão da educação básica, para lograr qualidade na ponta do sistema (escolas) balizado, de maneira inovadora e inteligente, pelo projeto de educação a ser assumido pela SEEC/RN.

Em seis anos constata-se que a utilização do SIGEduc/RN tem crescido, consideravelmente, como reflexo da aderência do sistema aos processos organizacionais traduzidos pelo seu crescimento com novas operações e novos módulos. A quantidade de transações executadas mensalmente saltou de 5 milhões de requisições/mês, em 2016 para, aproximadamente, 9 milhões em 2017, um aumento de 80% (oitenta por cento) na taxa de uso. O total de entradas dos usuários saltou de uma média de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) entradas por mês em 2016, para uma média de 323.000 (trezentos e vinte e três mil) entradas/mês, um incremento de 29% (vinte e nove por cento). No entanto, no que se refere à essência do processo educativo escolar, o ensino e a aprendizagem, essa dimensão permanece ainda pouco ativada.

Os relatórios técnicos sobre o SIGEduc revelam avanços na dimensão técnica, envolvendo a infraestrutura do sistema de ensino e sua abrangência. Pode-se afirmar que ele já faz a gestão das rotinas técnicas administrativas da SEEC, de maneira inteligente, interativa, e até registrando expressivos ganhos no uso racional dos recursos financeiros. À título de informação serão detalhadas as seguintes funcionalidades:

- *Diários de Classe, on line*. Esse formulário de registro das atividades da sala de aula, no formato impresso, representava milhões de reais, a cada ano, dado o universo de 608 escolas e 250 mil alunos distribuídos em 167 municípios. Por sua vez, transferiu-se para o professor/a a responsabilidade pelo registro das informações, estratégia que promoveu uma maior “sintonia” dos professores/as com as informações por eles/as prestadas. Eliminou-se, portanto, etapas de retrabalho entre o percurso do registro pelos professores, o armazenamento das informações em formulários em papel e a disseminação e visibilidade das informações disponíveis apenas para a escola;
- *O Transporte Escolar* ganhou eficiência e transparência na gestão dessa política nada simples de ser operacionalizada nos 200 dias letivos. Esse módulo envolve a *Gestão de Contratos de Motoristas Terceirizados*, a *Gestão das Frotas e Cadastro de Veículos*, sua vistoria, gestão das rotas, a alocação dos estudantes, os relatórios dos estudantes transportados, a *Gestão dos Convênios* firmados com os municípios;
- *Gestão de Pessoas*. Esse módulo é imensamente estratégico para alocar e acompanhar, de maneira inteligente, os servidores nos diferentes setores da SEEC: técnicos, pedagógicos, administrativos. Esse módulo tem disciplinado a distribuição de todos os servidores, notadamente dos professores e equipes das escolas antes com elevada margem de descontrole acerca da distribuição eficiente e fixação dos servidores no complexo sistema escolar. Também identificou e identifica possíveis vínculos empregatícios ilegais e omissões na prestação de serviços, uma prática recorrente no exercício do serviço público;
- *Georeferenciamento das Escolas*, uma funcionalidade que situa no território do RN todas as escolas, permitindo uma análise espacial destas distribuídas nos 167 municípios e sob a coordenação de 16 DIRECs (Diretorias Regionais da

Educação e da Cultura). No âmbito da interface entre as tecnologias digitais e a inovação, o *SIGEduc/RN* subsidia com seus dados a Plataforma *SGeoL-Educ*, uma ferramenta que insere a educação na perspectiva do território inteligente e sustentável, possibilitando a integração de informações de diversas “camadas”/ áreas (geográficas, demográficas, sociais, culturais, segurança pública, áreas de riscos, saúde etc) com dados educacionais. Essa interface integradora e holística da educação situada no território é parte de um projeto em desenvolvimento e que permite identificar fenômenos que tradicionalmente são observados de maneira unidimensional, passando para uma perspectiva multidimensional em que diferentes “camadas”, além da educacional, conectam-se, interagem e compõem o cenário de fatores que fragilizam a trajetória escolar de grande parte do alunado da escola pública.

- *Programa Nacional Alimentação Escolar* (PNAE), criado em 1955, é o programa socio-educacional com maior história e abrangência no campo de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do país, uma política do governo federal em colaboração com estados e municípios. O SIGEduc faz a gestão de todos os protocolos que garantem o atendimento desse complexo Programa, com eficiência, qualidade e transparência, na execução dos cardápios, compras e armazenamento de alimentos, etc.

No ano cinco (05) do SIGEduc, identifica-se avanços e mudanças significativas na gestão técnica administrativa de todo o sistema educacional. No entanto, a dimensão da Inovação Pedagógica de Base Tecnológica ainda permanece pouco dinamizada e carecendo ser assimilada pelas rotinas dos professores e equipes pedagógicas: um desafio discutido no corpo desse estudo.

Nesse sentido, alguns projetos estão sendo dimensionados para servir como pontes que promovam a passagem da organização didática e pedagógica escolar, apoiada em práticas analógicas, para processo inovador com base tecnológica digital.

Alguns parâmetros balizam essa inovação com vistas a alicerçar uma oferta qualificada da educação escolar, pressupondo resguardar a aprendizagem dos alunos como direito. São mudanças desafiadoras a serem assumidas pelos profissionais da educação e demais interlocutores como a família e a sociedade. Dentre as orientações que o estudo considera passíveis de serem implementadas, situam-se:

- a promoção de uma nova cultura de ensino-aprendizagem, apoiada em conteúdos relevantes, significativos e contextualizados requer levar o aluno a mobilizar o conhecimento de forma criativa, o que exige um currículo diferenciado e com foco em situações problemas advindos de um contexto dado;
- essa nova cultura estará alicerçada na promoção de valores, atitudes e maneiras de agir pautados em capacidades sociais e valorativas que tribuam para o desenvolvimento da cidadania.

Romper com a habitual lógica da transmissão dos conhecimentos curriculares, no âmbito da educação escolar, nos moldes “analógicos”, requer uma redefinição do projeto de educação do país. O atual Plano Nacional de Educação (2014) aponta metas nesse sentido.

Nota Conclusiva

Como já apresentado, o contexto em que se insere a educação básica estadual notadamente no que diz respeito aos resultados das aprendizagens dos alunos, no país e no RN, em particular, é reconhecidamente precário, deficitário e atrasado. Há ausência de iniciativas para analisar, pedagogicamente, problemas relativos às baixas aprendizagens dos alunos, sejam elas sinalizadas pelas avaliações nacionais (Provinha e Prova Brasil/INEP/MEC), sejam as avaliações da própria escola. Estudos pedagógicos sobre os erros dos alunos, suas necessidades cognitivas voltadas para as habilidades básicas da educação básica obrigatória, entre outros, por não serem incorporados na cultura das atividades docentes, precarizam, consideravelmente, a qualidade da educação entregue à população.

Partimos do princípio de que o SIGEduc/RN, mais que uma ferramenta de inovação de natureza digital, de base tecnológica, deve protagonizar os saltos de qualidade no âmbito do processo de ensino-aprendizagem aqui tratados. Esses só se efetivarão quando houver uma ruptura, de natureza dialética, em que as contradições que permeiam o sistema educacional como política pública possam pautar as mudanças no bojo da cultura escolar e, consequentemente, incidir na maneira dos professores pensar e agir assistidos por tecnologias digitais atrativas, mediadoras e inclusivas.

Como explica Bolívar (2006), as mudanças nas escolas não podem ser impositivas, permanecendo à margem da trajetória de vida profissional dos professores, fora de cenários atrativos. Essa situação pode gerar emoções negativas e resistentes. A esse respeito Hargreaves (2003, p.2) também acrescenta: “querer introduzir mudanças, à margem do que os professores e professoras sentem, é introduzi-los/las pela porta falsa e em consequência promover o fracasso”.

Tem-se incorporado esses argumentos, e mais que isso, procura-se implementá-los nos projetos em que se está envolvido no complexo e desafiador trabalho junto aos sistemas de ensino, seus gestores, professores e alunos da educação básica obrigatória, em nosso país. É por essa causa que dedica-se a capacidade de apostar nas mudanças e quebras de paradigma. A educação básica pública, em nosso país, não pode continuar distante e insensível às demandas da sociedade deste século. Não é possível esperar mais!

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) n. 9.394/96*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1999^a.
- BRASIL, INEP/MEC.
- BLANCO, G. R.; MESSINA, G – *Estado del arte sobre las innovaciones educativas en América Latina*. Colombia: Convenio Andrés Bello-UNESCO. 2000.
- BOLÍVAR, A. – Familia y escuela: dos mundos llamados a trabajar en común. *Revista de Educación*. Madrid, Nº 339. p.119-146. 2006.
- CARBONELL, J. – *A aventura de inovar: a mudança na escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

- DARLING-HAMMOND L. – Teacher quality and student achievement: a review of state policy evidence. *Educational Policy Analyses Archives*. Arizona. V. 8, n. 1 (2000) p. 1-44.
- CARRASCOSA, J. A. [et al.] – “Que hacer en la formación inicial del profesorado de ciencias de secundaria?” *Revista Eureka Enseñanza e Divulgación de las Ciencias*. p. 118-133, 2008.
- COSTA, C. A. – *Saberes docentes no planejamento e na atuação em sala de aula de um curso preparatório para exames de avaliação nacional*. UFCG, 2009. Dissertação de mestrado.
- CORREA, T, R, S. *Os reflexos do SAEB/Prova Brasil nas práticas pedagógicas d elingua portuguesa nas escolas municipais de Costa Rica/MS*. UCDB. Campo Grande, Ms, 2012. Dissertação de Mestrado.
- CUBAN, L. *Oversold & underused: Computers in the classroom*: Harvard university press Cambridge, Massachusetts London, England. 2001.
- CURY, C. R. J. A – “Educação Básica como Direito”. *Cadernos de Pesquisa*. V. 38, nº 134 (mai/ago 2008).
- FARIAS, I, M, S. *Inovação, mudança e cultura docente*. Brasília: Liber Livros. 2006.
- GARCIA, W. E. (Orgs) – *Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas*. 3a ed. Campinas: Editora dos Autores Associados, 1995.
- FARINHA, José – *Abordagem sistêmica em educação -uma perspectiva filosófica da Educação*. Disponível em: http://w3.ualg.pt/~jfarinha/activ_docente/famcomintdef/matpedg/fe_tab.pdf. Acesso em: nov. 2011
- HARGREAVES, A.; EARL, L.; RYAN, J. – *Educação para a mudança: recriando a escola para os adolescentes*. Porto Alegre: Artes Médicas. 2001.
- YONG, Zhao – “Conditions for Classroom Technology Innovations”. *Teachers College Record* 104(3):482-515, April 2002.
- LIPOVETSKY, Gilles – *O Império do Efêmero. A moda e o seu destino nas sociedades modernas*. Edição: Dom Quixote, agosto de 2010.
- LOCATELLI, Iza. – “Construção de instrumentos para a avaliação de larga escala e indicadores de rendimento: o modelo SAEB”. *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo, Nº 25. p.3-21 (jan./dez. 2002).
- Núñez, I, B; Ramalho, B. L. – *O contexto da atividade profissional e as condições de trabalho: dimensões do profissionalismo docente*. In PUENTES, R. V.; LONGAREZI, A. M; AQUINO, O. F. (Orgs.) *Ensino Médio: o estado atual, políticas e formação de professores*. Uberlândia: EDUFU, 2012.
- MESQUITA, Silvana. – Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro. V. 20, n. 76, p. 587-606, set. 2012.
- MARCELO, C, G. – “Las tecnologías para la innovación y la práctica docente”. *Revista Brasileira de Educação*. V. 18, Nº 52 (jan/mar. 2013). . 225-234.
- MARCELO, G. C. – “Formalidad e informalidad en el proceso de aprender a enseñar”. *Revista de Educación*. 350 (sept/diciembre. 2009). p.31-55.
- MARTINI, M. L. & DEL PRETTE, Z. A. P. – “Atribuições de causalidade e afetividade de alunos de alto e baixo desempenho acadêmico em situações de sucesso e de fracasso escolar”. *Revista Interamericana de Psicología*. 39 (3) (2005) 355-368.
- RAMALHO, B, L; NÚÑEZ, I, B. – “Diagnostico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares”. *Revista Educação e Questão*. Natal. V. 40, N. 26. Jan/jun 2011. p 69-98.

- RAMALHO, B. L.; NÚÑEZ, I. B; GAUTHIER CLERMONT. – *Formar o professor, profissionalizar o ensino*. Perspectivas e desafios. 2. Ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
- SAHLBERG, Pasi – Finland, Education, and Global Reform - YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=YU1ohChxkec> Nov 19, 2013.
- SANTOS, J, C. – “Avaliação externa e trabalho docente: análise do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica/PROEB”. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Educação e Emancipação Humana. UFSC 2011.
- SOARES, J. Francisco. – “O direito à educação no contexto da avaliação educacional”. Em Aberto, V. 29, Nº 96 (2016).
- SOLIGO, V. – “A ação do professor e o significado das avaliações em larga escala na prática pedagógica”. In WERLE, F. O. C. (org) – *Avaliação em larga escala, foco na escola*. São Leopoldo: Oikos, Brasília: Liber Livros. 2010.
- SOUZA, S, M. – “Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar”. *Cadernos de Pesquisa*. N. 119 (julho 2003).
- STENHOUSE, Lawrence. – *Investigación y desarrollo del curriculum*. Madrid: Morata, 1991.
- TARDIF, Maurice – *Saberes docentes e formação profissional*. 4a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. – *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 6a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- VIANNA, H. M. – “Avaliações Nacionais em Larga Escala: análises e propostas”. *Estudos em avaliação educacional*. São Paulo, n. 27, p.41-76, (jan. /jun. 2003).

Atividade de Trabalho e valor: apontamentos
éticos/políticos e questões epistemológicas

Work and value: ethical/political notes
and epistemological questions

Daisy Cunha

Daisy Cunha, Doutorada em Filosofia (Epistemologia e História da Filosofia) na Aix-Marseille Université, França. Professora Associada da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: daisycunhaufmg@gmail.com.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_19_8

ATIVIDADE DE TRABALHO
E VALOR: APONTAMENTOS
ÉTICOS/POLÍTICOS
E QUESTÕES EPISTEMO-
LÓGICAS

WORK AND VALUE: ETHI-
CAL/POLITICAL NOTES
AND EPISTEMOLOGICAL
QUESTIONS

ACTIVITÉ ET VALEUR
DU TRAVAIL: NOTES
ÉTHIQUES / POLITIQUES
ET QUESTIONS ÉPISTÉMO-
LOGIQUES

Qual a pertinência em pensar o trabalho como produtor de valores na atualidade? O artigo discute implicações atuais entre atividade de trabalho e produção de valor através de revisão teórico-conceitual (conceitos, construtos, redes nocionais) no campo das humanidades. São quatro campos disciplinares (Sociologia, Economia, Direito, Política) nos quais autores seminais são selecionados para pensar a relação trabalho e valor na contemporaneidade. Nesta revisão, observamos que o conceito de trabalho é colocado em questão pela volatilidade do problema da formação do valor econômico na contemporaneidade, onde há uma reestruturação das formas de organização do trabalho e dos modos de produzir bens. Como abordar a questão dos valores, sua produção e circulação, nas reconfigurações atuais do trabalho? A antiga questão do trabalho como fundamento do valor que funda a economia política de Smith à Marx teria ainda alguma pertinência? A também antiga questão das tensões no direito do trabalho entre um direito comercial e um direito social fariam sentido? Conclui-se pela necessidade de repensar as formas de abordar a experiência de trabalho real de modo a dar visibilidade aos conflitos de valor em curso nas situações de trabalho como modo, por excelência, de validar a pertinência do trabalho como produtor de valores.

Palavras-chave: valor, saber, trabalho, atividade, clínicas do trabalho, transformações societárias.

What is the relevance of thinking about work as a producer of values today? This article discusses current implications between work and the production of value through a review of theory and concepts (concepts, constructs, notional networks) in the field of humanities. Several seminal authors have been chosen according to four disciplinary fields (Sociology, Economics, Law, Politics) to reflect on the relationship between work and value in current times. In this review, we have noted that the concept of work is questioned due to the volatility of the problem related to the formation of economic value in the contemporary world, where forms of work organisation and ways of producing goods have been restructured. How do we address the issue of values and their production and circulation in the current work reorganisations? Would the old question of work as the foundation of value that merged Smith's political economy with that of Marx still be relevant? Would the old issue of tensions in the labour law between a commercial right and a social right still make sense? We conclude that it is necessary to rethink the ways in which to approach the work experience so as to give visibility to the ongoing conflicts of value in work situations as a way, par excellence, of validating the relevance of work as a producer of values.

Keywords: value, knowledge, work, activity, work clinics, corporate transformations.

Quelle est la pertinence de penser au travail en tant que producteur de valeurs aujourd'hui? L'article discute des implications actuelles entre l'activité professionnelle et la production de valeur par le biais d'une révision théorique-conceptuelle (concepts, constructions, réseaux théoriques) dans le domaine des sciences humaines. Il existe quatre domaines disciplinaires (sociologie, économie, droit, politique) dans lesquels des auteurs séminaux sont choisis pour réfléchir à la relation travail-valeur dans la contemporanéité. Dans cette revue, nous observons que le concept de travail est mis en cause par la volatilité du problème de la formation de la valeur économique dans le monde contemporain, caractérisé par une restructuration des formes d'organisation du travail et des modes de production des biens. Comment aborder la question des valeurs, de leur production et de leur circulation, dans les reconfigurations actuelles du travail? La vieille question du travail en tant que fondement de la valeur qui a fondé l'économie politique de Smith sur Marx était-elle toujours d'actualité? La vieille question des tensions en droit du travail entre droit commercial et droit social a-t-elle un sens? Il conclut par la nécessité de repenser les approches d'une expérience de travail réelle afin de donner une visibilité aux conflits de valeurs en cours dans les situations de travail en tant que moyen, par excellence, de valider la pertinence du travail en tant que producteur de valeurs.

Mots-clés: valeur, connaissances, travail, activité, stages de travail, transformations de la société.

1. Introdução

A necessidade de pensar o domínio dos valores no trabalho emergiu quando buscamos conhecer, na experiência europeia de certificação, especialmente a francesa, a literatura sobre produção de saberes na experiência laboral, bem como dispositivos de sistematização, formalização e validação dos mesmos¹. O problema dos saberes produzidos na experiência de trabalho e do seu estatuto epistemológico, prático e político está fortemente imbricado ao problema dos direitos socioeconômicos do trabalho, mas traz consigo demandas sociais pelo reconhecimento social dos saberes dos trabalhadores. Discutir a questão dos saberes desenvolvidos na experiência de trabalho requer também enfrentar questões relativas aos valores individuais e coletivos de trabalhadores. Esta questão epistemológica permite repensar políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos, dispositivos de certificação profissional e ocupacional, articuladas às classificações de ocupações, profissões, carreiras e competências apresentadas nos locais de trabalho.

Observando as situações de trabalho, perscrutamos que transformações em curso nos setores público e/ou privado, no setor de transformação de bens, de serviços e/ou produções, no terceiro setor, e/ou na chamada *economia solidária* no último quartil do século passado, reconfiguram, mas não eliminam, a questão da produção de valores pelo trabalho, convidando-nos a pensar no assunto.

Uma tensão axiológica atravessa as situações reais de trabalho. Para esta tensão, contribuem as transformações nas formas de organizar o trabalho, mas também novas clivagens intraclasses, de gênero, étnico-raciais e geracionais nos impedem de pensar valores em termos de blocos de classes sociais. O estabelecimento de uma perspectiva clínica se faz necessário para considerar a experiência singular do sujeito individual e/ou de pequenos coletivos de pertinência relativa nos locais de trabalho.

Como o problema se coloca na literatura especializada? Nosso projeto de pesquisa² se propõe revisitar, de modo sucinto, as bases fundamentais do pensamento clássico sobre trabalho e valor, no campo das ciências humanas, bem como teses contemporâneas sobre as relações trabalho valor nas chamadas 'ciências do trabalho' (sociologia, economia, direito e política) de língua francesa, em especial aquelas atinentes à produção de valores no trabalho do ponto de vista das 'clínicas do trabalho' (abordagens ergonômica, ergológica e clínica da atividade). O objetivo central deste artigo, entretanto, é sistematizar bases teórico-metodológicas iniciais para compreender o trabalho dos valores nas atividades industriais e o problema de sua pertinência como objeto teórico na contemporaneidade.

Se, como nos ensina Schwartz, o conceito é uma potencia universal, como as chamadas 'ciências do trabalho' vêm compreendendo o trabalho dos valores na produção e circulação de bens na contemporaneidade? E como tratar o problema através de categorias desenvolvidas em campos disciplinares específicos que, certo, nos permitem compreender algumas dimensões do fenômeno, mas, certamente, não permitem ver nuances e incomensurabilidades, muitas vezes estruturantes de um *fato social*

¹ *A experiência entre o industrial e o lingüístico: produção, formalização e validação de saberes sobre trabalho* CAPES, 2009; FAPEMIG, 2010-2014.

² Pesquisa de Pós-Doutoramento em Sociologia Econômica na Université de Paris Ouest-Nanterre/La Défense, 2016-2017.

total, como é o trabalho, no que ele é atravessado de modo constituinte por valores, dimensionáveis quantitativamente e não dimensionáveis por seu aspecto qualitativo, mas profundamente imbricados nos saberes do exercício de qualquer ofício? Toda comensurabilidade conceitual é relativa *in locu*. E assim como não podemos separar saberes e valores, também não podemos separar trabalho e valor impunemente, sem que isto tenha efeitos colaterais para nossa compreensão do trabalho real. Resta saber o que vai nos interstícios dos construtos produzidos nestes campos de saber eleitos para estudo, pois, pesquisadores clínicos que somos, obrigados ao terreno para compreender o trabalho real, diante de uma tal problemática, somos reenviados ao debate em vários campos do saber nas ciências humanas.

Várias pesquisas evidenciam as tensões que permeiam a discussão/negociação dos valores que se operam quando o trabalho é tomado do ponto de vista das atividades de trabalho real. Poderíamos aqui citar o exemplo do debate sobre ‘carga de trabalho’ de docentes no contexto do Ensino Superior privado cujas ações já se encontram sendo negociadas no mercado³. Há uma economia institucional que organiza o trabalho a ser feito, e os valores abstratos da esfera mercantil se expressam nela, mas há também um *uso de si* fundado em outra economia pessoal que marca/estrutura a relação dos indivíduos e grupos no ofício de educar. Estas lógicas se implicam mutuamente, convocando engajamentos individuais e coletivos nas situações de trabalho docente. Valorizando os saberes a serem evidenciados. Configurando-reconfigurando, amalgamando valores mercantis e do bem comum.

Como então abordar a questão dos valores, sua produção e circulação, nas reconfigurações atuais do trabalho? A antiga questão do trabalho como fundamento do valor que funda a economia política de Smith à Marx (MARX, 2010; FERREIRA, 1992) teria ainda alguma pertinência? Algum autor, algum campo disciplinar estabilizou uma resposta definitiva? A também antiga questão das tensões no direito do trabalho entre um direito comercial e um direito social fariam sentido? Ela não parece se esvanecer reabrindo o problema do que seja, finalmente, o trabalho? Paradoxalmente, ao querer pensar a relação trabalho-valor, somos impelidos à definir o que denominamos de valor, mas constrangidos à refletir paralelamente sobre como definimos trabalho, pois esta última definição é central no que ela pode nos contar sobre o que está em produção e circulação nas atividades laborais.

2. Do multi, do inter e do transdisciplinar quando o foco é trabalho

Nas abordagens do tipo multidisciplinar dividimos o objeto em suas múltiplas dimensões para estudá-las no recorte específico de cada disciplina, segundo protocolos disciplinares que são os seus – o objeto é dividido em suas diversas dimensões para que possam ser estudadas pelas disciplinas constituídas, aliás, as disciplinas nascem no recorte mesmo de dimensões específicas nos acontecimentos e fenômenos humanos. Em projetos de pesquisa multidisciplinares, as mais diversas disciplinas cooperam em um único projeto, mas cada qual trabalhando um aspecto do objeto com seus protocolos científicos. Mas, atender à um

³ Sirley Araújo. Gestão da Carga de Trabalho nas nervuras do ofício docente no Ensino Superior privado. Belo Horizonte: PPGE/UFMG, 2015.

recorte disciplinar específico não eliminaria a possibilidade de um tratamento mais global do problema das tensões dos valores na experiência de trabalho na contemporaneidade?

Numa perspectiva um pouco mais avançada, observemos o aspecto multidimensional do fato trabalho pelo olhar plural e interdisciplinar de Otávio Dulci (2003, p.13):

a questão do mercado de trabalho, abordada sobretudo pela Economia, entende-se para a área educacional, de treinamento e qualificação dos trabalhadores. Já as relações de trabalho, o processo de trabalho, o seu ambiente social, bem como o desenvolvimento das profissões, são preocupações eminentemente sociológicas, mas que interessam muito aos historiadores (História Social). As implicações do processo de trabalho, por sua vez, se desdobram nos campos da Engenharia (Ergonomia, por exemplo) e da Medicina, ao lado de outras áreas clínicas, como a Psicologia, a Enfermagem e a Terapia Ocupacional. Trata-se aí, dos problemas relativos à saúde, aos acidentes de trabalho, às doenças ocupacionais, às atividades insalubres. Além disso, o trabalho tornou-se, com o tempo, um campo relevante de codificação e análise jurídicas (Direito do Trabalho). Os direitos trabalhistas representam um avanço significativo da cidadania ao longo do século XX, embora abalados pelo desemprego estrutural, fruto da expansão tecnológica, pela precarização do trabalho e pela informalidade. Essas questões que conhecemos bem no Brasil e que têm a ver com a dinâmica do mercado de trabalho, o que nos traz de volta à esfera econômica. E envolvem, obviamente, considerações políticas, tendo em vista as políticas de emprego e renda que passam contrabalançar os problemas sociais gerados pelo mercado.

O trabalho aqui é tratado como um fato multidimensional que pode ser lido em suas múltiplas dimensões a partir de campos disciplinares diferentes, mas que pode guardar estreita relação pelas interfaces dos recortes disciplinares. Um único fato do trabalho pode ser representado de maneiras diferentes em função do enfoque dado de um ponto de vista disciplinar, mas a abordagem de um aspecto pode nos abrir as portas ao entendimento de aspectos a ele relacionados. Assim, todo assunto milimetricamente recortado, tem interfaces com diversos outros.

A produção do conhecimento sobre o trabalho humano - fenômeno social multidimensional - nem sempre esteve situada na confluência dos diferentes campos disciplinares citados por Dulci. Os conhecimentos nem sempre foram produzidos nas interfaces das disciplinas científicas tradicionais e consolidadas. Mas tais interfaces se mostram muito profícuas quando necessitamos compreender o trabalho.

Numa perspectiva mais avançada, nós poderíamos pensar as potencialidades abertas por uma interdisciplinaridade onde há situações em que uma disciplina nova adota métodos de outra mais antiga, mas ainda ocorre a manutenção da fonte disciplinar. Ou quando associamos disciplinas em seus patrimônios e protocolos em uma pesquisa colaborativa sobre determinado assunto cuja explicação exige tal colaboração. Nesse sentido, um passo adiante poderia ser o esforço em reunir, reintegrar tais dimensões divididas anteriormente. A abordagem interdisciplinar se caracteriza pela partilha de um objeto comum resguardando às especialidades suas especificidades mas já numa tentativa de unificação para se gerar um conhecimento novo sobre o mesmo.

Mas, ainda assim, das passagens e interfaces a explorar entre as disciplinas, nosso trabalho de pesquisador não está completo quando se trata de compreender o trabalho humano,

quando se trata de produzir saberes sobre o trabalho do outro. Para aqueles que buscam compreender o ponto de vista da atividade, vários problemas emergem. É que, compreender a experiência de trabalho na contemporaneidade, os valores que a atravessam, vem exigindo observar sua complexidade numa abordagem de conjunto dos aspectos sócio-culturais, políticos, biológicos, psicológicos, econômicos e jurídicos, mas considerando tais realidades no espaço e no tempo, ou seja, de modo situado. Mas onde e como recortar a temática das relações intrincadas entre trabalho e valores?

Na lida com a totalidade concreta do trabalho, o que exige evidenciar passagens secretas entre estes recortes disciplinares, assumir objetos obscuros, vasculhar possibilidades escondidas no compartilhamento dos métodos próprios de cada campo disciplinar, além de buscar gerar procedimentos extra-metódicos na geração de novos saberes sobre realidades ainda não investigadas no trabalho. Esse movimento interroga campos disciplinares constituídos, mas ele não avança na construção de conhecimento novo caso não parta da experiência real de trabalho.

A perspectiva *transdisciplinar* aparece como um desafio posto aos estudos sobre trabalho humano onde a meta seria instaurar uma metodologia unificada para pesquisar nessas interfaces, zonas de ignorância das ciências. Mas como poderíamos conceber esse transdisciplinar? Se tomarmos a perspectiva de Domingues, teremos que o prefixo *trans* nos remete a duas acepções: “através”, “passar por” e também “para além”, “passagem”, “transição”, “mudança”, “transformação”, entre outros. O transdisciplinar fala de conhecimentos gerados na transmutação ou no traspassamento das disciplinas que se freqüentam ou se aproximam. Para o autor,

além de sugerir a idéia de movimento, da freqüentação das disciplinas e da quebra de barreiras, a transdisciplinaridade permite pensar o cruzamento de especialidades, o trabalho nas interfaces, a superação das fronteiras, a migração de um conceito de um campo de saber para outro, além da própria unificação do conhecimento [...] Trata-se, portanto, de uma interação dinâmica contemplando processos de auto-regulação e de retroalimentação e não de uma integração ou anexação pura e simples (DOMINGUES, 2005, p.10).

Como exemplo de estudos transdisciplinares, lembramos as novas necessidades postas pela pesquisa na área da biologia focalizadas no novo curso de Doutorado em Bioinformática da UFMG que associa Biologia, Ciências Exatas e Engenharia. O objetivo é formar profissionais capazes de processar dados necessários para desvendar códigos genéticos (seqüenciamento de genomas) em seres humanos e animais. A participação em pesquisas integrantes do Genoma brasileiro demanda aos biólogos competências na área de informática ou no mínimo com competências para trabalhar com profissionais que criam e decifram códigos de informática (Revista Diversa, 2003).

É nesta perspectiva teórico-metodológica dos estudos inter e transdisciplinares e nesta conjuntura sócio-econômica e cultural de crise do trabalho que reabrimos o debate e desejamos examinar o problema do trabalho enquanto produtor de valor na contemporaneidade, dialogando com obras seminais em quatro campos disciplinares: direito, economia, sociologia e política. É em meio ao debate sobre o fim do trabalho e as urgências da questão social, às novas formas de produção, de remanejamento produtivo entre empresas e países, à introdução de novas tecnologias produtivas, que recolocamos interrogações sobre a pertinência de se pensar o trabalho como produtor de valores.

No caso dos estudos sobre trabalho, pensamos que uma abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar podem sim nos conduzir a um esforço investigativo centrado em conceitos já formulados pelos campos disciplinares. Voltando a Ivan Domingues temos que a perspectiva transdisciplinar nos coloca a missão de “evidenciar as pontes secretas dos campos do conhecimento; as passagens desconhecidas das teorias; as operações escondidas compartilhadas pelos métodos; os procedimentos extra-metódicos da geração do conhecimento (...) (DOMINGUES, 2005, p.10).

Mas seria o caso de nos perguntarmos se essa perspectiva, centrada num movimento entre disciplinas será suficiente para compreender e explicar as atuais configurações do trabalho e, em que, tais reconfigurações repõem o problema da produção de valor. No momento em que escrevemos este artigo, pontuamos problemas teóricos nos campos disciplinares relacionado acima e apresentamos reflexões teórico-metodológicas para uma abordagem do trabalho real - trabalho em atos, estruturados por juízos de valor.

À moda de George Canguilhem (1966), o que parece um problema resolvido, será aqui reaberto e re-interrogado à luz dos debates dos principais autores destes quatro campos do conhecimento. Queremos recolocar o problema das implicações e pertinências entre trabalho e produção de valores, reabri-lo ao debate, mais que fechá-lo, reforçando não apenas a exigência transdisciplinar, mas as convocações do presente das atividades reais de trabalho que abordamos em nossas pesquisas.

3. Crise das políticas sociais e dos direitos do trabalho na contemporaneidade

Vivemos um contexto complexo no qual questões políticas, sócio-econômicas e culturais se realinham nos países mercantis e de direito onde o capitalismo viveu seus anos de ouro no pós II Guerra. Nas transformações sócio-econômicas e políticas em curso, constata-se diversificações crescentes nas formas de contrato/emprego: individualização com flexibilização de direitos⁴. Tais transformações colocam na ordem do dia uma crescente individualização nas relações de trabalho a ponto de se interrogar a pertinência do campo direito do trabalho. A compreensão dessa nova realidade tem levado a novos contornos do trabalho no espaço da cidade⁵: que novas configurações assume o trabalho no espaço urbano e rural? Quais efeitos da crescente des-regulamentação do liame empregatício para o mercado de trabalho brasileiro onde sempre esteve presente, em grandes proporções, o trabalho informal?

As novas configurações do trabalho têm tornado opaco o direito do trabalho, acarretado mais obscuridade ao que seja subordinação jurídica e um enquadramento legislativo respondendo ao conjunto das necessidades de todos os trabalhadores torna-se necessário. Mas existe muito a fazer para cobrir todas as formas de trabalho remunerado, entre estes o

⁴ Cf. para compreender a fragmentação da força de trabalho: David Harvey, *A condição Pós-Moderna*, São Paulo: Loyola, 1989; sobre a nova desfiliação social a que são submetidos àqueles que vivem do trabalho ou desempregados, ver Robert Castel, *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*, Rio de Janeiro: Vozes, 1998; para verificar formas heterogêneas de inserção no mercado de trabalho brasileiro ver Maria Cristina Cacciamali, *Informalidade, flexibilidade e desemprego – necessidade de regras e de políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania*, GEOUSP-FFLCH/USP, SP, vol.10, p.77-90, 2001..

⁵ Cf. Magda Neves, J. Jaime e P.Zambelli, *Trabalho e cidade: os camelões e a construção dos shoppings populares de Belo Horizonte*, 2006 (no prelo).

trabalho independente e o trabalho ao domicílio, bem como todas as formas de trabalho não remunerado (entre elas as tarefas domésticas e as atividades benevolentes). Veja, por exemplo, a discussão em torno da tradicional dicotomia entre trabalho autônomo e trabalho subordinado (impasses muito presentes no enquadramento jurídico de trabalho ditos *intelectuais*)⁶, ou o debate jurídico entre relações de trabalho e relações de consumo⁷.

As transformações sócio-econômicas recentes têm trazido dificuldades também para o campo da economia onde, por exemplo, é necessário hoje especificar que no seio da “população ativa” existem contingentes de pessoas que estão em exercício profissional e outras “sem atividade” (desempregados), mas que se encontram aptas a exercê-lo. Ou no setor serviços onde o produto do trabalho é uma realidade impalpável, para discernir, delimitar e qualificar o trabalho realizado, trabalho fornecido (GADREY apud SCHWARTZ, 2000).

Como sabemos, essa nova informalidade e precarização se expressam de maneira forte no terceiro setor, nas suas diversificadas formas organizacionais (ONG's, cooperativas, formas geral de empreendedorismo). Uma conseqüência imediata dessas transformações societárias é o enfraquecimento das ações coletivas de tipo sindical (ator político e social). Desse enfraquecimento advêm novas dificuldades e fragilidades no tratamento dos direitos do trabalho.

Contatam-se mudanças profundas na organização dos tempos associada à conseqüente des-territorialização dos locais de trabalho. Diversificam-se *sujeitos*. Alteram-se conteúdos das tarefas nas funções, nos postos de trabalho: terciarização da economia⁸, trabalho imaterial⁹.

Tais transformações também trazem constrangimentos para o emprego do termo subordinação jurídica, na medida em que o mesmo é estruturante das relações de trabalho, mas guarda imprecisões ao ser aplicado na análise dessa subordinação nas situações concretas de trabalho, pois as mesmas estão permanentemente em movimento, inclusive porque que são parcialmente recompostas pelas lógicas da *atividade industrial* dos trabalhadores. A nova realidade sócio-econômica que associa reestruturação produtiva (mudanças advindas principalmente da introdução de novas tecnologias no processo de trabalho), reformas neoliberalizantes do Estado e globalização econômica têm evidenciado e reforçado a imprecisão dos limites de tal subordinação jurídica ao reafirmar a inseparabilidade entre a força de trabalho e o ser humano que a possui, recolocando no horizonte o debate em torno dos direitos do trabalho e de cidadania daqueles que vivem do trabalho.

Observando essa reconfiguração no espaço social, Schwartz (2000) lembra que o direito do trabalho é um dos aspectos intermediário e revelador das circulações e/ou conflitos de valores entre as organizações de trabalho e a esfera política e jurídica. Ele diz respeito sim às relações de uso da força de trabalho se inscrevendo entre as requisições do mercado e as novas normas e valores presentes nas políticas sociais a regulamentar as formas de uso dos trabalhadores, mas ultrapassa em muito os problemas relacionados aos interesses em torno da codificação das relações profissionais.

⁶ Cf. Alice M. de Barros, *Trabalhadores intelectuais*, Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª.Região, n.69, jan/jun., 2004.

⁷ Cf. Paulo G.A.Merçon, *Relação de trabalho – contramão dos serviços de consumo*, Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª.Região, n.72, jul/dez, 2005.

⁸Cf Projeto de Pesquisa e Formação Técnica “Desenvolvimento Tecnológico e Modernização do Setor Terciário Brasileiro”, DIEESE/CESIT-UNICAMP/CNPq, 2003-2004.

⁹ Cf. Antônio Néri, *O trabalho imaterial*, Editora DP&A, 2005.

Tomado em sua especificidade, o direito do trabalho tem uma contradição fundamental herdada, por um lado, de seu enraizamento inicial no direito comercial (alguém compra e alguém vende a força de trabalho) e, por outro lado, no direito fundamental pelo qual o ser humano é considerado *mercadoria* não comercializável. O direito do trabalho é a tentativa de encontrar um equilíbrio entre essas duas contradições e a relação de forças entre grupos sociais e seus interesses.

Há aqueles que argumentam que compramos uma força de trabalho e não um ser humano. Essa argumentação funda no campo do direito do trabalho a ideia de subordinação jurídica - contrato entre duas pessoas pelo qual uma delas se coloca sob comando de uma outra para execução de uma atividade remunerada (SUPIOT, 1994). Essa subordinação jurídica do trabalhador se coloca muitas vezes em contradição com os demais direitos de cidadania. Os debates que permeiam os conflitos jurídicos em torno dos acidentes de trabalho no Brasil elucidam bem a que ponto pode chegar tais contradições¹⁰. Estas contradições podem ter se amortecido num período histórico recente, principalmente em países onde houve evolução dos contratos individuais para a lógica da contratação coletiva do trabalho (SUPIOT, 1994). No caso da experiência brasileira seria necessário fazer um balanço desta evolução para contratos coletivos: podemos considerar em geral que passamos de contratos individuais à contratação coletiva em algum momento de nossa história?¹¹

Robert Castel analisa a genealogia das sociedades do trabalho assalariado (1998) pontuando a crise atual do emprego e dos direitos a ele associados num contexto social de crescentes incertezas (2009). O autor pontua a ‘desfiliação’ de um sistema de proteção configurados em convenções coletivas, regulações públicas do direito do trabalho e da proteção social.

O próprio direito social se particulariza, se individualiza, pelo menos à medida que uma regra geral pode individualizar-se. Assim, o direito do trabalho, por exemplo, se fragmenta, recontratualizando-se ele próprio. Aquém das regulações gerais que dão um estatuto e uma identidade forte aos coletivos de assalariados, a multiplicação das formas particulares de contratos de trabalho ratifica a balcanização dos tipos de relação com o emprego: contratos de trabalho por tempo determinado, interino, de tempo parcial etc. As situações intermediárias entre emprego e não-emprego também constituem objeto de novas formas de contratualização: contratos de volta ao emprego, contratos emprego-solidariedade, contratos de reinserção em alternância...estas últimas medidas são particularmente significativas da ambiguidade dos processos de individualização do direito e das proteções (CASTEL, 1998: 607).

Esta ‘(des)institucionalização’ de uma malha de proteção social e dos direitos do trabalho associados a regimes de individualização crescente exigem do trabalhador mais que saber trabalhar, saber se vender num mercado flutuante e inseguro. Os estudos de

¹⁰ Cf Adib Pereira Netto Salin, A teoria do risco criado e a responsabilidade objetiva do empregador em acidentes de trabalho, Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª. Região, n.71, jan-jun, 2005.

¹¹ Cf aspectos interessantes da experiência com a contratação coletiva de trabalho no ramo metalúrgico em Caio Galvão, *Sindicalismo e negociação coletiva na contracorrente dos anos 90: a experiência dos metalúrgicos de Minas Gerais*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2001.

Alain Supiot (2004) trazem um quadro da evolução dos dispositivos de trabalho para além do emprego assalariado (proliferação de contratos atípicos, formas intermediárias entre inserção, formação e emprego, formas de emprego que separam trabalho e atividades...), desvelando o que vem a ser este esfacelamento atual do direito do trabalho, e trazendo, no limite, desafios para a rede de proteção social na França e nos países europeus: proteger as pessoas face aos riscos, sustentando-lhes no exercício de suas liberdades.

A grande questão que Dominique Méda (1995) se coloca então, no contexto deste (des)assalariamento de perda de direitos sociais e do trabalho experimentado pela sociedade francesa do final do século passado cuja genealogia fora tão bem explicada por Robert Castel, é: como viemos a considerar o trabalho e produção como o centro de nossa vida individual e social? Em síntese, como o trabalho veio a ser um valor permanente de realização pessoal no centro das formas de integração social. E, que futuro podemos vislumbrar para esta atividade num futuro próximo? O debate sobre o fim da centralidade do trabalho como fator essencial de integração se religa às reflexões sobre os novos fundamentos a serem pensados para a questão social, aqui compreendida como campo de direitos que se consolidam desde a emergência da modernidade.

Teorias econômicas, sociais e políticas são, neste contexto, interrogadas enquanto representações que a sociedade tem sobre o trabalho. O trabalho é, paradoxalmente uma categoria considerada central antropológicamente, produtor de relação social, mas quando tomado em sua forma mercantil, assalariada e abstrata, considerado castrador das liberdades criadoras do homem. No que convergem todas as tradições do pensamento ocidental, sejam elas cristãs, marxistas e humanistas. Por outro lado, alguns autores chamam atenção para a irredutibilidade das relações sociais ao trabalho como o conhecemos. Àquelas não se esgotam ou poderiam ser fundamentadas apenas neste. Entre estes autores estão Habermas, Clauss Offe, Ralf Dahrendorf na Alemanha e André Gorz na França.

As soluções para sair desta crise de sociabilidade fundada nas relações laborais são buscadas, primeiramente no poder público, para Castel (1998) cabe ainda ao Estado ser fiador do pertencimento de todos a uma mesma sociedade: numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo, não há coesão sem proteção social (p. 610). Já Dominique Méda (1995) propõe ‘desencantar’ o trabalho – rever sua organização e distribuição do tempo - buscando outros vínculos que possam fundar uma relação social de tipo novo baseada em atividades que não de caráter laboral-productivo. Alain Supiot, por sua vez, atento ao campo dos direitos do trabalho e suas metamorfoses atuais, propõe ampliação da solidariedade social através da sustentação o longo da vida dos trabalhadores de suas capacidades, inclusive de decisão sobre seu destino profissional, mantendo o que é fundador do direito do trabalho: *a proibição de tornar responsável por sua própria sorte aquele que não tem os meios concretos de exercer sua liberdade* (2004, p.124).

4. Reencontrar o trabalho na contemporaneidade

Partindo de temas e problemas particulares, diversos estudiosos do trabalho em campos disciplinares diferentes vêm abordando aspectos das transformações em curso (mutações, qualificação, emprego, saúde, autogestão, participação, serviços etc.) sob uma mesma

perspectiva: àquela que inclui o ponto de vista daquele que trabalha. Este interesse renovado tem implicado um distanciamento crítico das abordagens clássicas da sociologia do trabalho, da economia e do direito do trabalho. Mas não implica abandonar seus problemas, em especial as questões macrossociais ou estruturais, ao contrário, impõe-se uma articulação entre aspectos micro e macro da realidade social. Vejamos três perspectivas nesta inflexão crítica.

4.1 A sociologia em face da experiência

Face às transformações no trabalho real, coloca-se o confronto permanente dos saberes nas fronteiras da sociologia, economia e filosofia política. É o que faz Zarifian (1997) ao pontuar as dificuldades e desafios postos à sociologia do trabalho em razão do conceito de trabalho com o qual a mesma se instituiu e às crescentes implicações éticas embutidas nos novos modelos de gestão empresarial.

Ao denominar como “sociologia crítica” aquela que é capaz de criar novos conceitos teóricos a partir da confluência de confrontações de interesses dos diversos grupos sociais – “sociologia da confrontação”, Zarifian mostra quão refém esteve a sociologia do trabalho que emerge nos anos 50-60 do conceito de trabalho desenvolvido pela economia clássica. Nesta última o trabalho é “realização de um conjunto de operações elementares de produção que podem ser objetivadas e definidas de maneira precisa, independentemente da pessoa que vai realizá-las (...) seqüência de operações objetiváveis”(1997, p.75).

Segundo o autor, o conceito herdado da economia clássica permitiu o desenvolvimento de uma sociologia do trabalho que pode criticar o taylorismo, a divisão capitalista do trabalho, falar dos atores sociais, das relações de trabalho, da regulação social, mas não permitiu a essa disciplina cunhar um conceito capaz de captar realidades fundamentais do trabalho inovando na abordagem da produtividade, do “valor” e da compreensão do lugar do indivíduo na produção. Entretanto, vê uma saída para crise teórica na qual se encontra essa sociologia, na emergência do “pós-taylorismo”. Neste novo momento da organização industrial do trabalho, haveria um duplo deslocamento na materialidade das atividades de trabalho abrindo novas possibilidades conceituais para a sociologia.

Que deslocamentos seriam estes? Primeiramente, a ocorrência dos *eventos* qualificados como situações que se produzem de maneira não prevista e não-rotineira, como uma pane de sistema técnico, um problema de qualidade, etc. e que exigem um engajamento por parte de quem trabalha para agir neles com competência e em segundo lugar, o fortalecimento da dimensão de prestação de serviço a um destinatário (interno ou externo à produção) que pressupõe atendimento particularizado e *just-in-time* das demandas dos clientes. Haveria então uma “intelectualização” das formas laborais e isso enfraqueceria o conceito econômico de trabalho que tem sido hegemônico na literatura especializada. Nessa tendência, o trabalho propriamente dito e o trabalhador, anteriormente separados pela definição econômica do trabalho, tornam-se reunificados.

Finalmente, em todos os setores produtivos mais avançados em termos tecnológicos, observa-se uma ‘intelectualização’ crescente a demandar outras competências do trabalhador. Para Zarifian (1997, p. 112-113), organizações qualificantes são aquelas nas quais o trabalhador aprende em todos os níveis, logo se qualifica em contato com as situações

de trabalho uma primeira forma de aprendizagem consiste em explorar sistematicamente os *eventos* relativamente imprevistos, que podem sobrevir em uma situação de trabalho, de modo a compreender suas causas e implicações e, como consequência, aprender coisas novas. Para o autor, esse momento exige diálogos interdisciplinares para um desvelamento da caixa preta trabalho.

A pluralidade de perspectivas, de paradigmas e de objetos de estudo sobre trabalho humano, nas duas últimas décadas do final do século XX, representaria maturidade científica, ou um atestado de crise na sociologia do trabalho? É esta questão que dá origem ao balanço crítico realizado por François Dubet (2001). O autor sublinha ainda que nessa tendência à diversificação crescente, os estudiosos do campo partilham uma visão comum quanto ao declínio do trabalho como o centro da vida social na sociedade industrial. Mas para Dubet, se é verdade que o trabalho se transforma, não há indícios do fim do trabalho e sim da representação sobre trabalho que imperou nos últimos 30 anos. A sociologia teria sido uma forma particular de filosofia social que percebeu a modernidade como um processo de integração, de racionalização e de institucionalização no qual a divisão do trabalho foi um dos elementos estruturantes.

Dubet fundamentará suas análises nas transformações do trabalho pressupondo um aprofundamento da racionalização do mundo anunciado por Max Weber (2003). A fragmentação dos elementos que compõem a vida social e que organizam a ação em nossas sociedades atuais - a economia, a cultura e a política - não formam mais um sistema, o que explica a fragmentação das situações de trabalho. Estaríamos vivendo num mundo esquizofrênico onde o mundo vivido e a organização social, a subjetividade e a racionalidade, o mundo da economia e aquele da cultura estão em confronto, onde os critérios de justiça não podem mais ser homogêneos. Uma mutação profunda estaria quebrando progressivamente a identificação da sociedade ao modelo Estado-nação. Essa tendência acarreta um estilhaçamento e conseqüente complexificação das situações e atividades de trabalho. O estatuto social, a atividade de trabalho, a qualificação, o sentido atribuído ao trabalho estariam se apresentando como elementos separados aos estudos sociológicos. Mais que o efeito dessa crise da modernidade, o estilhaçamento das situações de trabalho, a distância entre o estatuto e o trabalho real, representariam essa mutação profunda na modernidade. E no trabalho, de modo especial, se enfrentam sem jamais se reconciliar a subjetividade da ação e as racionalidades dos sistemas técnicos, econômico, jurídico.

Neste contexto, o estatuto do trabalho se transformou, mas a experiência guarda o essencial de suas 'funções': constitui identidades; sua ausência oferece fortes crises de pertencimento social aos desempregados; nenhuma forma de estágio ou programas de inserção preenchem o vazio deixado por esta experiência possibilitando a adultificação dos jovens; permite um 'salto sociológico' na medida em que consiste em pagar sua dívida, depender somente de si mesmo – fonte de satisfação individual, mas que solidariedade de classe, base de uma autonomia social, modo de expressão de si (os estudos sobre stress e sofrimento atestam esse fato); continua fazendo entrar os sujeitos num universo de justiça onde certos bens e direitos são assegurados aos indivíduos em função do que fazem. Nesse contexto ainda, o encontro entre o trabalhador e o trabalho ocorre em situações laborais mais complexas, aleatórias e heterogêneas face à evolução dos sistemas técnicos e organizacionais. Essa nova realidade estaria demandando uma abordagem a partir das dimensões que estruturam a experiência do trabalhador. Experiência de trabalho

integradora, estratégica e que o coloca à prova de os vários elementos que compõem o trabalho e que vêm se esfacelando progressivamente: “a unidade da experiência do trabalho não é dada nem por um papel, nem por uma organização, ela é produzida pelo ator a partir dos recursos que ele dispõe. Neste sentido o trabalho é também um trabalho sobre si, uma construção de si no trabalho, a confrontação de um sujeito às coerções impostas pelas diversas racionalidades que constituem a situação de trabalho” (DUBET, 2001, p. 32; 2006). Dubet finaliza apresentando à sociologia do trabalho o que deveria ser sua questão central: que tipos de atores e sujeitos emergem destes encontros?

4.2 Em busca de um valor-trabalho

Os estudos na produção de uma indústria de processamento contínuo no sul da França, levou François Vatin (2002) a refletir sobre as novas formas técnicas, os arranjos produtivos e as relações laborais, desvelando as reconfigurações do trabalho na atualidade. A problemática econômica da formação de valores (2009) interpela também a sociologia do trabalho (2003) quanto ao equívoco em não considerar o trabalho como produtor de valor: seja porque ela já não tem as mesmas requisições físicas da era analógica (concepção energética do trabalho; trabalho como dispensa de energia) em uma economia terciarizada; seja porque ele não seria mais o elemento integrador das relações sociais em função da desregulamentação do mercado laboral. O autor nos convoca então a pensar que ainda é o caso de abordar o problema do valor do trabalho pela produção de valor que o mesmo engendra.

Esta questão o leva aos auspícios do pensamento econômico francês entre 1780 e 1830 onde pesquisadores da economia e da física partilham uma ideia de trabalho como energia dispendida no exercício de um esforço fundando um ideal mecânico de trabalho em economia e nas ciências humanas por um lado e, por outro, possibilitando a emergência da termodinâmica na França pela complexificação da ideia de energia dispendida como produto de uma força por sua distância percorrida (potência). Tais pesquisas interrogam os fundamentos do conceito de trabalho nos primórdios da história da ciência econômica (1993) indagando neles a supremacia de um substância fisiológica, mais do que um conteúdo sócio-cultural no fundamento da produção dos valores (2013). Ao fazê-lo, Vatin cunha uma zona obscura de conhecimento a ser pesquisada entre a sociologia e a economia, àquela que repõe o problema do valores de uso na interface dos valores de troca realizados no mercado. Em decorrência, seria necessário uma distinção entre ‘avaliar’ (ato de julgamento de valor) e ‘valorizar’ (ato de acrescentar o valor de algo) como duas ações combinadas de modo diferenciado em cada contexto sociocultural onde o problema se coloca, levando-nos a crer que existem muitos valores operando no mercado de trocas de bens materiais e simbólicos no qual há múltiplas possibilidades de existência entre o sociocultural e o econômico:

...extrair o processo de criação de valor sobre o mercado, mas também a montante do mercado, via as operações práticas pelas quais os bens e os serviços são medidos, avaliados, elaborados tecnicamente e economicamente, pelas organizações produtivas que editam normas de gestão, mas também pelos agentes que tem responsabilidade de fazê-las funcionar e somente podem fazê-lo lhes contornando, lhes reformulando, lhes combinando com suas

próprias axiologias. O espaço do econômico se desdobra então de maneira singular. O valor econômico não é mais dissociável de outros registros de valor social. Trata-se de extrair como múltiplos dispositivos de avaliação conduzem de fato à circulação de valor econômico no sentido estrito, quer dizer, à gênese do fluxos monetários (VATIN, 2013, p.31, tradução nossa)

Como podemos aprender com a argumentação de Vatin, avaliar é um processo que engendra valor antes mesmo da circulação dos bens no mercado e, portanto, não pode ser eliminado da dinâmica econômica sob pena de esvaziar o sentido da mesma. O desafio é então “pensar as condições sociais que tornam o mercado possível” (2013, p.21), as condições sociais que incrustam/engendram as relações mercantis, e nelas, o problema da medida e dos valores na produção em geral.

4.3 O homem produtor de valores e saberes

Neste contexto de invisibilidade crescente pela evolução dos conteúdos laborais e de desregulamentação social do direito do trabalho, uma abordagem renovada é aquela que coloca em perspectiva a articulação atividade-saberes-valores. Focalizada assim, podemos entrever como o ato de trabalho é perpassado por micro-escolhas feitas pelo homem produtor com base em saberes e valores que são seus. Poderíamos falar de um confronto de valores econômicos e valores sociais que perpassam os atos de trabalho, e que escolhas são feitas em microdecisões tomadas a partir desse conflito de valores. Haveria hiatos, “margens de micro-manobras”, “reservas de alternativas”(SCHWARTZ, 2000) e outras formas de trabalhar que não somente o *one best way* taylorista e que poderiam ser captados numa análise fina das microdecisões dos trabalhadores no seu cotidiano de trabalho.

Podemos acompanhar com uma lupa o processo de tratamento e re-tratamento dos saberes e valores, o debate de normas e as “re-normalizações” efetuadas nas normas antecedentes pela atividade humana em ação de trabalho. Em todas as formas da vida social, existiria a dimensão dessas normas antecedentes, que permitem compreender e antecipar as atividades a serem desenvolvidas, mas sempre estaria presente também a dimensão da atividade que recoloca permanentemente em questão tais normas, seja re-normalisa, seja re-centra, em torno de outros tipos de valor e de saber a construir e a reconhecer. O trabalho é o trabalho do valor e do saber coletivo e individual. O saber e o valor seriam como que substâncias que, em permanência, se desenvolvem, transformam-se, aprendem-se e eventualmente se aplicam nas atividades de trabalho configurando-se no que chamamos competências. Portanto, se tomarmos o ponto de vista da atividade humana em situação de trabalho, as competências se referem à “fermentação” entre o saber e o valor do/no trabalho e da/na vida. Tem sentido compreender e se interrogar sobre as competências para melhor entender a interpenetração do saber técnico, social e dos valores que as perpassam, para melhor assimilá-las como expressão de um sujeito sociocultural e sócio-histórico em ação.

O exercício de não importa qual ofício é cenário de re-atualização de múltiplas experiências anteriormente adquiridas, memorizadas e incorporadas no gesto técnico, e que são então requisitadas em situação, não permanecendo inalteradas, o que permite falar em transferência de competências entre situações, uma vez que, conquanto qualidade humana, refletem experiência de vida, de formação e de outros trabalhos exercidos anteriormente.

Elas representam aprendizagens de todos os tipos entre os quais saber relacional, de conhecimento técnico, provenientes de toda experiência de formação vivenciada. Seria, portanto, em situação de trabalho dada, que a competência entra em ação, podendo gerar maior ou menor eficácia, maior ou menor produtividade, bem como favorecer gerir os malefícios do trabalhar nas organizações atuais tão marcadas pelo risco da saúde e do emprego.

Nesta perspectiva, a abordagem ergológica de Schwartz, nos permite pensar que as experiências vividas no trabalho, nos *dramas do uso de si* que todo trabalho (público ou privado) representa, são experiências prenhes de problemas de cidadania, pois recolocam sem cessar a questão dos valores que permeiam o viver em comum no território do trabalho e das cidades.

5. Notas conclusivas

O trabalho se transforma em permanência. Atualmente, suas transformações contemporâneas estão mais visíveis pelas configurações que vem assumindo as formas de contratualização, as novas lógicas organizacionais e os conteúdos das atividades em postos que também se reconfiguram (Estudos Avançados, 1987). Para além do debate sobre a suposta perda de sua centralidade na organização social, o impacto de tais transformações no campo dos estudos sobre trabalho é inegável. Ele perde também espaço como objeto de estudo e, ao que parece, de ação em política pública. Nestas transformações das formas do emprego e renda, e nos conteúdos do trabalho, podemos entrever uma conflituosidade inédita que permeia todas as dimensões da vida social brasileira (TELLES, 1994; FLEURY, 2004) e que passa também a atividade industriosa no trabalho, os direitos que a cercam e os valores que a atravessam na atualidade engendrando mudanças em todos os domínios da vida social.

Por essa razão, ao retomarmos o diálogo com Domingues acerca dos caminhos necessários ao trabalho transdisciplinar quando este autor se interroga – “A transdisciplinaridade é uma questão de atitude e de olhar, e, como tal, algo intuitivo e relativo ao sujeito, ou é uma questão de método e de parâmetro, e, como tal, algo regrável e relativo ao objeto?” (DOMINGUES, 2005) – somos levados a responder que tanto quanto construir conhecimentos parcializados sobre o trabalho em perspectivas multi e interdisciplinares se mostra insuficiente, quanto estudos do trabalho numa perspectiva transdisciplinar exigem fazer do trabalho conceitual não somente um esforço de aproximação de métodos, procedimento e/ou conceitos. No caso dos estudos sobre trabalho humano é necessário incluir um terceiro elemento: a experiência real de trabalho. Ou seja, se re-interrogar sobre o próprio trabalho enquanto experiência, colocando novas dificuldades aos diversos campos científicos e buscando ultrapassar os obstáculos epistemológicos que se evidenciam nesse percurso.

Dialogar sobre o trabalho demanda desafios a consolidar enfoques mais plurais nas zonas de fronteiras entre os diversos campos disciplinares. Nesse sentido, nossas análises têm nos levado a considerar a necessidade do diálogo permanente com os mais diversos tipos de trabalho, dos mais qualificantes aos mais degradantes trazendo sua contraditoriedade intrínseca para o debate com os mais variados campos disciplinares que possam nos auxiliar compreender a atualidade dessa experiência. Implica ainda fazer dialogar análise macro da conjuntura ampla institucional, ambiental, o universo de relações sociais, a ação individual no coletivo funcional do trabalho, e articular a dimensão micro do interior do processo do trabalho, nos postos de trabalho.

Nesse contexto sócio-econômico de fragilização dos direitos sociais e, em especial, dos direitos ligados e de crescente responsabilização do trabalhador pela sua trajetória sócio-profissional por meio da noção de empregabilidade na adoção do Estado de políticas neoliberalizantes (DRAIBE, 1993), interrogamo-nos se não seria perigoso demais colocar na penumbra esse território da experiência humana. Dois autores supracitados, Supiot (1994) e Schwartz (2000), lembram-nos o quanto o debate sobre a regulamentação e a desregulamentação entre o setor público e o setor privado oculta um certo número de problemas ao balizar as transformações em curso no mundo do trabalho pela distinção entre mercado e Estado, negligenciando a importante questão do interesse geral que perpassa o trabalho. A tendência à atribuir ao trabalho somente valor mercantil tende a ignorar sua função pública e os valores de interesse geral que nele circulam, *valores sem dimensão* (Schwartz, 1996; 2000, p.446). O trabalho é um bem comercial, mas é também expressão da pessoa enquanto ser humano; ele constrói riquezas econômicas, mas também participa de nossa vida social. E são as evoluções recentes no campo sócio-econômico que repõem a questão da unidade entre trabalho e pessoa no trabalho que nos indicam também não ser possível avançar consolidando direitos sociais - no terreno jurídico-normativo, nas ações coletivas ou nas políticas sociais – deixando na penumbra as experiências de cidadania vivenciadas pelos homens em seu trabalho cotidiano.

Referências

- BENDASSOLLI, P.; SOBOLI, L. A. (org.) – *Clínicas do trabalho – novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. SP: Atlas, 2011. ISBN 978-85-224-6095-3. 288p.
- CANGUILHEM, Georges – *Le normal et le pathologique*. Paris: PUF, 1966. ISBN 85-218-0164-5. 307 p.
- CASTEL, Robert – *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. ISBN 978-83-326-1954-9. 611p.
- CASTEL, Robert – *La montée des incertitudes – travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Seuil, 2009. ISBN 978.2-02-051042-4. 602p.
- CUNHA, Daisy Moreira – *Lições de pedra para quem decifrá-las*. DVD: UFMG, 2007. ISBN 978-85-99372-57-9. 340p.
- DAGNINO, Evelina – “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In DAGNINO, Evelina – *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. ISBN 85-11-14095-6. 174p.
- DOMINGUES, Ivan (org.) – *Conhecimento e Transdisciplinaridade – Aspectos metodológicos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. ISBN 85-7041-447-1. 413 p.
- DOMINGUES, Ivan (org.) – *Conhecimento e Transdisciplinaridade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, IEAT, 2001. ISBN 85-7041-284-3. 73 p.
- DRAIBE, Sônia – “As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas”. In *Revista USP – Dossiê Liberalismo, Neoliberalismo*. São Paulo: USP, 1993.
- DUBET, François – *Injustices – l'expérience des inégalités au travail*. Paris: Seuil, 2006. ISBN 2-02-086378-2. 500 p.

- DUBET, François – “Le travail et sociologies”. In POCHET, Amélie (org.) – *Sociologies du travail: quarante ans après*. Paris: Editions Scientifiques e médicales Elsevier SAS, 2001. (Coléction Acteurs, Sociétés, Techniques).
- FERREIRA, M. L. – “*A teoria marxiana do valor-trabalho*”. SP: Ensaio, 1992. 137p.
- FLEURY, Sônia. – Espaço. Território e Cidadania: a cidade dos cidadãos”. In *Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 16-18 de setembro, 2004.
- MARX, K. – *O Capital*. TRad. Reginaldo Sant’Anna. 27ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. ISBN 978-85-200-0467-8 (vol.1). (966p.).
- MARX – *Thèses sur Feuerbach*. (Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurelio Nogueira). 11ª. Edição. São Paulo: Huicitec, 1999.
- MEDA, Dominique – *Le travail – une valeur en voie de disparition*. Paris: Champs-Flammarion, 1995. ISBN 2080814001. 358p.
- ODDONE, Ivar; RE, Alessandra; BRIANTE, Gianni – *Rédecouvrir l’expérience ouvrière*. Paris: Editions Sociales, 1981. ISBN 2-209-05447-8. 260 p.
- REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS – *Dossiê Trabalho, emprego e renda*. SP: USP/IPEA, 1987....p. Disponível em WWW: <URL: <http://www.intellectus.uerj.br>>. ISSN 1676-7640.
- SCHWARTZ, Yves – “Le juridique et l’industriel”. In *Le Paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000. ISBN 2-906769-69-X. 763 p.
- SCHWARTZ, Yves – “Le travail a-t-il une valeur?” In *Le Paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000. ISBN 2-906769-69-X. 763 p.
- SCHWARTZ, Yves – “Les ingrédients de la compétence: un exercice nécessaire pour une question insoluble”. In *Le Paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000. ISBN 2-906769-69-X. 763 p.
- SCHWARTZ, Yves – “Penser le travail e sa valeur”. In *Le Paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000. ISBN 2-906769-69-X. 763 p.
- SCHWARTZ, Yves – “Trabalho e valor”. *Revista Tempo Social*, São Paulo. 8 (2). p.147–158 (1996).
- SMITH, Adam – *A Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro, 1996. ISBN 853510827-0. 479p.
- SUPIOT, Alain – *Critique du droit du travail*. Paris: PUF, 1994.
- SUPIOT, Alain – *Le droit du travail*. Paris: PUF, 2004. ISBN 2130559549. 127p.
- TELLES, Vera da Silva – “Sociedade civil e a construção de espaços públicos”. In DAGNINO, Evelina – *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. ISBN 8511.14.095-6. 174p.
- VATIN, François (org.) – *Évaluer et valoriser – une sociologie économique de la mesure*. Toulouse: Presses Universitaires Du Mirail, 2013. ISBN 978.281.070231.2. 352p.
- VATIN, François; Steiner, Philippe – *Traité de sociologie économique*. 2ème édition. Paris: PUF, 2009. ISBN 9782130608318. 824p.
- VATIN, François – *Epistemologia e sociologia do trabalho*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2002. ISBN 972-771.542-7. p. 285.
- VATIN, François – *Le travail – Economie et Physique 1780-1830*. Paris: PUF, 1993. ISBN 213.045.219-1. 285p.
- REVISTA DIVERSA – *Faces do conhecimento*. Belo Horizonte, ano I, n.2, 2003.

(Página deixada propositadamente em branco)

ENSAIOS

(Página deixada propositadamente em branco)

Apresentação

No seguimento da concretização, na Universidade de Coimbra, de uma iniciativa pública de debate sobre as políticas culturais adotadas, no Brasil, desde a reintrodução de um regime democrático, decidiu a revista *Estudos do Século XX*, publicação periódica do CEIS20/UC, divulgar textos de cariz ensaístico acerca da problemática em apreço, quer no Brasil e na América Latina em geral, quer em Portugal e em outros países europeus. O testemunho inicial é da autoria de João Luiz Silva Ferreira, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura entre 2003 e 2008 (com Gilberto Gil), Ministro da Cultura nos anos de 2008 a 2010 e de 2015 a 2016, respectivamente durante as Presidências de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Diferentemente de Secções como “*Dossier* temático” e “Diálogos Multidisciplinares”, “Revisões críticas” e “Entrevista”, destinadas a divulgar textos de natureza científica e/ou tecnológica, a Secção “Ensaio” integra textos vocacionados para a explicitação e a fundamentação ou para a apreciação crítica de determinadas concepções, propostas e práticas. Procurar-se-á escolher abordagens estruturadas e intelectualmente sérias de problemáticas socialmente relevantes. Dar-se-á preferência a leituras da realidade que se fundem nos debates atualmente em curso nos âmbitos das humanidades, das artes, das ciências sociais e das tecnologias delas derivadas.

Intitulado “Políticas culturais para um Estado democrático”, o presente texto de João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira) visa quer caracterizar as políticas culturais assumidas e concretizadas nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff como Presidentes da República do Brasil, quer defender a governação protagonizada, nas escalas federal, estadual e municipal, por eleitos do Partido dos Trabalhadores e de outras forças políticas coligadas com o PT. Como não poderia deixar de acontecer, são diferentes os níveis de coerência e de objectivação do discurso consoante se trata de estratos mais descritivos e interpretativos ou mais valorativos e de mobilização político-ideológica.

No testemunho de Juca Ferreira é possível identificar referências a alguns dos principais eixos de convergência e de dissonância no que concerne à estruturação e à apreciação de políticas culturais adoptadas hoje em países — desenvolvidos, de desenvolvimento intermédio, emergentes ou subdesenvolvidos — com regimes democráticos ou demoliberais abertos. Em particular, o uso explícito do conceito de “hegemonia” no contexto da definição de políticas culturais torna manifesto o quanto a cultura consiste hoje, no âmbito político brasileiro (e genericamente latino-americano), num plano fundamental do combate político e da definição das posições fundamentais. Neste plano, não é apenas a cultura que “está diretamente ligada à política, culturalizando-a”, como afirma o texto; é também a política que politiza a cultura e que encontra nela um instrumento decisivo do combate político.

A argumentação de Juca Ferreira é, ainda, muito rica na enumeração das estratégias usadas pelo Ministério da Cultura nos Governos constituídos sob a presidência do Partido dos Trabalhadores. Torna-se explícita a tentativa de encontrar nas políticas culturais um recurso fundamental para combater aquilo a que chama um “projeto neoliberal”, caracterizado pelo empobrecimento da diversidade cultural, pelo descomprometimento com a democratização do acesso a diversos padrões culturais e pela reprodução de desigualdades sociais enraizadas.

Quanto às problemáticas mais ou menos explicitamente consideradas, salientamos, nomeadamente, as funções sociais a desempenhar pela produção cultural (entretenimento, reprodução do *status quo*, apreciação e intervenção críticas, transformação radical); as

relações entre cultura erudita, culturas populares e cultura de massas; os correlacionamentos entre culturas locais/regionais, culturas nacionais e cultura global; o equilíbrio entre salvaguarda/reinterpretação da produção cultural passada e produção cultural actual; os papéis a desempenhar pelas organizações internacionais e pelos Estados, pelas organizações das “sociedades civis” e pelos agentes culturais; as desigualdades no acesso à produção, à divulgação e ao consumo culturais tendo em conta condicionalismos como os recursos socioeconómicos, o género e a orientação sexual, as origens étnicas e as opções religiosas, as zonas — urbanas, suburbanas ou rurais — de residência; os montantes e as implicações do financiamento público e privado.

Enquanto nação lusófona de escala continental, o Brasil enfrenta problemas políticos complexos e apresenta potencialidades que se cruzam de várias maneiras. No que concerne aos problemas, destacamos a imaturidade e a fragmentação do sistema partidário; a judicialização da política e a politização da justiça; a pobreza e a debilidade das instituições sociais; a necessidade de defender os interesses das populações indígenas e a difícil compatibilidade entre desenvolvimento económico e preservação ambiental; o integrismo religioso, a emergência do fanatismo e a intolerância crescente; a relação conflitual com diferentes memórias da Ditadura Militar (1964-1985) e a articulação das mesmas com o papel do Brasil tanto no espaço geopolítico latino-americano como face ao poderio norte-americano.

Relativamente às potencialidades, realce para a estruturação do Brasil como país cosmopolita de matriz lusófona, onde a língua portuguesa funcionou como vector de articulação de migrantes de todos os pontos do globo; para a ampliação da capacidade de produção cultural própria e de diálogo com outros espaços culturais (nacionais e internacionais). Deve-se, assim, dedicar a este texto particular atenção. O ensaio de Juca Ferreira associa o testemunho de um responsável direto da política cultural brasileira no seu passado recente a uma reflexão madura e detalhada sobre essas mesmas políticas, explicitando os paradigmas epistemológicos e mesmo ideológicos que lhe estiveram subjacentes.

Vivendo-se hoje, no Brasil como em muitos outros países, uma conjuntura de crise, por um lado, da democracia; por outro, das políticas culturais geradoras de diálogo e de inclusão, talvez se justifique, ainda, abordar este texto de Juca Ferreira a partir de uma grelha de análise que considere, por exemplo, as potencialidades e as limitações dos paradigmas epistemológicos moderno, pós-moderno e neo-moderno; dos cientismos e dos irracionalismos; dos integrismos religiosos e dos darwinismos sociais; da maior ou da menor autonomização da filosofia e da teologia, das artes, da ciência e da tecnologia face à ideologia e ao senso comum.

Coimbra, Setembro de 2018

João Paulo Avelãs Nunes
Alexandre Franco de Sá
Maria da Conceição Lopes

Políticas culturais para um Estado democrático¹

Juca Ferreira

Juca Ferreira, Sociólogo, ex-Ministro da Cultura do Brasil, ex-Secretário de Cultura da Cidade de São Paulo e, atualmente, Secretário de Cultura da Cidade de Belo Horizonte.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_19_9

¹ Artigo resultante da adaptação do texto da conferência “Políticas culturais para um Estado democrático”, proferida na FLUC, no dia 2 de Abril de 2018, a convite da Prof^a. Doutora Maria da Conceição Lopes (Professora Auxiliar de Arqueologia Clássica do DHEEAA/FLUC e Coordenadora Científica do CEAACP/FLUC).

(Página deixada propositadamente em branco)

A criação do Ministério da Cultura - MinC, em 1985, como um dos primeiros atos logo após o término do regime militar indicava ser a cultura um dos elementos constitutivos de um projeto democrático. Ainda assim, isso de fato só veio a se concretizar quase duas décadas depois, precisamente a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil e da nomeação do músico e compositor Gilberto Gil como Ministro da Cultura.

Durante os dezoito anos que separam um fato do outro, o Ministério, que havia nascido sem uma missão definida, assim permaneceu. Tornara-se uma conquista meramente institucional. Foi somente a partir de 2003 que o MinC passou a ser visto como estratégico para o país, como parte relevante do projeto de construção de uma nação democrática, plural e qualificada, capaz de enfrentar os desafios do século XXI.

A valorização da cultura como importante dimensão da esfera pública, emergiu em toda a América Latina enquanto demanda da sociedade e como parte da luta pela superação das relações autoritárias do Estado com a sociedade, oriundas das ditaduras militares que haviam se instalado em toda a região. Apesar de tudo isso, a afirmação das democracias em quase toda a região embora tenha avançado muito, hoje dá sinais evidentes de que ainda não se consolidou.

A cultura, ao tornar-se, desde a década de 1960, em um espaço central de afirmação das liberdades em boa parte do mundo, de construção de diálogos, pactuações e interações entre os diversos grupos que compõem a sociedade, e como um indicador importante da qualidade de vida, não poderia estar ausente da agenda pública contemporânea da América Latina, sobretudo por permear e qualificar todos os campos da vida social e todas as áreas do conhecimento.

No Brasil, o Ministério da Cultura, especialmente na gestão Gil/Juca foi ao encontro da nossa ampla e rica diversidade cultural, da nossa singularidade, das nossas contribuições estéticas e culturais no contexto da globalização, interagindo com as novas linguagens, renovando e ampliando as políticas de patrimônio, lançando mão de nossa criatividade, capacidade de inovação e de diálogo com outras culturas. O olhar para a diversidade e a ampliação do conceito de cultura adotado pelo MinC, a partir de 2003, possibilitaram a criação de políticas culturais que incorporassem dimensões da cultura e o protagonismo de segmentos sociais até então invisíveis para o Estado brasileiro e sem acesso às ações e recursos deste ministério.

O MinC foi muito além do campo artístico, passou a levar em consideração toda a dimensão simbólica do país. Além dos artistas e tradicionais protagonistas do mundo das artes, o MinC passou a se relacionar com a população em geral e a valorizar suas demandas e necessidades, passou a discutir política cultural com uma enormidade de segmentos culturais: produtores, técnicos, mestres da cultura popular, estudiosos e ativistas de vários setores. Os temas culturais passaram a ter importância política para grandes parcelas da nossa sociedade e o diálogo do governo com elas incorporou quem nunca tinha tido acesso a políticas públicas: populações periféricas e do interior do Brasil, jovens, pessoas com deficiências, mestres e grupos da cultura popular, movimentos pela igualdade de gênero, camponeses, estudantes, descendentes de migrantes de muitas origens, ciganos, segmentos LGBT, idosos, crianças, bem como com aqueles que lutam por moradia e por cidades sustentáveis, por saúde, educação, direitos humanos etc. Ao massagearmos os pontos vitais da cultura brasileira, ativamos um novo sentimento de pertencimento e de cidadania e de fortalecimento do protagonismo cultural.

Merece especial destaque a interlocução com os povos indígenas. A política cultural formulada pelo Ministério neste período procurou afirmar que o Brasil democrático precisa incorporar e respeitar a população indígena com suas singularidades, com suas culturas e seus modos de vida, garantindo aos povos tradicionais o direito ao seu território para que possam viver segundo seus costumes e tenham condições de estabelecer relações com a sociedade brasileira e com o mundo a partir de suas especificidades. Ao atender a demandas e necessidades da população em sua diversidade, o MinC fpi, desta maneira, contribuindo para a construção de um estado democrático moderno.

O impeachment e o brusco afastamento da presidenta legitimamente eleita significaram grave ameaça para as políticas culturais e para o Ministério da Cultura. Se não foi por um acaso que a criação do Ministério da Cultura tenha sido um dos primeiros atos da redemocratização do país, também não foi por mera coincidência que entre as primeiras providências dos golpistas esteja a tentativa de extingui-lo. O interino Michel Temer, só não manteve sua decisão porque a pressão dos setores culturais e a rejeição da opinião pública foram mais fortes do que a vontade de ceifar de uma só vez o Ministério e os avanços que ele até então representava. Entretanto o projeto de enfraquecimento e redução do Estado, implementado pelo governo interino, vem impactando duramente todas as políticas culturais que estavam em construção e o próprio ministério em si.

Políticas, programas e projetos que materializavam responsabilidades do Estado democrático com a cultura brasileira estão sendo enfraquecidos, interrompidos ou extintos. Os devotos da teoria do estado mínimo encontraram no golpe jurídico-parlamentar-midiático o meio de impor ao Brasil e ao povo brasileiro o projeto neoliberal seguidamente derrotado nas urnas, comprometendo gravemente nossa democracia. Vivemos uma grave crise, encontramos-nos num estado de indefinição quanto a nosso futuro. Este é um fato. O neoliberalismo ressurgiu com muita força na América Latina.

Não podemos deixar essa rica experiência se perder no tempo e cair no esquecimento. Trata-se de um patrimônio público, um legado democrático que precisa ser sistematizado, preservado, e recuperado.

Esse legado tende a ser essencial para quando a democracia voltar a nos sorrir. O fortalecimento da democracia no Brasil e em toda a América Latina tem nos processos culturais um dos seus principais fundamentos e ativos políticos. Em um contexto democrático o resgate dessa dimensão da democracia em nosso continente e no Brasil tende a ganhar contornos de grandeza e importância histórica. A região inteira parece querer cantar junto com o poeta – “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte!”. Podemos construir no continente e nos países de língua portuguesa e quiçá, no mundo ibero-americano, em um futuro próximo, espaços culturais comuns, observatórios de políticas culturais, mercados culturais comuns etc.

Ainda que a cultura, a arte e suas políticas públicas venham demonstrando decisiva importância na qualificação das relações sociais, no enfrentamento de profundas exclusões, no combate à violência generalizada, na construção do sentimento de pertencimento e no fortalecimento da coesão nacional, na construção da democracia e da sustentabilidade, na qualidade de vida, os processos culturais, as experiências artísticas e a criação estética continuam secundarizados por quase todo o mundo político brasileiro e sendo tratados como questão menor. A cultura tem se mostrado igualmente importante no desenvolvimento da condição humana de homens e mulheres, como indicador de

qualidade de vida e na melhoria e qualificação de outras políticas de estado, como as políticas para a saúde e educação.

Temos tido, desde sua origem, um Estado mais afeito aos interesses das classes dominantes do que às demandas e necessidades da população como um todo. O sentimento de nação com que convivemos é frágil e superficial. A cultura democrática no país é ainda embrionária. E, mesmo entre os setores críticos à desigualdade e à precariedade da nossa democracia, existe a tendência a minimizar as questões culturais e deixá-las de fora do projeto político de construção do país.

O Brasil e boa parte da América Latina naturalizaram a desigualdade e a exclusão, o que faz da recente experiência democrática uma referência importante, ao associar desenvolvimento com redução de desigualdades sociais e institucionalização de direitos. É como se a nódoa da escravidão ainda estivesse presente em nossas sociedades. Por tudo isso, a democratização do Estado no Brasil e na América Latina é uma questão central para conquistarmos direitos, coesão social e qualidade de vida para todos. A despeito dos enormes avanços, enfrentamos certa inércia decorrente da dificuldade generalizada em compreender o que vem a ser cultura, qual o seu papel, sua importância enquanto dimensão simbólica da vida social, essencial para a realização da condição humana de todos. Ainda é muito frágil o entendimento da cultura como uma dimensão central e incontornável para o desenvolvimento do Brasil e da América Latina e para nossa afirmação no conjunto das nações.

O governo Lula herdou um Ministério da Cultura insignificante se comparado com a grandeza cultural do país, com uma atuação que sequer chegava a ter algum contorno de política pública: institucionalmente atrofiado, com o menor orçamento da República, incapaz de exercer o papel do Estado enquanto gestor de políticas públicas culturais capazes de satisfazer as necessidades e demandas da sociedade e de promover o seu desenvolvimento. Não havia visão estratégica nem objetivos claros. Não havia instrumentos de acompanhamento, nem indicadores e estatísticas sobre a produção e o consumo de bens culturais do país, tamanho era o desdém quanto ao impacto da cultura sobre a nossa vida econômica e social, e sobre o nosso desenvolvimento. A cultura não passava - como dizia Gilberto Gil, de uma espécie de cereja do bolo.

O Estado, enfim, havia renunciado à sua missão. Abandonara seu papel constitucional de formulador e executor de políticas capazes de promover o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira.

A visão neoliberal, hegemônica no Brasil e em boa parte do mundo depois da queda do muro de Berlim, que agora retoma o comando de algumas economias ocidentais, está tentando através de um golpe de estado se impor ao povo brasileiro, e voltar a ignorar as responsabilidades do Estado com o povo brasileiro e seu desenvolvimento, com a superação da grave exclusão econômica e social de grandes parcelas dos brasileiros. Uma das facetas mais cruéis é a tentativa de retroceder nas conquistas que tivemos no país na área da educação e nos avanços que tivemos nos direitos culturais. Em vez de enfrentarmos os desafios postos pelo século XXI, estamos vivendo o pesadelo da possibilidade de retrocedermos muitas décadas. Esse projeto antipopular, antidemocrático e contra nossa soberania ameaça agravar essa dicotomia histórica entre crescimento econômico e outras dimensões da vida social, incluindo a cultura. No Brasil e na América Latina, essa é uma tradição da qual não podemos deixar de nos livrar. E, como um fantasma sempre a nos rondar, hoje está de novo a nos ameaçar.

Apesar de tudo isso, parte do legado que construímos se enraizou. O Ministério da Cultura a partir de 2003 passou a se relacionar com os grandes processos culturais do país, passou a interessar a muitos e a ser considerado importante para uma grande parcela de brasileiros. Nas gestões do PT, o MinC chegou a ter um orçamento sete vezes maior do que o encontrado em 2003. Saímos da média histórica dos governos tucanos que antecederam o presidente Lula de 287 milhões, para um orçamento em torno de um bilhão e trezentos milhões. As políticas públicas para a cultura ganharam novas feições, mais nítidas e mais consistentes e mais abrangentes. Essa nova visão das responsabilidades culturais dos poderes públicos com as demandas e necessidades culturais do povo brasileiro se espalhou por todas as regiões do Brasil, redefinindo políticas públicas de cidades e estados.

Cabe ao Poder Público criar e garantir as condições e o ambiente favorável para que as atividades artísticas e culturais prosperem e se desenvolvam; ao Estado cabe promover e estimular o desenvolvimento cultural da sociedade e a satisfação das demandas e necessidades culturais, garantindo as condições para que estejam ao acesso de todos.

Por outro lado, criar, fazer e definir obras, temas e estilos são papéis dos artistas e dos criadores que produzem cultura. E, escolher o que ver, ouvir e sentir é papel do público.

Garantir a liberdade de expressão, criar condições de acesso, produção, difusão, preservação e livre circulação de bens culturais; regular e desenvolver as economias da cultura evitando monopólios, exclusões e ações predatórias é papel do Estado democrático.

No Brasil de hoje, os responsáveis pelo golpe em nossa democracia estão tentando dar uma volta no tempo, recuando para um Estado que transfere seu papel para o mercado — especialmente para os departamentos de comunicação e marketing das empresas. Sem menosprezar a importância da ação empresarial para a cultura, havíamos chegado a uma situação absurda antes da eleição do presidente Lula, marcada pela omissão dos governantes e por ações culturais operadas prioritariamente por favorecimentos, exclusões e clientelismos de toda ordem. Este estado de coisas nos conduziu a uma situação onde o acesso à cultura pela via do mercado tem sido do tamanho do bolso do cidadão.

Neste momento, rema-se contra a história. Estávamos construindo políticas que incorporavam as culturas dos povos indígenas ao corpo simbólico da nação e ao mundo das linguagens artísticas contemporâneas. Construímos políticas culturais para a emergente cultura digital, para as manifestações tradicionais, para a preservação do patrimônio e da memória, aproximamo-nos da arquitetura, do design, da moda, da gastronomia. Tudo isso sem privilégios nem discriminações e sem conflitar o popular com o erudito, a tradição com a inovação e a tecnologia de ponta com as formas artesanais e tradicionais de se fazer cultura.

A urbanização desmedida do planeta, associada à revolução nos meios de comunicação e nas tecnologias digitais, vêm alterando significativamente a nossa noção de tempo e espaço e a presença da arte e dos processos culturais em nosso cotidiano; multiplicando suas formas de manifestação, fazendo surgir novas linguagens. As estruturas artísticas, culturais, e as tecnologias que a elas se associam passam por modificações profundas o tempo inteiro. O MinC procurou entender o seu tempo, se relacionar com o presente e contribuir para que o país pudesse se desenvolver culturalmente a partir dessas condições.

E, mais, sabíamos que nada disso se poderia fazer sem uma grande disposição para o diálogo com a sociedade e sem a sua participação. As políticas públicas para a cultura não podem surtir os efeitos a que se destinam se forem concebidas nos gabinetes das repartições públicas. O MinC deixou de ser mero repassador de recursos, como dizíamos à época. Em

vez de uma política de “balcão”, foi estabelecida uma política de fomento e apoio à produção cultural e processos correlatos. Agentes sociais, institucionais, culturais e políticos foram envolvidos e participaram da construção de políticas culturais, em todas as suas etapas.

Procuramos desenvolver uma gestão cultural contemporânea em seus conceitos, métodos, tecnologias e procedimentos gerenciais e administrativos. Avançamos nas técnicas de gestão e administração do Estado. Modernizamos o Ministério e ganhamos as ruas e os espaços fechados de todo o país. Foi assim que reafirmamos o espírito suprapartidário e republicano da administração pública. O tempo inteiro, trabalhamos a partir da ideia de que de que para contribuirmos para o desenvolvimento cultural do país, é necessário modernizar, qualificar e democratizar o Estado. Torná-lo mais eficiente e eficaz. Torná-lo contemporâneo.

Escutamos e formatamos de maneira compartilhada o nosso programa de trabalho. Chegamos a envolver mais de três mil municípios brasileiros e mais de duzentas mil pessoas por meio de debates e enquetes, seminários setoriais, territoriais e temáticos, audiências públicas e consulta via internet, entre outros meios de colaboração e diálogo que deram rumo e sentido às Conferências de Cultura, ao Plano Nacional de Cultura, ao Sistema Nacional de Cultura, ao Cultura Viva, à Lei de Direito Autoral e ao Procultura. Enfim, com diálogo e participação, construímos novos marcos institucionais e legais para a cultura brasileira, e outros tantos deixamos tramitando no Congresso, consolidados por processos amplamente debatidos com a sociedade e com o campo cultural em todas as unidades da federação.

Conseguimos aprovar considerável parcela da Nova Lei do Direito Autoral, uma das mais modernas legislações do mundo nessa área, que proporciona ao autor maior controle sobre sua obra sem sacrificar os direitos do público. Em outras palavras, a proposta de modernização da legislação do direito autoral, que deixamos pronta e parcialmente aprovada, além de garantir direitos aos criadores, possibilita o desenvolvimento de uma economia da cultura para muitos, inserida no ambiente digital criado pelas novas tecnologias e pela internet. Ao definir novos modelos de negócio e consumo, exigidos pelo mundo digital, essas políticas e seus sistemas regulatórios revolucionam toda a cadeia produtiva da cultura. Elas nos atualizam em um mundo globalizado e em acelerado processo de criação de novas mídias e, ao mesmo tempo, destravam a economia da cultura, ao tornar claras e transparentes as regras no mercado de bens simbólicos do século XXI.

Ao reconhecer as iniciativas culturais da sociedade civil de todo o país, organizadas em associações, redes sociais, projetos etc. em bairros periféricos dos centros urbanos, zonas rurais, em cidades do interior e em aldeias indígenas, nós promovemos uma revolução cultural no Brasil. Ao reconhecer e apoiar atividades de mais de cinco mil Pontos de Cultura, incluídos Pontões, Cine Mais Cultura, Pontos de Leitura, Pontos de Cultura indígenas etc., chegamos àqueles que nunca tiveram acesso a políticas culturais e aos recursos públicos, estimulando e fomentando o protagonismo cultural da sociedade. Vale destacar que os Pontos de Cultura são uma das ações do Ministério da Cultura mais celebradas e mais replicadas fora e dentro do país.

Não por acaso foi o Ministério da Cultura o primeiro a ser extinto com o afastamento da Presidente Dilma. Também não foi obra do acaso a gigantesca reação em defesa do Ministério da Cultura, às suas políticas e seus programas. Pressionado por uma miríade de artistas, técnicos, gestores, pesquisadores, ativistas culturais e por considerável parcela da opinião pública, comprometida e ruidosa, em uma semana o MinC voltou a existir.

Mas, embora tenham recuado, estão tentando matá-lo por inanição, desde dentro da própria instituição e do governo, gradativamente desmontando suas políticas,

desestruturando os núcleos de trabalho, demitindo técnicos experientes e competentes e reduzindo o seu orçamento e seu pessoal abaixo do mínimo necessário para sua sobrevivência.

Embora não tenhamos conquistado para a cultura o lugar central e relevante de catalisadora do desenvolvimento social e econômico do país, podemos afirmar que a partir do governo Lula nós tivemos a oportunidade de vivenciar uma das mais significativas experiências de gestão da cultura no Brasil, em suas múltiplas dimensões, numa relação democrática e inovadora do Estado com o conjunto de atores que protagonizam a cultura. Vivíamos um ambiente de liberdade de expressão, sem censura nem exclusões, em um processo de valorização da cultura junto à sociedade, inédito no Brasil até então, e relevante no contexto de toda a América Latina.

As políticas culturais que nasceram com o presidente Lula passaram, enfim, a ser reconhecidas nacional e internacionalmente, sobretudo por suas características inclusivas, libertárias e inovadoras. E por terem buscado dar outro sentido para a relação do Estado com a cultura, estabelecendo um padrão democrático, sem censura e sem paternalismo.

Durante o período em que estivemos à frente do MinC, buscamos contribuir para o desenvolvimento da cultura brasileira através da formulação de políticas públicas, programas, projetos e ações que deveriam ser levadas a cabo pelo Ministério, sempre considerando três dimensões fundamentais.

Primeiro, a cultura como dimensão simbólica, aquela que dá significado e qualifica a existência e as relações sociais; que dá liga à cidadania. A cultura e a arte que nos exprime como seres humanos e nos singulariza como parte de um grupo social, de um setor da sociedade, de um povo. Que nos identifica em meio à diversidade humana, como pertencentes a uma mesma nação ou comunidade, que representa nosso olhar sobre o mundo, que expressa nossas experiências coletivas e individuais e nossas relações com o meio. Múltiplas determinações e dimensões de que a criatividade se nutre e que a torna possível.

Depois, tratamos a cultura e a arte como um direito fundamental; como uma necessidade humana básica, essencial, tão importante quanto à alimentação, moradia, educação e saúde. A cultura como fator de inserção social, algo sem o que o ser humano não se realiza plenamente.

Sabíamos que não bastava aumentar o poder aquisitivo da população, resolver as questões mais imediatas da luta pela sobrevivência. Precisávamos dar voz à sociedade, fortalecer seus mecanismos de expressão cultural e artística e de acesso pleno à cultura. Constatamos que mais de 80% do povo brasileiro ficavam de fora do mercado de bens culturais, dependendo, sobretudo da TV aberta.

E, por fim, a cultura como economia; como um de seus processos mais dinâmicos, setor em franca expansão em todo o planeta e, hoje em dia, responsável por uma parcela considerável do PIB de muitas nações, inclusive do Brasil. Apesar de o Estado brasileiro nunca ter considerado esta significativa participação da cultura e da arte na economia, nunca ter sequer rascunhado uma política de Estado para o setor, a economia da cultura supera, em muito, vários ramos tradicionalmente dinâmicos do mundo dos negócios.

Em que pese todas as dificuldades conceituais, políticas e orçamentárias enfrentadas, e a interrupção do processo no primeiro mandato da presidente Dilma, retomado no segundo mandato, tornamo-nos uma referência na gestão pública de cultura, nacional e internacionalmente. Estabelecemos um novo patamar de participação da sociedade, envolvendo artistas, produtores, fazedores de cultura, gestores, empreendedores,

investidores, estudiosos e muito mais atores na formulação e construção de políticas públicas para a cultura. Fomos parte, não resta dúvida, das transformações históricas associadas aos governos do Partido dos Trabalhadores, a partir da eleição do presidente Lula em 2003.

A interrupção do processo de consolidação da democracia, particularmente na cultura, pode nos custar muito caro. O povo brasileiro demanda direitos, qualidade de vida, igualdade e liberdade. Só a democracia pode garantir esses avanços civilizatórios.

Todos os projetos de lei do âmbito da cultura que buscam aperfeiçoar nossa democracia – em construção ou tramitando no Congresso Nacional - a exemplo do Procultura e de partes constitutivas da Lei de Direitos Autorais, entre outros, estão ameaçados. São projetos que complementam essa nova institucionalidade favorável ao desenvolvimento cultural do país, mas que diante da composição parlamentar que se formou no Brasil, correm o risco de serem engavetados ou mutilados para atender a interesses dos grupos econômicos que dominam o Poder Legislativo.

Mesmo os avanços obtidos no campo do audiovisual, com significativa visibilidade sobre a economia, estão sob a ameaça de retrocesso. Novas mídias, novos formatos e novos arranjos midiáticos surgem todos os dias e ampliam a demanda por conteúdo nacional. Temos hoje um conteúdo audiovisual que valoriza a nossa diversidade regional e cultural, que estimula a produção local e a descentralização criativa, dando vida a uma economia poderosa e a um novo e promissor mercado de trabalho, num momento em que a informática e o audiovisual se misturam cada vez mais aos processos tradicionais de educação. É impossível minimizar a importância do audiovisual numa era onde os receptores e emissores eletrônicos estão no bolso de cada um, podendo ser acessados a qualquer instante, praticamente em qualquer lugar. Em 2003, mal produzíamos uma dezena de filmes anualmente. Hoje em dia atingimos a marca de quase 150 filmes longa-metragem por ano.

Um grande desafio de nosso tempo é vencer o gargalo da distribuição e da circulação dos bens e serviços culturais, garantindo-lhes liberdade criativa no ambiente das novas mídias, linguagens e estéticas que emergiram e emergem a cada momento (redefinindo a própria cultura), solucionando entraves provocados por estruturas oligopolizadas de distribuição em vários campos da cultura: do editorial ao audiovisual, ao musical. Lamentavelmente, algumas inovações nesse campo, que estavam em curso foram interrompidas ou estão ameaçadas, todas elas voltadas a dar acesso gratuito em grande escala, por meio de multiplataformas de conteúdos audiovisuais, que pudessem reunir áudios, fotos, livros de acesso digital gratuito. Pensamos até em um canal da cultura, e iniciamos a implementação uma política de instalação de Núcleos de Produção Digital (NPDs) em cada estado do Brasil, pensados para produzir, desenvolver e trocar conteúdos audiovisuais em uma atuação em rede e de maneira articulada com canais públicos de TV.

Tanto no audiovisual, quanto em outras linguagens e expressões artísticas e culturais, as políticas de cultura que nasceram com o governo Lula e que se desenvolveram até o afastamento da presidenta Dilma são hoje uma referência para inúmeros países, não apenas na América Latina, mas também entre os de língua portuguesa e ibero-americanos. Não é de espantar o prestígio e o poder de atração que essas políticas ainda exercem sobre artistas, produtores e dezenas de milhares de grupos culturais por todo o país e no exterior.

A música ocupa um lugar muito especial em nossa cultura, nos revela como povo, é uma das mais ricas expressões de nossa sociedade, da nossa facilidade de aprender novas formas e tirar partido delas, da nossa capacidade de interagir com outras culturas, da

nossa criatividade, da nossa ausência de medo de experimentar. Além de ser a mais internacionalizada das expressões artísticas brasileiras, é um dos meios mais eficazes que temos de divulgar nossa língua portuguesa. No mundo inteiro, a qualquer instante, alguém está ouvindo uma música brasileira. Podemos dizer que nossa música é uma parte de nós que deu certo. Não há exagero em se dizer que o mundo nos conhece em grande parte por causa da nossa música. Mas vivemos uma época de radicais mudanças em toda a sua cadeia produtiva. Grandes transformações tecnológicas estão a demandar novas relações, novas regras. Para tanto, finalizamos estudos voltados à criação de uma estrutura institucional, uma Agência Nacional da Música, capaz de articular e apoiar a cadeia produtiva e criativa da música no Brasil e da música brasileira no mundo. Uma instituição com capacidade de gerir a maior política pública para a música do mundo, sem exagero, tanto pela abrangência de suas ações programáticas quanto pela necessidade de estabelecer articulações nacionais e internacionais em múltiplas instâncias e ainda marcos legais que promovam a regulamentação e o florescimento do setor musical. Uma instituição que, além de promover a pesquisa e a gestão de conhecimento sobre o setor, possa formular e implementar programas articulados nacional e internacionalmente; que possa fomentá-los financeira e tecnicamente, fazer regulação econômica e propor marcos legais e regulatórios para o setor.

Estabelecemos, enfim, um modelo democrático de política cultural, que ainda não alcançou sua forma mais acabada porque demanda tempo para produzir todos os desdobramentos e para que seus efeitos se multipliquem e se afirmem como política de Estado. Fomos muito além do que teorizamos. Bom que se diga. Nossa prática esteve baseada em conceitos que se metamorfosearam no curso de sua implementação e que agora estão por exigir uma análise e uma organização programática, uma sistematização de seu legado, uma melhor conceituação para que possa servir de estímulo e divulgação de boas práticas, testadas no grande e diverso “laboratório brasileiro” e possam servir de plataforma para um programa de retomada das políticas culturais de um novo governo democrático que há de vir.

Neste momento em que o mundo assiste a uma dramática ampliação da desigualdade social e a expansão de extremismos, é preciso enfrentar os discursos de ódio, o preconceito social e regional, o racismo, a intolerância religiosa, o machismo, a homofobia, a xenofobia e todas as demais formas de segregação humana e cultural. Neste girar da roda da história em que o avanço tecnológico induz a uma revolução cognitiva, mudando radicalmente nossas formas de organização e comunicação, precisamos nos posicionar quanto a esta nova ordem cujos impactos ainda não conseguimos vislumbrar integralmente.

As grandes questões deste princípio de século passarão necessariamente pelo campo da cultura. Pode-se mesmo dizer que no século XXI a cultura está no vértice das grandes transformações, modelando todos os campos da atividade humana. Neste momento, a cultura está diretamente ligada à política, culturalizando-a. A questão ambiental, a questão das drogas, as questões de gênero, a proteção à infância e à adolescência, a atenção aos idosos e aos portadores de deficiências e de distúrbios mentais, as desigualdades sociais e as migrações e outros tantos temas que fazem parte do nosso tempo exigem de nós mudança de mentalidade e visão de mundo. Exige outra sensibilidade, outro olhar, outro comportamento. Uma radical mudança de atitude é parte de uma mudança cultural. A cultura em suas múltiplas versões, expressões e ocorrências está no centro da Agenda do Século XXI.

Belo Horizonte, Junho de 2018

RECENSÕES

(Página deixada propositadamente em branco)

Da antropofagia e autofagia, ou a colonização que (já) vem de dentro:

LEMES, Fernando Lobo – “Na fronteira do Império: cidade capital e poder soberano em Goiás colonial (1730-1750)”. In *idem* (org.) – *Territórios da História*. Rio de Janeiro. Ed. Multifoco, Luminária Academia, 2015. ISBN 978-85-8473-280-7. p. 113-139.

Paulo Archer de Carvalho
CEIS20 – Universidade de Coimbra

Se toda a historiografia se constrói empiricamente e deve nortear por desdobramentos de uma construção conceptual, a virtude maior deste trabalho historiográfico, desenvolvido num plano essencialmente teórico e reflexivo, servido por clara e sólida gramática conceptual e terminológica, é a de situar e problematizar, *sob um ponto de vista rigorosamente historiográfico*, a construção dos poderes políticos, jurídico-administrativos, simbólicos, económicos e sociais, em torno da criação (1739) da capital do território de Goiás, Vila Boa, bem dentro dos vértices delimitadores do «polígono do ouro» colonial, fruto do novo fluxo, ou de um segundo fluxo, de expansão e conquista colonial que a corrida aurífera despertou e mobilizou no interior e no exterior do império português da América austral.

Em tese, o autor renuncia à mecânica e acrítica visão de uma *ordem colonial* prefabricada ou preconceituada, espelho e eco de um poder longínquo, retilíneo e unidirecional apenas fundado na distância e na normatividade metropolitana, perspectiva a partir da qual se “encobre todo o campo de percepção elaborado a respeito das sociedades americanas, condicionando, em boa medida, os estudos dos fenómenos associados aos desdobramentos da colonização europeia na América”,

como evidencia num outro artigo com mais patente investimento empírico: LEMES, Fernando Lobo – “Os tempos da história: ritmo, temporalidade e projetos coloniais nas minas de Goiás”. *Dimensões*. Vol. 28 (2012) p. 248 e ss; ISSN 2179-8869.

Quer dizer, a despeito da recorrência, similitude, analogia dos trâmites procedimentais, a historiografia deve analisar detalhadamente as condições específicas e a singularidade das narrativas institucionais, *i. e.*, a *historicidade* do processo de afirmação e desenvolvimento colonial, como um saber da diversidade e da irrepetibilidade, ao invés de acolher uma epistemologia *grossista*, «por atacado», sistémica, tipológica e taxinómica, própria dos saberes normativos que certa visão nomotética da sociologia e da antropologia postula e persegue (a meu ver, erroneamente), como corolários de um saber «universalizável», mesmo se lhe for reintroduzido um outro feixe, regional, de variáveis geopolíticas, sociais e económicas, pese ainda a notória redução de amplitude na macroescala: a escala *decolonial*.

Por esse motivo, na escolha teórica e preparação do seu lugar hermenêutico, o historiador se afasta do «universal» de um discurso colonial e reprodutivo -- discurso repetitivo o qual não se apercebe, assim, das *nuances* e singularidades, nem consegue conceptualizar como o «colonial» pode ser uma «apropriação» local dos discursos do poder, uma fabricação da própria colónia e de seus agentes. Mas ao afastar-se do «universal» discurso colonial, o historiador também repudia as categorias, repito, tendencialmente *universalizáveis*, das «epistemologias do Sul», desinteressadas, no labor historiográfico e uma vez descoberta a milagrosa solução da diferença e não *das diferenças*, de uma historicidade estruturante que não despreze o *événementiel* (nem se ate exclusivamente nele) e de uma construção intelectual que não recalque aquela tentativa de reconhecimento da experiência do

real que toda a historiografia deve perseguir como *episteme* própria, sob pena de se transmutar num arrazoado lógico (por vezes, mesmo ilógico) de deveres-seres, ou numa sùmula didática de não-acontecidos. Ou, de mal a pior, na demonstração do inacontecido.

Colocada a questão neste plano, esse será o contributo fundamental do autor para melhor se perceber o processo multi-forme (integração, mobilidade, migração e subjetivação) dos avanços (e dos recuos), na espacialização dos poderes e, primeiro, na configuração das fronteiras como significados partilhados, espaços-tempos de flutuações, domínios de uma construção simbólica de pertença social (p. 117) ou (seguindo S. J. PESAVENTO, 2002) dos “sentidos socializados de reconhecimento”.

Seguindo esse trilho difícil, o autor teve de enfrentar (e não escamotear) a complexidade dos processos históricos e rejeitar soluções esquemáticas e ingénuas, à luz das quais a escrita da história se metamorfoseia numa linha de produção e o artesão, o historiador, num produtor de eventos em série. Mormente, ao rejeitar o simplismo dos modelos económicos funcionalistas *centroàperiferia*, reducionistas e mecânicos, pôde compreender a fronteira, ela mesma, como construtora de *middle-grounds*, de espaços intermédios de estranhamento e conflito, zonas de múltiplos encontros, de interações (“mundos de interações flutuantes”), de constantes flutuações de margens que ganham centralidade e de centros que, no processo colonizador e de aculturação em aculturação, de localização em deslocalização, subitamente se marginalizam, na medida, maior ou menor, da sua capacidade mediadora. Ou seja: na medida em que, local a local, sub-região a sub-região, forem administrativamente apropriados, politicamente traduzidos, socialmente escritos, simbolicamente fabricados.

Não se confinando à visão dual, no fundo, de matriz unitarista e simplista, dos modelos *exploradoràexplorado*, de Marx, ou *dominadoràdominado* (em particular, na tríade tipológica da dominância), de Weber, mas sem renunciar à economia de um discurso sociológico que atenda à exploração e dominância, o historiador patenteia através de clara metodologia, cujos passos são exigidos pelo próprio material documental do objeto de estudo, o vasto e acidentado território de dominâncias e de subjugações, de estranhamentos e de diferenças, de diversidade de condutas mentais e de comportamentos políticos. Por esse motivo, para compreender a história colonial de Goiás como *espaço intermediário* “que testemunha os desdobramentos de um processo de invenção de uma nova sociedade”, o historiador teve de enfatizar “a dinâmica dos elementos que participam na construção da sociedade a partir das necessárias adaptações e improvisações que, por sua vez, constroem os atores e protagonistas” (p. 124). Essa *sociedade inventada*, entre os interstícios dos modelos puramente formais do *Ancien régime* europeu e de irrupções de elementos não formais, antropologicamente semeados em territórios diferenciados e diferenciadores, criou um espaço próprio, mediador, “lugar de convergência original entre o instituído e o não instituído, entre o formal e o não-formal, entre a continuidade e a descontinuidade impostas pelos fluxos, contra-fluxos e limites próprios às bordas, às franjas, aos lugares fronteiriços” (p. 125).

Em suma: este espaço intermediário, desde o início o palco flutuante onde se corporizam e jogam formalmente contradições bem vincadas, entre a proximidade e a distância, a liberdade e a escravidão, entre brancos, negros, índios, mestiços, “se transforma progressivamente em fenómenos que assumem formas inesperadas, introduzindo um espaço de recomposição e re-fundação de práticas e experiências, estratégias de

apropriação e re-apropriação, num contexto flutuante, indefinido, marcado, sobretudo, pela incerteza”, espaço construído nos heterogêneos e plurívocos interstícios de um tempo localmente construído, bem distinto da temporalidade «homogênea» e unívoca do poder monárquico colonial e exigido pelas condições locais e concretas da conquista (cf. p. 126-127). Tanto mais, como o autor confirmará num outro texto de articulação, quanto a experiência histórica da distância criar entropias, constrangimentos e limites impostos à capacidade de escolha dos indivíduos os quais não são dados ou controlados mecanicamente, já que são essencialmente inscritos nas relações de força que mantêm entre si, inscrevendo-se, portanto, “no interior”, como escreveu Laurent Vidal, de uma “rede de obrigações, de esperas, de reciprocidades que caracterizam a vida social” (cf. LEMES, F. L. Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás. *Topoi*, Revista de História, vol. 13, n. 25, p.112-129, jul / dez 2012: consultado em www.scielo.br/pdf/topoi/v13n25/1518-3319-topoi-13-25-00112.pdf, a 24-V-2018)

Nova centralidade de um território intermédio e «de franja», foco de conflitos e também de inesperadas colaborações pessoais e institucionais, a capitania de Goiás, Vila Boa, assoma assim como o espaço onde se projeta uma sociedade singular “com suas características e sociabilidade específicas”, com uma “identidade própria que a distingue e diferencia, enquanto Capital, dos demais arraiais do universo urbano das minas de Goiás” (p. 134). E se, no século XVIII, o soberano, no *sol* de Lisboa, reconhece essa nova centralidade (da *sombra*) e um novo poder legitimante, com uma marca do poder português bem vincada na sua gênese, é porque ambos, centralidade e poderes locais (e regionais), correspondem ao projeto político dos desdobramentos coloniais e ao avanço sobre os limites, há muito transpostos, do velho

Tratado de Tordesilhas (1494) firmado entre as duas potências ibéricas rivais (e conluídas, na partilha exclusiva dos caminhos e dos territórios do Atlântico Sul).

O que é autenticamente inovador, nesta abordagem de Fernando Lobo Lemes, ao situar com rigor o lugar epistémico do historiador e nele ancorar (porque *lbe* é próprio) um demorado olhar crítico internalista, é o corajoso caminho hermenêutico e metodológico prosseguido, longe dos tentadores arraiais neocolonizadores do discurso decolonial, que sertanejam na procura de um incessante grau zero anterior à improvada, por impossível, historicidade da sua produção; e muito longe também o historiador se perspectiva fora das velhas bandeiras coloniais, dos discursos repetitivos e reprodutivos da historiografia tradicional, textos de glorificação do grau zero da história correlatos das estratégias políticas de mitificação do domínio.

Ora, o risco em acolher e introduzir tardiamente qualquer outro *manifesto antropofágico* na oficina historiográfica resulta no modo como este se possa metamorfosear, por evidência, no tentame de uma historiografia (e de uma historiologia) autofágica. Quer dizer, a tarefa metodológica, bem testada empiricamente nos meados do século XVIII por F. Lemes, de uma colonização que vem já, também, de dentro, no caso dos arraiais e capitania de Goiás, constitui-se, com grande probabilidade, na mais fértil hipótese explicativa de um processo colonizador que que se arrastou e continuou a afirmar e consolidar na diacronia, após formalmente o colonialismo, em 1822, se ter eclipsado no horizonte jurídico, institucional e político, deste modo contribuindo para a consolidação e o reforço de uma violenta arquitetura do mando social e dos jogos, autorreprodutivos, da corrupção e da eliminação que entre si as elites endogâmicas, agromercantis, políticas e administrativas, desenvolveram.

Mas este trabalho, fruto da tese defendida em 2011 na Sorbonne Nouvelle, Paris-III, *Goiás Dans L'empire Oceanique Portugais: Pouvoir politique et réseau urbain en Amérique coloniale (1720-1828)*, e publicada em Paris, EUE, em 2012, também contribui para fundar um território de hipóteses estruturantes e para perceber o efeito político da deslocação da corte europeia para a semiperiférica colônia sul-americana, transformando-a subitamente na polaridade intermediadora (já não «intermédia») de um Reino unido. Constitui, por esse motivo, um desafio historiográfico de riquíssimo alfofre: para compreender a consolidação das elites, ao longo dos séculos XIX e XX, conexas com o *extrativismo* e enroladas em violentos processos de imposição inscritos numa temporalidade longa que aparentemente já não os consentiria; para entender a resiliência, senão mesmo o avanço, da escravatura, ou a sua ocultação sociológica sob formas outras de subjugação, racismo e exclusão cuja cicatriz exposta, já em

tempos de República, *post* 1889, não deixa desmentir que seja socialmente sentida e político-juridicamente con-sentida; e para atender, por fim, à segregação ameríndia e aos genocídios que, muito para além do quadro colonial e monárquico, *strictu sensu*, se continuariam a abater sobre a consciência cidadã de um Estado que negou e hesita, ainda hoje, promover de forma radical a cidadania.

Ora essa será a *virtu* epistémica trilhada, pensamos, conquanto indiciar (e extravasar para outros campos das ciências sociais, tão tolhidas por sobredeterminações pré-conceptuais e esquematismos analíticos) o horizonte que pode ligar os brasileiros e as grandes realidades estaduais e regionais ao Estado federal e reconciliar, na «história do presente», os direitos civis com os mais justos e ousados direitos sociais, de instrução pública, de saúde pública, de habitação, de superação da pobreza e da violência social, de emprego e de igualdade de oportunidades, de paz civil.

(Página deixada propositadamente em branco)

